UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CDCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSTITUCIONALISMO, TRANSNACIONALIDADE E PRODUÇÃO DO DIREITO
LINHA DE PESQUISA: ESTADO, TRANSNACIONALIDADE E SUSTENTABILIDADE
PROJETO DE PESQUISA: DIREITO AMBIENTAL, TRANSNACIONALIDADE E SUSTENTABILIDADE
DUPLA TITULAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DE ALICANTE - ESPANHA

PARA UMA TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL DE URGÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL: EM BUSCA DE CRITÉRIOS ADEQUADOS A PARTIR DA TEORIA DO CASO AMBIENTAL (A TENSÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO AMBIENTAL)

MARCELO PIZOLATI

Itajaí-SC, maio de 2023

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CDCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSTITUCIONALISMO, TRANSNACIONALIDADE E PRODUÇÃO DO DIREITO
LINHA DE PESQUISA: ESTADO, TRANSNACIONALIDADE E SUSTENTABILIDADE
PROJETO DE PESQUISA: DIREITO AMBIENTAL, TRANSNACIONALIDADE E SUSTENTABILIDADE
DUPLA TITULAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DE ALICANTE - ESPANHA

PARA UMA TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL DE URGÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL: EM BUSCA DE CRITÉRIOS ADEQUADOS A PARTIR DA TEORIA DO CASO AMBIENTAL (A TENSÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO AMBIENTAL)

MARCELO PIZOLATI

Tese submetida ao Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência Jurídica.

Orientador: Professor Doutor Marcelo Buzaglo Dantas

Co-orientador: Professor Doutor Andres Molina Gimenez

Itajaí-SC, maio de 2023

“Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar
Caminante, no hay camino. Se hace camino al andar”
(Antonio Machado. Poema XXIX de Provérbios y Cantares. Poeta Andaluz – 1875-1939)

“Quero ser melhor, muito melhor do que sou hoje. Não se está morto até morrer. Serei um garoto até a morte” (B. B. King – 1925-2015)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a Academia Judicial, na pessoa dos Desembargadores João Henrique Blasi e Luiz Antônio Zanini Fornerolli, instituições que estimulam e investem no aperfeiçoamento acadêmico e na formação continuada dos juízes.

Agradeço, ainda, à Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica – PPCJ, em especial ao Prof. Dr. Paulo Márcio Cruz, coordenador do PPCJ/Univali, referência acadêmica e de capacidade reconhecida por todos, e que sempre me apoiou.

Ao Prof. Dr. Andrés Molina Gimenez, meu orientador na Espanha e Diretor do Instituto de Águas da Universidade de Alicante, pela confiança depositada em mim e no trabalho, pelas orientações e pela recepção em Alicante.

Ao Prof. Dr. Marcelo Buzaglo Dantas, meu orientador no Brasil, por toda a atenção, pelas indicações bibliográficas e palavras de força e estímulo permanentes. Ao meu co-orientador Prof. Dr. Alexandre Morais da Rosa pelas injeções de confiança e contribuições.

À Universidade de Alicante pela acolhida e estrutura oferecida durante a pesquisa lá realizada. Ao Prof. Dr. Joaquin Melgarejo Moreno, que me recebeu com entusiasmo e alegria, sempre preocupado com o aprendizado do nosso grupo. À belíssima cidade de Alicante, que fez a mim e minha família muito felizes durante o período em que moramos.

Aos Professores e funcionários do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da Univali e do Instituto de Águas da Universidade de Alicante-Espanha, por toda a ajuda dispensada.

Agradeço ao Professor Doutor Rodrigo Jorge Moraes, ilustre membro da banca de defesa, que em muito contribuiu para este trabalho, a partir da qualificação.

Ao assessor Rodrigo Cioffi de Sant’Ana, que há muitos anos trabalha comigo, com extrema lealdade e competência.

Por fim, agradeço aos meus colegas magistrados e magistradas, especialmente os parceiros na direção da Associação dos Magistrados Catarinenses e aqueles que pude conviver durante os estudos em Alicante, amigos, meus amados pais Verginio e Kátia, parentes, e colaboradores do Poder Judiciário e da AMC, que sempre me incentivaram e contribuíram para concluir este estudo.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado à minha querida esposa Ana Paula e aos meus amados filhos Lucas, Valentina e Enrico. Vocês são tudo para mim.

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando a Universidade do Vale do Itajaí, a Coordenação do Curso de Doutorado em Ciência Jurídica, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Itajaí-SC, maio de 2023.

Marcelo Pizolati
Doutorando

P Á G I N A D E A P R O V A Ç Ã O

DOUTORADO

Conforme Ata da Banca de defesa de doutorado, arquivada na Secretaria do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu em* Ciência Jurídica PPCJ/UNIVALI, em 30/05/2023, às doze horas (Horário de Brasília) e dezessete horas (Horário de Alicante) o doutorando Marcelo Pizolati fez a apresentação e defesa da Tese, sob o título "PARA UMA TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL DE URGÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL: EM BUSCA DE CRITÉRIOS ADEQUADOS A PARTIR DA TEORIA DO CASO AMBIENTAL (A TENSÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO AMBIENTAL)".

A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes professores: Doutor Marcelo Buzaglo Dantas (UNIVALI), como presidente e orientador, Doutor Andrés Molina Gimenez (IUACA/UA), como orientador, Doutor Rodrigo Jorge Moraes (COGEAE-PUC/PR), como membro, Doutora Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza (UNIVALI), como membro, Doutor Joaquin Melgarejo Moreno (IUACA/UA), como membro, Doutor Paulo Márcio Cruz (UNIVALI), como membro suplente e Doutor Gabriel Real Ferrer (UA), como membro suplente. Por motivo de força maior, o Prof. Dr. Rodrigo Jorge Moraes não pôde participar da banca, tendo sido substituído pelo membro suplente, Prof. Dr. Paulo Márcio Cruz. Conforme consta em Ata, após a avaliação dos membros da Banca, a Tese foi aprovada.

Por ser verdade, firmo a presente.

Itajaí (SC), 30 de maio de 2023.



PROF. DR. PAULO MÁRCIO DA CRUZ
Coordenador/PPCJ/UNIVALI

ROL DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AED	Análise Econômica do Direito
Art.	Artigo
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e emendas constitucionais posteriores.
CE	Constituição Espanhola de 1978
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJSC	Tribunal de Justiça de Santa Catarina
TJSP	Tribunal de Justiça de São Paulo
UA	Universidad de Alicante
UE	União Europeia
UNIVALI	Universidade do Valei do Itajaí

ROL DE CATEGORIAS

Acesso à Justiça Ambiental: “[...] é um elemento essencial da participação pública, como instrumento para aplicação da legislação ambiental, correção de decisões administrativas errôneas e enquadramento das autoridades competentes no seu devido papel"[1].

Análise Econômica do Direito: “é o campo do conhecimento humano que tem por objetivo empregar os variados ferramentais teóricos e empíricos econômicos e das ciências afins para expandir a compreensão e o alcance do direito e aperfeiçoar o desenvolvimento, a aplicação e a avaliação de normas jurídicas, principalmente com relação às suas consequências”[2].

Análise Econômica do Direito Ambiental: Aplicação das teorias econômicas no exame das questões ambientais, objetivando a eficiência das respectivas normas (bem-estar da sociedade), levando em conta as suas consequências (alocação de recursos), considerando os custos e os benefícios das concernentes decisões, assim como buscando conciliar a justiça ambiental com os interesses dos agentes econômicos[3].

Consequencialismo: “o consequencialismo jurídico é uma ‘postura, interpretativa ou cognitiva, tendente a considerar as consequências de ato, teoria ou conceito’, pelo qual a decisão que o acolher deverá fundamentadamente apresentar as respectivas consequências jurídicas”[4].

Crescimento Econômico: O crescimento econômico vem a ser “a expansão da capacidade produtiva de um país em um determinado período, ou seja, é

---

[1] SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental:** Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção do Ambiente. 5. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 365**.**

[2] TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direito e Economia no Brasil:** estudos sobre a análise econômica do direito. Indaiatuba/SP: Editora Foco, 2019, p. 1.

[3] MÜLLER, Heitor Oliveira. O Direito Ambiental Frente A Análise Econômica do Direito. In: **Revista Saber Acadêmico**, Presidente Prudente, n. 27, p. 31-41, jan./jun. 2019. ISSN 1980-5950. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200713161747.pdf. Acesso em: 13 abr. 2023.

[4] BRANDÃO, Rodrigo; FARAH, André. Consequencialismo no Supremo Tribunal Federal: uma solução pela não surpresa. ***In:*** **Revista de Investigações Constitucionais.** Curitiba, vol. 7, n. 3, set/dez 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/71771/42003. Acesso em: 07 set. 2022, p. 835.

caracterizado por um aumento da eficiência de uma nação para gerar maior quantidade de bens e serviços[5]" e, ao mesmo tempo, "incorpora novos desafios, como uma sociedade democrática e justa, distribuição da riqueza, melhor qualidade de vida da população e a orientação do país para o avanço tecnológico-produtivo"[6].

Desenvolvimento Sustentável: "a expressão Desenvolvimento sustentável, intimamente ligada ao contexto do crescimento econômico é um dos aspectos de proteção ecológica equilibrada na grande órbita das Sociedades Globalizadas e, portanto, firma-se como um princípio jurídico ambiental ecológico, destinado a tutelar o bem maior, a vida, sempre que houverem ações predatórias por parte das Organizações"[7].

Direito Ambiental: "O Direito Ambiental pode ser definido como um direito que tem por finalidade regular a apropriação econômica dos bens ambientais, de forma que ela se faça levando em consideração a sustentabilidade dos recursos, o desenvolvimento econômico e social, assegurando aos interessados a participação nas diretrizes a serem adotadas, bem como padrões adequados de saúde e renda. Ele se desdobra em três vertentes fundamentais, que são constituídas pelo: (i) *direito ao meio ambiente,* (ii) *direito sobre o meio ambiente* e (iii) *direito do meio ambiente.* Tais vertentes existem, na medida em que o direito ao meio ambiente é um direito humano fundamental que cumpre a função de integrar os direitos à saudável qualidade de vida, ao desenvolvimento econômico e à proteção dos recursos naturais. Mais do que um ramo autônomo do Direito, o Direito Ambiental é uma concepção de aplicação da ordem jurídica que penetra, transversalmente, em todos os ramos do Direito[8].

Direito Internacional Ambiental: "O Direito Internacional Ambiental pode ser compreendido como um conjunto de normas que criam direitos e deveres para os vários atores internacionais e não apenas para os Estados, numa perspectiva

---

[5] PORTO, Antônio Maristrello; GAROUPA, Nuno. **Curso de análise econômica do direito**. São Paulo: Atlas, 2020, p. 20.
[6] SILVA, Filipe Prado Macedo da. **Economia política**. Porto Alegre: SAGAH, 2019, p. 110.
[7] SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; SOUZA, Aulus Eduardo Teixeira de. O homem, a natureza ou a vida: Qual o segredo do Desenvolvimento Sustentável? ***In:*** **Anais de Constitucionalismo, Transnacionalidade e Sustentabilidade,** vol. 10, n. 1, 2020. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/acts/article/view/17290. Acesso em: 29 out. 2022.
[8] ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 22. ed., São Paulo: Atlas, 2021, p. 7.

ambiental, atribuindo papéis e responsabilidades que devem ser observados por todos no plano internacional, visando à melhoria da vida e qualidade de vida, para as presentes e futuras gerações”[9].

Direito Fundamental: “Direitos fundamentais. Trata-se de expressão afeta à proteção interna dos direitos dos cidadãos, ligada aos aspectos ou matizes constitucionais de proteção, no sentido de já se encontrarem positivados nas Cartas Constitucionais contemporâneas. São direitos garantidos e limitados no tempo e no espaço, objetivamente vigentes numa ordem jurídica concreta. Tais direitos devem constar de todos os textos constitucionais, sob pena de o instrumento chamado Constituição perder totalmente o sentido de sua existência, tal como já asseverava o conhecido art. 16 da Declaração (francesa) dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789: ‘A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição’”[10].

Economia: “Economia é a ciência que estuda a forma pela qual os indivíduos e a sociedade interagem com os fatores de produção, integrando-os em um ciclo econômico (produção, circulação e consumo). É a ciência que trata dos fenômenos relativos à produção, distribuição e consumo de bens”[11].

Estado: “a) o Estado é uma forma específica de sociedade política, organizada mediante regras e dotada de poder superior sobre os seus membros; b) o Estado é uma pessoa jurídica de direito público interno e internacional. O primeiro conceito indica, abstratamente, qualquer tipo assumido pelo Estado em seu desenvolvimento no tempo e no espaço, independentemente de suas variações, considerando-se sociedade política, segundo a definição de Norberto Bobbio, a forma mais intensa e vinculante de organização da vida coletiva. O segundo conceito, também de forma abstrata, equipara Estado à conotação comumente atribuída à palavra “País”. Em ambos, o Estado é visto como unidade político-jurídica, sendo este o seu sentido

[9] GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público**. 14. ed., São Paulo: SaraivaJur, 2022, p. 286.
[10] MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direitos humanos**. 9. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2022, p. 26.
[11] FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Direito Econômico**. 11. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 6.

moderno”[12].

Estado de Direito Ambiental: “[...] deveria estar fincado num novo modelo econômico que privilegie o homem, e não o consumo descontrolado; sobrepor o sistema humanista ao sistema capitalista com base na dignidade da pessoa humana, visando o bem-estar social. [...] a par dos avanços da Constituição da República Federativa do Brasil, mister para atingir o Estado de Direito Ambiental, houve várias outras mudanças, entre estas, por exemplo, um novo sistema de mercado e uma redefinição do próprio direito de propriedade. Com isso, um novo sistema de mercado que privilegie mais a qualidade de vida e o direito ecologicamente equilibrado”[13].

Ética Ambiental: “[...] possui várias dimensões, entre as quais podemos destacar a *ética intrageracional*, no sentido de estabelecer uma relação de respeito e consideração pelos diversos povos que habitam o Planeta e sofrem as consequências da crise ecológica. Outra dimensão da ética ambiental é a *ética intergeracional* (ou intertemporal), de modo a pautar as nossas ações presentes em respeito e solidariedade para com as gerações humanas futuras. Ainda, na caracterização das dimensões da ética ambiental, merece destaque a *ética interespécies*, que tem como foco as ações humanas em face das demais espécies (animais e não animais). Tais concepções estão conectadas, sob o ponto de vista filosófico, até mesmo com a ideia de *justiça ambiental*, enfatizando o respeito e os deveres (morais e jurídicos) que o ser humano deve observar quando da sua interação com o meio natural e as formas de vida não humanas”[14].

Hermenêutica Jurídica Ambiental: Para que haja uma hermenêutica jurídica ambiental, é necessário que se reinterprete a norma ambiental, a partir de um conhecimento mais complexo e transdisciplinar. Para Leite e Ayala, ‘vigoram na hermenêutica do direito ambiental princípios estruturantes que trazem uma linguagem específica e diferente dos vários ramos tradicionais do direito, com vistas

---

[12] RANIERI, Nina. **Teoria do Estado:** do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito. 2. ed., Barueri: Manole, 2019, p. 18.
[13] SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 20. ed., São Paulo: SaraivaJur, 2022, p. 43.
[14] SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito ambiental:** introdução, fundamentos e teoria geral. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 118.

a confirmar a sua especificidade', os quais 'objetivam trazer mais eficácia e concretude ao direito ao meio ambiente ecologicamente, considerando que esse direito também foi conferido às gerações futuras'[15].

Jurisdição: "[...] é uma das funções do Estado, mediante a qual este se substitui aos titulares dos interesses em conflito para, imparcialmente, buscar a pacificação do conflito que os envolve, com justiça. Essa pacificação é feita mediante a atuação da vontade do direito objetivo que rege o caso apresentando em concreto para ser solucionado; e o Estado desempenha essa função sempre mediante o processo, seja expressando imperativamente o preceito (através de uma sentença de mérito), seja realizando no mundo das coisas o que o preceito estabelece (através da execução forçada)"[16].

Meio ambiente: é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.[17]

Poder Judiciário: "O Poder Judiciário é um dos três Poderes clássicos previstos pela doutrina. Foi consagrado em seguida às grandes transformações dos séculos derradeiros como um Poder independente e autônomo. Pedro Lessa, em sua obra Do Poder Judiciário, assim o entende: 'O Poder Judiciário é o que tem por missão aplicar contenciosamente a lei a casos particulares'."[18]

Pragmatismo Jurídico: "O pragmatismo jurídico é a teoria pós-positivista segundo a qual as decisões judiciais devem orientar-se para a obtenção dos melhores

---

[15] LEITE, José Rubens Morato; SILVEIRA, Paula Galbiatti; BETTEGA, Belisa. Princípios estruturantes do estado de direito para a natureza. ***In:*** LEITE, José Rubens Morato; DINNEBIER, Flávia França (Orgs.). **Estado de direito ecológico:** conceito, conteúdo e novas dimensões para a proteção da natureza. São Paulo: Inst. O Direito por um Planeta Verde, 2017. Disponível em: http://www.ccj.ufpb.br/sda/contents/documentos/e-book-estado-de-direito-ecologico-prof-dr-jose-rubens-morato-leite.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019, p. 171.

[16] CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini Grinover; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 15. ed., rev. e atual., São Paulo: Malheiros Editores, 1999, p. 129.

[17] BRASIL. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 23 out. 2022.

[18] FERREIRA, Pinto. **Curso de direito constitucional**. 12. ed., ampl. e atual., São Paulo: Saraiva, 2002, p. 414.

resultados, priorizando a eficiência, a utilidade, a justiça, o bem-estar ou outra virtude contemporânea a tais decisões. Os juristas pragmáticos dispensam uma vinculação estrita a decisões legislativas ou judiciais pretéritas, ou à âncoras morais, princípios ou chavões jurídicos abstratos, dando prevalência a ares racionais e empiricistas e considerando as leis, os precedentes e a moral fontes potenciais de informações valiosas, porém não muito limitadoras às decisões"[19].

Princípios do Direito Ambiental: "Os princípios são construções teóricas que procuram desenvolver uma base comum nos instrumentos normativos de política ambiental. Mais que isso, os princípios servem para balizar a atuação do Estado e as exigências da sociedade em relação à tutela do ambiente. Além disso, dão ao sistema jurídico um sentido harmônico, lógico, racional e coerente. Dadas as exigências do Estado de justiça ambiental, não há como fugir de alicerçá-lo com base nos princípios de Direito Ambiental, indispensáveis à sua construção. Com o auxílio dos princípios estruturantes, procura-se revelar uma base comum e sistêmica à formação de uma justiça ambiental. No mesmo sentido, Canotilho diz: 'independentemente dos complexos problemas suscitados pelo imperativo da justiça ambiental, o Estado de justiça de ambiente aponta no sentido da indispensabilidade de uma carta de princípios de justiça ambiental'"[20].

Proteção Ambiental: "[...] abrangendo a preservação da natureza em todos os seus aspectos relativos à vida humana, tem por finalidade tutelar o meio ambiente em decorrência do direito à sadia qualidade de vida, em todos os seus desdobramentos, sendo considerado uma das vertentes dos direitos fundamentais da pessoa humana[21]".

Sociedade de risco: "no sentido de uma teoria social e de um diagnóstico de cultura, o conceito de sociedade de risco designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da

---

[19] SALLES, Bruno Makowiecky. **Direitos e deveres nas teorias geral e jusfundamental:** acesso à justiça, judicialização e ativismo judicial. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2023, p. 51.
[20] CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro.** 6. ed. rev., São Paulo: Saraiva, 2015, p. 194-195.
[21] MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 10. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 1090.

sociedade industrial”[22].

Sustentabilidade: Princípio da Sustentabilidade é o “[...] princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar”[23].

Teoria do Caso: Método de trabalho, destinado a profissionais do Direito, para organizar, planejar e orientar suas atividades, objetivando eficiência e afastando o improviso. Constitui um sistema para construir uma versão, uma técnica para desenvolver uma tese, mediante exame da controvérsia em três etapas: 1) fatos; 2) normas; 3) provas. Na primeira, o acontecimento é identificado com precisão. Na segunda, são delimitados os diplomas normativos, princípios e precedentes aplicáveis. E na terceira, os elementos probatórios, necessários para confirmar o raciocínio, são analisados. Consiste num roteiro para apontar uma solução jurídica.

Tradeoff: As pessoas enfrentam *tradeoffs* (escolha de uma opção em detrimento de outra).

Tratados Internacionais: instrumentos de cooperação internacional que têm como objetivo “promover o desenvolvimento em plano internacional, a conservação ambiental e a melhoria das condições socioeconômicas e da qualidade de vida das populações, especialmente nos países menos desenvolvidos”[24].

Tutela de urgência: “[...] corresponde ao resultado rápido que a jurisdição, através do processo, não pode deixar de atingir em muitas e frequentes situações do cotidiano. Trata-se do gênero de tutela que se destina a evitar danos oriundos da

---

[22] BECK, Ulrich. A reinvenção da política. ***In:*** GIDDEN, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997, p. 17

[23] FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 3. ed., Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 43.

[24] MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 12. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 1674.

demora da prestação jurisdicional, ou da necessidade existente, conforme a natureza do direito material protegido, de obter-se o pronunciamento jurisdicional antes do exaurimento da cognição, para que a prestação jurisdicional seja tempestiva e efetiva. [...] A tutela de urgência desafia obstáculos de toda ordem. Para tanto, utiliza-se da técnica cautelar, da técnica antecipatória, da técnica inibitória, da técnica específica, das liminares nos procedimentos especiais, e das demais leis esparsas, preocupadas com o tempo no processo”[25].

[25] LAMY, Eduardo. **Tutela provisória.** São Paulo: Atlas, 2018, p. 53.

SUMÁRIO

RESUMO.....19
RESUMEN 21
ABSTRACT 23
INTRODUÇÃO 25
CAPÍTULO 1 - MEIO AMBIENTE E ACESSO À JUSTIÇA AMBIENTAL SUSTENTÁVEL 33
1.1 MEIO AMBIENTE COMO DIREITO FUNDAMENTAL 33
1.2 A CRISE ECOLÓGICA 38
1.3 DIREITO AMBIENTAL E SUA PROTEÇÃO NO BRASIL E NA ESPANHA.....44
1.4 DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE 54
1.5 DECISÃO JUDICIAL. PROTEÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. A (IM) POSSÍVEL HARMONIZAÇÃO ENTRE ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE 67
CAPÍTULO 2 – TEORIA DO CASO AMBIENTAL E TUTELA DE URGÊNCIA.....86
2.1 TEORIA DO CASO AMBIENTAL (FATOS, NORMAS E PROVAS) E O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NAS LIDES AMBIENTAIS 86
2.2 TUTELA DE URGÊNCIA: ESPÉCIES 90
2.2.1 Tutela Jurisdicional Provisória Ambiental no Brasil e na Espanha 90
2.2.2 Tutela de Urgência Cautelar e Tutela de Urgência Antecipatória 105
2.2.3 A Estabilização da Tutela Antecipada.....108
2.3 REQUISITOS 111
2.3.1 Probabilidade do Direito 111
2.3.2 Perigo da Demora 113
2.3.3 Reversibilidade..... 117
2.4 TUTELA INIBITÓRIA E PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL CORRELATOS 119
2.5 TUTELA DE EVIDÊNCIA.....126
2.6 O REGIME DE URGÊNCIA NA ESFERA AMBIENTAL 127
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO AMBIENTAL 137
3.1 DIREITO E ECONOMIA 137
3.2 HISTÓRIA, CONCEITO E OBJETIVOS DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO 147
3.3 CONSEQUENCIALISMO E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE 159
3.4 ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO APLICADA AO DIREITO AMBIENTAL ..168
3.5 INTERDISCIPLINARIDADE E A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO 172
3.6 *TRADEOFF* E CONCEITOS ECONÔMICOS RELEVANTES NA SEARA AMBIENTAL 178
CAPÍTULO 4 – PARA UMA TEORIA DE DECISÃO JUDICIAL DE URGÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL A PARTIR DA TEORIA DO CASO: A TENSÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO 187
4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS 187
4.2 HERMENÊUTICA JURÍDICA AMBIENTAL.....200
4.3 INDICADORES NO JULGAMENTO (DECISÃO) AMBIENTAL.....214
4.4 APRECIAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA A PARTIR DA TEORIA DO CASO AMBIENTAL 222
4.4.1 Fatos 223
4.4.2 Normas.....227

4.4.3 Provas, inversão do ônus e excepcional aplicação da Súmula 618 do Superior Tribunal de Justiça 229
4.5 TUTELA DE URGÊNCIA AMBIENTAL: CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO.....240
CONCLUSÕES 249
RESUMEN POR LA DOBLE TITULACIÓN 256
REFERÊNCIAS.....273

RESUMO

A presente Tese de Doutorado está inserida na linha de pesquisa Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade e no Projeto de Pesquisa “Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade” no âmbito da área de concentração Constitucionalismo, Transnacionalidade e Produção do Direito do curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí, em conformidade com as linhas de pesquisa de “Meio Ambiente e Sustentabilidade” Universidade de Alicante, destacando-se a perfeita compatibilidade e complementaridade entre estas temáticas e o estímulo à pesquisa que juntas proporcionam. O fio condutor deste trabalho de doutoramento é a dificuldade enfrentada na prolação da decisão de urgência em matéria ambiental, processo decisório delicado, arriscado e complexo, posto que o Judiciário é provocado para decidir, com rapidez, questões relacionadas à preservação do Meio Ambiente, as quais, não raramente, interferem nas atividades econômicas. Neste cenário, o juiz lida com vários problemas, tais como: a) cognição parcial e superficial, ou seja, o feito não instruído por completo; b) postergação do contraditório, eis que, conforme o caso, a deliberação será tomada sem ouvir todos os argumentos das partes; c) escolha entre interesses conflitantes, avaliando qual receberá prioridade, isto é, a proteção ambiental de um lado, e o desenvolvimento econômico de outro; d) requisitos legais/processuais (para apreciação das liminares) vagos e imprecisos, exigências de fundamentação cada vez maiores, assim como aplicar conceitos abertos e conhecimentos interdisciplinares. A pesquisa também apresenta um panorama dos requisitos processuais de probabilidade, perigo da demora e reversibilidade, bem como os desafios para que seja exarada uma adequada decisão de urgência em sede ambiental. Para tanto, a investigação pretende demonstrar que o julgador deve considerar, desde o início, os pressupostos da Sustentabilidade e da Análise Econômica do Direito, verificando os resultados (positivos e negativos) da deliberação, angariando critérios para resolver problemas práticos, evitando superficialidades e subjetividades, inclusive refletindo acerca das consequências da sua escolha. Desse estudo, com a fundamental reserva de humildade científica, objetiva-se propor, ao juiz com competência ambiental, um sistema que lhe permita examinar, com critérios científicos, tais questões complexas, conciliando

desenvolvimento e proteção ambiental. Por conseguinte, sugere-se o uso da Teoria do Caso, metodologia de análise jurídica, mediante a qual o exame da controvérsia é dividido entre fatos, normas e provas.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Análise Econômica do Direito. Consequencialismo. Meio Ambiente. Tutela de Urgência.

RESUMEN

Esta Tesis Doctoral se inserta en la línea de investigación Estado, Transnacionalidad y Sustentabilidad y en el Proyecto de Investigación “Derecho Ambiental, Transnacionalidad y Sustentabilidad” dentro del área de concentración Constitucionalismo, Transnacionalidad y Producción de Derecho del curso de Doctorado en Ciencias Jurídicas de la Universidad del Vale do Itajaí, de acuerdo con las líneas de investigación de “Medio Ambiente y Sostenibilidad” Universidad de Alicante, destacando la perfecta compatibilidad y complementariedad entre estos temas y el estímulo a la investigación que en conjunto proporcionan. El hilo conductor de este trabajo de doctorado es la dificultad que se enfrenta para dictar la decisión urgente en materia ambiental, un proceso decisorio delicado, riesgoso y complejo, ya que el Poder Judicial se ve incitado a decidir, con celeridad, cuestiones relacionadas con la preservación del Medio Ambiente, las cuales, no pocas veces, interfieren en las actividades económicas. En este escenario, el juez se enfrenta a varios problemas, tales como: a) cognición parcial y superficial, es decir, el proceso no está plenamente instruido; b) postergación de la bilateralidad, ya que, según el caso, la decisión se tomará sin escuchar todos los alegatos de las partes; c) elección entre intereses en conflicto, evaluando cuáles recibirán prioridad, es decir, la protección ambiental por un lado y el desarrollo económico por el otro; d) requisitos legales/procesales vagos e imprecisos (para la consideración de medidas cautelares), requisitos legales cada vez más grandes para justificar, así como aplicando conceptos abiertos y conocimientos interdisciplinarios. La investigación también presenta un panorama de los requisitos procesales de probabilidad, peligro por la mora y reversibilidad, así como los desafíos para dictar una adecuada decisión urgente en un contexto ambiental. Para eso, la investigación pretende demostrar que el juez debe considerar, desde un principio, los supuestos de Sostenibilidad y Análisis Económico del Derecho, verificando los resultados (positivos y negativos) de la deliberación, recogiendo criterios para resolver problemas prácticos, evitando superficialidades y subjetividades, incluyendo la reflexión sobre las consecuencias de su elección. A partir de este estudio, con la reserva fundamental de la humildad científica, el objetivo es proponer, al juez con competencia ambiental, un sistema que le permita examinar, con criterio científico, cuestiones tan complejas, armonizando

desarrollo y protección ambiental. Por eso, se sugiere el uso de la Teoría del Caso, metodología de análisis jurídico, a través de la cual se divide el examen de la controversia entre hechos, normas y pruebas.

Palabras clave: Sostenibilidad. Análisis Económico del Derecho. Consecuencialismo. Medio ambiente. Tutela de urgencia.

ABSTRACT

This Doctoral Thesis is part of the line of research State, Transnationality and Sustainability and of the Research Project “Environmental Law, Transnationality and Sustainability” within the area of concentration Constitutionalism, Transnationality and Production of Law of the Doctorate in Legal Science at the University of Vale do Itajaí, in accordance with the lines of research “Environment and Sustainability” of the University of Alicante, highlighting the perfect compatibility and complementarity between these themes and the stimulus to research that, together, they provide. The common thread of this doctoral work is the difficulty of rendering the urgent decision on environmental matters, a delicate, risky and complex decision-making process, since the Judiciary is provoked to decide, quickly, on questions related to the preservation of the Environment that often interfere in economic activities. In this scenario, the judge has to deal with several problems, such as: a) partial and superficial cognition, that is, the fact is not fully instructed; b) postponement of the contradictory, since, depending on the case, the decision will be taken without hearing all the arguments of the parties; c) choice between conflicting interests, assessing which one to give priority to, i.e. environmental protection versus economic development; and d) vague and imprecise legal/procedural requirements (for consideration of preliminary injunctions), increasing the requirements for justification, as well as applying open concepts and interdisciplinary knowledge. The research also gives an overview of the procedural requirements of probability, danger of delay and reversibility, as well as the challenges to issuing an adequate, urgent decision in an environmental context. This investigation intends to demonstrate that the judge must consider, from the beginning, the assumptions of Sustainability and the Economic Analysis of Law, verifying the results (positive and negative) of the deliberation, gathering criteria to resolve practical problems, and avoiding superficialities and subjectivities , including reflecting on the consequences of their choice. Based on this study, with the fundamental reserve of scientific humility, the objective is to propose, to the judge with environmental competence, a system that allows him or her to examine, with scientific criteria, such complex issues, reconciling development and environmental protection. Therefore, the use of the Theory of the Case is suggested, a legal analysis methodology through which the examination of

the controversy is divided between facts, norms and evidence.

Keywords: Sustainability. Economic Analysis of Law. Consequentialism. Environment. Emergency protection.

INTRODUÇÃO

A presente Tese, intitulada “Para uma teoria da decisão judicial de urgência em matéria ambiental: em busca de critérios adequados a partir da teoria do caso ambiental (a tensão entre sustentabilidade e análise econômica do direito ambiental)”, nasceu da percepção do autor, no exercício da magistratura, de que o processo decisório, nas liminares ambientais, é delicado, arriscado e complexo, porquanto o Judiciário é provocado a decidir, com rapidez, questões relacionadas à preservação do Meio Ambiente, que, não raro, interferem nas atividades econômicas.

Com cognição parcial e superficial, ou seja, antes da completa instrução do processo, como também, a depender da situação, postergando o contraditório, sem ouvir, portanto, todos os argumentos das partes, o juiz deve escolher entre interesses conflitantes, vale repetir, com urgência, inclusive avaliando qual deles receberá prioridade.

Da sua decisão, podem resultar prejuízos sérios, tais como danos ambientais de difícil ou improvável recuperação, bem como, caso defira a suspensão ou paralisação das atividades de um empreendimento, perda de postos de trabalho e redução salarial por queda na produção de determinado produto.

Do magistrado, cada vez se exige mais. A Constituição Federal prevê que as decisões judiciais sejam fundamentadas (art. 93, IX). Por sua vez, o Código de Processo Civil impõe requisitos rigorosos para que a justificação seja considerada válida (art. 489, § 1º). E o art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro adverte que lhe compete observar as consequências práticas das suas deliberações.

Na esfera ambiental, há particularidades que ensejam preocupação e constante reflexão, como a inversão do ônus da prova, autorizada pela súmula 618 do Superior Tribunal de Justiça. Este verbete tem ensejado dúvidas, principalmente sobre ser de aplicação automática ou excepcional, em qual momento deve ser utilizado, vale dizer, na instrução ou no julgamento, e se a sua incidência não acaba, na prática, impondo, ao réu, uma prova difícil ou inviável de ser produzida.

Em consequência, seria possível aperfeiçoar o processo decisório das

liminares ambientais para o juiz fundamentá-las de forma mais adequada? Como o julgador poderia trabalhar, com mais eficiência, os requisitos processuais da tutela de urgência, as normas materiais e os interesses antagônicos envolvidos? As decisões judiciais, nesta área, podem observar critérios de Sustentabilidade e Análise Econômica do Direito? Haveria um método que auxilie o magistrado no trato com tantas questões, um sistema que o ajude na busca do equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico?

A complexidade da tutela de urgência ambiental, assim como os desafios enfrentados para, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente e garantir o desenvolvimento econômico, tornam necessário investigar, na Ciência do Direito, soluções para que o Poder Judiciário entregue uma prestação jurisdicional com maior acerto e rapidez, protegendo a natureza, porém sem inviabilizar o crescimento econômico. Tarefa árdua, que requer a busca por ferramentas de auxílio.

Por essas razões, o trabalho propõe que, ao apreciar a tutela de urgência, o magistrado, além dos requisitos processuais de probabilidade, perigo da demora e reversibilidade, deve levar em consideração, desde o início, os pressupostos da Sustentabilidade e da Análise Econômica do Direito, estimando os efeitos (positivos e negativos) decorrentes da decisão, associada à noção de risco (probabilidade *versus* consequência).

A pesquisa pretende investigar o problema relativo à tomada de decisão urgente, nas lides ambientais, se o juiz deve levar em conta as suas consequências econômicas e sociais, ao interpretar e aplicar a lei, aferindo os reflexos decorrentes da concessão ou não de liminar e projetando os efeitos da prestação jurisdicional no mundo real.

Para lidar com tantos conceitos e elementos, é preciso que o julgador utilize um método que permita examinar, com critérios científicos, todas essas questões complexas. Dessa forma, este estudo propõe o uso da Teoria do Caso, que, conforme será desenvolvido, constitui uma metodologia de análise jurídica, mediante a qual o exame da controvérsia é dividido entre fatos, normas e provas.

A tese parte de uma roupagem pragmática, e o estudo da Análise Econômica do Direito e da Sustentabilidade decorre da preocupação em angariar critérios para que o Poder Judiciário tome as melhores decisões, resolvendo problemas práticos, bem assim evitando superficialidades e subjetividades. Se a

legislação exige fundamentação adequada e cautela pelos juízes, a utilização de ferramentas técnicas de outras áreas vem a ser fundamental, daí a importância da AED e de refletir as suas consequências.

O trabalho almeja pesquisar a possibilidade de o juiz com competência ambiental, para deferir ou negar, de maneira adequada, uma liminar, harmonizar diversos aparatos, representados por regras e princípios de Direito Ambiental, requisitos processuais da tutela de urgência, conhecimentos de Sustentabilidade e Análise Econômica do Direito, a par do consequencialismo. Por isso que, para reunir todos os elementos, a Teoria do Caso, conforme será exposto, pode ser útil.

Nessa linha, José Rubens Morato Leite e Marina Demaria Venâncio[26] destacam a importância da adoção de uma hermenêutica própria da legislação ambiental, observando que as leis infraconstitucionais precisam ser analisadas com ênfase na consecução do Direito Fundamental e intergeracional ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado. Segue-se que, diante da abstração e generalidade dos Princípios da Sustentabilidade, mostra-se necessária a criação de indicadores tangíveis e verificáveis, por meio dos quais se possa garantir previsibilidade e estabilidade ao campo do Direito Ambiental, alinhando-se as expectativas decisórias ao suporte teórico decorrente da especificidade dos Princípios e Regras próprios do regime ambiental.

Portanto, a tese pretende expor que o Poder Judiciário[27], na análise dos pedidos de tutela de urgência envolvendo temas de Direito Ambiental, não pode ficar limitado à literal interpretação da legislação infraconstitucional ou ainda meramente processual, dado que o preenchimento dos requisitos legais (No Brasil, previstos no art. 300, do CPC: probabilidade do direito, perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo e reversibilidade) exige motivação idônea, especialmente pela utilização de termos vagos e ambíguos, cujo suporte probatório se mostra relevante. Deve-se decidir por meio de interpretação sistemática e teleológica das normas ambientais, com prevalência dos princípios constitucionais, associados aos pressupostos

---

[26] LEITE, José Rubens Morato; IGLECIAS, Patrícia Faga. **Direito ambiental para o século XXI:** novos contornos jurisprudenciais e na regulamentação dos resíduos sólidos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 129.

[27] Ingo Sarlet e Tiago Fensterseifer sustentam que o Juiz deve assumir um papel proativo e protetivo para com o ambiente e os direitos socioambientais (SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental:** Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção do Ambiente. 5. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 391).

assumidos pela Sustentabilidade e pela Análise Econômica do Direito Ambiental.

Nesse cenário, a invocação da Análise Econômica do Direito deve ser ajustada aos pressupostos da Sustentabilidade, desde que de modo crítico, justamente porque as decisões em tutela de urgência, envolvendo Direito Ambiental, devem ser tomadas em face de evidências válidas e robustas, considerando também o impacto econômico e social, isto é, a estimativa das suas reais consequências para a sociedade (aspectos pragmático e consequencialista), por meio de indicadores capazes de estabelecer os custos e os benefícios da decisão judicial perante a coletividade e não somente para as partes envolvidas no processo, até porque não se pode olvidar que a prestação jurisdicional deve assegurar o Direito Fundamental ao Meio Ambiente equilibrado, mas, ao mesmo tempo, conciliar esta proteção com o Desenvolvimento Econômico Sustentável.

A tensão entre a prevalência dos critérios apresentados pela Análise Econômica do Direito Ambiental e da Sustentabilidade é reiteradamente objeto de controvérsias judicias no momento de o juiz decidir a tutela de urgência, e o recurso teórico da adoção da Teoria do Caso é útil para a apresentação de uma teoria de decisão judicial.

O **objetivo institucional**[28] da presente Tese é a obtenção do Título de Doutor em Ciência Jurídica pelo Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica – PPCJ, com dupla titulação pela Universidad de Alicante – UA/Espanha, Instituto Universitario del Agua y las Ciencias Ambientales – IUACA.

O trabalho está inserido nas linhas de pesquisa Estado, Transnacionalidade e Sustentabilidade (PPCJ - UNIVALI) e Derecho ambiental y de la sostenibilidad (IUACA – UA), possuindo como **objetivo investigatório geral** apresentar uma proposta de teoria da decisão judicial de urgência em matéria Ambiental, a partir da Sustentabilidade e da Análise Econômica do Direito, utilizando-se a Teoria do Caso como metodologia.

Como **objetivos específicos** do trabalho citam-se: i) **identificar** os requisitos necessários para a concessão da tutela de urgência no Direito

[28] PASOLD, Cesar Luiz. **Prática da Pesquisa Jurídica**: ideias e ferramentas úteis para o pesquisador do Direito. 9. ed. rev., Florianópolis, OAB/SC, 2006, p. 161.

Constitucional e Processual Civil Brasileiro, bem assim na Espanha; ii) **discorrer** sobre o Princípio da Sustentabilidade como garantia constitucional; iii) **apresentar** a Análise Econômica do Direito e defender sua aplicação como ferramenta para o magistrado identificar e prever as consequências sociais e econômicas de suas decisões; iv) **estabelecer** o papel do Poder Judiciário e compreender a viabilidade de conciliação entre as promessas da Sustentabilidade e o desenvolvimento econômico, de modo que convivam harmonicamente no seio das decisões provisórias da justiça ambiental; v) **apresentar** uma proposta para a comunidade jurídica que permita uma melhor compreensão e apreciação dos pedidos tutela de urgência nas ações ambientais, utilizando a teoria de caso.

O **problema** enfrentado se concentra em investigar até que ponto, no juízo de cognição da tutela de urgência, é possível indicar requisitos de Sustentabilidade Ambiental, conciliando desenvolvimento com proteção ambiental, e como se pode apontar critérios para que liminares, nas ações judiciais cuja controvérsia envolva Direito Ambiental possam efetivar a Sustentabilidade em cotejo com a Análise Econômica do Direito.

Para a pesquisa foram suscitadas as seguintes **hipóteses**: i) o Poder Judiciário, ao prestar jurisdição, deve assegurar o Direito Fundamental de proteção ao Meio Ambiente, atuando com foco na Sustentabilidade quando da análise das tutelas de urgência, desde o caso singularizado, em que os atributos (características das variáveis controversas) devem ser orientados pelo suporte da Sustentabilidade associada à Análise Econômica Ambiental; ii) no exame dos pedidos de tutela de urgência, versando sobre temas ambientais, o magistrado levará em conta não só os requisitos da legislação processual civil correspondente, até porque vagos e ambíguos, como também os aportes da Sustentabilidade e da Análise Econômica do Direito, combinando-os como ferramentas de conciliação entre proteção da natureza e desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico, inclusive com a definição contextual dos cenários possíveis e dos riscos associados às alternativas decisórias, tudo para o fim de promover o uso adequado e responsável dos recursos naturais.

Os resultados do trabalho de exame das **hipóteses** são estruturados e apresentados na presente Tese, de modo sistematizado, conforme segue.

O **primeiro capítulo** recebe o título de “o Meio Ambiente e Acesso à Justiça Ambiental Sustentável”. O desafio proposto nesta etapa inicial é descrever o Meio

Ambiente como Direito Fundamental, onde não só todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como a Constituição determina que o Poder Público e a coletividade devem protegê-lo, seguindo de uma exposição da crise ecológica que se enfrenta, decorrente do crescimento populacional, industrial e tecnológico, da grave desigualdade social e da pobreza, o que levou ao esgotamento dos recursos naturais, demandando uma ética voltada para a proteção ambiental. O Direito Ambiental, seu escopo e sua regulamentação no Brasil e na Espanha são apresentados, assim como o Direito Internacional ao Meio Ambiente. Ao final do capítulo, apresenta-se um dos desafios, que é a (im) possível harmonização entre Economia e Sustentabilidade, a partir do papel do juiz contemporâneo na prestação jurisdicional.

O **segundo capítulo** é dedicado ao estudo inicial da Teoria do Caso, seus requisitos e aplicabilidade, bem assim às espécies e aos pressupostos da tutela de urgência, no Brasil e na Espanha, com importante comparação. A controvérsia judicial dos critérios a serem utilizados nas tutelas de urgência envolvendo Meio Ambiente é, portanto, apresentada. Trata das diferenças entre tutela de urgência cautelar e tutela de urgência antecipatória, estabilização desta probabilidade, perigo da demora e reversibilidade. Versa, ainda, sobre tutela inibitória, princípios ambientais concernentes e tutela de evidência, buscando definir um regime de urgência na esfera ambiental, a partir da Sustentabilidade e Análise Econômica do Direito.

O **terceiro capítulo** desta tese apresenta inicialmente a relação entre Direito e Economia, ressaltando que o Direito Ambiental, para dar uma efetiva resposta à tutela do direito fundamental ao Meio Ambiente, depende do auxílio de outras fontes de conhecimento. Prosseguindo, estuda-se a Análise Econômica do Direito, conceitos, premissas e objetivos, sua aplicabilidade ao Direito Ambiental, além do consequencialismo das decisões judiciais. Nesse ínterim, o capítulo parte do entendimento que a AED, por ser um campo eminentemente prático do conhecimento, permite a verificação de cenários e suas consequências quando da interpretação das normas jurídicas num caso concreto, visando à proteção do meio ambiente, e auxiliando o Poder Judiciário a exercer seu papel.

O **quarto e último capítulo** guarda a parte propositiva, com pretensão de originalidade e ineditismo. Em um primeiro momento, recorda-se o desafio de

conciliar a proteção ao Meio Ambiente com o desenvolvimento econômico, o que é fundamental para se alcançar um Estado de Direito Ambiental. O trabalho apresenta critérios a serem considerados quando da apreciação de tutela de urgência em matéria ambiental, como análise de custo-benefício e consequências econômicas e sociais, enfatizando a necessidade de uma hermenêutica jurídica ambiental que tenha como objetivo uma interpretação voltada para a Justiça Ambiental, uma solução condizente com os princípios constitucionais relacionados à proteção do Meio Ambiente, e que também assegure os permanentes, desenvolvimento econômico e crescimento industrial. Pretende-se, por fim, apresentar uma proposta de teoria da decisão judicial de urgência em matéria ambiental a partir da Teoria do Caso, levando-se em conta os primados da Sustentabilidade e da Análise Econômica do Direito.

O presente texto se encerra com as **Conclusões**, onde serão revisados, sintética e objetivamente, os principais pontos da pesquisa e serão enfatizadas as perspectivas que consolidam os objetivos de originalidade e de ineditismo deste trabalho.

Destaca-se que a Tese apresentada está inserida na linha de pesquisa do PPCJ-Univali – Constitucionalidade, Transnacionalidade e Produção do Direito, e se coaduna com as atividades desenvolvidas pelo Instituto de Águas da Universidade de Alicante (IUACA), uma vez que também alinhada aos temas Meio Ambiente e Sustentabilidade, abarcando a pesquisa conceitos e aportes teóricos nacionais e estrangeiros.

Quanto à Metodologia, foram considerados os parâmetros[29] adotados pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica – PPCJ/UNIVALI[30].

O **Método**[31] utilizado na fase de Investigação[32] e Relatório da Pesquisa[33] foi o

---

[29] BICAS, Harley E. A. Ineditismo, originalidade, importância, publicidade, interesse e impacto de artigos científicos. ***In:*** **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, São Paulo, v. 71, n. 4, p. 473-474, ago. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0004-27492008000400001. Acesso: 18 abr. 2017, p. 473-474.

[30] PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018.

[31] Sobre método, veja especificamente: PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018, p. 89-115.

[32] PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018, p. 89-115.

[33] PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018, p. 89-115.

indutivo; na Fase de Tratamento dos Dados[34] o cartesiano.

Nas diversas fases da Pesquisa[35] foram acionadas as Técnicas do Referente[36], da Categoria[37], do Conceito Operacional[38] e da Pesquisa Bibliográfica[39] e jurisprudencial, tomando-se como base dogmática mais expressiva a doutrina e os julgados brasileiros e europeus, aproveitando-se a realização de dois períodos de três e dois meses, respectivamente, de pesquisa na Universidade de Alicante-Espanha.

Nesta Tese as Categorias principais estão grafadas com a letra inicial em maiúscula e os conceitos operacionais estão apresentados em rol inicial e as categorias básicas ou principais são aqui citadas: Sustentabilidade; Análise Econômica do Direito; Consequencialismo; Meio Ambiente; Tutela de Urgência.

Outrossim, utilizou-se literatura brasileira e do exterior, principalmente de fontes europeias, de modo que, em várias passagens, são apresentadas citações em língua estrangeira no corpo do texto, com as traduções livres nas respectivas notas de rodapé, objetivando preservar o sentido original.

No que toca à descrição do pensamento dos autores trabalhados, tanto nacionais quanto estrangeiros, alternou-se entre citações diretas e paráfrases, sempre procurando ser fiel às ideias dos escritores, colocando as fontes bibliográficas.

Portanto, introduzidos os assuntos, e apresentados os esclarecimentos necessários, passo ao primeiro capítulo da tese.

---

[34] PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018, p. 89-115.

[35] PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018, p. 89-93.

[36] "[...] explicitação prévia do(s) motivo(s), do(s) objetivo(s) e do produto desejado, delimitando o alcance temático e de abordagem para a atividade intelectual, especialmente para uma pesquisa." (PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018, p. 61-70.)

[37] "[...] palavra ou expressão estratégica à elaboração e/ou à expressão de uma ideia". (PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018, p. 31-42.)

[38] "[...] uma definição para uma palavra ou expressão, com o desejo de que tal definição seja aceita para os efeitos das ideias que expomos [...]". (PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018, p. 43-60.)

[39] "Técnica de investigação em livros, repertórios jurisprudenciais e coletâneas legais". (PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018, p. 31-70.)

CAPÍTULO 1 - MEIO AMBIENTE E ACESSO À JUSTIÇA AMBIENTAL SUSTENTÁVEL

1.1 MEIO AMBIENTE COMO DIREITO FUNDAMENTAL

O primeiro capítulo da tese recebe o título de “acesso à justiça ambiental sustentável”. O desafio proposto nesta etapa inicial é discorrer acerca do Meio Ambiente e do Direito Ambiental, no Brasil e na Espanha, sobre o acesso à justiça ambiental, bem como sobre a (im) possível harmonização entre desenvolvimento econômico e Sustentabilidade, apontando seus dilemas, conflitos e obstáculos nos dias atuais.

A Constituição Federal Brasileira assegura o direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado como essencial à sadia qualidade de vida (art. 225 da CRFB)[40]. Entretanto, tal comando deve ser aplicado de forma refletida e ponderada, como nas apreciações de tutela de urgência em matéria ambiental[41], quando elementos como a Sustentabilidade e a Análise Econômica do Direito deverão ser considerados, conforme será exposto ao longo deste trabalho.

Trata-se de cláusula constitucional de Direito Fundamental[42], de terceira dimensão[43], que se caracteriza como direito de titularidade coletiva ou difusa na

---

[40] Édis Milaré chama de “verde” a Constituição Federal de 1988, em virtude da relevância dada à proteção do meio ambiente, em “uma concepção sistêmica, disciplinando o meio ambiente como princípio das ordens econômica e social”. (MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente.** 11. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p. 175).

[41] Pedido para fechamento de empresa, com a consequente perda de postos de trabalho, por exemplo.

[42] DIREITOS FUNDAMENTAIS – “Todas as posições jurídicas concernentes às pessoas (naturais ou jurídicas, consideradas na perspectiva individual ou transindividual) que, do ponto de vista do direito constitucional positivo, foram, expressa ou implicitamente, integrados à constituição e retiradas da esfera de disponibilidade dos Poderes constituídos, bem como todas as posições jurídicas que, por seu conteúdo e significado, possam lhes ser equiparadas, tendo assento, ou não, na constituição formal”. (SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 2. ed. rev. atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 281.)

[43] O Supremo Tribunal Federal fixou que o direito ao meio ambiente equilibrado é típico direito de terceira geração (ou de novíssima dimensão), que assiste, de modo subjetivamente indeterminado, a todo o gênero humano (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade n. 3540/DF**. Relator: Min. Celso de Mello, julgamento em: 1º set. 2005. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=387260. Acesso em: 15 nov. 2019; BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade n. 1856/RJ.** Relator: Min. Celso de Mello, julgamento em: 26 maio 2011. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628634. Acesso em: 15 nov. 2019; BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade n. 4029/AM.** Relator: Min. Luiz Fux, julgamento em: 8 mar. 2012. Disponível em:

medida em que se destina a grupos humanos, povo ou nação[44]. São direitos transindividuais e que pertencem a toda coletividade indistintamente[45].

Nelson Melo de Moraes Rêgo[46] destaca o caráter planetário desses direitos, dentre os quais o meio ambiente saudável, exigindo esforço de todas as nações:

> Después, se presentan los derechos de la tercera generación, como derecho a la paz, derechos de los consumidores, derechos de niños y ancianos, derecho al medio ambiente saludable y derecho al desarrollo, que pretenden dar respuesta a los problemas sufridos por los derechos fundamentales como consecuencia de determinadas aplicaciones de las nuevas tecnologías. Tienen como rasgo determinante la idea de solidaridad y para su adecuada satisfacción requieren de la suma del trabajo y de las voluntades de todos a nivel planetario. Según David Vallespín, enfrentarse a esta nueva categoría de derechos implica la mudanza tanto de los instrumentos dirigidos a su protección, como la aparición de nuevas fórmulas de titularidad, como los intereses difusos o colectivos.

A complexidade de se trabalhar com direitos tão amplos e de alcance mundial é incontroversa[47], justamente diante do conflito entre aproveitamento dos

---

http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628634. Acesso em: 15 nov. 2019).

[44] Os direitos da primeira dimensão seriam os direitos da liberdade, direitos civis e políticos, enquanto os de segunda dimensão seriam os direitos sociais, culturais e econômicos. Para maior aprofundamento na temática das dimensões dos direitos fundamentais, veja-se: SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012, p. 36-62.

[45] Paula Susanna Amaral Mello recorda que por vezes o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é classificado como direito de quarta dimensão, mas, além de refutar tal classificação, anota que assim também entende José Joaquim Gomes Canotilho. (MELLO, Paula Susanna Amaral. **Direito ao meio ambiente e proibição ao retrocesso**. São Paulo: Atlas, 2014, p. 4; CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed., Coimbra: Almedina, 2003, p. 386-387) Cesar Pasold, por sua vez, entende tratar-se de direito de quarta dimensão (PASOLD, Cesar Luiz. **Função social do estado contemporâneo.** 4. ed. rev. amp., Itajaí: Univali, 2013. Disponível em: http://siaiapp28.univali.br/LstFree.aspx. Acesso em: 5 nov. 2019).

[46] "Depois, apresentam-se os direitos de terceira geração, como direito à paz, direitos dos consumidores, direitos das crianças e dos idosos, direito ao meio ambiente saudável e direito ao desenvolvimento, que pretendem dar resposta aos problemas sofridos pelos direitos fundamentais como consequência de determinadas aplicações de novas tecnologias. Têm como traço determinante a ideia de solidariedade e para sua adequada satisfação exigem a soma do trabalho e das vontades de todos a nível planetário. Segundo David Vallespín, abordar esta nova categoria de direitos implica mudança tanto de instrumentos dirigidos à sua proteção, como o surgimento de novas fórmulas de legitimidade, como os interesses difusos e coletivos". (MORAES RÊGO, Nelson Melo de. **La contribución Del Poder Judicial a La Protección de Los Derechos Humanos de Tercera Generación**. Tesis (Doctoral en Derecho) – Universidad de Salamanca, Salamanca, 2012. Disponível em: https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/121394/DDAFP_MelodeMoraesRegoNelson_Tesis.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 fev. 2022, p. 201). (Tradução livre do autor).

[47] Julio Locatelli Santos faz um estudo das características e peculiaridades do conflito ambiental, destacando os diversos aspectos que o permeiam e os interesses em disputa quando se trata de relações internacionais, ou ainda de conflitos internos no âmbito dos países. (SANTOS, Júlio Locatelli. A complexidade do conflito ambiental internacional e a mediação de conflitos. A atuação da Unidade de Apoio à Mediação da ONU. ***In:*** **Revista InterAção,** vol. 9, n. 1, p. 98–114, 2018.

recursos naturais e intervenção do homem e a necessidade de preservar o planeta para as futuras gerações. Disputas envolvendo nações diversas, com culturas e recursos naturais diferentes, têm sido cada vez mais comuns, com impacto nas economias tanto do país de origem quanto naquele em que situadas.

Logo, o Meio Ambiente sadio é pressuposto para a concretização dos Direitos Humanos[48] e María Eugenia R. Palop anota a sua identificação com o Direito ao Meio Ambiente, esclarecendo que

> [...] el derecho ao medio ambiente, entendido como derecho humano, exige asumir que los recursos naturales son bienes comunes; bienes que se definen y gestionan colectivamente, que se rigen por el principio de no exclusión (acceso equitativo) y de rivalidad en el consumo (acceso regulado). Esto es, que sólo pueden realizarse para uno si se realizan para muchos, e incluso, para todos (no-exclusión), pero cuyo consumo es rival ahora y/o en el futuro, por lo que no pueden usarse de manera irrestricta, requieren de una cultura de la responsabilidad y de una considerable fortaleza normativa e institucional (no necesariamente ligada a estatalidad)[49].

Paulo Bonavides[50] também identifica como direitos da fraternidade e destaca:

> Com efeito, um novo pólo jurídico de alforria do homem se acrescenta historicamente aos da liberdade e da igualdade. Dotados de altíssimo teor de humanismo e universalidade, os direitos da terceira geração tendem a cristalizar-se no fim do século XX enquanto direitos que não se destinam especificamente à proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo ou de um determinado Estado. Têm primeiro por destinatário o gênero humano mesmo, num momento expressivo de sua afirmação como valor supremo em termos de existencialidade concreta. Os publicistas e juristas já os enumeram com familiaridade, assinalando-lhe o caráter fascinante de coroamento de uma evolução de trezentos anos na esteira da

---

Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/32316. Acesso em: 06 mar. 2022).

[48] Direitos Humanos também são chamados de Direitos Fundamentais. A par disto, Ingo Sarlet diferencia assim: a) direitos do homem são os direitos naturais – direito à vida, à integridade, à liberdade etc; b) direitos humanos são os direitos positivados no âmbito internacional, compartilhados pelas comunicades jurídicas do planeta mediante tratados e convenções; c) direitos fundamentais são aqueles reconhecidos e positivados constitucionalmente por determinado Estado. (SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012, p. 27).

[49] Tradução livre: “o direito ao meio ambiente, entendido como um direito humano, pressupõe que os recursos naturais sejam bens comuns; bens que são definidos e administrados coletivamente, regidos pelo princípio da não exclusão (acesso equitativo) e da rivalidade no consumo (acesso regulado). Ou seja, só podem ser feitos para um se forem feitos para muitos, e até para todos (não exclusão), mas cujo consumo é rival agora e / ou no futuro, por isso não podem ser usados sem restrições, exigem uma cultura de responsabilidade e de considerável força normativa e institucional (não necessariamente ligada ao Estado)”. (RODRÍGUEZ PALOP, María Eugenia. El derecho al medio ambiente. ***In*:** LUCAS, Javier de; RODRÍGUEZ URIBES, José Manuel (coord.). **Derechos humanos y constitución**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2018).

[50] BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 13. ed., São Paulo: Malheiros, 2003, p. 569.

> concretização dos direitos fundamentais. Emergiram eles da reflexão sobre temas referentes ao desenvolvimento, à paz, ao **meio ambiente**, à comunicação e ao patrimônio comum da humanidade (grifo nosso).

No mesmo sentido é a lição de Norberto Bobbio[51], que expõe:

> Ao lado dos direitos sociais, que foram chamados de direitos de segunda geração, emergiram hoje os chamados direitos de terceira geração, que constituem uma categoria, para dizer a verdade, ainda excessivamente heterogênea e vaga, o que nos impede de compreender o que efetivamente se trata. O mais importante deles é o reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito de viver num ambiente não poluído.

A amplitude dos direitos de terceira geração, de modo a alcançar todos os seres humanos, não se restringindo apenas a uma pessoa ou grupo, significa um próximo (e lógico) passo na evolução da humanidade. O Direito, assim, dá suporte não apenas aos interesses particulares ou coletivos, mas também da raça humana como um todo. A proteção ambiental, nessa esteira, compete a todos, independentemente da nacionalidade.

Para Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Fensterseifer[52] o princípio da solidariedade está na base dos direitos fundamentais de terceira dimensão e do Estado Ambiental contemporâneo:

> Os **direitos fundamentais de terceira dimensão**, como é o caso dos **direitos ecológicos**, que, em vista da sua **natureza difusa** e, portanto, de **titularidade** dispersa por **toda a coletividad**e, também encontram o seu fundamento no princípio da solidariedade e na ideia de **justiça ambiental**. Na perspectiva ecológica, há também a necessidade de se assegurar uma redistribuição justa e equânime do acesso aos recursos naturais, sob pena de incidir-se em prática discriminatória, o que se acentua de forma significativa em vista da feição socioambiental que caracteriza alguns aspectos da crise ecológica. Para Ramón Martin Mateo, do ponto de vista ecológico, há a exigência de justiça distributiva contida no princípio da solidariedade, referindo-se, inclusive, à ideia de "círculos sociais progressivamente ampliados", o que objetiva contemplar uma **dupla dimensão intercomunitária e intergeracional** para a aplicação do princípio.

Os direitos ecológicos vão além da proteção ambiental, abarcando a equânime (e racional) distribuição dos recursos naturais. Não basta preservar a

---

[51] BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 14ª tir., Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 6.

[52] SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de direito ambiental.** Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 116, grifo no original.

natureza. É preciso saber utilizar o que ela oferece, dividindo entre todos, bem como equilibrando com outros interesses envolvidos. Conforme será verificado mais adiante, questões ambientais não são isoladas, influenciando e sofrendo influência de outras áreas, como a econômica, daí a dificuldade de harmonização.

Por isso, Antônio Herman Benjamin[53] observa que a proteção ambiental deixa de ser um interesse menor ou acidental no ordenamento jurídico, sendo alçado ao ponto máximo, privilégio que outros valores sociais relevantes, só depois de décadas, ou mesmo séculos, lograram conquistar. Na mesma linha, Robert Alexy[54] afirma que o direito ao Meio Ambiente é um direito fundamental completo.

José Rubens Morato Leite e Germana Parente Neiva Belchior[55], ao destacarem que todos têm direito a um Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, asseveram:

> O direito fundamental ao meio ambiente ecológicamente equilibrado, assim como todos os direitos fundamentais, possui um conteúdo essencial, oriundo de sua natureza principiológica, núcleo esse que representa a própria justiça, essência do Direito. Referido conteúdo não é absoluto, nem imutável. Tratando do direito fundamental ao meio ambiente, constata-se que seu conteúdo essencial é formado pela sadia qualidade de vida.

Assim, não só todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, como a Constituição determina que o Poder Público e a coletividade devem protegê-lo, visando assegurar a preservação ambiental não só às presentes, como também às futuras gerações.

O Supremo Tribunal Federal, a propósito, firmou entendimento neste sentido

> Dever constitucional, supralegal e legal da União e dos representantes eleitos, de proteger o meio ambiente e de combater as mudanças climáticas. A questão, portanto, tem natureza jurídica vinculante, não se tratando de livre escolha política[56].

No mesmo sentido, aponta Paulo Affonso Leme Machado[57], para quem o

---

[53] CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro.** 6. ed. rev., São Paulo: Saraiva, 2015, p. 99.

[54] ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2. ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2015, p. 443.

[55] FARIAS, Talden; TRENNEPOHL, Terence. (Orgs.). **Direito Ambiental Brasileiro**. 2. ed., São Paulo: Thomson Reuters Brasil Revista dos Tribunais, 2021, p. 83.

[56] BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 708/DF**. Relator: Min. Roberto Barroso, julgamento em: 4 de julho 2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15353796271&ext=.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

[57] MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro.** 24. ed., São Paulo: Malheiros,

Direito Ambiental equilibrado consubstancia-se na conservação da propriedade e das funções naturais desse meio, de forma a permitir a existência, a evolução e o desenvolvimento dos seres vivos, destacando que o Direito contemporâneo sente a necessidade de estabelecer normas que assegurem o equilíbrio ecológico.

Ingo Sarlet e Tiago Fensterseifer destacam a proteção constitucional do Meio Ambiente como objetivo e dever do Estado e como direito-dever fundamental do indivíduo e da coletividade, concluindo:

> A consagração do *objetivo* e dos *deveres de proteção ambiental* a cargo do Estado brasileiro (em relação a todos os entes federativos) e, sobretudo, a atribuição do *status* jurídico-constitucional de *direito-dever fundamental* ao direito ao ambiente ecologicamente equilibrado colocam os valores ecológicos no 'coração' do Direito brasileiro, influenciando todos os ramos jurídicos, inclusive a ponto de implicar limites a outros direitos (fundamentais ou não). Alinha-se a isso tudo também uma nova *dimensão ecológica* na conformação do conteúdo normativo do princípio da dignidade da pessoa humana. Com base no novo 'programa constitucional ecológico' estabelecido em 1988, diversas leis ambientais foram elaboradas, de modo a regulamentar o art. 225 da CF/88"[58].

Portanto, o direito ao Meio Ambiente está consolidado como Direito Fundamental, reconhecido não só pela Constituição de 1988, mas também por declarações e tratados internacionais, conforme Valério de Oliveira Mazzuoli[59], que sobre art. 225 da Constituição Federal assevera:

> Este dispositivo do texto constitucional consagra também o princípio segundo o qual o meio ambiente é um *direito humano fundamental*, tendo em vista que visa proteger o direito à vida com todos os seus desdobramentos, incluindo a sadia qualidade de seu gozo. Trata-se de um direito *fundamental* no sentido de que, sem ele, a pessoa humana não se realiza plenamente, ou seja, não consegue desfrutá-lo *sadiamente*, para se utilizar a terminologia empregada pela letra da Constituição.

Essa proteção constitucional, a partir da conscientização de que passamos por uma crise ambiental e ecológica, leva à construção de um Estado de Direito Ambiental, como se verá adiante.

1.2 A CRISE ECOLÓGICA

2016, p. 56-57.

[58] SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito ambiental:** introdução, fundamentos e teoria geral. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 241.

[59] MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 10. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 1094.

A crise ecológica atual[60], reflexo do aumento populacional, da grave desigualdade social e da pobreza[61] em todo o planeta, assim como fruto do crescimento industrial e tecnológico cada vez maior[62], levou ao esgotamento dos recursos naturais. Esta crise é multifacetária e global[63], atinge uma sociedade vítima do globalismo[64] e do consumo desenfreado, como também ultrapassa fronteiras[65], com sinais de insustentabilidade[66], afetando a todos, já que "vítimas são e serão

[60] Ingo Sarlet e Tiago Fensterseifer expõem que "a *crise ecológica* (ökologischen Krise) que vivenciamos hoje é resultado das 'pegadas' deixadas pelo ser humano na sua passagem pela terra. Não há margem para 'dúvidas' a respeito de 'quem' é o responsável pelo esgotamento e degradação dos recursos naturais e, consequentemente, pelo comprometimento da qualidade, da segurança e do equilíbrio ecológicos". (SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito ambiental:** introdução, fundamentos e teoria geral. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 38).

[61] Amartya Sem adverte que vivemos em um mundo de privação, destituição e opressão extraordinários, com problemas novos convivendo com antigos, vale dizer, "a persistência da Pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fome crônica muito disseminadas, violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres e ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à Sustentabilidade de nossa vida econômica e social". Mais adiante observa que "a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza (SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 9 e 120).

[62] Yuval Noah Harari recorda: "A Revolução Industrial abriu novos caminhos para converter energia e produzir bens; com isso, em grande medida, libertou a humanidade de sua dependência do ecossistema à sua volta. Os humanos derrubaram florestas, drenaram pântanos, represaram rios, inundaram planícies, construíram dezenas de milhares de quilômetros de ferrovias e edificaram metrópoles repletas de arranha-céus. Enquanto o mundo era moldado para atender às necessidades do Homo sapiens, habitats foram destruídos e espécies foram extintas. Nosso planeta, um dia verde e azul, está se tornando um shopping center de plástico e concreto". (HARARI, Yuval Noah. **Sapiens:** uma breve história da humanidade. Tradução de Janaína Marcoantonio. 30. ed., Porto Alegre: L&PM Editores, 2017, p. 361).

[63] Segundo Capra, as últimas duas décadas de nosso século registraram uma profunda crise mundial, numa escala sem precedentes na história da humanidade, indicando uma real ameaça de extinção da raça humana e de toda a vida no planeta (CAPRA, Fritjof. **A teia da vida:** uma nova compreensão dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 19).

[64] Globalismo: "Globalismo designa a concepção de que o mercado mundial bane ou substitui, ele mesmo, a ação política; trata-se, portanto da ideologia do império do mercado mundial, da ideologia do neoliberalismo. O procedimento é monocausal, restrito ao aspecto econômico, e reduz a pluridimensionalidade da globalização a uma única dimensão – a econômica -, que, por sua vez, ainda é pensada de forma linear e deixa todas as outras dimensões – relativas à ecologia, à cultura, à política e à sociedade civil – sob o domínio subordinador do mercado mundial". (BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo: respostas à globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 27).

[65] Os danos ambientais alcançaram proporções globais e ultrapassaram fronteiras, conforme advertem Francisco Carrera e Elida Séguin: "Não há fronteiras para os efeitos de uma atividade impactante. O Planeta é um sistema fechado, assim, o que se faz num país repercute no outro. Polui-se aqui, chove ácido ali. Todos estamos direta e indiretamente ligados, como em uma teia de aranha, onde o toque de um ponto é sentido em qualquer parte da teia". (CARRERA, Francsco; SÉGUIN, Élida. **Planeta Verde**: uma abordagem de Direito Ambiental. 2. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001, p. 49).

[66] Aquecimento global, alterações climáticas substanciais, extinção de espécies da flora e fauna, etc.

todos os membros da comunidade, afetados indistintamente, os de hoje e os de amanhã, isto é, as gerações futuras”[67].

Ademar Ribeiro Romeiro[68] lembra que a capacidade do planeta Terra não poderá ser ultrapassada sem que ocorram grandes catástrofes ambientais, capacidade esta que não se conhece, ensejando que se adote uma postura precavida, concluindo:

> Neste sentido, é preciso criar o quanto antes as condições socioeconômicas, institucionais e culturais que estimulem não apenas um rápido progresso tecnológico poupador de recursos naturais, como também uma mudança em direção a padrões de consumo que não impliquem o crescimento contínuo e ilimitado do uso de recursos naturais per capita.

Andrés Betancor Rodríguez adiciona:

> [...] nuestra cultura de la sociedad del bienestar es una cultura de la seguridad, incluso de la seguridad total (riesgo cero), pero al mismo tiempo es una sociedad que ha convertido los peligros y el riesgo en una de sus principales manifestaciones que la identifican. Se trata de una paradoja producida y alentada por la misma fase del desarrollo social: la sociedad genera riesgos que ella misma desea que sean controlados; porque la generación de riesgos es consustancial a nuestro nivel de desarrollo técnico-cientifico, lo que se traduce en importantes niveles de calidad de vida (en sentido más cuantitativo que cualitativo, como nos lo enseña la actual crisis ecológica y ponen de manifiesto la ecología y los ecólogos) pero, al mismo tiempo, integra como un elemento igualmente consustancial a ella la necesidad de que esa calidad de vida se prolongue el máximo tiempo posible; porque es calidad de vida tendencialmente ilimitada no sólo de objetos sino también de tiempo. Para garantizar esa prolongación temporal de la calidad de vida, los ciudadanos también exigen seguridad. Se produce así la paradoja que indicamos: la riqueza es una riqueza basada en la asunción (pero también creación) de riesgos, mas que se quiere consolidar y ampliar en el tiempo y en el espacio mediante la seguridad; lo que el riesgo crea, la seguridad lo consolida. Sin embargo, esta fórmula no funciona porque los peligros y los riesgos creados forman parte, como hemos señalado, de la esencia de la sociedad y la inseguridad creada no puede ser tán fácilmente contrarrestable como la inseguridad social[69].

---

[67] CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro.** 6. ed. rev., São Paulo: Saraiva, 2015, p. 86.

[68] MAY, Peter H. **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018, p. 7.

[69] Tradução livre: “[...] nossa cultura da sociedade de bem-estar é uma cultura de segurança, incluindo a segurança total (risco zero), mas, ao mesmo tempo, é uma sociedade que tem feito do perigo e do risco uma de suas principais manifestações que a identificam. É um paradoxo produzido e fomentado pela mesma fase do desenvolvimento social: a sociedade gera riscos que deseja controlar; a geração de riscos é inerente ao nosso nível de desenvolvimento técnico-científico, que se traduz em níveis importantes de qualidade de vida (em um sentido mais quantitativo do que qualitativo, como nos ensinam a atual crise ecológica e demonstram a ecologia e os ecologistas), porém, no ao mesmo tempo, integra como elemento igualmente inerente a ela a necessidade de que essa qualidade de

A constante degradação ambiental, traduzida em uma série de catástrofes e tragédias climáticas notórias, decorrem da atuação danosa do homem, conforme observa Steigleder:

> As condições para uma transição paradigmática no que se refere ao relacionamento entre o ser humano e o seu mundo natural, com a consequente ampliação da moldura jurídica do dano ambiental reparável, passam pela constatação de uma crise ambiental, que se situa no interior da crise do paradigma da modernidade, pelo que é uma crise civilizacional, espiritual, uma crise de visão de mundo, que evidencia a insustentabilidade da apropriação quantitativa e qualitativa do ambiente, uma vez que, além de provocar a extinção de espécies e o exaurimento dos componentes materiais como espirituais do ser humano, reduzido a sujeito despersonalizado, cujas relações sociais são mercantilizadas[70].

Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Fensterseifer[71] fazem uma abordagem da crise ecológica baseada no filósofo alemão Hans Jonas, considerando a necessidade de uma ética[72] voltada para o meio ambiente e o atual estágio tecnológico e suas consequências:

> A existência física e a própria dignidade humana está ameaçada pela atual crise ecológica. O filósofo alemão Hans Jonas colocou em cheque a "civilização tecnológica" com o seu princípio da responsabilidade (das Prinzip Verantwortung), propondo uma abordagem ética da ciência, em vista principalmente dos riscos existenciais trazidos pelas novas tecnologias desenvolvidas que, de acordo com o autor, como nunca dantes visto, expressam o triunfo do homo faber sobre a Natureza e a vocação tecnológica da humanidade158. Para o autor, a operacionalização do arsenal científico e tecnológico deve ser pautada pela responsabilidade do

---

vida se prolongue o máximo possível; porque é uma qualidade de vida geralmente ilimitada, não só de objetos, mas também de tempo. Para garantir esse prolongamento temporário da qualidade de vida, os cidadãos também exigem segurança. Assim, produz-se o paradoxo que indicamos: riqueza é riqueza baseada no assunção (mas também na criação) de riscos, mas que se pretende consolidar e expandir no tempo e no espaço através da segurança; o que o risco cria, a segurança se consolida. No entanto, esta fórmula não funciona porque os perigos e riscos criados fazem parte, como já assinalamos, da essência da sociedade e a insegurança criada não pode ser tão facilmente neutralizada como a insegurança social". (BETANCOR RODRÍGUEZ, Andrés. **Instituciones de derecho ambiental**. Madrid: La Ley, 2001, p. 80).

[70] STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Responsabilidade civil ambiental:** as dimensões do dano ambiental no direito brasileiro. 3. ed., rev. e atual., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017, p. 61.

[71] SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Princípios do direito ambiental**. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2017, p. 37.

[72] José Rubens Morato Leite afirma que "dentre os argumentos éticos que apontam na direção de uma justiça ambiental, ou seja, justiça entre as várias gerações há, pelo menos, dois elementos básicos, de acordo com Benjamin (2009): 'conservação da natureza para as gerações futuras, visando assegurar a perpetuação da espécie humana' e, ainda, a existência dos 'mesmos ou superiores padrões de qualidade de vida hoje encontráveis'". (CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro.** 6. ed. rev., São Paulo: Saraiva, 2015, p. 69).

> cientista e submetida a parâmetros éticos, a fim de que seja preservada a condição existencial humana, bem como a qualidade de vida no nosso Planeta. A crítica de Jonas sabidamente é procedente, já que, em muitas situações, a ciência está a serviço de interesses puramente econômicos, o que, como refere o filósofo alemão, coloca o ser humano, dentre todas as espécies que já habitaram o Planeta Terra, como a mais destrutiva e ameaçadora. Em tom crítico, Jonas enfatiza e confronta a prepotência (e suposta autossuficiência) do pensamento humano, ao afirmar que "solamente con la supremacía del pensamiento y con el poder de la civilización técnica posibilitada por él, una forma de vida, 'el hombre', se ha colocado en situación de poner en peligro a todas las demás formas de vida y, con ellas, a sí mismo. No pudo 'la naturaleza' incurrir en mayor riesgo que el de hacer surgir al hombre".

Acrescente-se que a crise ecológica exige políticas públicas com efeito pedagógico, procurando ensinar as pessoas a preservarem a natureza, conforme reflete Luís Paulo Sirvinskas[73]:

> É com base na ecologia que o Poder Público deverá elaborar projetos educativos para serem ministrados em todos os níveis de ensino com a finalidade de divulgar a consciência ecológica com vistas à preservação dos recursos naturais indispensáveis a todas as formas de vida.

Nesta linha, Luís Carlos Silva de Moraes[74] reitera a necessidade de investimento na educação ambienta e que, para aumentar os cuidados com o Meio Ambiente, é necessário mais educação e menos legislação.

Esse quadro crítico originou um novo modelo contemporâneo de Estado de Direito, definido por Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Fensterseifer[75] como Estado Socioambiental, pautado numa dimensão ecológica e comprometido com a proteção da natureza. Para os autores, o Estado Socioambiental superou os modelos Liberal e Social, configurando um projeto jurídico-político para o Desenvolvimento Sustentável da humanidade. Contudo, advertem que isso não significa extremismo ou fundamentalismo ambiental, porquanto a tutela ecológica abarca questões econômicas, sociais e ambientais. E arrematam que, na atual conjuntura, são cabíveis a intervenção e o controle jurisdicional das políticas públicas, caso os entes federativos se omitam ou atuem de forma ineficiente no combate à degradação.

---

[73] SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Tutela constitucional do meio ambiente:** interpretação e aplicação das normas constitucionais ambientais no âmbito dos direitos e garantias fundamentais. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2010, p. 28.

[74] MORAES, Luís Carlos Silva de. **Curso de Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 45.

[75] SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental:** Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção do Ambiente. 5. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 62-64.

A atividade humana, via exploração exagerada e indiscriminada dos recursos naturais, gera poluição e, consequentemente, danos ao Meio Ambiente. Édis Milaré[76] alerta:

> Não pode haver dúvida de que o Planeta está gravemente enfermo e com suas veias abertas. Se a doença é a degradação ambiental, forçoso concluir que ela não é apenas superficial: os males são profundos e atingem as entranhas mesmas da Terra. Essa doença é, ao mesmo tempo, epidêmica, enquanto se alastra por toda parte; e é endêmica, porquanto está como que enraizada no modelo de civilização em uso, na sociedade de consumo e na enorme demanda que exercemos sobre os sistemas vivos, ameaçados de exaustão.

Everton das Neves Gonçalves, Joana Stelzer e Elton Bonmann insistem que a humanidade precisa modificar a forma individualista de pensar, tendo em vista os danos ambientais surgidos recentemente, em prejuízo das gerações futuras:

> É possível observar, nos séculos XIX e XX, uma mentalidade extremamente individualista e liberal nas sociedades capitalistas ocidentais desenvolvidas. O reflexo socioeconômico dessa mentalidade, paralelamente ao impulso econômico sem precedentes oriundos das revoluções industriais e pós-industriais, levou ao desenvolvimento frenético dessas economias, que envolveu a alocação, tanto dos recursos dos próprios países como dos recursos de outros países que faziam parte da nova ordem neocolonial e que foram alvo da partilha colonial, da conferência de Berlim, etc. Nesse sentido, os recursos naturais tornaram-se meios para o progresso dessas nações, e essas economias de mercado, guiadas segundo forte ideologia individualista-liberal, não criaram qualquer limite à exploração dos recursos naturais, são reflexo da mentalidade individualista e liberal que se instalou após a Revolução Industrial, e que não criou limites ao uso desenfreado dos recursos naturais.[77]

Assim, uma das questões mais urgentes de nossa sociedade é a imperiosa redução dos danos ambientais que o ser humano vem causando, danos estes que ameaçam a sobrevivência na Terra e o futuro dos seres humanos. O desmatamento e a consequente redução da biodiversidade do planeta, com alterações no clima, são incontroversos[78]. O avanço tecnológico adquirido nas últimas décadas gerou

---

[76] MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 12. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 221.

[77] GONÇALVES, Everton das Neves; STELZER, Joana; BONMANN, Elton Dias. O Nível Eficiente de Proteção e de Punição segundo a Análise Econômica do Direito Ambiental. ***In:*** **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, vol. 2, n. 4, 2015, p. 178.

[78] Paola Villaviencio Calzadilla expõe uma série de situações que demonstram uma crise ambiental e climática, como: aumento da temperatura do planeta em aproximadamente 1.1 ºC desde meados do século XIX; perda acelerada de massa de gelo nas geleiras da Groenlândia e da Antártida; aumento da temperatura nos oceanos, afetando o ecossistea marinho; eventos climáticos inusitados, como chuva intensa. (VILLAVIENCIO CALZADILLA, Paola. La pandemia de Covid-19 y La Crisis Climática: Dos emergencias convergentes. ***In:*** **Revista Catalana de Dret Ambiental,** vol. XI, n. 2, p. 1-27, 2020.

melhora do bem-estar da população de forma geral, todavia não temos conseguido conciliar esse desenvolvimento[79] com a proteção ambiental.

1.3 DIREITO AMBIENTAL E SUA PROTEÇÃO NO BRASIL E NA ESPANHA

O Direito Ambiental exsurge da percepção de um desenvolvimento global desenfreado e de uma conscientização ambiental relativamente gradual e recente, a partir da segunda metade do século XX, que tem crescido sistematicamente em virtude de uma série de fenômenos ambientais que vêm causando impacto no ecossistema.

Dionisio Fernández de Gatta Sánchez insiste que o impacto das atividades humanas sobre o Meio Ambiente não é um fenômeno do nosso tempo, sendo que a relação entre os seres humanos e a natureza está em constante evolução, de onde surgiu o Direito Ambiental[80]:

> Actualmente continua existiendo preocupación en relación con las cuestiones relativas al medio ambiente y al desarrollo sostenible, aunque los problemas son antiguos; cuestión aceptada pacíficamente, sin perjuicio de que haya ciertas incertidumbres científicas y concepciones discrepantes. Tal proceso de concienciación se inicia, en particular, en los años sesenta del pasado siglo, y para intentar atajarlo se han utilizado y se utilizan muchos instrumentos y técnicas, destacando especialmente las normas jurídicas, a partir de lo cual surge el Derecho Ambiental.

Bem por isso, Denise Schmitt Siqueira Garcia[81] projeta uma nova

---

Disponível em: https://revistes.urv.cat/index.php/rcda/article/view/2807. Acesso em: 10 mar. 2022).

[79] Augusto Tatobá alerta que o crescimento desordenado veio "acompanhado de um processo jamais visto na humanidade, em que se utilizavam grandes quantidades de energia e de recursos naturais, acabando por configurar um quadro de degradação contínua do meio ambiente". (JATOBÁ, Augusto César Maurício de Oliveira. **Desenvolvimento sustentável e estudo de impacto ambiental:** uma investigação à luz do direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 15).

[80] "Atualmente ainda há preocupação em relação às questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, embora os problemas sejam antigos; assunto aceito pacificamente, embora haja determinadas incertezas científicas e concepções discrepantes. Tal processo de conscientização teve início, em especial, na década de sessenta do século passado, e para tentar enfrentá-lo, muitos instrumentos e técnicas têm sido utilizados e estão sendo utilizados, principalmente as normas legais, das quais surge o Direito Ambiental" (tradução livre). (GATTA SÁNCHEZ, Dionisio Fernández de. **Sistema Jurídico-Administrativo de Protección Del Medio Ambiente**. Salamanca: Ratio Legis, 2019, p. 25).

[81] GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. O direito ambiental e sua ligação com o princípio da dignidade da pessoa humana com os direitos fundamentais. ***In:*** DEMARCHI, Clóvis; OLIVEIRA NETO, Francisco José Rodrigues de; ABREU, Pedro Manoel. **Direito, estado e sustentabilidade**. São Paulo: Intelecto, 2016. Disponível em: https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/Documents/ecjs/E-book%202016%20DIREITO,%20ESTADO%20E%20SUSTENTABILIDADE.pdf. Acesso em: 13 nov.

perspectiva para o Direito Ambiental:

> Assim é preciso que o Direito Ambiental, a disciplina jurídica do ambiente, assuma o desafio de transcender o dogmatismo dos textos legais e busque um novo modelo de compreensão da problemática ambiental na sociedade; o que poderia ganhar espaço na construção de uma teoria geral da disciplina. O direito e a teoria que fundamenta não podem estar alheios às novas concepções da pessoa humana, da natureza e do desenvolvimento que perpassam outras ciências.

O Direito Ambiental tem natureza interdisciplinar[82] e é um conjunto de normas jurídicas cujo objetivo é tutelar a vida saudável e proteger o Meio Ambiente. Como observa Paulo Affonso Leme Machado[83], faz a articulação da legislação, da doutrina e da jurisprudência concernentes aos elementos que integram o ambiente.

Paulo de Bessa Nunes[84], por sua vez, assim define o Direito Ambiental:

> Entendo que o Direito Ambiental pode ser definido como um direito que tem por finalidade regular a apropriação econômica dos bens ambientais, de forma que ela se faça levando em consideração a sustentabilidade dos recursos, o desenvolvimento econômico e social, assegurando aos interessados a participação nas diretrizes a serem adotadas, bem como padrões adequados de saúde e renda. Ele se desdobra em três vertentes fundamentais, que são constituídas pelo: (i) *direito ao meio ambiente,* (ii) *direito sobre o meio ambiente* e (iii) *direito do meio ambiente.* Tais vertentes existem, na medida em que o direito ao meio ambiente é um direito humano fundamental que cumpre a função de integrar os direitos à saudável qualidade de vida, ao desenvolvimento econômico e à proteção dos recursos naturais. Mais do que um ramo autônomo do Direito, o Direito Ambiental é uma concepção de aplicação da ordem jurídica que penetra, transversalmente, em todos os ramos do Direito. O Direito Ambiental tem uma dimensão humana, uma dimensão ecológica e uma dimensão econômica que devem ser compreendidas harmonicamente. Evidentemente que, a cada nova intervenção humana sobre o ambiente, o aplicador do Direito Ambiental deve ter a capacidade de captar os diferentes pontos de tensão entre as três dimensões e verificar, no caso concreto, qual delas é a que se destaca e que está mais precisada de tutela em um dado momento.

Ramon Martín Mateo[85] explica que o Direito Ambiental é

2019.

[82] FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques (Coords.)**. Direito Ambiental Contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 15.

[83] MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro.** 24. ed., São Paulo: Malheiros, 2016, p. 52.

[84] ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 22. ed., São Paulo: Atlas, 2021, p. 7.

[85] "[...] aquele direito, ou sistema orgânico de normas, que protege ou tutela os sistemas naturais que tornam a vida possível; isto é, principalmente, e sem entrar em polêmicas doutrinárias já passadas, o ar, a água e o solo; tem como finalidade prevenir e corrigir os distúrbios que alteram os equilíbrios naturais produzidos pelos seres humanos e suas atividades, individuais ou coletivas, os quais são

> [...] aquel Derecho, o sistema orgánico de normas, que protege o tutela los sistemas naturales que hacen posible la vida; es decir, principalmente, y sin entrar en polémicas doctrinales algo pasadas, el aire, el agua y el suelo; siendo su finalidad prevenir y subsanar las perturbaciones que alteran los equilibrios naturales producidas por los seres humanos y sus actividades, individuales o colectivas; lo cual, se lleva a cabo mediante la regulación de tales actividades humanas, y sus consecuencias. Aún más, este conjunto de normas que constituye el Derecho Ambiental, regula las diferentes conductas humanas que deterioran el medio ambiente para prevenirlas, reprimirlas o para obligar a repararlas.

Para Dionisio Fernández de Gatta Sánchez[86] o Direito ambiental é um conjunto de normas que regulam as diferentes condutas humanas que deterioram o Meio Ambiente para prevenir, reprimir ou para obrigar reparações.

Andrés Betancor Rodríguez[87], por sua vez, aponta que o Direito Ambiental é

> [...] la rama del ordenamiento jurídico que regula las actividades humanas que tienen una incidencia o impacto ambiental significativo o importante con el objetivo de proteger la naturaleza y tiene por objeto la regulación de nuestra relación con la naturaleza.

Ao mesmo tempo em que Bosselmann afirma que “a proteção do meio ambiente é parte vital da doutrina contemporânea dos direitos humanos, pois é *sine qua non* para numerosos direitos humanos (saúde, vida)”[88], Fernanda de Salles Cavedon[89] assinala que as conexões entre Direitos Humanos e Meio Ambiente configuram uma nova tendência do Direito Ambiental, concluindo:

> O Direito Ambiental, por sua vez, passa por um processo de ‘humanização’, incorporando outras variáveis, para além da dimensão técnico-científica que lhe é peculiar, essenciais para que se possa configurar como instrumento de realização da Justiça Ambiental.

---

levados a cabo mediante regulação de tais atividades humanas, e suas consequências. Ademais, este conjunto de normas que constitui o Direito Ambiental regula as diferentes condutas humanas que deterioram o meio ambiente para preveni-las, reprimi-las ou forçá-las a repará-las” (tradução livre do autor). (MARTÍN MATEO, Ramón. **Tratado de derecho ambiental.** Tomo IV. Madrid: Edit. Edisofer, 2003, p. 13).

[86] GATTA SÁNCHEZ, Dionisio Fernández de. **Sistema Jurídico-Administrativo de Protección Del Medio Ambiente**. Salamanca: Ratio Legis, 2019, p. 27.

[87] “o ramo do ordenamento jurídico que regula as atividades humanas que tenham uma incidência ou impacto ambiental significativo ou importante com o objetivo de proteger a natureza e tem por objeto a regulação de nossa relação com a natureza” (tradução livre). (BETANCOR RODRÍGUEZ, Andrés. **Instituciones de derecho ambiental**. Madrid: La Ley, 2001, p. 176)

[88] BOSSELMANN, Klaus. **O Princípio da sustentabilidade:** transformando direito e governança. Tradução de Phillip Gil França. São Paulo: RT, 2015, p.147-148.

[89] CAVEDON, Fernanda de Salles. Conexões entre direitos humanos e direito ambiental como um contexto mais favorável para a justiça ambiental. ***In:*** DANTAS, Marcelo Buzaglo; SÉGUIN, Elida; AHMED, Flávio**. O direito ambiental na atualidade**: estudos em homenagem a Guilherme José Purvin de Figueiredo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 161.

Já Leonardo H. Sánchez-Mesa Martinez[90] observa que “el Derecho ambiental es aquel sistema normativo cuyos fines son la preservación del medio ambiente, garantizar el uso sostenible de los recursos naturales y mantener el entorno en condiciones adecuadas para ofrecer calidad de vida a las personas”.

O Direito Ambiental vem a ser um marco de rompimento do Direito e do ensino jurídico tradicionais, conforme ensinam Ingo Wolfang Sarlet e Tiago Fensterseifer[91]:

> O Direito Ambiental, nesse cenário, deve ser tomado como um instrumento de ruptura com a abordagem jurídica tradicional, denunciando as limitações metodológicas do sistema científico moderno e apontando para o horizonte da complexidade e da transdisciplinaridade do ‘novo’ pensamento jurídico. A adoção de um pensamento calcado em tais premissas é imprescindível ao estudo do fenômeno jurídico-ambiental contemporâneo.

A Ciência Jurídica, portanto, não é autossuficiente, pelo que o conhecimento de outros ramos é fundamental para aplicar as leis da melhor forma. Não há mais espaço para uma prática forense isolada, sem o auxílio de outras ciências, como a Análise Econômica do Direito. O profissional jurídico não pode trabalhar alheio à realidade, aplicando conceitos de forma dogmática e acrítica. A norma não é um fim em si mesmo; constitui, em verdade, instrumento a ser aplicado na prática. E esta leva a conflitos que o legislador não conseguiu regular totalmente, até porque é impossível antever todas as nuances do cotidiano. Por tudo isto, as diversas situações que a vida impõe tornam essencial o auxílio de outras áreas.

Ao tratar, especificamente, do conflito ambiental internacional, Juliano Locatelli Santos[92] argumenta que são raras as controvérsias exclusivamente relacionadas ao Meio Ambiente. As disputas ambientais, quase sempre, envolvem questões políticas, étnicas e religiosas, sendo o dano ambiental, na maior parte dos

---

[90] “O direito ambiental é aquele sistema regulatório que tem como objetivo a preservação do meio ambiente, garantir o uso sustentável dos recursos naturais e manter o meio ambiente em condições adequadas para oferecer qualidade de vida às pessoas”. (Tradução livre). (SÁNCHEZ-MESA MARTÍNEZ, Leonardo J. Aspectos básicos del derecho ambiental: objeto, caracterización y princípios. Regulación constitucional y organización administrativa del medio ambiente. ***In:*** LÓPEZ, M. Asunción Torres; GARCÍA, Estanislao Arana. **Derecho ambiental,** Madrid: Editorial Tecnos, 2018, p. 44-45).

[91] SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito ambiental:** introdução, fundamentos e teoria geral. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 381.

[92] SANTOS, Júlio Locatelli. A complexidade do conflito ambiental internacional e a mediação de conflitos. A atuação da Unidade de Apoio à Mediação da ONU. ***In:*** **Revista InterAção,** vol. 9, n. 1, p. 98–114, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/32316. Acesso em: 06 mar. 2022.

casos, mais consequência que causa da contenda. Com isso, o auxílio de outros ramos do conhecimento é uma imposição da prática, um corolário lógico, e não apenas uma opção acadêmica.

Nicolás Alejandro Hernández Araya[93], aliás, recorda que a preocupação jurídica com os elementos que compõem o meio ambiente exige a construção de mecanismos de proteção inovadores que atendam à necessidade de estabelecer incentivos para sua proteção, não sendo suficiente consagrá-los no plano normativo como novos princípios norteadores ou direitos subjetivos.

O papel do Direito Ambiental é justamente fornecer subsídios para que se concilie desenvolvimento econômico e utilização dos recursos naturais, apresentando base teórica para ponderação e compreensão desses conflitos de forma equilibrada.

Ramón Martín Mateo[94] complementa afirmando que "el Derecho ambiental incide sobre conductas individuales y sociales para prevenir y remediar las perturbaciones que alteran su equilibrio".

Assim, o Direito Ambiental possui relevante função nos tempos atuais. Ele traz um conjunto de mecanismos principiológicos e legais para regular controvérsias ambientais[95], incorporados a partir da Constituição Federal de 1988, ensejando a constitucionalização[96] da proteção ambiental, além do que deve estimular comportamentos humanos que tenham a Sustentabilidade como foco.

No Direito Espanhol, a proteção jurídica do Meio Ambiente começou na década de 70, a partir da Convenção de Estocolmo e do INFORME de Roma.

Com efeito, a Constituição Espanhola de 1978[97] assegurou, em seu artigo

---

[93] HERNÁNDEZ ARAYA, Nicolás Alejandro. Barreras Económicas em el Acceso a La Justicia Ambiental em España. ***In:*** **Revista Aranzadi de Derecho Ambiental,** n. 36, Thomson Reuters Aranzadi, enero-aabril 2017, p. 115.

[94] MARTÍN MATEO, Ramón. El Derecho Ambiental. ***In:*** **Revista Aranzadi de Derecho Ambiental**, n. 28, Thomson Reuters Aranzadi, mayo-agosto 2014, p. 29.

[95] Édis Milaré explica que o direito do ambiente cinge-se a um "complexo de normas coercitivas reguladoras das atividades humanas que, direta ou indiretamente, possam afetar a sanidade do ambiente em sua dimensão global, visando à sua sustentabilidade para as presentes e futuras gerações". (MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 12. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 247).

[96] BENJAMIN, Antônio Herman. Constitucionalização do Ambiente e Ecologização da Constitucionalização brasileira. ***In:*** CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2012, p. 110.

[97] A Constituição Espanhola, assim como a do Brasil, contém vários comandos teóricos e de cunho principiológico, muitas vezes difíceis de implementar. Este trabalho abordará a dificuldade que o juiz enfrenta ao proferir decisão em matéria de urgência ambiental, propondo critérios para tanto, utilizando, como veremos, elementos da Sustentabilidade, da Análise Econômica do Direito e da

45, o caráter de proteção constitucional do Meio Ambiente, como um dos principais vetores da política social e econômica, assegurando aos cidadãos o direito de desfrutar de um meio ambiente adequado para o desenvolvimento da pessoa, assim como o dever de conservá-lo.

Antônio Torres Del Moral anota:

> Las preocupaciones medioambientales están cresciendo exponencialmente en las sociedades económicamente desarrolladas. Tan es así que puede intuirse que, si fuere redactada ahora la Constitución española, el derecho al medio ambiente no se vería relegado, como lo está formalmente, a la categoría de mero princípio de política social y económica. Se tratta de un derecho joven – de tercera o cuarta generación – que presenta notables dificultades para su articulación técnica como un verdadero derecho de prestación exigible ante los tribunales[98].

O citado art. 45 está previsto no Título I, dedicado a los “Derechos y deberes fundamentales”, no Capítulo III, que trata “De los princípios rectores de la política social y económica”, o que denota que tal direito não é reconhecido como Direito Fundamental.

O artigo 45 prevê:

> 1. Todos tienen el derecho a disfrutar de un medio ambiente adecuado para el desarrollo de la persona, así como el deber de conservarlo.
> 2. Los poderes públicos velarán por la utilización racional de todos los recursos naturales, con el fin de proteger y mejorar la calidad de la vida y defender y restaurar el medio ambiente, apoyándose en la indispensable solidaridad colectiva.

Klauss Correa de Souza, em sua dissertação[99], traça um panorama acerca da fundamentalidade do direito ao Meio Ambiente adequado na Espanha, destacando que mesmo que a Constituição da Espanha não outorgue expressamente a qualidade de direito fundamental ao direito ao Meio Ambiente,

---

Teoria do Caso.

[98] “As preocupações ambientais estão crescendo exponencialmente nas sociedades economicamente desenvolvidas. Tanto é que se pode sentir que, se a Constituição espanhola fosse redigida agora, o direito ao meio ambiente não seria relegado, como o é formalmente, à categoria de mero princípio de política social e econômica. Trata-se de um direito jovem - terceira ou quarta geração - que apresenta notáveis dificuldades para a sua articulação técnica como verdadeiro direito de provisão executável nos tribunais” (tradução livre). (GIMENO SANDRA, Vicente; TORRES DEL MORAL, Antônio; MORENILLA ALLARD, Pablo. **Los Derechos Fundamentales y su Protección Jurisdiccional**. Madrid: Edit. Edisofer, 2017, p. 344).

[99] SOUZA, Klauss Corrêa de. **Direito Fundamental ao Meio Ambiente Adequado e Princípio da Proibição do Retrocesso Ambiental no Brasil e na Espanha.** Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, 2018. Disponível em: https://www.univali.br/Lists/TrabalhosMestrado/Attachments/2450/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Klauss%20Corr%C3%AAa%20de%20Souza.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

inviável é o afastamento do caráter materialmente fundamental deste.

Logo, o Meio Ambiente é tido como um direito, um dever e uma política, tendo o Poder Público a atribuição de corrigir e fazer diminuir a degradação ambiental, mediante ação pública eficaz e diversificada, conforme coloca Dionisio Fernández de Gatta Sánchez[100]:

> Esta concepción se basa en la teoría del Estado Social, que pregona la responsabilidad e intervención del Poder Público democrático en la satisfacción y en la consecución de objetivos sociales, al convertirse en medio ambiente, por su degradación y su necesidad para la vida, en una cuestión de interés general. Pero, es más, esta perspectiva le dará al Derecho Ambiental un caráter eminentemente público, al regular las relaciones de hombre y su entorno natural, las actividades humanas con incidencia o impacto ambiental, o su degradación debida a ésas actividades humanas (aunque hay otras ramas del Derecho que también contienen normas ambientales).

Para Ortega Álvarez, o art. 45 da CE aponta os seguintes elementos materiais: el desarrollo de la persona; los recursos naturales; la calidad de la vida; el proprio medio ambiente.[101]

Mª Nieves Alonso García[102] assevera que a Constituição Espanhola entende o meio ambiente como um princípio norteador da política econômica e social, que pode ser interpretado dentro de um contexto político e jurídico favorável para a proteção ambiental, concluindo:

---

[100] "Essa concepção se fundamenta na teoria do Estado Social, que proclama a responsabilidade e intervenção do Poder Público democrático na satisfação e consecução dos objetivos sociais, tornando-se o meio ambiente, por sua degradação e sua necessidade para a vida, em matéria de interesse geral. Contudo, mais ainda, essa perspectiva dará ao Direito Ambiental um caráter eminentemente público, ao regular as relações entre o homem e seu meio natural, as atividades humanas com incidência ou impacto no meio ambiente, ou sua degradação por essas atividades humanas (embora existam outros ramos do Direito que também contenham regulamentações ambientais)". (Tradução livre). (GATTA SÁNCHEZ, Dionisio Fernández de. **Sistema Jurídico-Administrativo de Protección Del Medio Ambiente**. Salamanca: Ratio Legis, 2019, p. 32).

[101] "O desenvolvimento pessoal; os recursos naturais; a qualidade de vida; o meio ambiente em si". (Tradução livre). (ORTEGA ÁLVAREZ, Luis. Concepto de medio ambiente. ***In:*** VICENTE MARTÍNEZ, Rosario de (Coord.); ALONSO GARCÍA, María Consuelo (Dir.); ORTEGA ÁLVAREZ, Luis Ignacio (Dir.). **Tratado de derecho ambiental.** Valencia: Tirant lo Blanch, 2013, p. 36).

[102] "Em suma, o fato de a Constituição de 1978 contemplar o meio ambiente como parte do bem-estar do cidadão, incentiva a empreender seu estudo a partir de uma perspectiva antropocêntrica, na qual o indivíduo passa a ser sujeito da ação protetiva estatal contra as alterações que, em sua área, pode causar a ação de um terceiro com a perda da sua qualidade de vida. E que é necessário indagar não tanto sobre os possíveis elementos constitutivos daquele ambiente, mas sobre a extensão da área correspondente à área de bem-estar chamada a se tornar objeto de proteção do Estado, a fim de limitá-la em relação a outras invocadas pela própria Constituição com a mesma finalidade de proteção ou tutela estatal, bem como, consequentemente, sobre a espécie de perturbações ou inconveniências que o indivíduo em seu meio possa experimentar" (tradução livre). (ALONSO GARCÍA, Maria Nieves. Crisis Migratorias Medioambientales: Evolución Histórica y Respuestas Futuras para la Protección de Los Derechos Humanos. ***In:*** MARTÍN, Germán Valencia (Dir.). **Revista Aranzadi de Derecho Ambiental,** n. 49, mayo-agosto 2021, p. 79-80)

> En definitiva, el que la Constitución de 1978 contemple al medio ambiente como una parcela del bienestar ciudadano, alienta a empreender su estudio desde una perspectiva antropocéntrica, en la cual se convierta el individuo en el sujeto de la acción tuitiva estatal frente a las alteraciones que en su entorno pueda producirle la actuación de un tercero con merma para su calidad de vida. Eso, existe indagar no tanto respecto a los posibles elementos constitutivos de ese entorno, sino sobre la extensión del ámbito correspondiente a la parcela de bienestar llamada a convertirse en el objeto de la protección del Estado, con la finalidad de acotarla respecto de otras invocadas por la propia Constitución con ese mismo propósito de amparo o tutela estatal, así como, consiguientemente con ello, sobre la clase de teraciones o molestias que puede conocer el individuo en su medio.

Blanca Lozano Cutanda explica que esse preceito constitucional se enquadra dentro dos princípios vetores da política social e econômica elencados no capítulo terceiro do Título I da Constituição Espanhola:

> Se trata pues de principios o valores informadores del ordenamiento jurídico pero que no son susceptibles de amparo constitucional, pues, como el Tribunal Constitucional ha declarado en diversas ocasiones, 'no todos los preceptos constitucionales, sino exclusivamente aquellos a los que expressamente se refiere el art. 53.2 de la Constitución, contienen principios o derechos susceptibles de protección a través del recurso de amparo' (SSTC 4/1989, de 18 de enero y 161/1987, de 27 de octubre, ATC 940/1985, de 18 de diciembre)[103].

Mais adiante, prossegue a autora:

> La configuración del medioambiente, como un principio rector de la política social y económica y no como un derecho fundamental invocable en la vía de amparo, resulta coherente con la naturaleza del bien jurídico medioambiente, que no puede construirse únicamente como un ámbito jurídico atribuible a la disposición individual, por las propias exigencias derivadas de su proteccioón como bien juridico colectivo y por los problemas escructurales que plantea la definición de su ámbito de protección[104].

---

[103] "Trata-se, portanto, de princípios ou valores que informam o ordenamento jurídico mas que não estão sujeitos à tutela constitucional, uma vez que, como o Tribunal Constitucional já afirmou em diversas ocasiões, 'nem todos os preceitos constitucionais, mas exclusivamente aqueles a que o art expressamente se refere o art. 53.2 da Constituição, contém princípios ou direitos suscetíveis de proteção por meio de recurso de amparo '(SSTC 4/1989, de 18 de janeiro e 161/1987, de 27 de outubro, ATC 940/1985, de 18 de dezembro)" (tradução livre). (LOZANO CUTANDA, Blanca. **Derecho Ambiental Administrativo**. Madrid: Edit. La Ley, 2010, p. 99-100).

[104] "A configuração do meio ambiente, como princípio norteador da política social e econômica e não como direito fundamental que pode ser invocado no recurso, é compatível com a natureza do bem jurídico ambiental, que não pode ser construído apenas como campo jurídico imputável à disposição individual, pelos requisitos decorrentes da sua proteção como bem jurídico coletivo e pelos problemas de estrutura colocados pela definição do seu âmbito de proteção" (tradução livre). (LOZANO CUTANDA, Blanca. **Derecho Ambiental Administrativo**. Madrid: Edit. La Ley, 2010, p. 100)

O artigo 45 da CE, portanto, consagra a proteção ambiental como uma função (direito e dever) dos poderes públicos[105]. O direito ao Meio Ambiente na Espanha não está sujeito à reserva legal (art. 53.1), mas pertence à categoria de direitos reconhecidos pela Constituição[106]. Por isso, na Espanha a maioria da doutrina[107] entende que a proteção ao meio ambiente não pode ser considerada Direito Fundamental, conforme expõe Ramón Martín Mateo[108]:

> Finalmente, en cuanto a nuestro país, aunque hay algunas opiniones en favor de la calificación de estos derechos como fundamentales, recordemos que la ubicación del artículo 45, dentro del Capítulo III, que recoge los principios rectores de la política social y económica, les priva de esta condición pudiendo sólo "ser alegados ante la Jurisdicción ordinaria de acuerdo con lo que dispongan las Leyes que los desarrollen" (Artículo 53.3).

---

[105] ALENZA GARCÍA, José Francisco. **Manual de derecho ambiental**. Pamplona: Univ Públic Navarra, 2001, p. 75-76.

[106] Esta a posição de Ângela María Amaya Arias: "No obstante, la configuración constitucional del médio ambiente en España no ha sido una cuestión pacífica en la doctrina, pues un sector mayoritario niega la existência de un derecho al ambiente con base constitucional en el derecho español, y afirma que se está ante un principio rector, y su desarollo dependerá de lo que indiquen las leyes que desarrollan los princípios rectores de la política social y económica. Pero también existen autores que defienden la existencia de este derecho fundamental, aunque con características proprias, sector minoritário en el ordenamento español. No obstante, se afirma que el hecho de que el médio ambiente no esté configurado como derecho fundamental, sino que – al igual que demás derechos económicos y sociales – como un bien o interés colectivo informador del ordenamento jurídico, no significa en modo alguno que su proclamación en el texto constitucional carezca de operatividad normativa directa, ya que puede actuar como parámetro de constitucionalidad de las leyes y como limite de otros derechos. Además, el médio ambiente puede aparecer protegido como derecho fundamental como contenido de otros derechos, tesis acogida por la jurisprudência, como ya mencioné". "Não obstante, a configuração constitucional do meio ambiente na Espanha não tem sido uma questão pacífica na doutrina, pois um setor majoritário nega a existência de um direito ao ambiente com base constitucional no direito espanhol, e afirma que se está diante de um princípio reitor, e seu desenvolvimento dependerá do que indiquem as leis que desenvolvem os princípios reitores da política social e econômica. Mas também existem autores que defendem a existência desse direito fundamental, embora com características próprias, setor minoritário no ordenamento espanhol. Não obstante, afirma-se que o fato de o meio ambiente não estar configurado como direito fundamental, mas – igualmente aos demais direitos econômicos e sociais – como um bem ou interesse coletivo informador do ordenamento jurídico, não significa de modo algum que sua proclamação no texto constitucional careça de operatividade normativa direta, já que pode atuar como parâmetro de constitucionalidade das leis e como limite de outros direitos. Ademais, o meio ambiente pode aparecer protegido como um direito fundamental contido em outros direitos, tese acolhida pela jurisprudência, como já mencionei" (tradução livre). (AMAYA ARIAS, Ángela María. **El principio de no regresión en el Derecho Ambiental**. 1. ed., Madrid: Iustel, 2016, p. 145).

[107] Fernando de Rojas Martinez-Parets sustenta que o direito previsto no art. 45 da Constituição não integra o rol dos direitos fundamentais. (ROJAS MARTÍNEZ-PARETS, Fernando de. **Los espacios naturales protegidos**. 1. ed., Cizur Menor (Navarra): Editorial Aranzandi, 2006, p. 21).

[108] "Por fim, quanto ao nosso país, embora existam algumas opiniões a favor da qualificação desses direitos como fundamentais, lembremo-nos de que a localização do artigo 45, no Capítulo III, que inclui os princípios norteadores da política social e econômica, os priva dessa condição. E só podem 'ser alegados perante a jurisdição ordinária de acordo com as disposições das Leis que os desenvolvem' (Artigo 53.3" (tradução livre). (MARTÍN MATEO, Ramón. **Manual de derecho ambiental**. Trivium: Madrid, 1995, p. 70).

María Ángeles Cuadrado Ruiz[109] igualmente entende que o meio ambiente seria um princípio reitor merecedor de proteção através de outros direitos constitucionais, não sendo direito fundamental na Constituição.

Pedro Brufao Curiel[110] assevera que o meio ambiente na Espanha pode ser tutelado através de direitos como o da saúde e à vida:

> Em resumen, la CE no recoge un verdadero e independiente "derecho al medio ambiente", sino que es un principio que ha de reger la lesgilación sectorial, enormemente influida por el Derecho Internacional y el de la Unión Europea sin los cuales la situación sería bien distinta, la jurisprudencia y la actividad administrativa y política de los poderes públicos, lo cual no impide que, como hemos visto, se relacionen diversos derechos fundamentales y libertades públicas con cuestiones netamente ambientales, cuestiones que son las que otorgan la legitimación activa para acudir a los tribunales en su defensa, a pesar de los obstáculos que han existido y existen en este sentido y, de modo más acudiante, para ejecutar las sentencias firmes.

Portanto, o art. 45 da Constituição Espanhola configura princípio norteador da política social e econômica, o que impõe ao Estado a obrigação de garantir o uso racional dos recursos naturais, bem assim fornecer informações e incentivar os cidadãos a participarem da tomada de decisões ambientais, a par do evidente respeito à legislação por parte de todos. Importa observar, ainda, que a Espanha subscreveu a “Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia”[111], que trata da proteção ambiental e desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, Alexandre Peñalver i Cabré destaca a importância do acesso

---

[109] CUADRADO RUIZ, María Ángeles. Derecho y Medio Ambiente: Medio Ambiente & Derecho. ***In:*** **Revista electrónica de derecho ambiental,** Universidade de Sevilla, n. 21, 2010..

[110] “Em resumo, a CE não inclui um verdadeiro e independente “direito ao meio ambiente”, mas sim um princípio que deve reger a legislação setorial, enormemente influenciada pelo Direito Internacional e pela União Europeia sem os quais a situação seria bem diferente, a jurisprudência e a atividade administrativa e política dos poderes públicos, o que não impede que, como visto, sejam relacionados diversos direitos fundamentais e liberdades públicas com questões puramente ambientais, questões que são as que outorgam a legitimação ativa para recorrer aos tribunais em sua defesa, apesar dos obstáculos que têm existido e existem neste sentido e, de modo mais urgente, para executar as sentenças transitadas em julgado” (tradução livre). (CURIEL, Pedro Brufao. Descripción general del Derecho Ambiental español. ***In:*** GARCÍA, José Eugenio Soriano; SADDY, André (Dir.); LAVERDE, Sandra Milena Ortiz; AVZARADEL; Pedro Curvello Saavedra (Coord.). **Direito Constitucional Ambiental Ibero-Americano,** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 288).

[111] A Espanha, que integra a União Europeia, aderiu a “Carta de los Decrechos Fundamentales de la Unión Europea”, o que a obriga a cumprir referida diretriz: “Art. 37. Protección del medio ambiente. – En las políticas de la Unión se integrarán y garantizarán, conforme al principio de desarrollo sostenible, un nível elevado de protección del medio ambiente y la mejora de su calidad". (ESPANHA. **Normas políticas**. Madrid: Tecnos, 2019, p. 34. Tradução livre: “Art. 37. Proteção do meio ambiente. – Nas políticas da União se integrarão e garantirão, de acordo com o princípio do desenvolvimento sustentável, um elevado nível de proteção do ambiente e a melhoria da sua qualidade.”)

à justiça ambiental para a proteção ambiental expondo:

> Uno de los primeros aspectos a destacar de la Ley 27/2006 es que sitúa en lugar central la tutela judicial ambiental y establece su naturaleza instrumental para garantizar el derecho al medio ambiente mediante la participación de los ciudadanos en la defensa del medio ambiente como bien jurídico colectivo. La exposición de motivos de la Lei lo fundamenta acerradamente en el derecho a un medio ambiente adecuado (art. 45 CE) especificando que sus titulares son todos los ciudadanos, tiene por objeto un bien jurídico coletivo y plantea la necesidad de establecer nuevos instrumentos de participación para su protección[112].

Noemi P. Pino Miklavec[113], a propósito, define a tutela judicial ambiental como:

> [...] el derecho de toda persona hacer valer ante la justicia, en ese caso, administrativa, los interesses ambientales contenidos en una pretensión ambiental que, en términos generales, puede ser la de vivir en un medio ambiente adecuado, apto para garantizar la salud y el bienestar.

Certo que o art. 45 da CE assegura a proteção constitucional ao meio ambiente, como verdadeiro direito subjetivo, necessário avançar para termos uma tutela judicial efetiva e um acesso à justiça ambiental que permita a aplicação da legislação ambiental, numa leitura voltada para a Sustentabilidade.

1.4 DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

O acesso à justiça[114], direito garantido constitucionalmente[115], deve ser o

---

112 **"**Um dos primeiros aspectos a destacar da Lei 27/2006 é que coloca a protecção jurídica ambiental em um lugar central e estabelece o seu caráter instrumental para garantir o direito ao meio ambiente através da participação dos cidadãos na defesa do meio ambiente como um bem jurídico coletivo. A exposição de motivos da Lei fundamenta-se no direito a um ambiente adequado (art. 45 CE) especificando que seus titulares são todos cidadãos, tem por objeto um bem jurídico coletivo e levanta a necessidade de estabelecer novos instrumentos de participação para sua proteção" (tradução livre). (PIGRAU SOLÉ, Antoni. **Acceso a la información, participación pública y acceso a la justicia em materia de medio ambiente:** diez años del Convenio de Aarhus. Barcelona: Edit. Atelier Libros Juridicos, 2008, p. 349-350).

113 **"**O direito de toda pessoa de fazer valer perante a justiça, neste caso, administrativa, os interesses ambientais contidos em uma reclamação ambiental que, em linhas gerais, pode ser viver em um ambiente adequado, idôneo para garantir a saúde e o bem-estar" (tradução livre). (PINO MILAVEC, Noemi P. **La Tutela Judicial Administrativa de los Intereses Ambientales**. Estudio comparativo de los ordenamentos español y argentino. N. 22, 1. ed., Navarra: Thomson Reuters Aranzadi, 2013, p. 110)

114 Para Roberto A. R. de Aguiar, "a Justiça é o dever-ser da ordem para os dirigentes, o dever-ser da esperança para os oprimidos. Podendo também ser o dever-ser da forma para o conhecimento oficial, enquanto é o dever-ser da contestação para o saber crítico" (AGUIAR, Roberto A. R. de**. O que é Justiça:** uma abordagem dialética. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1999, p. 15). Por sua vez, Luiz

mais amplo possível, vale dizer, deve ser efetivo, compreendendo o acesso a uma ordem jurídica justa e não somente o mero acesso aos Tribunais. Por isso a tutela de urgência é fundamental, porquanto permite uma intervenção mais rápida, do Judiciário, na realidade da vida, isto é, a providência jurisdicional começa a agir, e a surtir efeitos, antes do final do processo, sem que se espere pelos recursos e pela tramitação em geral.

Nessa linha, o Brasil é parte de inúmeras convenções e tratados[116] internacionais de proteção ao Meio Ambiente, o que evidencia a importância do Direito Internacional no âmbito do Direito Ambiental brasileiro[117].

O Direito Internacional do Meio Ambiente, a propósito, surge no período entre guerras (1919 a 1945), quando se passou a adotar convenções e tratados visando à proteção do Meio Ambiente pela comunidade internacional, como a Convenção para a Proteção da Fauna e da Flora e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, em 1940, bem assim a Convenção para a Regulamentação da Pesca da Baleia, de 1931 e 1946. O caso da *Fundição Trail*, entre os EUA e o Canadá, envolvendo a expedição de fumaça tóxica que uma Fundição de cobre e zinco expelia em direção aos Estados Unidos, foi a primeira manifestação do Direito Internacional do Meio Ambiente[118].

Após a segunda metade do século XX, a proteção ao Meio Ambiente entrou

---

Felipe Siegert Schuch, em sua tese, explica que o conceito de Justiça, assim como o de Sustentabilidade, é de difícil conceituação e implementação, embora todos tenham uma ideia do seu significado. (SCHUCH, Luiz Felipe Siegert. **A possibilidade de harmonização dos sistemas jurídicos no plano do Meio Ambiente e da Sustentabilidade pela via do Transconstitucionalismo e Transjusfundamentalidade.** 2022. 360 fls. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, 2022. Disponível em: https://www.univali.br/Lists/TrabalhosDoutorado/Attachments/430/TESE%20-%20LUIZ%20FELIPE%20SIEGERT%20SCHUCH.pdf. Acesso em: 8 mar. 2023).

[115] Artigo 5º, XXXV, da CF/88.

[116] Para Rezek, Tratado, no Direito Internacional, tem sido empregado como sinômino de acordo, convenção, pacto, regulamento etc, sendo "todo acordo formal concluído entre pessoas jurídicas de direito internacional público, e destinado a produzir efeitos jurídicos. Na afirmação clássica de Georges Scelle, o tratado internacional é em si mesmo um simples instrumento; identificamo-lo por seu processo de produção e pela *forma* final, não pelo conteúdo". (REZEK, Francisco. **Direito internacional público**. 17. ed., São Paulo: Saraiva, 2018, p. 40).

[117] Valério de Oliveira Mazzuoli, citando Norberto Bobbio, recorda o Meio Ambiente sadio, tratando-se de um direito humano fundamental, deve ser efetivamente protegido, para além de apenas positivado. (MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 10. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 1096).

[118] MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 10. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 1078.

efetivamente na agenda internacional[119], a partir dos efeitos globais da degradação ambiental, quando se observou a necessidade de uma regulamentação no âmbito internacional que contasse com a participação de todas as nações.

A observação de Real Ferrer é oportuna:

> [...] el más transcendente fruto de esta primera ola fue la constitucionalización del derecho al ambiente en un buen número de países. Los princípios de la Cumbre se abren espacio en los ordenamientos. Por primera vez, la comunidad internacional organizada toma una postura común frente a las agresiones que sufre el Planeta. Irrumpe como nuevo paradigma la necesidad de estabelecer límites al crecimiento[120].

A Conferência de Estocolmo, promovida pela Organização das Nações Unidas, em 1972, consolidou o Direito Ambiental Internacional, sendo o primeiro evento internacional de proteção do meio ambiente[121], e teve, como principal tema, a busca de uma forma de compatibilizar o desenvolvimento[122] com a preservação dos recursos naturais.

Valério de Oliveira Mazzuoli[123] destaca a importância dessa conferência no fortalecimento dos debates, visando conciliar a proteção do meio ambiente com o

---

[119] Antônio Augusto Cançado Trindade observa que a proteção dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente, juntamente com os temas do desenvolvimento humano e do desarmamento, constituem as grandes prioridades da agenda internacional contemporânea. (TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos humanos e meio ambiente**. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1993, p. 23).

[120] "O fruto mais transcendente dessa primeira onda foi a constitucionalização do direito ao meio ambiente em um bom número de países. Os princípios da Cúpula abrem espaço nos ordenamentos. Pela primeira vez, a comunidade internacional organizada assume uma posição comum diante das agressões sofridas pelo planeta. Surge como novo paradigma a necessidade de estabelecer limites para o crescimento" (tradução livre). (REAL FERRER, Gabriel. La construcción del derecho ambiental. ***In:*** **Revista Aranzadi de Derecho Ambiental**, Pamplona, n. 1, p. 73-94, 2002. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2282832. Acesso em: 18 fev. 2022).

[121] A Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, consolidou a proteção dos direitos humanos, assegurando em seu princípio 28 que toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades garantidos na Declaração possam ser plenamente realizados. Logo, somente um meio ambiente ecologicamente equilibrado permite a realização de tais direitos.

[122] Pedro Mercado Pacheco observa que "hoy, el desarrollo sostenible se presenta como un objetivo global. Un principio jurídico y político capaz de suscitar el consenso de políticos, economistas, juristas, sindicatos, multinacionales, ONGs...usado profusamente en la discusión política, incorporado en declaraciones políticas y en tratados internacionales. Como uno de los princípios normativos y políticos más adaptados y en consonancia con las dinâmicas de un mundo globalizado". "Hoje, o desenvolvimento sustentável é apresentado como um objetivo global. Um princípio jurídico e político capaz de suscitar o consenso de políticos, economistas, juristas, sindicatos, multinacionais, ONGs [...] profusamente utilizado na discussão política, incorporado em declarações políticas e tratados internacionais. Como um dos princípios normativos e políticos mais adaptados e em consonância com a dinâmica de um mundo globalizado" (tradução livre). (ALONSO, Esteban J. Pérez; GARCIA, Estanislao Arana; PACHECO, Pedro Mercado. **Derecho, globalización, riesgo y medio ambiente.** Valencia: Tirant Lo Blanch, 2012, p. 94).

[123] MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 10. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 1079.

desenvolvimento econômico:

> Foi a Conferência de Estocolmo o passo efetivamente concreto de conscientização da sociedade internacional para os problemas ambientais, que começavam a emergir com maior intensidade desde então, e o marco normativo inicial à futura construção do sistema internacional de proteção do meio ambiente. Sem dúvida, foi a Conferência a gênese da moderna era da cooperação ambiental global, responsável por também demarcar o início dos debates sobre as relações da proteção do meio ambiente com o desenvolvimento econômico.

Antonio Erias Rey e José Manuel Álvares-Campana Gallo[124] confirmam a importância da Conferência de Estocolmo:

> El año 1972 es clave en la construcción de la nueva agenda de políticas ambientales internacionales, no sólo porque se publica el influyente primer informe del Club de Roma, sino también porque se celebra la Conferencia de Estocolmo, una conferencia muy importante por cuanto las relaciones internacionales, en el escenario de la Guerra Fría, eran enormemente tensas, y el distanciamiento entre los tres bloques se hacía cada vez mayor. Las posturas respecto al medio humano y al medio ambiente estaban bien definidas: el bloque occidental, una vez reconocida la existencia de problemas ambientales, comenzaba a trabajar para resolverlos, mientras se debatía sobre si el origen del problema se debía más al crecimiento econòmico o al crecimiento demográfico; el bloque comunista anteponía radicalmente el desarrollo industrial a cualquier otra consideraciòn, a pesar de las potentes señales de destrucción ambiental que iban apareciendo, y, en último lugar, los países en desarrollo consideraban las precupaciones ambientales como lujos occidentales.

A convenção criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e estabeleceu no primeiro princípio:

> O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade, ao gozo de condições de vida adequadas num meio ambiente de tal qualidade que permita levar uma vida digna e gozar do bem-estar, e tem solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.

---

[124] “O ano de 1972 é fundamental na construção da nova agenda de política ambiental internacional, não só porque o influente primeiro relatório do Clube de Roma é publicado, mas também porque se realiza a Conferência de Estocolmo, uma conferência muito importante para as relações internacionais. No cenário da Guerra Fria, eles estavam extremamente tensos, e a distância entre os três blocos foi aumentando. As posições em relação ao meio humano e ao meio ambiente estavam bem definidas: o bloco ocidental, uma vez reconhecida a existência de problemas ambientais, começou a trabalhar para resolvê-los, enquanto debatia se a origem do problema se devia mais ao crescimento econômico ou crescimento populacional; o bloco comunista colocou radicalmente o desenvolvimento industrial antes de qualquer outra consideração, apesar dos poderosos sinais de destruição ambiental que estavam aparecendo e, em última análise, os países em desenvolvimento viam as preocupações ambientais como luxos ocidentais” (tradução livre). (ERIAS REY, Antonio; ÁLVAREZ-CAMPANA GALLO, José Manuel. **Evaluación ambiental y desarrollo sostenible**. Madrid: Ediciones Pirámide, 2007, p. 41).

Posteriormente, a ONU criou, em 1983, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que, em 1987, publicou relatório[125] em que definiu o conceito de desenvolvimento sustentável como: “[...] o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades.”.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), por sua vez, pretendeu consolidar o desenvolvimento com enfoque ambiental, vislumbrando uma revisão em relação à Conferência de Estocolmo, contando com 27 princípios de proteção ambiental, estabelecendo em seu princípio 4 que: “Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a produção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não poderá ser considerada isoladamente deste”.

Já em 2002, a ONU realizou a Cúpula Mundial sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento, criando o Plano de Implementação e a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável[126]. A propósito, Zenildo Bodnar[127] observa:

> Um conceito integral de sustentabilidade somente surge em 2002, na Rio+10, realizada em Joanesburgo, quando restou consagrada, além da dimensão global, as perspectivas ecológica, social e econômica, como qualificadoras de qualquer projeto de desenvolvimento, bem como a certeza de que sem justiça social não é possível alcançar um meio ambiente sadio e equilibrado na sua perspectiva ampla.

Finalmente, em 2012 realizou-se, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável[128], que teve por escopo confirmar o compromisso com o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

---

[125] Relatório Brundtland.

[126] Gabriel Real Ferrer aduz que os objetivos ambientais propostos na Conferência eram a mera ratificação dos elaborados na Rio92 (REAL FERRER, Gabriel. **Sostenibilidad, transnacionalidad y transformaciones del Derecho.** [s.d.]. Disponível em: https://www.academia.edu/10086250/Sostenibilidad_Transnacionalidad_y_transformaciones_del_Derecho. Acesso em: 18 fev. 2022, p. 9).

[127] BODNAR, Zenildo. A sustentabilidade por meio do Direito e da Jurisdição. ***In:*** **Revista Jurídica CESUMAR – Mestrado,** vol. 11, n. 1, p. 325-343. jan./jun. 2011.

[128] Édis Milaré lembra que o Rio +20 enfrentou a frieza do cenário internacional e que o principal elemento da sua preparação foi o ceticismo da Cúpula dos Governos e a Cúpula dos Povos, sendo o Brasil mais uma vez o anfitrião da grande conferência mundial na condição de “emergente”, deixando visíveis as dificuldades internas na preparação da Assembleia. (MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 12. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 1716).

O Direito Internacional Ambiental[129] advém, portanto, da expansão demográfica e da explosão do consumo que causaram danos ambientais de grandes proporções no mundo, despertando, no ser humano, a consciência de que os recursos ambientais são limitados e essenciais para a manutenção da vida.

Fernando Herren Aguillar[130] discorre sobre o impacto da globalização no crescimento econômico e a importância dos tratados internacionais para fins de proteção ambiental:

> O modelo econômico subjacente à economia globalizada envolve uma aposta no crescimento econômico. Um mundo livre para competir em altíssima escala é também um mundo de consumo em grandes proporções. Isso aponta para o problema da escassez dos recursos ambientais não renováveis, para as agressões ecológicas provocadas pela produção industrial dos bens desejados pela população. Um mundo economicamente globalizado é também um mundo mais poluído, mais destruidor de seus recursos naturais. Medidas de regulação no âmbito nacional são nitidamente insuficientes para fazer frente à ameaça da devastação ambiental. Uma parte da regulação jurídica do meio ambiente é de ordem econômica e cada vez mais ela precisa adquirir uma dimensão multilateral, internacional. Os efeitos danosos da poluição não se limitam ao país que a produz. Sem o compromisso conjunto dos países torna-se impossível a busca de paliativos à deterioração ambiental, razão pela qual as negociações de tratados internacionais de controle de emissões e de estabelecimento de padrões de produção menos agressivos ao meio ambiente tornaram-se o ponto de confluência do direito ambiental.

Para Hildebrando Accioly, Paulo Borba Casella e G. E. do Nascimento e Silva[131] a evolução do Direito Internacional Ambiental decorre do dever de se proteger o meio ambiente para além das fronteiras nacionais, mediante o uso sustentável dos recursos naturais, asseverando:

> A compreensão da finitude dos recursos e da irreversibilidade dos danos infligidos, em decorrência da ação humana, ao meio ambiente exigem a mobilização das atenções e da atuação da sociedade civil internacional, ao lado dos canais nacionais internos e da cooperação

---

[129] “O florescimento do Direito Internacional Ambiental está intimamente ligado aos problemas que se manifestam no planeta, tais como: o desaparecimento de espécies da fauna e da flora, a perda de solos férteis pela erosão e pela desertificação, o aquecimento da atmosfera e as mudanças climáticas, a diminuição da camada de ozônio, a chuva ácida, o acúmulo crescente de lixo e resíduos industriais323, o colapso na quantidade e na qualidade da água, o aumento significativo da população mundial, o esgotamento dos recursos naturais, os grandes acidentes nucleares, com efeitos imediatos, etc.”. (GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público**. 14. ed., São Paulo: SaraivaJur, 2022, p. 285).

[130] AGUILLAR, Fernando Herren. **Direito econômico:** do direito nacional ao direito supranaciona. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2019, p. 67).

[131] ACCIOLY, Hildebrando; CASELLA, Paulo Borba; SILVA, G. E. do Nascimento. **Manual de direito internacional público**. 25. ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p. 275.

> interestatal, nos moldes clássicos. A conscientização começou demasiadamente tarde, e se há de fazer acompanhar dos mecanismos de implementação assecuratórios da conservação e da preservação dos recursos naturais, para o futuro da humanidade.
> Desse modo, a partir dos mecanismos tradicionais do direito internacional, como um todo, consistentes nos tratados, acordos e mecanismos de entendimento os mais variados, faz-se a criação do arcabouço institucional e normativo internacional necessário para tentar responder a tais necessidades regulatórias, em matéria de proteção abrangente dos recursos naturais.

Logo, não há dúvida quanto à importância do Direito Internacional para a construção e consolidação do Direito Ambiental interno[132], permitindo a coordenação dos temas ambientais de forma global e articulada, até porque o Brasil é parte de inúmeras convenções internacionais de proteção ao Meio Ambiente, tanto perante as Nações Unidas, como também no contexto regional.

José Eduardo Faria lembra:

> La globalización es un concepto abierto y multiforme, que abarca problemas y procesos relativos a la apertura y la liberalización comercial, a la integración funcional de atividades económicas internacionalmente dispersas, a la competición interestatal por los capitales volátiles y a la aparición de un sistema financiero internacional sobre el que los gobiernos tienen una capacidad de control decreciente. En esta perspectiva, globalización es un concepto relacionado con las ideas de 'compresión' del tempo y del espacio, comunicación en tiempo real, disolución de fronteras geográficas, multilateralismo político y policentrismo decisório.[133]

A poluição é transfronteiriça[134], e grandes desastres ambientais ocorridos no passado demonstram essa característica, pelo que é preciso pensar numa política

---

[132] A legislação ambiental brasileira foi impulsionada significativamente após as Conferências de Estocolmo e do Rio de Janeiro no sentido de assegurar a Sustentabilidade.

[133] "A globalização é um conceito aberto e multiforme, abrangendo problemas e processos relacionados à abertura e liberação do comércio, a integração funcional de atividades econômicas internacionalmente dispersas, a competição interestadual por capital volátil e o surgimento de um sistema financeiro internacional sobre o que os governos têm uma capacidade de controle decrescente. Nesta perspectiva, a globalização é um conceito relacionado às ideias de 'compressão' de tempo e espaço, comunicação em tempo real, dissolução de fronteiras geográficas, multilateralismo político e policentrismo decisivo" (tradução livre). (FARIA, José Eduardo. La globalización económica y sus consecuencias jurídicas: diez tendências del derecho contemporâneo. ***In:*** ALONSO, Esteban J. Pérez; GARCIA, Estanislao Arana; PACHECO, Pedro Mercado. **Derecho, globalización, riesgo y medio ambiente.** Valencia: Tirant Lo Blanch, 2012, p. 19).

[134] Ramón Martín Mateo recorda que "las modificaciones por obra del hombre de la cubierta gaseosa de la Tierra tienen una dimensión universal indudable, en cuanto que sólo hay una atmósfera que por supuesto ignora olímpicamente los artificiales fraccionamientos de las soberanías territoriales". "As modificações causadas pelo homem na camada de ezônio da Terra têm uma dimensão universal indiscutível, pois existe somente uma atmosfera que, por óbvio, ignora totalmente as artificiais divisões das soberanias territoriais " (tradução livre). (MARTÍN MATEO, Ramón. **Tratado de Derecho Ambiental**. Madrid: Trivium, 1992, p. 391).

global de proteção ao Meio Ambiente, de onde surge o Direito Internacional Ambiental. Juliano Locatelli Santos[135] exemplifica os seguintes desastres ambientais, cujo alcance ultrapassou as fronteiras dos respectivos países: a) o vazamento de gases tóxicos em Bhopal, na Índia, no ano de 1984; b) o incidente nuclear ocorrido em Chernobyl, Ucrânia, em 1986; c) a queima de poços de petróleo, no Kuwait, na Guerra do Golfo, em 1991. Ainda podemos recordar o Furacão Katrina em Nova Orleans (EUA) em 2005 e o tsunami no sul da Ásia em 2004, entre tantos outros.

A preservação da natureza, em última análise, é o resguardo do mundo em que vivemos, do "lar" da raça humana. A necessidade lógica de sobrevivência obriga os povos a trabalharem em conjunto. Lamentavelmente a cooperação nem sempre ocorre.

Sidney César Silva Guerra[136], a partir da ideia de uma proteção global, conceitua o Direito Internacional Ambiental:

> O Direito Internacional Ambiental pode ser compreendido como um conjunto de normas que criam direitos e deveres para os vários atores internacionais e não apenas para os Estados, numa perspectiva ambiental, atribuindo papéis e responsabilidades que devem ser observados por todos no plano internacional, visando à melhoria da vida e qualidade de vida, para as presentes e futuras gerações.

Valério de Oliveira Mazuoli[137] assevera que o direito fundamental ao Meio Ambiente está na esfera de proteção do Direito Internacional dos Direitos Humanos:

> A proteção do meio ambiente não é matéria reservada ao domínio exclusivo da legislação doméstica dos Estados, mas é dever de toda a comunidade internacional. A proteção ambiental, abrangendo a preservação da natureza em todos os seus aspectos relativos à vida humana, tem por finalidade tutelar o meio ambiente em decorrência do direito à sadia qualidade de vida, em todos os seus desdobramentos, sendo considerado uma das vertentes dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Guido Fernando Silva Soares[138], a respeito do Direito Internacional do Meio

---

[135] SANTOS, Júlio Locatelli. A complexidade do conflito ambiental internacional e a mediação de conflitos. A atuação da Unidade de Apoio à Mediação da ONU. ***In:*** **Revista InterAção,** vol. 9, n. 1, p. 98–114, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/32316. Acesso em: 06 mar. 2022.

[136] GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público**. 14. ed., São Paulo: SaraivaJur, 2022, p. 286.

[137] MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 10. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 1090.

[138] SOARES, Guido Fernando Silva. **A proteção internacional do meio ambiente**. Barueri: Manole, 2003, p. 36-40.

Ambiente, aduz:

> A atual tomada de consciência da necessidade de prevenir-se contra a degradação do meio ambiente, o qual se encontra segmentado em inúmeras partes distribuídas pelos Estados, forçou os países a reconhecer que, no universo do planeta Terra, existe somente um único meio ambiente e a única maneira de ter-se uma regulamentação racional em relação a ele seria unificar os vários 'meio ambientes' – local, nacional, regional ou internacional – num único sistema normativo, determinado pelo direito internacional. Um aspecto que tornava tal necessidade ainda mais premente dizia respeito à inutilidade de tornar-se qualquer providência no interior dos ordenamentos jurídicos nacionais, se não houvesse, ao mesmo tempo, idêntica providência por parte dos demais Estados. Vários fatores determinaram o deslocamento das questões relacionadas ao meio ambiente para os foros internacionais. Em primeiro lugar, destacaram-se a necessidade de cooperação internacional como condição essencial para que se atingisse determinado objetivo de preservação ambiental. Em segundo, a evidência de que somente poderia haver resultado na prevenção de grandes tragédias ambientais desde que houvesse uma efetiva coordenação, em nível internacional, dos esforços e das políticas ambientalistas adotados nos ordenamentos jurídicos nacionais.

Ora, fenômenos biológicos ou físicos ocorridos na natureza não conhecem fronteiras[139] e muitas vezes exigem regulamentação internacional, pois podem incidir sobre vários países. Logo, o Direito Internacional Ambiental regula situações que ultrapassam o interesse de um único Estado.

A preocupação em relação à proteção global do Meio Ambiente tem ensejado a edição de uma série de convênios e tratados, visando um maior compromisso dos Estados contra as mudanças climáticas e outros fenômenos[140].

---

[139] Joana Stelzer afirma que "a intensificação das relações sociais de emergentes sujeitos no palco externo desencadearam uma rede de interação caracterizada pelo transpasse estatal (transnacional) e não mais pela relação ponto a ponto entre (inter) os estados (internacional)". (STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. ***In:*** CRUZ, Paulo Márcio (org). **Direito e transnacionalidade.** Curitiba: Juruá, 2011, p. 15-16).

[140] Gabriel Real Ferrer não acredita na instituição de uma autoridade ambiental internacional que venha a impor regras de condutas a todos os países: "[…] estaremos frente a una constelación de poderes parciales que gestionan sin estridencias parcelas cada día más numerosas y importantes de las relaciones internacionales. En unos casos, mediante organismos conocidos y altamente visibles, como la OMC, en otros más numerosos por órganos poco conocidos y muy especializados como las secretarías de los innumerables convenios internacionales que rigen silenciosamente las relaciones entre los Estados. En la nueva gobernanza, los gobiernos nacionales administrarán parcelas de poder cada vez más reducidas y mediatizadas. Deberán atender, por una parte, a las exigencias de los gobiernos locales cada vez más activos y poderosos, por otra a las corporaciones profesionales, a las empresas y a la sociedad civil; por otra, finalmente, a las exigencias de gobernanza regional y global". "Estaremos diante de uma constelação de poderes parciais que administram silenciosamente tramas cada vez mais numerosas e importantes das relações internacionais. Em alguns casos, por meio de organismos conhecidos e de grande visibilidade, como a OMC, em outros mais numerosos, por meio de órgãos pouco conhecidos e altamente especializados, como as secretarias dos inúmeros acordos

Mª Nieves Alonso García[141] recorda que o século XXI se caracteriza por três grandes ameaças: la pobreza, la violencia –generada por la guerra, la delincuencia organizada y el terrorismo- y el cambio climático. A autora sustenta que a declaração de emergência climática do Parlamento Europeu, aprovando o "Pacto Verde" em 2019, evidencia que o meio ambiente encontra-se novamente na agenda política e institucional, concluindo na sequência:

> El incremento cuantitativo y cualitativo de convenios sobre medio ambiente, no ha modificado la presencia de un elemento común en todos ellos: la diversificación de derechos y obligaciones de las partes y el predominio de recomendaciones que en ocasiones se articulan a través de anexos técnicos de gran complejidad.
> La continua modificación del equilibrio atmosférico del planeta ha puesto de manifiesto la necesidad de proteger una realidad que afecta a intereses generales de la sociedad internacional. En ocasiones los numerosos textos internacionales que regulan los diversos aspectos del medio ambiente (atmósfera, residuos, efecto invernadero, flora y fauna, etc.), no establecen más que obligaciones de carácter general en base a la cooperación y adopción de medidas legislativas hacia los Estados que forman parte.

Nesses termos, o Convênio de AARHUS[142], firmado em 1998 e que tem por objeto o acesso à justiça em matéria ambiental, além do acesso à informação e à participação popular, deve ser utilizado e implementado como parâmetro para as

---

internacionais que regem silenciosamente as relações entre os Estados. Na nova governança, os governos nacionais administrarão parcelas de poder cada vez mais reduzidas e mediadas. Terão de atender, por um lado, às demandas de governos locais cada vez mais atuantes e poderosos, por outro, às corporações profissionais, empresas e sociedade civil; de outro, por fim, às demandas da governança regional e global" (tradução livre). (REAL FERRER, Gabriel. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía. ¿Construimos juntos el futuro? ***In:*** **Revista NEJ,** vol. 17, n. 3, p. 305-326, set-dez 2012. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/34959/1/2012_Real_NEJ.pdf. Acesso em: 29 out. 2022, p. 323).

[141] "O aumento quantitativo e qualitativo dos acordos sobre meio ambiente não modificou a presença de um elemento comum em todos eles: a diversificação de direitos e obrigações das partes e a predominância de recomendações por vezes articuladas por meio de anexos técnicos de grande importância. A contínua modificação do equilíbrio atmosférico do planeta evidenciou a necessidade de proteger uma realidade que afeta os interesses gerais da sociedade internacional. Às vezes, os numerosos textos internacionais que regulam os diversos aspectos do meio ambiente (atmosfera, resíduos, efeito estufa, flora e fauna, etc.), não estabelecem mais do que obrigações gerais baseadas na cooperação e na adoção de medidas legislativas para os Estados membros" (tradução livre). (ALONSO GARCÍA, Maria Nieves. Crisis Migratorias Medioambientales: Evolución Histórica y Respuestas Futuras para la Protección de Los Derechos Humanos. ***In:*** MARTÍN, Germán Valencia (Dir.). **Revista Aranzadi de Derecho Ambiental,** n. 49, mayo-agosto 2021, p. 77)

[142] O Convênio de Aarhus entrou em vigor em 30 de outubro de 2001, sendo ratificado pela Comunidade Européia pela Decisão do Conselho de 17 de fevereiro de 2005, e pela Espanha em 15 de fevereiro dezembro de 2004, onde entrou em vigor em 31 de março de 2005. Na Espanha, a Lei 27/2006, chamada Lei de Aarhus, regulamenta os direitos de informação, participação pública e acesso à justiça em questões de meio Ambiente. (APODACA ESPINOSA, Ángel Ruiz de. El Acceso a La Justicia Ambiental a Nivel Comunitario Y en España Veinte Anos Después Del Convenio de AARHUS. ***In:*** **Revista Catalana De Dret Ambiental RCDA,** Vol. IX, n. 1, p. 01-53, 2018, p. 4).

normas brasileiras.

Embora o Brasil não seja signatário do Convênio de AARHUS[143], sua importância é destacada na medida em que o acesso à justiça e o princípio da informação ambiental[144] devem ser garantidos em sua plenitude, sendo considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como avançado instrumento para a democracia ambiental[145]. Logo, o Estado brasileiro deve trabalhar pela sua implementação.

O escopo do Convênio parte da necessidade de se obter um maior engajamento e sensibilização dos cidadãos[146] com relação aos problemas ambientais e, com isso, obter uma maior proteção do meio ambiente.

Marise Costa de Souza Duarte[147] acrescenta com propriedade:

> A sociedade contemporânea exige uma nova condução da problemática, onde – informada por uma compreensão ética e holística da realidade – o Estado, ao lado da sociedade civil e, em particular, do setor empresarial, sejam os grandes atores do processo de construção de uma sociedade sustentável. Assim, ocorre, porque sabe-se que a proteção e defesa do meio ambiente sadio não são privilégio de ninguém, mas, dever de todos, o que traduz o consenso da sociedade atual sobre a responsabilidade de todos e de cada um na reversão da crise ambiental.

---

143 Instrumento firmado no âmbito da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (CEE/ ONU), pelo que não é muito divulgada no meio jurídico nacional, embora seja considerada pela ONU o instrumento mais avançado para a democracia ambiental.

144 Jaquenod de Zsogon assevera que o papel da informação em matéria ambiental constitui aspecto fundamental para o desenvolvimento e práticas de atitudes de acordo com os imperativos ambientais, pelo que o desenvolvimento sustentável dependerá do grau de informação ao público. (JAQUENOD DE ZSOGON, Silvia. **Derecho Ambiental:** Información Investigación. Madrid: Dykinson, 1997, p. 39).

145 Ángel Ruiz de Apodaca Espinosa destaca que informação, participação e acesso à justiça ambiental são os três denominados princípios da democracia ambiental. (APODACA ESPINOSA, Ángel Ruiz de. El Acceso a La Justicia Ambiental a Nivel Comunitario Y en España Veinte Anos Después Del Convenio de AARHUS. ***In:*** **Revista Catalana De Dret Ambiental RCDA,** Vol. IX, n. 1, p. 01-53, 2018, p. 2).

146 Álvaro A. Sanchez Bravo adverte que o modelo de sustentabilidade necessita da colaboração de todos, não somente do Poder Público: “Pero no todo es responsabilidad de los poderes públicos, locales en este ámbito, sino que el compromisso ciudadano se revela imprescindibile. Las políticas públicas en pro de la sostenibilidad serán inoperantes sino son assumidas por los ciudadanos em uma doble vertiente: participación en la adopción de las decisiones a tomar y compromisso em la implantación de las medidas a desarrollar”. “Mas nem tudo é responsabilidade dos poderes públicos, locais neste âmbito, e sim que o compromisso do cidadão se mostra imprescindível. As políticas públicas em prol da sustentabilidade serão ineficazes se não forem assumidcas pelos cidadãos numa dupla vertente: participação na tomada de decisões e compromisso na implantação das medidas a serem desenvolvidas” (tradução livre). (GONÇALVES, Oksandro; FOLLONI, André; SANTANO, Ana Cláudia (Coords.). **Direito Econômico & Socioambiental**: Por interconexões entre o Desenvolvimento e a Sustentabilidade. Curitiba: Ithala, 2016, p. 26).

147 DUARTE, Marise Costa de Souza. **Meio ambiente sadio**: direito fundamental em crise. Curitiba: Juruá, 2003, p. 213 apud PIOVESAN, Flávia; IKAWA, Daniela. **Direitos Humanos:** fundamento, proteção e implementação. Curitiba: Juruá, 2010, p. 379.

Os artigos 1º e 9º ressaltam a importância do amplo acesso à justiça no âmbito do meio ambiente, o que significa inclusive que as leis devem garantir um amplo acesso à justiça como direito básico, nas palavras de Antoni Pigrau Solé, que afirma:

> El Convenio regula no sólo el derecho a acceer a la tutela judicial en el caso de que se vulnere el derecho de acceso a la información o de participación pública, sino también la posibilidad de interponer una demanda sobre obligaciones ambientales. Es decir, cualquier persona que reúna los eventuales critérios previstos por su derecho interno puede entablar procedimientos administrativos o judiciales para impugnar las acciones u omisiones de particulares o de autoridades públicas que vulneren las disposiciones del derecho ambiental nacional. A este respecto, el Convenio requiere que los gobiernos garanticen el acceso a procesos administrativos y judiciales para impugnar actos u omisiones contrarias a la ley tanto de personas o entidades privadas, como la administración pública y que establezcan mecanismos eficaces para remediar la situación de ilegalidad, incluído el uso de interdictos, que supone poder paralizar una actividad mediante uma decisión judicial. También, el derecho de acceso a la justicia inclusive la posibilidad de que toda persona pueda acudir a los tribunales si se le niega "el derecho a vivir em um ambiente que le permita garantizar su salud y bienestar"[148].

O acesso à justiça é, pois, uma prerrogativa universal, elemento integrante da inclusão e da cidadania, devendo ser concebido como direito fundamental a permitir o exercício de outros direitos.

Além disso, o artigo 9.4 prevê que os recursos em matéria ambiental devem incluir a possibilidade de se adotar medidas cautelares suficientes e efetivas, equitativas e rápidas.

A Agenda 2030, por sua vez, lançada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável em Nova Iorque, elenca, ainda, uma série de metas e objetivos, definidos pela ONU, para erradicar a pobreza, resguardar os Direitos

---

[148] "O Acordo regula o direito de acesso à proteção judicial no caso de divulgação do direito de acesso à informação pública, mas também a possibilidade de ação judicial sobre obrigações ambientais. Isto é, qualquer pessoa que cumpra os critérios estabelecidos por seu direito interno, pode deflagrar procedimentos administrativos ou judiciais para contestar as ações ou omissões de pessoas ou autoridades públicas vulneráveis às disposições da legislação ambiental nacional. Nesse sentido, a Convenção exige que os governos garantam o acesso a processos administrativos e judiciais para contestar atos ou omissões contrários às leis tanto de indivíduos quanto de entidades privadas, bem como da administração pública e estabelecer mecanismos eficazes para remediar a situação de ilegalidade. incluindo o uso de liminares, o que significa poder paralisar uma atividade por meio de uma decisão judicial. Da mesma forma, o direito de acesso à justiça, incluindo a possibilidade de todos irem aos tribunais se quiserem "viver bem num ambiente que lhes permita garantir sua saúde e bem-estar" (tradução livre). (PIGRAU SOLÉ, Antoni. **Acceso a la información, participación pública y acceso a la justicia em materia de medio ambiente:** diez años del Convenio de Aarhus. Barcelona: Edit. Atelier Libros Juridicos, 2008, p. 40-41)

Humanos e proporcionar a todas a pessoas uma vida digna e com qualidade, em busca de um Desenvolvimento Sustentável[149], sem comprometer o meio ambiente e as gerações futuras.

Jeffrey Sachs salienta que o desenvolvimento sustentável é um guia para a comunidade internacional:

> El desarrollo sostenible es un concepto básico para nuestra era. Es tanto una forma de entender el mundo como un método para resolver los problemas globales. Los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) guiarán la diplomacia económica mundial de la próxima generación[150].

Alfonso Aguado Puig[151] destaca que a Agenda 2030 reafirma os princípios estabelecidos no Rio de Janeiro e que, com a edição da Resolução n. 72/277, da ONU, em maio de 2018, pretende-se estabelecer um equilíbrio entre a proteção ambiental e o direito ao desenvolvimento, mantendo o homem como centro de todas as políticas:

> La Agenda 2030 pretende ser así, un acuerdo para el diseño de una política común con el fin de empreender el camino hacia el desarrollo sostenible con pleno respeto al Decrecho Internacional, partiendo de la base de la soberanía de los Estados y el reconocimiento de la utilidad de la integración normativa a nivel nacional, regional y subregional para llevar a cabo esta implementación.

Assinada pelos 193 Estados-membros da ONU, a Agenda 2030[152] indica 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável[153], propondo acabar com a pobreza,

---

[149] Para Ana Maria de Oliveira Nusdeo o princípio do desenvolvimento sustentável compreende as dimensões humana, física, econômica, política, cultural e social em harmonia com a proteção ambiental. (NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. **Direito Ambiental e Economia**. Curitiba: Juruá, 2018, p. 69).

[150] "O desenvolvimento sustentável é um conceito básico para nossa época. É uma forma de compreender o mundo e um método para resolver problemas globais. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) guiarão uma diplomacia econômica global da próxima geração" (Tradução livre). (SACHS, Jeffrey D. **La era del desarrollo sostenible**: Nuestro futuro está en juego – incorporemos el desarrollo sostenible a la agenda política mundial. Traducido por Ramon Vilà. Barcelona: Ediciones Deusto, 2014, p. 17).

[151] "A Agenda 2030 pretende ser assim, um acordo para o desenho de uma política comum a fim de enveredar pelo caminho do desenvolvimento sustentável com pleno respeito pelo Direito Internacional, a partir da base da soberania dos Estados e do reconhecimento da utilidade da integração regulatória nos níveis nacional, regional e sub-regional para realizar essa implementação" (tradução livre). (AGUADO PUIG, Afonso. **El Desarrollo Sostenible:** El Derecho en la búsqueda del equilibrio. Sevilha: Editora Universidad de Sevilha, 2019, p. 182).

[152] Pedro Manuel Quesada López destaca a incidência do princípio da efetividade do Direito no acesso à justiça em matéria ambiental, a partir do Convênio de Aarhus, com fundamento no art. 9-2, que estabelece a obrigação de prestar informações relativas ao meio ambiente para os Estados partes. (QUESADA LÓPES, Pedro Manuel. **El principio de efectividad del Derecho de La Unión Europea y su impacto en el Derecho Procesal Nacional**. Madrid: Portal Derecho, 2019, p. 149).

[153] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Agenda 2030.** [s.d.]. Disponível em:

garantir a prosperidade mediante um crescimento econômico sustentável e inclusivo, além de proteção ambiental mediante uma série de medidas e ações concretas.

Miguel Andrés Capó Martí observa a sua importância, em busca da Sustentabilidade:

> [...] a pesar de que los ODS no son jurídicamente obligatorios, se espera que los gobiernos los adopten como propios y estabelezcan marcos nacionales para el logro de los 17 objetivos. Los países tienen la responsabilidad primordial del seguimiento y examen de los progresos conseguidos en el cumplimiento de los objetivos, para lo cual será necesario recopilar datos de calidad, accesibles y oportunos. Las actividades regionales de seguimiento y examen se basarán en análisis llevadas a cabo a nivel nacional y contribuirán al mismo proceso a nivel mundial[154].

O Direito Internacional Ambiental, portanto, a partir da necessária cooperação entre os Estados e compromissos gerados pelos Tratados, exerce fundamental papel na Proteção Ambiental do planeta.

1.5 DECISÃO JUDICIAL. PROTEÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. A (IM) POSSÍVEL HARMONIZAÇÃO ENTRE ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE

O desafio vem a ser a (im) possível harmonização entre Economia e Sustentabilidade, a partir do papel do juiz contemporâneo na prestação jurisdicional. E a Tutela de Urgência, por enfrentar as situações de emergência, tem especial relevância nessa busca de um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e Meio Ambiente. Daí a importância e protagonismo do Poder Judiciário, a partir de uma resposta rápida, intervindo quando necessário, porquanto nem sempre se pode esperar pelo final do processo.

A sociedade de consumo em que vivemos surgiu na Revolução Industrial (Século XVIII), quando a produção em larga escala e o desenvolvimento

---

https://portal.stf.jus.br/hotsites/agenda-2030/#:~:text=A%20Agenda%202030%20da%20ONU,17%20objetivos%20de%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1veis. Acesso em: 16 ago. 2022.

[154] “Apesar do fato de que os ODS não são juridicamente obrigatórios, espera-se que os governos os adotem como seus próprios e estabeleçam estruturas nacionais para atingir os 17 objetivos. Os países são os principais responsáveis por monitorar e revisar o progresso no cumprimento das metas, para os quais será necessário coletar dados de qualidade, acessíveis e oportunos. As atividades regionais de monitoramento e revisão terão como base as análises realizadas no nível nacional e contribuirão para o mesmo processo no nível global” (tradução livre). (CAPÓ MARTÍ, Miguel Andrés. **Ecoética**: un nuevo paradigma para proteger los ecosistemas. Madrid: Tebar Flores, 2019, p. 81)

desenfreado, aliados à falta de consciência ambiental[155], deram início à degradação do meio ambiente.

O planeta tem sofrido com uma série de problemas ambientais, pelo que é oportuna a advertência de Ulrich Beck[156] de que a humanidade vive em uma sociedade de risco[157], com "a acumulação de riscos – ecológicos, financeiros, militares, terroristas, bioquímicos, informacionais – que tem uma presença esmagadora hoje em nosso mundo". Ora, a relação entre a industrialização e a produção em massa de matéria-prima com os danos daí advindos é evidente[158]. Por isso Enrique Leff[159] afirma que "la crisis ambiental revela el mito del desarrollismo y muestra el lado oculto de la racionalidad económica dominante".

Essa crise ambiental não é recente, e os índices de degradação, decorrentes do desenvolvimento industrial, são cada vez mais alarmantes, conforme observa Terence Trennepohl[160]:

> Os danos ambientais ocorridos durante a Revolução Industrial foram

---

[155] Ingo Sarlet destaca que "é preciso despertar a consciência das pessoas sobre a gravidade da crise ambiental, a fim de buscarmos, de algum modo, frear o ímpeto destrutivo que parece acompanhar o nosso processo civilizatório, e que se agravou sobremaneira no último século, inclusive a ponto de colocar em risco a própria sobrevivência da espécie humana". (SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito ambiental:** introdução, fundamentos e teoria geral. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 39)

[156] BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. 2. ed., São Paulo: Editora 34, 2011, p. 361.

[157] Anthony Gidens afirma a propósito: "O mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso. Isto tem servido para fazer mais do que simplesmente enfraquecer ou nos forçar a provar a suposição de que a emergência da modernidade levaria à formação de uma ordem social mais feliz e mais segura. A perda da crença no "progresso", é claro, é um dos fatores que fundamentam a dissolução de "narrativas" da história. Há, aqui, entretanto, muito mais em jogo do que a conclusão de que a história "vai a lugar nenhum". Temos que desenvolver uma análise institucional do caráter de dois gumes da modernidade. Fazendo-o, devemos corroborar algumas das limitações das perspectivas sociológicas clássicas, limitações que continuam a afetar o pensamento sociológico nos dias de hoje". (GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991, p. 19).

[158] Ladislau Dowbor assinala: "Parece absurdo, mas o essencial da teoria econômica com a qual trabalhamos não considera a descapitalização do planeta. Na prática, em economia doméstica, seria como sobrevivêssemos vendendo os móveis, a prata da casa, e achássemos que com este dinheiro a vida está boa, e que, portanto, estamos administrando bem a nossa casa. Estamos destruindo o solo, a água, a vida dos mares, a cobertura vegetal, as reservas de petróleo, a obertura de ozônio, o próprio clima, mas o que contabilizamos é apenas a taxa de crescimento". (DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica:** alternativas de gestão social. 2. ed., atual., Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 154).

[159] "A crise ambiental revela o mito do desenvolvimentismo e mostra o lado oculto da racionalidade econômica dominante" (tradução livre). (LEFF, Enrique. **Ecología y Capital**: Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. 1994. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/31701755_Ecologia_y_capital_racionalidad_ambiental_democracia_participativa_y_desarrollo_sustentable_E_Leff/link/56ccdb7008aeb52500c09e95/download. Acesso em: 28 jul. 2022, p. 283).

[160] TRENNEPOHL, Terence. **Direito ambiental empresarial.** 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2017, p. 38.

> superados (e, de certa forma, absorvidos) pela própria natureza. A crise ambiental que desponta no limiar deste milênio é consequência do modelo de crescimento econômico e populacional implementado ao largo do século XX, e que já apresenta sinais claros de insustentabilidade, bastando um lance de olhos nas crises mais recentes: desertificação, erosão de solos férteis, alterações climáticas substanciais, extinção de espécies da flora e fauna, diminuição da camada de ozônio e o aquecimento global.

A partir da exaustão ambiental do Planeta Terra, Tatiana de Almeida Freitas Rodrigues Cardoso Squeff[161] prescreve:

> Durante a história, o planeta sempre soube regenerar-se, afastando os males que lhe impactavam de algum modo natural, porém, com a incisiva e constante ação humana no meio ambiente, a ocorrência desse fenômeno torna-se uma incógnita. Por conseguinte, o homem é o único que pode tomar providências para tentar mitigar as consequências de sua própria conduta nos baldios, de modo que o seu futuro, enquanto uma aldeia global, não esteja fadado ao fim.

O Desenvolvimento Sustentável[162] surgiu como uma forma de a Economia e a ecologia desenvolverem-se harmonicamente, conciliando a preservação do meio ambiente e a limitação dos recursos naturais com o desenvolvimento[163].

A proteção ambiental está de um lado, e o desenvolvimento econômico do outro, constituindo os extremos da vida humana. Se um deles prevalecer, não haverá futuro. Preservar totalmente a natureza, sem nenhuma concessão, implica prejuízo econômico, perda de emprego, fome e pobreza. Contudo, é intuitivo que pensar apenas na economia, deixando de proteger o meio ambiente, tornará o planeta inabitável, inviabilizando a sobrevivência da humanidade, por mais pujante que o mercado esteja. A sustentabilidade busca, com isso, equilibrar essas duas pontas. O ser humano precisa, para sobreviver, de ar para respirar e de emprego a fim de auferir renda. Não se pode optar por um em detrimento do outro. A harmonia é o único caminho.

---

[161] SQUEFF, Tatiana de Almeida Freitas Rodrigues Cardoso. **Análise econômica do direito ambiental:** perspectivas interna e internacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 18.

[162] Maria Cláudia Antunes e Denise Siqueira Garcia advertem que o princípio do desenvolvimento sustentável representa o grande desafio da humanidade, pois a atividade econômica pauta-se pela conjugação do binômio maximização dos lucros – minimização de custos", sem preocupação com o meio ambiente sustentável. (GARCIA, Denise S. Siqueira; SOUZA, Maria Cláudia S. Antunes de. Direito ambiental e o princípio do desenvolvimento sustentável. ***In:*** **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, vol. 2, n. 2, 2007. Disponível em: http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/buscalegis7.pdf. Acesso em: 23 jan. 2018)

[163] Já em 1975 Fábio Nusdeo destacava que o conceito de desenvolvimento estava "passando por um processo de reavaliação que envolve mesmo uma profunda revisão de conceitos". (NUSDEO, Fábio. **Desenvolvimento e ecologia**. São Paulo: Saraiva, 1975, p. 10).

Luis Franco Sala aponta os motivos que ensejariam a equivocada conclusão de que proteger o Meio Ambiente significaria conflitar com a necessidade de crescimento:

> […] las políticas ambientales, en cuanto limitan y encarecen la expansión de la producción y del consumo, suponen un freno al crecimiento económico.
> El crecimiento económico en los términos señalados requiere de una expansión de la producción y del consumo, lo que implica una mayor explotación de los recursos naturales y un mayor uso de bienes ambientales con su consiguiente degradación[164].

Aliás, crescimento econômico não significa desenvolvimento econômico. O primeiro é o conjunto de atividades que gera aumento de renda total ou *per capita*, o que vem a ser medido pelo Produto Interno Bruto (PIB); o crescimento do PIB (soma em valores de todos os bens e serviços) significa que a economia do país cresceu[165]. O desenvolvimento econômico vai além do mero crescimento, já que importa em alteração estrutural da economia e da sociedade e não mero aumento da produção de bens e serviços.

Rafael Stefani[166] observa a propósito:

> Agora, há uma generalizada percepção de que o desenvolvimento econômico é um processo muito maior do que o simples crescimento do consumo material. Assim, há certo consenso de que o desenvolvimento é um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política humana, ambiental e social (SILVA et al., 2018). Isso significa dizer que o desenvolvimento econômico tem um forte viés qualitativo que abarca inúmeras dimensões do ser humano. Atualmente, o crescimento econômico incorpora novos desafios, como uma sociedade democrática e justa, distribuição da riqueza, melhor qualidade de vida da população e a orientação do país para o avanço tecnológico-produtivo.

Eros Grau[167] igualmente distingue desenvolvimento de crescimento econômico, asseverando:

---

[164] "a) [...] as políticas ambientais, enquanto limitam e encarecem a expansão da produção e do consumo, estabelecem um freio ao crescimento econômico. b) o crescimento econômico nos termos assinalados requer uma expansão da produção e do consumo, o que implica uma maior exploração dos recursos naturais e um maior uso de bens ambientais com sua consequente degradação". (Tradução livre). (FRANCO SALA, Luis. **Política económica del medio ambiente**: análisis de la degradación de los recursos naturales. Barcelona: Cedecs, 1995, p. 195).

[165] BARTHOLOMEU, Daniela Bacchi. Desenvolvimento sustentável e a questão dos resíduos sólidos. ***In:*** BARTHOLOMEU, Daniela Bacchi; CAIXETA-FILHO, José Vicente. **Logística ambiental de resíduos sólidos.** São Paulo: Atlas, 2017, p. 97.

[166] SILVA, Filipe Prado Macedo da. **Economia política**. Porto Alegre: SAGAH, 2019, p. 110.

[167] GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**: interpretação e crítica. 11. ed., São Paulo: Malheiros, 2006, p. 211.

> Importa, incisivamente considerar que, como anotei em outra oportunidade, a idéia de desenvolvimento supõe dinâmicas mutações e importa em que se esteja a realizar, na sociedade por ela abrangida, um processo de mobilidade social contínuo e intermitente. O processo de desenvolvimento deve levar a um salto, de uma estrutura social para outra, acompanhado da elevação do nível econômico e do nível cultural-intelectual comunitário. Daí porque, importando a consumação de mudanças de ordem não apenas quantitativa, mas também qualitativa, não pode o desenvolvimento ser confundido com a ideia de crescimento. Este, meramente quantitativo, compreende uma parcela da noção de desenvolvimento.

Ora, a Constituição Federal, a partir do seu artigo 170, apresenta um conjunto de regras e princípios que normatizam a atividade econômica e financeira, como propriedade privada, livre iniciativa e livre concorrência, assim como defesa do meio ambiente[168].

Cristiane Derani[169] afirma que as políticas ambientais e econômicas devem ser implementadas de forma harmônica:

> Esta visão setorizada não deve prosperar, se se quer tornar efetivos os princípios da Constituição Federal, prescritos, sobretudo, nos seus arts. 170 e 225. Tanto a Constituição não pode ser interpretada aos pedaços como políticas econômicas e ambientais não são livros diferentes de uma biblioteca, manuseados, cada um a sua vez, segundo o interesse e a conveniência de algum leitor.

Assim, o desenvolvimento econômico[170] deve ser efetivado conforme a capacidade dos ecossistemas, levando-se em conta o tempo necessário para que se restabeleçam os recursos renováveis e explorando os não renováveis de forma sustentável, com isso garantindo os recursos para as gerações atual e futura.

Karin Kässmayer[171] arremata que o "desenvolvimento sustentável emerge de modo a reconfigurar o novo modelo de Estado, visando a conciliar a proteção ambiental, a solidariedade social e a eficiência econômica".

---

[168] Nessa linha, o meio ambiente ecologicamente equilibrado seria ao mesmo tempo direito fundamental (art. 225, caput, da CF/88) e princípio da ordem econômica (art. 170, VI).

[169] DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2008, p. 69.

[170] "É evidente que as grandes empresas têm sua parcela de culpa na sociedade de risco e nos danos ambientais dela decorrentes, mas elas também representam avanços, conquistas, enfim, alguns valores para o mundo globalizado, de rápida transferência de informações e estonteante movimento de capitais". (TRENNEPOHL, Terence. **Direito ambiental empresarial.** 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2017, p. 83).

[171] KÄSSMAYER, Karin. A justiça ambiental como elemento do estado contemporâneo. ***In:*** LEITE, José Rubens Morato; DINNEBIER, Flávia França (Orgs.). **Estado de direito ecológico**: conceito, conteúdo e novas dimensões para a proteção da natureza. São Paulo: Inst. O Direito por um Planeta Verde, 2017. Disponível em: http://www.ccj.ufpb.br/sda/contents/documentos/e-book-estado-de-direito-ecologico-prof-dr-jose-rubens-morato-leite.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019, p. 547.

Alfonso Aguado Puig[172] revela preocupação quanto à aplicabilidade e eficiência da ciência jurídica, aduzindo que de nada servem grandes declarações se não estiverem acompanhadas de normativa precisa, citando a necessidade de atualizar o sistema de princípios emitidos na Rio 1992 para dar a necessária segurança jurídica e força vinculante, concluindo:

> ¿Por qué no buscar la eficiencia también a través de la ciencia jurídica? Ante un momento histórico en el que el término sostenibilidad se aplica frecuentemente a cualquier actividad o regulación o privada, no está más contar con una referencia de lo que realmente es y cómo buscarlo a través de las normas juridicas.
> Así, llamamos eficiencia a ese aumento de capacidad del Derecho como ciencia para cumplir adecuadamente su función y en esta línea si definimos con la necesaria claridad su contenido, nos descubrirá qué no es sostenible. Por ejemplo, una actividad o regulación medioambiental no será sostenible cuando no se busque el desarrollo económico y social dentro de su ámbito de aplicación y viceversa. No será sostenible cuando no evite el daño al medio ambiente o no lo internalice en la medida de sus posibilidades. Nunca será sostenible cuando no sea solidaria con aquellos sectores de car este calificativo cuando no se utilice la ciencia con estos fines y no se formalicen los compromisos de manera que sean jurídicamente eficaces. De asumir que, desde la ciencia jurídica, se delimiten con claridad los elementos básicos del sistema, se está permitiendo la fragmentación del próprio sistema, un abuso terminológico y un uso deficiente de los elementos básicos del sistema jurídico sobre desarrollo sostenible, que produce un efecto directo: las políticas y regulaciones que padecen esta desviación, no tienen la orientación adecuada, lo que las lleva a amparar objetivos distintos al necesario equilibrio de intereses.

A par disso, para Amartya Sen[173], o desenvolvimento deve levar em conta

---

[172] "Por que não buscar a eficiência também por meio da ciência jurídica? Diante de um momento histórico em que o termo sustentabilidade é frequentemente aplicado a qualquer atividade ou regulamentação ou privada, não há mais a referência do que ela realmente é e como encontrá-la através das regulamentações legais. Assim, chamamos de eficiência esse aumento da capacidade do Direito como ciência para cumprir adequadamente sua função e, nesse sentido, se definirmos seu conteúdo com a clareza necessária, ele nos revelará o que não é sustentável. Por exemplo, uma atividade ou regulação ambiental não será sustentável quando o desenvolvimento econômico e social não for buscado em seu âmbito de aplicação e vice-versa. Não será sustentável quando não evitar danos ao meio ambiente ou não o internalizar da melhor maneira possível. Nunca será sustentável quando não for solidário com os setores que se qualificam como tal, quando a ciência não for utilizada para esses fins e os compromissos não forem formalizados de forma juridicamente efetiva. Assumindo que, a partir da ciência jurídica, os elementos básicos do sistema estão claramente delimitados, admite-se a fragmentação do próprio sistema, o abuso de terminologia e o uso deficiente dos elementos básicos do sistema jurídico sobre o desenvolvimento sustentável, o que produz um efeito negativo direto: as políticas e regulamentações que sofrem com esse desvio não têm a orientação adequada, o que as leva a proteger outros objetivos além do necessário equilíbrio de interesses" (tradução livre). (AGUADO PUIG, Afonso. **El Desarrollo Sostenible:** El Derecho en la búsqueda del equilibrio. Sevilha: Editora Universidad de Sevilha, 2019, p. 209-210).

[173] SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 16.

não somente o aspecto econômico, mas também a qualidade de vida e questões humanistas:

> O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria.

Luís Roberto Barroso cita o mesmo autor para lembrar que "o crescimento econômico sem investimento no desenvolvimento humano é insustentável – e antiético" [174].

Gabriel Wedy[175], corrobora o exposto por Amartya Sen no sentido de que o desenvolvimento deve ser voltado para preservar e enriquecer o meio ambiente, e não para dizimá-lo, por isso precisa ser sustentável, asseverando:

> O meio ambiente não pode ser visto como mero estado de natureza, medido apenas por extensão de florestas, profundidade do lençol freático e os números de espécies de flora e fauna constantes na biodiversidade terrestre. A visão intergeracional de Sen descarta a fé na absoluta não intervenção na natureza e na crença da suficiência de recursos e provisões. Na sua ótica, a intervenção humana é imprescindível para a proteção dos bens ambientais. A proteção do meio ambiente não é uma questão de preservação passiva, mas de uma política ativa preservacionista. A despeito de ações poluentes, o ser humano pode enriquecer e melhorar o ambiente em que vive. O impacto das ações do ser humano sobre o meio ambiente precisa ser considerado em um juízo de ponderação de valores.

Em razão disso, Ignacy Sachs[176] sustenta que "o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo) para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos".

Ora, a ação do homem tem causado uma série de desequilíbrios no Meio Ambiente, e o desenvolvimento econômico vem a ser questionado quando ficam evidentes a miséria e a penúria de parte da população mundial, além da reconhecida desigualdade social, econômica e política.

---

[174] BARROSO, Luís Roberto. **Sem data venia, um olhar sobre o Brasil e o mundo**. 1. ed., Rio de Janeiro: História Real, 2020, p. 245.

[175] WEDY, Gabriel. **Desenvolvimento sustentável na era das mudanças climáticas:** um direito fundamental. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 17.

[176] SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 13.

Esse conflito entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico tem gerado um desequilíbrio ecológico, pelo que oportuna a observação de Rafael Maas dos Anjos[177]:

> Dito isso, é fundamental entender a relação entre atividade econômica e meio ambiente e, a partir deste conhecimento, tomar decisões melhores e mais inteligentes a fim de definir qual o nível de qualidade ambiental é aceitável e quais as mudanças são necessárias para que o comportamento do mercado, sem prejuízo do desenvolvimento econômico, contribuía para avanços sociais importantes.

Da mesma forma, Rafael Stefani[178] afirma:

> A degradação ambiental condicionada pela racionalidade econômica e tecnológica do modelo dominante de desenvolvimento gerou desequilíbrios: por um lado, houve progresso econômico e social, por outro, também houve miséria e degradação ambiental.

Se buscarmos, por um lado, a prosperidade econômica[179] e a justiça social, de outro almejamos a proteção dos fundamentos naturais da vida. Isso porque a proteção ao Meio Ambiente não é incompatível com projetos de desenvolvimento econômico[180]. É equivocado pensar que uma coisa exclui a outra, e que seja preciso escolher entre natureza e desenvolvimento. A Sustentabilidade e a Análise Econômica do Direito, conforme será abordado, demonstram ser possível a conciliação entre tais extremos.

Aliás, Barry C. Field e Martha K. Field[181] questionam acerca dos impactos do crescimento econômico sobre a qualidade ambiental:

---

[177] ANJOS, Rafael Maas dos. **Gestão de Resíduos Sólidos Pós-Consumo:** Economia Circular em tempos de obsolescência planejada. Vol. 1. São Paulo: Editora Dialética, 2022, p. 106.

[178] SILVA, Filipe Prado Macedo da. **Economia política**. Porto Alegre: SAGAH, 2019, p. 143.

[179] Para Antônio Maristrello Porto, o crescimento econômico vem a ser a expansão da capacidade produtiva de um país em um determinado momento, acrescentando: "Em uma abordagem simplificada, podemos compreender o crescimento econômico como a expansão da capacidade produtiva de um país em um determinado período[1], ou seja, é caracterizado por um aumento da eficiência de uma nação para gerar maior quantidade de bens e serviços. Este crescimento normalmente é medido pelo aumento da riqueza, ou, mais precisamente, da renda, de uma nação" (PORTO, Antônio Maristrello; GAROUPA, Nuno. **Curso de análise econômica do direito**. São Paulo: Atlas, 2020, p. 20).

[180] A propósito, o Supremo Tribunal Federal, no caso da transposição do Rio São Francisco, assentou: "O meio ambiente não é incompatível com projetos de desenvolvimento econômico e social que cuidem de preservá-lo como patrimônio da humanidade. Com isso, pode-se afirmar que o meio ambiente pode ser palco para a promoção do homem todo e de todos os homens". (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ACO 876 MC-AgR.** Relator: Ministro Menezes Direito, julgamento em: 19 dez. 2007. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=539061. Acesso em: 23 jan. 2018, p. 44).

[181] FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. **Introdução à economia do meio ambiente**. Tradução de Christiane de Brito Andrei. 6. ed., Porto Alegre: AMGH, 2014, p. 13.

> Será que as taxas de crescimento mais altas (isto é, aumentos em nossas medidas tradicionais, como o PIB) implicam em maior degradação ambiental, ou será que acontece o oposto? Ou ainda: será que o nosso crescimento econômico é sustentável? Dois economistas que estudaram esse problema recentemente concluíram: 'a poluição aumenta durante as primeiras etapas de desenvolvimento de um país e depois começa a diminuir à medida que o país adquire recursos adequados para tratar dos problemas que ela acarreta'. Isso acontece porque, com baixa renda, as pessoas tendem a valorizar o desenvolvimento em detrimento da qualidade ambiental, mas à medida que alcançam maior riqueza tornam-se dispostas a dedicar mais recursos às melhorias da qualidade ambiental.

Fernando dos Reis Condesso[182] ressalta a influência do poder econômico sobre o meio ambiente:

> O ambiente e a economia têm vivido em tensão e até mesmo em antagonismo. Com efeito, com o apoio dos poderes políticos, o mundo, confundindo a qualidade de vida, o bem-estar, com o consumismo, com a abundância de bens industriais e o desperdício, desde há mais de um século, que tem vivido uma civilização industrial, geradora de efeitos ecologicamente depredadores, socialmente injustos e economicamente inviáveis e insustentáveis.

Nesses termos, o crescimento econômico deve ser amparado na ética, visando ao bem-estar social, conforme preconizam Patrícia Diniz e Márcia Ribeiro[183]:

> A busca do propalado equilíbrio é importante exatamente para alcançar-se o pleno desenvolvimento, por meio da obtenção da estabilidade econômica, financeira e social. Tal busca é plenamente possível, seja pela consolidação de instituições eficientes e fortes, seja mediante a adoção de ferramentas de Análise Econômica do Direito, por meio da identificação dos problemas que ensejam um possível desequilíbrio (diagnóstico), da análise das prováveis reações das pessoas a uma determinada regra (prognóstico) e, por fim, pela escolha da melhor regra ou interpretação na busca do equilíbrio entre direito, economia, mercado e ética. Pela junção entre economia (mercado), direito e ética, surge a transparência, requisito essencial para o Compliance e, por consequência, para o bom funcionamento do mercado, visto que gera confiança e cooperação, pois os atores podem prever a jogada dos demais.

Hans Jonas[184] pensa num novo imperativo ético, direcionado para o futuro da humanidade e do planeta, de acordo com um novo tipo de agir humano e voltado

---

[182] CONDESSO, Fernando dos Reis. **Direito do ambiente**. Coimbra: Almedina, 2001, p. 72-73.
[183] DINIZ, Patrícia Dittrich; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. Compliance e Lei Anticorrupção nas Empresas. ***In:*** **Revista de Informação Legislativa,** vol. 52, n. 205, p. 87-105, jan./mar. 2015. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/509944. Acesso em: 23 jan. 2018, p. 91.
[184] JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2011, p. 47-48.

para o novo tipo de sujeito atuante, nos seguintes termos:

> "Aja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra"; ou, expresso negativamente: "Aja de modo a que os efeitos da tua ação não sejam destrutivos para a possibilidade futura de uma tal vida"; ou, simplesmente: "Não ponha em perigo as condições necessárias para a conservação indefinida da humanidade sobre a Terra"; ou, em um uso novamente positivo: "Inclua na tua escolha presente a futura integridade do homem como um dos objetos do teu querer".

Essa reflexão, a partir da degradação do meio ambiente, pretende a preservação da humanidade e evidencia que o filósofo pretende nortear o caminho para uma forma de agir voltada para o progresso ecologicamente responsável, por parte da população e do poder público, configurando uma nova ética[185] ambiental.

O futuro da humanidade não pode ser objeto de aposta, já que, como observa Hans Jonas[186], "não temos o direito de escolher a não-existência de futuras gerações em função da existência atual, ou mesmo de as colocar em risco".

Somos, portanto, responsáveis pelas gerações futuras na medida em que temos o dever de assegurar a sua existência, conforme dita o mesmo filósofo[187]:

> Isso significa que temos de estar vigilantes não tanto em relação ao direito dos homens futuros – o seu direito à felicidade, um critério precário, dada a incerteza inerente ao conceito de felicidade –, mas em relação ao dever desses homens futuros, ou seja, o dever de ser uma humanidade verdadeira: com a alquimia da nossa tecnologia "utópica", podemos lhes subtrair a capacidade de cumprir esse dever e até mesmo a capacidade de se atribuir esse dever. Zelar por isso, tal é nosso dever básico para com o futuro da humanidade, a partir do qual podemos deduzir todos os demais deveres para com os homens futuros. Esses deveres substantivos podem então ser subordinados à ética da solidariedade, da simpatia, da equidade e até mesmo da comiseração, de modo que, ao transpor os nossos próprios desejos e medos, alegrias e tristezas, conferimos a esses homens do futuro, numa espécie de simultaneidade fictícia, o direito que essa ética também concede aos contemporâneos e que somos obrigados a seguir, e cuja observância antecipada transforma-se aqui

---

[185] Capó Martí prescreve que "debemos llegar a una ética de la naturaleza que promocione una relación armónica de equilibrio entre las necesidades, los deseos y las actividades humanas y nuestro interés deberá estar centrado, al menos, en dos objetivos inmediatos: desarrollo óptimo individual; ambiente óptimo". "Devemos chegar a uma ética da natureza que promova uma relação harmoniosa de equilíbrio entre as necessidades, desejos e atividades humanas e nosso interesse deve estar centrado em pelo menos dois objetivos imediatos: o desenvolvimento individual ideal; ambiente ideal". (Tradução livre). (CAPÓ MARTÍ, Miguel Andrés. **Ecoética**: un nuevo paradigma para proteger los ecosistemas. Madrid: Tebar Flores, 2019, 63).

[186] JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2011, p. 48.

[187] JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2011, p. 92-93.

> numa responsabilidade particular nossa, por causa da causalidade inteiramente unilateral do nosso papel de autores da sua condição.

Antônio Carlo de Souza, Fábio Antônio Gabriel e Odirlei Silva de Souza[188] apresentam o pensamento de Hans Jonas sobre o princípio da responsabilidade nos seguintes termos:

> Jonas (2006, p. 18) fala com propriedade em relação à necessidade de uma nova ética, que abarque, além das coisas humanas, as extra-humanas7 e que modere as ações do homem em relação ao Planeta, porque esse filósofo presenciou e sentiu de perto as consequências de um imperativo tecnológico que se põe como determinismo. Por ter participado da guerra e vivido nesse contexto de grande turbulência e visto a morte de perto, ele pôde perceber o grande arsenal de destruição que o homem potencialmente produz contra si mesmo. Estando diante do estado apocalíptico das coisas, da queda ameaçadora do mundo e da proximidade da morte, tudo fez com que esse filósofo refletisse sobre as ações do nosso ser e da necessidade de uma ética que viesse mudar o nosso pensamento e o nosso comportamento. É por essas questões que Jonas pode ser considerado o fundador de um paradigma que traz novas possibilidades para a Educação Ambiental e também para ações humanas.

A conservação do meio ambiente enseja, assim, uma efetiva atuação do poder público ao priorizar políticas públicas para preservá-lo e, ao mesmo tempo, responsabilizar os cidadãos pela degradação do ecossistema.

Barry C. Field e Martha K. Field[189] ilustram esse ponto de vista através do seguinte exemplo: na cidade americana de Fort Worth, adotou-se a prática da “precificação por unidade”, segundo a qual, na coleta do lixo, as pessoas passaram a ser cobradas por cada sacola colocada na calçada para recolhimento. Com isso, foi enfrentado o problema do crescimento dos custos da extração, fazendo com que as famílias, por meio de tal incentivo, reduzissem seus resíduos sólidos.

Portanto, dessa busca de um bem-estar ambiental fundado na ética ambiental, de um padrão mínimo de qualidade para vivermos de forma digna, exsurge uma nova visão do Direito Ambiental voltada para a Sustentabilidade.

Nesses termos, o desafio vem a ser conciliar a proteção ao Meio Ambiente com o desenvolvimento econômico, propostas aparentemente divergentes, mas

---

[188] SOUZA, Antônio Carlos de; GABRIEL, Fábio Antônio; SOUZA, Odirlei Silva de. Ciência e ética: uma nova formulação do imperativo categórico como princípio da responsabilidade em Hans Jonas. ***In:*** **Conjectura,** Caxias do Sul, vol. 17, n. 3, p. 130-146, set./dez. 2012. Disponível em: http://fabioantoniogabriel.com/images/artigos/ciencia_e_etica.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022, p. 140.

[189] FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. **Introdução à economia do meio ambiente**. Tradução de Christiane de Brito Andrei. 6. ed., Porto Alegre: AMGH, 2014, p. 6-7.

fundamentais para se alcançar um Estado de Direito Ambiental[190].

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 3.540[191], ao firmar entendimento no sentido de um direito constitucional ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, reconheceu este desafio e a permanente tensão entre o imperativo de desenvolvimento nacional e a necessidade de preservação do meio ambiente, destacando-se do voto do Min. Celso de Mello:

> A atividade econômica não pode ser exercida em desarmonia com os princípios destinados a tornar efetiva a proteção ao meio ambiente. A incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica, ainda mais se se tiver presente que a atividade econômica, considerada a disciplina constitucional que a rege, está subordinada, dentre outros princípios gerais, àquele que privilegia a 'defesa do meio ambiente' (CF, art. 170, VI), que traduz conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial (espaço urbano) e de meio ambiente laboral. Doutrina.

Este entendimento vem sendo ratificado pelo Supremo Tribunal Federal[192], que concluiu que é dever do Poder Público e da sociedade a defesa de um Meio Ambiente equilibrado, a partir dos princípios do Direito Ambiental, assim descritos por Édis Milaré:

> 1) princípio do desenvolvimento sustentável; 2) princípio do ambiente ecologicamente equilibrado como direito/dever fundamental da pessoa humana; 3) princípio da solidariedade intergeracional; 4)

---

[190] Alexandra Aragão fala em surgimento de um novo Estado de Direito: o Estado Ecológico de Direito, que seria "um conjunto de normas, princípios e estratégias jurídicas necessárias para garantir a preservação de um conjunto de condições de funcionamento do sistema terrestre que tornam o Planeta terra um espaço seguro, para o Homem e os restantes seres vivos. A promoção da segurança e da prosperidade humana dentro do espaço operacional seguro é essencial para a manutenção da resiliência sócio-ecológica e para a realização dos objetivos globais de desenvolvimento sustentável". (ARAGÃO, Alexandra. O estado de direito ecológico no antropoceno e os limites do planeta. ***In:*** LEITE, José Rubens Morato; DINNEBIER, Flávia França (Orgs.). **Estado de direito ecológico**: conceito, conteúdo e novas dimensões para a proteção da natureza. São Paulo: Inst. O Direito por um Planeta Verde, 2017. Disponível em: http://www.ccj.ufpb.br/sda/contents/documentos/e-book-estado-de-direito-ecologico-prof-dr-jose-rubens-morato-leite.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019, p. 22).

[191] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade n. 3540/DF**. Relator: Min. Celso de Mello, julgamento em: 1º set. 2005. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=387260. Acesso em: 15 nov. 2019, p. 14.

[192] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 654833/AC.** Relator: Min. Alexandre de Moraes, julgamento em: 20 abr. 2020. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753077366. Acesso em: 15 nov. 2019; BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 417408 AgR/RJ.** Relator: Min. Dias Toffoli, julgamento em: 20 mar. 2012. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1941850. Acesso em: 15 nov. 2019;

> princípio da natureza pública da proteção ambiental; 5) princípio da prevenção e da precaução; 6) princípio da consideração da variável ambiental no processo decisório de políticas de desenvolvimento; 7) princípio do poluidor-pagador; 8) princípio do usuário-pagador; 9) princípio do protetor-recebedor; 10) princípio da função socioambiental da propriedade; 11) princípio da participação comunitária; 12) princípio da cooperação entre os povos; 13) princípio da proibição do retrocesso ambiental [193].

Logo, toda e qualquer atividade econômica somente pode ser exercida quando em harmonia com os princípios[194] do Direito Ambiental, que têm por escopo garantir a proteção ao meio ambiente, valendo destacar os princípios da precaução[195], prevenção[196], da cooperação[197], da participação[198], do poluidor-

---

[193] MILARÉ, Édis. **Direito do meio ambiente**. 10. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, p. 248-273.

[194] Princípios são normas jurídicas que devem ser cumpridas na medida do possível, sendo imprescindíveis para a aplicação do Direito Ambiental. Dworkin afirma: "Chamo de princípio a um padrão que deve ser observado não porque ele avançará ou assegurará um estado econômico, político ou social altamente desejável, mas porque ele é uma exigência de justiça ou equidade (fairness) ou de alguma outra dimensão da moralidade". (DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 136). Sarlet e Fensterseifer afirmam que os princípios "permitem ao intérprete e aplicador do Direito Ambiental (em especial, Juízes e Tribunais) alcançar o verdadeiro sentido e "estado da arte" do ordenamento jurídico ambiental, inclusive para o efeito de suprir deficiências e lacunas muitas vezes existentes". (SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Princípios do direito ambiental**. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2017, p. 13)

[195] "O princípio da precaução está ligado aos conceitos de afastamento de perigo e segurança das gerações futuras, como também de sustentabilidade ambiental das atividades humanas. Este princípio é a tradução da busca da proteção da existência humana, seja pela proteção de seu ambiente como pelo asseguramento da integridade da vida humana. A partir desta premissa, deve-se também considerar não só o risco eminente de uma determinada atividade, como também os riscos futuros decorrentes de empreendimentos humanos, os quais nossa compreensão e o atual estágio de desenvolvimento da ciência jamais conseguem captar em toda densidade". (DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2008, p. 167).

[196] "*O princípio da prevenção aplica-se a impactos ambientais já conhecidos* e dos quais se possa, com segurança, estabelecer um conjunto de nexos de causalidade que seja suficiente para a identificação dos impactos futuros mais prováveis. Com base no princípio da prevenção, o licenciamento ambiental e, até mesmo, os estudos de impacto ambiental podem ser realizados e são solicitados pelas autoridades públicas. Pois tanto o licenciamento quanto os estudos prévios de impacto ambiental são realizados com base em conhecimentos acumulados sobre o meio ambiente" (ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 22. ed., São Paulo: Atlas, 2021, p. 51).

[197] "O princípio da cooperação é um princípio geral do Direito Ambiental e, como tal, não incide apenas relativamente ao Estado (deveres estatais de cooperação), mas também nas relações travadas entre particulares. O princípio da cooperação possui essa dupla incidência e dimensão, tanto no tocante ao Estado quanto à sociedade em geral. Não por outra razão, Michael Kloepfer assinala que "'o princípio da cooperação, em termos essenciais, traduz a ideia de que a proteção ambiental é uma tarefa do Estado e da sociedade. Proteger o meio ambiente não é de responsabilidade exclusiva do Estado e não pode (ou deve) também ser implementada de forma unilateral contra a economia e a sociedade, mas requer a cooperação de todas as forças envolvidas'". (SARLET, Ingo Wolfgang. FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 300).

[198] "A participação popular, visando à conservação do meio ambiente, insere-se num quadro mais amplo da participação diante dos interesses difusos e coletivos da sociedade. É uma das notas características da segunda metade do século XX". (MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito**

pagador e do usuário pagador[199] e da proibição de retrocesso ambiental[200].

Bem por isso, Paulo Cunha[201] defende que tais princípios ambientais são necessários para identificar e mensurar riscos, evitando a conversão em danos.

A Sustentabilidade[202] surge[203] justamente da preocupação com a devastação do meio ambiente e seus efeitos para com as gerações futuras[204], como uma forma de conciliar o desenvolvimento econômico[205] com o uso adequado e responsável

---

ambiental brasileiro. 24. ed., São Paulo: Malheiros, 2016, p. 127).

[199] "A utilização de recursos naturais, no ciclo de produção de bens e serviços, enseja a geração de externalidades negativas, notadamente em termos de poluição e degradação ambiental. O princípio do poluidor-pagador, tomado em tal perspectiva, objetiva justamente 'internalizar' nas práticas produtivas (em última instância, no preço dos produtos e serviços) os custos ecológicos, evitando-se que eles sejam suportados de modo indiscriminado (e, portanto, injusto) por toda a sociedade. De acordo com Ramón Martin Mateo, o princípio do poluidor pagador representa autêntica 'piedra angular del Derecho Ambiental', com o propósito de eliminar as motivações econômicas da contaminação, inclusive aplicando os imperativos da ética distributiva". (SARLET, Ingo Wolfgang. FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 253).

[200] Alexandra Lorenzi da Silva, em sua dissertação, destaca que a Proibição de Retrocesso "*objetiva impedir que o Estado deteriore o ordenamento jurídico já existente*". (SILVA, Alexandra Lorenzi da. **O princípio da proibição de retrocesso aplicado ao Direito Ambiental sob a perspectiva de decisões judiciais selecionadas**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, 2019. Disponível em: https://www.univali.br/Lists/TrabalhosMestrado/Attachments/2578/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Alexandra%20Lorenzi%20da%20Silva%20-%2016.09.19.pdf. Acesso em: 9 mar. 2023).

[201] A Globalização, a Sociedade de Risco, a Dimensão Preventiva do Direito e o Ambiente. (FERREIRA, Heline Sivini; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). **Estado de direito ambiental:** Tendências, aspectos constitucionais e diagnósticos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 116).

[202] Desenvolvimento sustentável e Sustentabilidade não se confundem; o desenvolvimento sustentável é um dos elementos da Sustentabilidade as necessidades humanas serão alcançadas somente se os objetivos ambientais e de desenvolvimento forem exercidos em conjunto. No dizer de Klaus Bosselmann[202], "o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como aplicação do princípio da sustentabilidade, e não o contrário". (BOSSELMANN, Klaus. **O Princípio da sustentabilidade:** transformando direito e governança. Tradução de Phillip Gil França. São Paulo: RT, 2015, p. 27).

[203] Para Enrique Leff, a sustentabilidade surgiu para ser protagonista e "é o tema do nosso tempo, do final do século XX e da passagem para o terceiro milênio, da transição da modernidade truncada e inacabada para a pós-modernidade incerta, marcada pela diferença, pela diversidade, pela democracia e pela autonomia". (LEFF, Enrique. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 2004, p. 9).

[204] Paulo Affonso Leme Machado afirma que a Constituição estabelece as presentes e futuras gerações como destinatárias da defesa e da preservação do meio ambiente, consagrando, no seu artigo 225, a ética da solidariedade entre as gerações, de forma que a presente não pode usar o meio ambiente de forma a prejudicar a futura (MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro.** 24. ed., São Paulo: Malheiros, 2016, p. 156).

[205] Santos Pastor Prieto explica sobre os efeitos da justiça no crescimento econômico: "El sistema jurídico – y el judicial como parte de él – afecta a variables que son fundamentales para el crescimento económico. Incide de manera directa en los costes de producción y transación, la inversión y las mejoras tecnológicas, y de forma indirecta en praticamente todas las demás dimensiones de las que depende el crecimiento. Suministra un marco regulador, una espécie de clima en el que operan, viven y crean valor personas, empresas e instituciones, y garantiza el cumplimiento de las reglas y los acuerdos que las partes contraem, así como el respeto de los derechos y liberdades, de las económicas entre otras. De esta manera proporciona um marco de estabilidad,

dos recursos naturais.

É que o Direito Ambiental não pode ficar limitado à “proteção ambiental”, devendo ser aplicado de acordo com a realidade social em que vivemos, onde a sociedade necessita de um meio ambiente equilibrado, mas também precisa do desenvolvimento econômico para garantia dos direitos humanos e do bem-estar social.

Diante dos problemas ambientais do século XXI, a construção de uma sociedade sustentável é o que se pretende, com o uso racional dos recursos e repositórios naturais, em busca da Sustentabilidade[206].

Por isso Gabriel Real Ferrer[207] afirma que “la Sostenibilidad es una noción positiva y altamente proactiva que supone la introducción de los cambios necesarios para que la sociedad planetaria, constituida por la Humanidad, sea capaz de perpetuarse indefinidamente en el tempo”.

Não se pretende com a Sustentabilidade, pois, impedir o desenvolvimento econômico, e sim planejá-lo, torná-lo equilibrado mediante o uso adequado, racional e responsável dos recursos naturais, ante a sua esgotabilidade. A par disso, não há como alcançar a prosperidade econômica a partir da Sustentabilidade sem proteger o meio ambiente, erradicar a pobreza e alcançar a equidade social.

Juarez Freitas assim define a Sustentabilidade[208]:

> Trata-se do princípio constitucional que determina, com eficácia

---

previsibilidad y seguridad, que son dimensiones centrales em la formación de expectativas de los inversionistas” “O sistema legal – e o sistema judiciário como parte dele – afeta variáveis que são essenciais para o crescimento econômico. Afeta diretamente os custos de produção e transporte, investimentos e melhorias tecnológicas, e indiretamente afeta praticamente todas as outras dimensões das quais depende o crescimento. Proporciona um marco regulatório, uma espécie de clima em que pessoas, empresas e instituições operam, vivem e criam valor, e garante o cumprimento das regras e acordos que as partes contratam, bem como o respeito aos direitos e liberdades, da economia entre outras. Dessa forma, proporciona um quadro de estabilidade, previsibilidade e segurança, dimensões centrais na formação das expectativas dos investidores” (tradução livre). (AYUSO GUTIÉRREZ, Mercedes. **Justicia Y Economia**. Madrid: Consejo General Del Poder Judicial, 2010, p. 99).

[206] BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é - o que não é. 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 43.

[207] “A sustentabilidade é uma ideia positiva e bastante proativa que requer a introdução de mudanças necessárias para que a sociedade planetária, constituída pela humanidade, seja capaz de perpetuar-se indefinidamente no tempo” (tradução livre). (REAL FERRER, Gabriel. Sostenibilidad, Transnacionalidad y Trasformaciones del Derecho. ***In:*** SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira (orgs.) **Direito ambiental, transnacionalidade e sustentabilidade**. Itajaí: UNIVALI, 2013. Disponível em: https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/Documents/editora-univali/Direito%20Ambiental,%20Transnacionalidade%20e%20Sustentabilidade.pdf. Acesso em: 24 mai. 2021).

[208] FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 3. ed., Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 43.

> direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar.

Para Gabriel Real Ferrer e Paulo Márcio Cruz[209] a Sustentabilidade surge como um novo paradigma do Direito na pós-modernidade[210], com destaque para a necessidade de garantir a justiça intergeracional para as futuras gerações, conceituando-a assim:

> Sustentabilidade não é nada mais que um processo mediante o qual se tenta construir uma sociedade global capaz de se perpetuar indefinidamente no tempo em condições que garantam a dignidade humana. Atingido o objetivo de construir essa nova sociedade, será sustentável tudo aquilo que contribua com esse processo e insustentável será aquilo que se afaste dele.

O princípio da sustentabilidade vem a ser um ponto de equilíbrio entre a exploração dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico. Klaus Bosselmann[211] destaca que “o ambiente fica em um dos lados da balança, o desenvolvimento, do outro, a arte é manter ambos em equilíbrio”.

Tal harmonia também é representada pela “economia verde”, definida por Joaquín Melgarejo Moreno, Mª Inmaculada López Ortiz e Andrés Molina Giménez[212] como a economia preocupada não somente com o lucro, mas com o bem-estar das pessoas, a igualdade social, a redução dos riscos ao meio ambiente e a escassez dos recursos naturais. É um modelo econômico em que o desenvolvimento considera a utilização eficiente dos recursos, a inclusão social e a proteção da natureza. Aqui, num novo paradigma, o mercado procura, na medida do possível, manter, melhorar e reconstruir o que chamam de “capital natural”. O esverdeamento faz com o progresso econômico seja medido de acordo com a educação, a saúde e

---

[209] Direito, Sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. (SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; REZENDE, Elcio Nacur (Orgs). **Sustentabilidade e meio ambiente**: efetividades e desafios. Belo Horizonte: Editora D´Plácido, 2017, p. 16).

[210] CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. O novo paradigma de Direito na pós-modernidade. ***In:*** **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD),** Porto Alegre, vol. 3, p. 75-83, 2011. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/777/1761. Acesso em: 24 mai. 2021.

[211] BOSSELMANN, Klaus. **O Princípio da sustentabilidade:** transformando direito e governança. Tradução de Phillip Gil França. São Paulo: RT, 2015, p. 51.

[212] MELGAREJO MORENO, Joaquín; LÓPEZ ORTIZ, Ma Inmaculada; MOLINA GIMÉNEZ, Andrés. **La economia circular y el sector del agua em España: Análisis jurídico-econõmico**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2023, p. 22-23.

a segurança das pessoas. O movimento abarca, ainda, a “economia circular”, que objetiva maximizar o reaproveitamento dos recursos e minimizar a geração de resíduos.

Esse equilíbrio, como se sabe, não é fácil de alcançar. Conforme será exposto nos capítulos seguintes, o magistrado, ao apreciar pedidos de tutela de urgência, poderá deparar-se com situações extremas em que a harmonia dar-se-á com o predomínio de um interesse sobre outro. Interesses antagônicos poderão surgir, como dano ambiental de extensão incerta e suspensão de obra ou atividades de empresa, o que exigirá, do juiz, ponderação e o conhecimento necessário para atingir o primado pela Sustentabilidade.

Zenildo Bodnar e Paulo Cruz lembram que “a construção de um conceito, necessariamente transdisciplinar, de sustentabilidade é um objetivo complexo e sempre será uma obra inacabada”[213].

Maria Cláudia Antunes e Juliete Mafra[214] anotam:

> A Sustentabilidade consiste na vontade de articular uma nova sociedade capaz de se perpetuar no tempo com condições dignas. A deterioração material do planeta é insustentável, mas a pobreza também é insustentável, a exclusão social também é insustentável, assim como a injustiça, a opressão, a escravidão e a dominação cultural e econômica. A Sustentabilidade compreende não somente na relação entre econômico e ambiental, mas do equilíbrio humano frente às demais problemáticas.

O princípio da Sustentabilidade tornou-se “o novo paradigma do direito na pós-modernidade, irradiando seu conteúdo em várias dimensões, notadamente no campo ambiental, econômico e social”[215].

A Sustentabilidade possui, pelo menos, cinco dimensões[216], quais sejam, a social, a ética, a jurídico-política, a ambiental e a econômica, e o desafio é, conforme

---

[213] BODNAR, Zenildo; CRUZ, Paulo Márcio. **Globalização, transnacionalidade e sustentabilidade.** Itajaí: Univali, 2012. Disponível em: http://siaiapp28.univali.br/LstFree.aspx. Acesso em: 12 jan. 2015, p. 111.

[214] SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; MAFRA, Juliete Ruana. A sustentabilidade e o ciclo do bem-estar: o equilíbrio dimensional e a ferramenta da avaliação ambiental estratégica. ***In:*** **NOMOS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, vol. 34, n. 2, 2014. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/nomos/article/view/1227/1191. Acesso em: 22 jan. 2018, p. 348.

[215] SOARES JÚNIOR, Jair. **A realização da sustentabilidade multidimensional como pressuposto para o atingimento do Estado Constitucional solidário.** 2013. Disponível em: http://jus.com.br/artigos/23435/a-realizacao-da-sustentabilidade-multidimensional-como-pressuposto-para-o-atingimento-do-estado-constitucional-solidario/1. Acesso em: 09 jun. 2014, p. 1.

[216] FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 3. ed., Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 61.

destacam Gabriel Real Ferrer e Paulo Márcio Cruz[217], aumentar a geração de riqueza de modo ambientalmente sustentável e, ao mesmo tempo, encontrar mecanismos para a sua mais justa e homogênea distribuição.

A propósito, Juarez Freitas[218] adverte que a dimensão econômica da Sustentabilidade exsurge da necessidade de exploração de novas alternativas de crescimento, posto que a natureza não pode ser vista como simples capital, sendo que a relação umbilical entre Economia e Sustentabilidade não pode ser ignorada, arrematando:

> Em última análise, a visão econômica da sustentabilidade, especialmente iluminada pelos progressos recentes da economia comportamental, revela-se decisivo para que (a) a sustentabilidade lide adequadamente com custos e benefícios, diretos e indiretos, assim como o 'trade-off' entre eficiência e equidade intra e intergeracional; (b) a economicidade (princípio encapsulado no art. 70 da CF) experimente o significado de combate ao desperdício 'lato sensu' e (c) a regulação do mercado aconteça de sorte a permitir que a eficiência guarde real subordinação à eficácia.

A dimensão econômica está relacionada à escassez dos recursos naturais e à distribuição dos recursos financeiros, conforme ensinam Denise Garcia e Heloise Garcia[219]:

> A dimensão econômica foca-se no desenvolvimento da economia com a finalidade de gerar melhor qualidade de vida às pessoas. Ele passou a ser considerada no contexto da sustentabilidade por dois motivos: 1. Não haveria a possibilidade de retroceder nas conquistas econômicas de desenvolvimento alcançadas pela sociedade mundial; e 2. O desenvolvimento econômico estaria interligado com a dimensão social do Princípio da Sustentabilidade, pois ele é necessário para a diminuição da pobreza alarmante.

De fato, a maior exploração dos recursos naturais, em decorrência do aumento da produção e da geração de empregos, acaba ocasionando danos ambientais, conforme adverte Latouche[220]. Por isto a reflexão do autor no sentido de que se deve repensar o que efetivamente é desenvolvimento econômico, levando-se

---

[217] REAL FERRER, Gabriel; CRUZ, Paulo. Direito, Sustentabilidade e a premissa tecnológica como ampliação de seus fundamentos. ***In:*** SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; REZENDE, Elcio Nacur (Orgs). **Sustentabilidade e meio ambiente**: efetividades e desafios. Belo Horizonte: Editora D´Plácido, 2017, p. 22).

[218] FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 3. ed., Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 125.

[219] GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. Dimensão social do princípio da sustentabilidade: uma análise do mínimo existencial ecológico. ***In:*** SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; GARCIA, Heloise Siqueira. (Org.). **Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer**. Vol.1, 1. ed., Itajaí: UNIVALI, 2014, p. 37-54.

[220] LATOUCHE, Serge; HARPAGÉS, Didier. **La hora del decrecimiento.** Tradução de Rosa Bertrán Alcázar. Barcelona: Ediciones Octaedro, S. L., 2011, pos. 191 de 1207 – 15%.

em consideração que as relações sociais possuem primazia sobre a produção e o consumo dos produtos[221].

Jaches Demajorovic adverte que:

> [...] o agravamento dos problemas ambientais está ligado a escolhas com respeito à forma de aplicar o conhecimento técnico-científico no processo produtivo. Portanto, as catástrofes e os danos ao meio ambiente não são surpresas ou acontecimentos inesperados, e sim consequências inerentes da modernidade, que mostram, acima de tudo, a incapacidade do conhecimento construído no século XX de controlar os efeitos gerados pelo desenvolvimento industrial[222].

Nessa linha, Juarez Freitas[223] recorda que o crescimento econômico, sem respeito ao direito fundamental ao ambiente limpo e ecologicamente sadio, provoca danos irreparáveis, sendo a hora de precificar a inércia perante esses males tenebrosos.

Por isso o dever de conciliar o desenvolvimento econômico e tecnológico com a proteção do Meio Ambiente, para o fim de assegurar a sobrevivência das atuais e também futuras gerações, valendo observar a reflexão de Hans Jonas[224] de que, quanto mais se pressente o perigo do futuro, mais se tem que agir no presente.

Finalmente, descrito o Direito Fundamental ao Meio Ambiente equilibrado, exposta à crise ecológica, assim como iniciada a abordagem sobre Economia, Sustentabilidade e decisão judicial ambiental, o próximo passo será discorrer sobre a Teoria do Caso e a Tutela de Urgência.

---

[221] LATOUCHE, Serge; HARPAGÉS, Didier. **La hora del decrecimiento.** Tradução de Rosa Bertrán Alcázar. Barcelona: Ediciones Octaedro, S. L., 2011, pos. 205 de 1207 – 16%.
[222] DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental:** perspectivas para a educação corporativa. 2. ed., São Paulo: Editora Senac, 2003, p. 35.
[223] FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 3. ed., Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 46.
[224] JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2011, p. 45.

CAPÍTULO 2 – TEORIA DO CASO AMBIENTAL E TUTELA DE URGÊNCIA

O objetivo do segundo capítulo pode ser resumido em expor os requisitos da tutela de urgência e suas espécies no Brasil, parâmetros existentes na legislação espanhola, bem assim a observância de critérios de Direito Ambiental quando da análise das medidas submetidas ao crivo do Poder Judiciário, a partir da Teoria do Caso qualificado como Ambiental.

2.1 TEORIA DO CASO AMBIENTAL (FATOS, NORMAS E PROVAS) E O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NAS LIDES AMBIENTAIS

O aporte metodológico da Teoria do Caso, própria do modelo adversarial, será incorporada com a finalidade de identificar os atributos relevantes de cada variável da decisão, decompondo os diversos componentes da deliberação com o escopo de análise individual. Por isso, em seguida, ainda que rapidamente, será apresentado o modo de organização do conhecimento por meio da explicitação das categorias fundamentais e das interações possíveis. A pretensão é a de evitar erros da abordagem jurisdicional, ampliando o horizonte do contraditório significativo entre as partes, ao mesmo tempo em que garante o enfrentamento de todas as questões invocadas na demanda, além de submeter a decisão aos mecanismos de controle internos (sistema recursal) e externos (*accountability*).

A Teoria do Caso, na lição de Indira Aida Aranzamendi Serrano[225], é uma técnica de trabalho, do profissional jurídico, por meio da qual o processo é analisado em três fases: Primeiro, identificando os fatos relevantes para decidir a controvérsia. Segundo, enquadrando tais acontecimentos nas normas jurídicas. Terceiro, delimitando as provas necessárias para confirmar os fatos e corroborar o enquadramento jurídico. Consiste na construção de um raciocínio lógico, simples e persuasivo, formulando uma hipótese sobre os pontos de controvérsia. Cuida-se de

[225] ARANZAMENDI SERRANO, Indira Aida. **Importancia de la prueba en la elaboración de la teoría del caso en la investigación criminal con el nuevo modelo procesal penal**. Tese (Maestria) – Universidad Andina “Néstor Cáceres Velásquez”, Juliaca – Perú, 2015. Disponível em: http://repositorio.uancv.edu.pe/handle/UANCV/356. Acesso em: 17 out. 2021.

um planejamento, uma estratégia, para estabelecer a ocorrência controvertida, adequá-la ao Direito, e definir os elementos probatórios que serão utilizados na elucidação.

Por sua vez, Ana Milena Burbano Castro[226] demonstra que os três elementos da Teoria do Caso estão interligados, vale dizer, um dá suporte ao outro. O fato dá sustentação ao enquadramento jurídico, porquanto a subsunção, do acontecimento à norma, é inviável sem a correta identificação do ocorrido. E as provas são essenciais para apoiar o acontecimento estabelecido. Dito de outra forma, as etapas fática, jurídica e probatória não são estanques, mas sim conectadas, construindo, em conjunto, o raciocínio que conduzirá à decisão[227].

Porfirio Luna Leyva[228], na mesma senda, ressalta que o elemento probatório, além de dar suporte ao fático, confirmando o acontecimento, é essencial para demonstrar o acerto da tese jurídica. A prova, desse modo, confirmará a versão fática defendida, como também corroborará o enquadramento jurídico. Destaca, ainda, que, para o juiz, a Teoria do Caso permite comparar as duas narrativas, do autor e do réu, confrontar as soluções sustentadas por cada qual, e verificar, por meio da prova, quem tem razão.

Destarte, a Teoria do Caso, para Luis David Coaña Be[229], também constitui

---

[226] BURBANO CASTRO, Ana Milena. **Construcción de La Teoría Del Caso**. 2014. Disponível em: https://repository.ugc.edu.co/bitstream/handle/11396/5244/Teor%C3%ADa_caso.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 out. 2021.

[227] O Tridimensionalismo Jurídico de Miguel Reale aproxima-se da Teoria do Caso ao estabelecer, pela ordem, fato, valor e norma, de modo que: primeiro, um acontecimento relevante desperta a necessidade de regulamentação pelo ordenamento jurídico; segundo, numa fase intermediária, o jurista analisa, reúne a interpreta os valores envolvidos, representados pelos costumes e interesses da sociedade; terceiro, a norma, isto é, a solução jurídica, será resultado da valoração do evento. (ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Fundamentos de filosofia do direito**: o jurídico e o político da antiguidade a nossos dias. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2013, p. 163-166). Na mesma linha Maria Helena Diniz afirma que “Miguel Reale demonstra-nos, situando o direito na região ôntica dos objetos culturais, que, pela análise fenomenológica da experiência jurídica, confirmada pelos dados históricos, a estrutura do direito é tridimensional, visto como o elemento *normativo*, que disciplina os comportamentos individuais e coletivos, pressupõe sempre uma dada *situação de fato*, referida a determinados *valores*. Se direito é a integração normativa de fatos e valores, ante a triplicidade dos aspectos do jurídico – fato, valor e norma, não há como separar o *fato* da conduta, nem o *valor* da finalidade a qua a conduta está relacionada, nem a norma que incide sobre ela”. (DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. 9. ed., São Paulo: Saraiva, 1997, p. 141-142).

[228] LUNA LEYVA, Porfirio. **Teoría del caso**. 2020. Disponível em: https://forojuridico.mx/teoria-del-caso/. Acesso em: 28 out. 2021, p. 22.

[229] COAÑA BE, Luis David. **Teoría judicial de caso:** una propuesta construida para México desde una perspectiva constitucional. [s.d.]. Disponível em: https://www.academia.edu/35645336/TEOR%C3%8DA_JUDICIAL_DEL_CASO_UNA_PROPUESTA_CONSTRUIDA_PARA_M%C3%89XICO_DESDE_UNA_PERSPECTIVA_CONSTITUCIONAL. Acesso em: 26 fev. 2022, p. 10-11.

estratégia de persuasão, por meio da qual se busca “vender” uma versão do fato discutido. Para que o juiz “compre” a ideia, é preciso que o operador jurídico apresente seu ponto de vista de maneira lógica e convincente. A vitória do litigante, com isso, depende da capacidade de construir uma solução, apresentá-la ao julgador e instigar sua aceitação.

A essa altura, é relevante a lição de Marcelo Guedes Nunes[230] sobre a postura dogmática dos operadores do Direito, cada vez mais dissonante da realidade. O jurista atual não pode se limitar ao sentido abstrato das normas, devendo avaliar objetos concretos, situados no tempo e no espaço. Quem trabalha com o Direito, inevitavelmente, lidará não só com Leis, mas também coordenadas, cronologias e variáveis.

A partir do momento em que o direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado foi protegido constitucionalmente (art. 225 da CF), a judicialização de controvérsias ambientais passou a ser uma constante, cabendo ao Poder Judiciário solucioná-las.

O desafio do magistrado é prestar a jurisdição de forma justa e adequada, assegurando o contraditório e a ampla defesa, considerando os interesses em conflito, vale dizer, o direito ao Meio Ambiente sadio e o desenvolvimento econômico, mediante critérios que serão analisados na sequência.

Sobre o papel do Juiz na resolução dos conflitos ambientais, Zenildo Bodnar[231] expõe:

> O papel do Poder Judiciário não é apenas a afirmação da ordem jurídica, como guardião da legalidade estrita. Hoje, esse poder também é convocado para atuar como partícipe da construção de uma nova sociedade, a partir de escolhas públicas ancoradas em vetores axiológicos representativos dos novos paradigmas do Direito, em especial a sustentabilidade e a solidariedade. Afinal, a solidariedade deve inspirar, orientar e promover o impulso construtivo e pedagógico a ser protagonizado pela jurisdição ambiental.

Rodrigo de Almeida Amoy[232] aponta que a questão ambiental é uma

---

[230] NUNES, Marcelo Guedes. **Jurimetria**: como a estatística pode reinventar o direito. 2. ed., rev e atual., São Paulo: Thomson Reuters, 2019, p. 149.
[231] PHILIPPI JR., Arlingo; FREITAS, Vladimir Passos de; SPÍNOLA, Ana Luiza Silva. **Direito ambiental e sustentabilidade.** Barueri, SP: Manole, 2016, p. 973.
[232] AMOY, Rodrigo de Almeida. **A proteção do Direito Fundamental ao Meio Ambienta no Direito Interno e Internacional**. [s.d.]. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/rodrigo_de_almeida_amoy.pdf. Acesso em: 17 out. 2021, p. 22.

preocupação mundial, não só do Brasil, porquanto o esgotamento de recursos, a poluição e a extinção de espécies, para mencionar só alguns exemplos, são problemas de alcance global. Com isso, o direito ao Meio Ambiente configura-se, como visto, de terceira dimensão, tendo abrangência internacional, interessando, pois, à humanidade em geral.

O juiz, agente político que é, exerce um papel fundamental na concretização dos princípios e valores constitucionais, dentre eles o direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, em prol de um planeta mais sadio e, ao mesmo tempo, repeitando o desenvolvimento econômico.

Ingo Sarlet e Tiago Fensterseifer[233] afirmam que todos os Poderes devem atuar para obter uma maior eficácia dos direitos e deveres ecológicos, e destacam que o Poder Judiciário, muito embora o caráter subsidiário da sua atuação, exerce um papel extremamente importante na consecução do objetivo estatal de tutela ecológica, notadamente como instância revisora das ações e omissões dos Poderes Legislativo e Executivo.

Ricardo Stanziola Vieira e Roberta Oliveira Lima[234] inclusive sustentam que o fortalecimento do acesso à justiça em matéria ambiental, mormente em realidades como a brasileira, pode ajudar a superar as omissões e a ineficiência do Poder Público no controle de atividades degradadoras e em implementar e executar os programas de ação e políticas públicas ambientais (o direito ao meio ambiente sadio e equilibrado).

Em consequência, dentro dessa ótica global, destaca-se o controle de convencionalidade que, segundo Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Fensterseifer[235], consiste em verificar se a norma ambiental brasileira é compatível com os tratados e convenções internacionais. Os autores inclusive exemplificam que o princípio da proibição de retrocesso não tem previsão na nossa legislação, mas foi expressamente reconhecido no art. 1º do Protocolo de San Salvador Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos,

---

[233] SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de direito ambiental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022, p. 698.
[234] VIEIRA, Ricardo Stanziola; LIMA, Roberta Oliveira. **Direitos humanos e meio ambiente:** minorias ambientais. Barueri, SP: Manole, 2017, p. 56.
[235] SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental:** Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção do Ambiente. 5. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 81-82.

Sociais e Culturais (1988). Com isso, concluem que os juízes não podem se limitar à constitucionalidade das normas, devendo, também, interpretá-las com base nos diplomas internacionais sobre Direitos Humanos.

Ademais, Luís Carlos Silva de Moraes[236], a partir de julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, relatado pelo Ministro Celso de Mello, utiliza as expressões "*nova agenda internacional*" e "*direito ambiental internacional*", inclusive apontando que o direito à integridade do meio ambiente é de caráter coletivo, indo muito além da singularidade de um indivíduo ou de uma nação.

Desse modo, Paulo Cruz e Zenildo Bodnar[237] afirmam que "é concretizando os direitos fundamentais, e em especial o direito de todos ao meio ambiente adequado, que o magistrado estará legitimando a sua atuação diante da sociedade".

2.2 TUTELA DE URGÊNCIA: ESPÉCIES

2.2.1 Tutela Jurisdicional Provisória Ambiental no Brasil e na Espanha

O processo judicial, com seus ritos, prazos e formalidades, possui uma demora natural. Para chegar à decisão final, através da qual o Estado-Juiz entrega o bem da vida almejado, leva-se tempo, lapso inclusive necessário para observar os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

O julgamento definitivo, assim, requer participação de todos os envolvidos, produção de provas, como também reflexão do magistrado a fim de fundamentar sua deliberação.

Entretanto, nem sempre é possível esperar. Há situações de urgência que reclamam resposta mais rápida do Poder Judiciário, sob pena de, no fim do procedimento, o direito reclamado tornar-se inútil ou inviável[238].

---

[236] MORAES, Luís Carlos Silva de. **Curso de Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 16.

[237] CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. A atuação do poder judiciário na implementação das políticas públicas ambientais. ***In:*** **Revista de Direito Internacional**, Brasília, vol. 8, n. 2, 2011. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/download/1549/1431. Acesso em: 05 nov. 2022, p. 119.

[238] "A tutela de urgência exerce papel fundamental no processo civil moderno, pois o processo de conhecimento ordinário é incapaz de tutelar tempestivamente a ameaça de lesão a direitos. A demora do processo de conhecimento se deve não só ao tempo necessário para que se desenvolva com observância aos princípios e garantias constitucionais, mas também à falta de recursos materiais do Poder Judiciário para atender à crescente demanda pela tutela jurisdicional". (ALMEIDA, Úrsula

Luiz Guilherme Marinoni[239] expõe:

> É preciso que ao tempo do processo seja dado o seu devido valor, já que, no seu escopo básico de tutela dos direitos, o processo será mais efetivo, ou terá uma maior capacidade de eliminar com justiça as situações de conflito, quanto mais prontamente tutelar o direito do autor que tem razão.

A decisão derradeira, a palavra final do Judiciário sobre a disputa que lhe foi trazida, pode demorar anos, mesmo décadas, tendo em conta a gama de recursos possíveis. Fica nítido que, se de um lado, o procedimento deve garantir o máximo de mecanismos para se chegar à verdade e à melhor resolução, também precisa, de outro, fornecer meios a fim de que a concernente passagem do tempo não importe prejuízo.

A Constituição Federal, no art. 5º, previu, entre os direitos e garantias fundamentais, o acesso à justiça, enunciando que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, e determinando que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação” (incisos XXXV e LXXVIII).

Clever Vasconcelos[240] destaca:

> De fato, a norma em comento explicita, em parte, o princípio da tempestividade da tutela jurisdicional, também conhecido por princípio da celeridade processual. Como típica fórmula narrativa de uma garantia fundamental, o inciso em tela, acrescido pela EC n. 45/2004, menciona que a todos são assegurados a razoável duração do processo, independentemente de sua idade, origem, entre outros.
> Segundo disposição constitucional, garante-se a celeridade tanto no processo administrativo como no jurisdicional.
> Neste último caso, a norma em análise merece ser lida conjuntamente com o inciso XXXV, do mesmo artigo. Assim, chega-se à feliz conclusão de que os indivíduos possuem o direito fundamental ao acesso a uma Justiça célere. Note que a norma em comento- rejeita o seguinte adágio conhecido por todos: “a justiça tarda, mas não falha”. A Justiça, além de não poder falhar, não pode demorar, uma vez que Justiça tardia é vista como forma de injustiça. Deve ser mencionado, ainda, que tal preceituação já estava incorporada em nosso ordenamento pátrio, por meio do disposto no art. 8º, da Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica –, neste sentido:

Ribeiro de. **Tutela de urgência no direito ambiental:** instrumento de efetivação do princípio da precaução. São Paulo: Atlas, 2015, p. 5).

[239] MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela antecipatória e julgamento antecipado:** parte incontroversa da demanda. 5. ed., rev., atual. e ampl. da obra Tutela antecipatória, julgamento antecipado e execução imediata da sentença. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 15.

[240] VASCONCELOS, Clever. **Curso de direito constitucional**. 8. ed., São Paulo: SaraivaJur, 2022**,** p. 204.

> "Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza".

Dessa forma, a legislação processual passou a fornecer instrumentos por meio dos quais, antes da derradeira decisão, vale dizer, sem esperar pelo esgotamento dos recursos e o trânsito em julgado, já se torne possível usufruir dos direitos ou, no mínimo, protegê-los, resguardá-los.

A prestação jurisdicional, em se tratando de matéria ambiental, muitas vezes não pode demorar, sob pena de o direito reclamado tornar-se ineficaz, vale dizer, eventual dano com sequelas graves ou mesmo irreversíveis ao meio ambiente.

Marcelo Buzaglo Dantas[241] aponta:

> De fato, na maior parte das vezes, o dano ambiental, uma vez causado, é de difícil ou impossível reparação. Pense-se, por exemplo, na devastação de grandes áreas de vegetação de preservação permanente, ou no aterramento de rios ou lagos, na poluição de lagoas, na mortandade de peixes ou espécimes da fauna silvestre.
> São todas hipóteses em que ganha corpo o estudo da tutela jurisdicional de urgência em matéria de meio ambiente, com vistas a impedir a ocorrência do prejuízo e mesmo do ilícito (inibitória), ou, ainda, caso o mesmo já tenha se iniciado, cessar a prática da conduta que lhe deu origem.

O ponto é a efetividade[242]. Não basta entregar a prestação jurisdicional. É preciso que ela seja efetiva, produza resultados, servindo, de fato, para concretizar direitos, tanto que a eficiência processual, para Rodrigo Jorge Moraes[243], não se limita à redução do custo e do tempo do processo, exigindo também que as decisões judiciais sejam qualificadas, justas e eficazes.

As decisões judiciais não podem ser meros comandos teóricos, declaratórios, sem influência na vida das pessoas, ou com reflexo muito tardio. Não basta que se julgue corretamente; é preciso que se decida com agilidade e presteza,

---

[241] DANTAS, Marcelo Buzaglo. **Tutela de urgência nas lides ambientais**: provimentos liminares, cautelares e antecipatórios nas ações coletivas que versam sobre o meio ambiente. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 11.

[242] Segundo Osvaldo Ferreira de Melo, efetividade é o "poder de uma norma de produzir, no tempo e no espaço, os efeitos desejados". (MELO, Osvaldo Ferreira de. **Dicionário de política jurídica**. Florianópolis: OAB-SC Editora, 2000, p. 36).

[243] MORAES, Rodrigo Jorge. **Produção antecipada de provas na tutela do meio ambiente:** no processo individual e coletivo. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 64.

equilibrando qualidade e quantidade, desafio para o qual a tutela de urgência contribui bastante, posto que possibilita a imediata intervenção do juiz, enquanto o processo segue com suas provas, debates, contraditório e recursos.

Eduardo García Enterría adverte:

> Es, pues, el principio del derecho a la tutela efectiva ou eficaz la que conduce a la necesidad de arbitrar medidas cautelares provisionales que garanticen <<la plena eficácia>> de la Sentencia final futura, que resuelva definitivamente el fondo[244].

Trata-se, contudo, de questão excepcional, ou seja, a medida urgente/liminar condiciona-se a requisitos. O normal é que o processo tenha sua tramitação de acordo com o rito estabelecido, percorrendo todo o caminho com defesa, instrução, decisões e recursos. Não se pode banalizar a tutela de urgência, transformando-a numa espécie de regra. Ela é, como será analisado, exceção.

Francisco Pleite Guadamillas[245] alerta que o juiz deve ter cuidado para não prejulgar a causa. A probabilidade e o perigo da demora não devem impressionar a ponto de prejudicar a apreciação do mérito. A liminar não impede a discussão da causa, nem veda a participação das partes e a instrução. Compete ao julgador manter a mente aberta para o prosseguimento do feito. A tutela de urgência constitui medida limitada e precária, que não substitui a questão de fundo. O pleno controle jurisdicional será exercido na sentença, mediante contraditório e produção probatória. Antecipar a tutela não significa abreviar o julgamento, muito menos podar a atuação dos litigantes.

Joan Picó I Junoy[246] explica que a sociedade atual reclama que os conflitos

---

[244] "É, pois, o princípio de direito à tutela efetiva ou eficaz a que conduz à necessidade de avaliar medidas cautelares provisórias que garantam <<a plena eficácia>> da sentença final futura, que resolva definitivamente o mérito" (tradução livre). (GARCÍA ENTERRÍA, Eduardo. **La batalla por las medidas cautelares:** Derecho comunitário europeo y proceso contencioso-administrativo español. Madrid: Thomson Civitas, 2006, p. 208).

[245] GUADAMILLAS PLEITE, Francisco. **Las medidas cautelares en matéria de médio ambiente en la jurisdiccion contencioso administrativa**. [s.d.]. Disponível em: https://www.juntadeandalucia.es/justicia/portal/adriano/.content/recursosexternos/formacion_juecesponenFPG.pdf. Acesso em: 9 mar. 2022, p. 10-12.

[246] "As crises sociais e económicas exigem uma resposta judicial rápida aos problemas vitais dos cidadãos: quanto mais urgente for a resolução das suas necessidades, mais rápida deve ser a resposta judicial e, como é óbvio, não pode esperar que seja proferida uma sentença. A crise financeira de 2008 e a crise econômica e de saúde de 2020 são dois exemplos reveladores: a primeira levou à depressão do sistema bancário espanhol, e a segunda está provocando o colapso de hospitais – com milhares de mortos – e a ruína de milhares de trabalhadores independentes e pequenas empresas que não suportam o estado de inatividade social causado pelo COVID-19. Nesta última crise, a tutela cautelar revelou-se fundamental e essencial para a pronta tutela jurisdicional dos cidadãos" (tradução livre do autor do projeto). (GARCÍA MARRERO, Javier (Director Y Coordinador).

sejam resolvidos o mais rápido possível, contudo, também adverte que a justa resolução dos conflitos requer seu tempo, apontando as medidas cautelares como instrumento de uma tutela judicial rápida, especialmente em momento de crise:

> Las crisis sociales y económicas exigen una rápida respuesta judicial a los problemas vitales de los ciudadanos: cuanto más urgente es resolver sus necesidades más rápido debe ser la respuesta judicial y, como es obvio, ésta no puede esperarse a que se dicte sentencia. Las crisis financeira de 2008 y la sanitaria-económica de 2020 son dos ejemplos reveladores: la primera, condujo a la depresión del sistema bancario español, y la segunda está provocando el colapso hospitalario – com miles de muertos – y conduciendo a la ruina económica de miles de trabajadores autónomos y de pequenás empresas que no pueden suportar el estado de inactividad social que ha provocado el COVID-19. En esta última crisis la tutela cautelar se ha revelado básica y esencial para la pronta protección judicial de los ciudadanos.

Soma-se a isso o fato de que os efeitos da crise econômica, causada pela Pandemia da Covid-19, continuarão tendo impacto nas vidas das pessoas. As dificuldades permanecerão, o que realça a necessidade de o operador do Direito trabalhar com as medidas cautelares e antecipatórias, cujas prontas respostas, proporcionadas pelas liminares, são mecanismos essenciais para lidar com situações emergenciais[247].

Daniel Viaña Rodríguez[248], ao citar José García-Montalvo, ilustra a gravidade do quadro:

> Yo estoy convencido de que los hijos van a vivir peor que los padres, sí. Los jóvenes van a ser el grupo más perjudicado por la crisis. Muchos de ellos van a encandenar ya dos, y los estudios evidencian que si se accede al mercado durante una crisis la vida laboral es

---

Medidas cautelares y diligencias preliminares em el ámbito civil. Navarra: Editorial Aranzadi, 2021, p. 51).

[247] Ainda sobre os problemas da atualidade, interessante a reflexão de Alba Nogueira López, Susana Borrás Pentinant, Rosa Giles Carnero e Jordi Jaria Manzano, para os quais as liberdades econômicas nem sempre beneficiam os cidadãos comuns, mas principalmente as grandes empresas, ou seja, a proteção ambiental, não raramente, é mitigada em prol de um desenvolvimento econômico de poucos. (LARRUGA, Francisco Javier Sanz (Dir.); GARCÍA, J. José Pernas (Dir.); SÁNCHEZ, Jennifer (Coord.). **Derecho Ambiental para una economía verde:** Informe Red Escover. 1. ed., Pamplona: Thomson Reuters Aranzadi, 2016, p. 37).

[248] "Eu estou certo de que os filhos viverão pior que os pais, sim. Os jovens serão o grupo mais prejudicado pela crise. Muitos deles emendarão duas crises, e os estudos evidenciam que, para quem entra no mercado durante uma crise, a vida profissional é pior. Com maiores períodos de desemprego e com salários mais baixos. E não é só isso, é que já vinham de uma situação de desigualdade intergeracional. A população em geral já tinha se recuperado da situação anterior à crise, mas os jovens, não. E para completar, há uma dúvida que está crescendo. Quem vai pagar por ela? Os jovens de agora com seus impostos. É a maldição de ser jovem hoje em dia" (tradução livre). (VIAÑA RODRÍGUEZ, Daniel. **El shock económico**: Cómo el Covid ha colapsado el mundo. 1. ed., Madrid: La Esfera de los Libros, feb. 2022, p. 69).

> peor. Con mayores periodos de desempleo y con salarios más bajos. Y no solamente eso, es que ya venían de una situación de desigualdad intergeneracional. La plobación en general ya había recuperado la situación previa a la crisis pero los jóvenes, no. Y para colmo hay una deuda que se está disparando. ¿Quién la pagará? Los jóvenes de ahora con sus impuestos. Es la maldición de ser joven en estos tiempos.

Na Espanha, o fundamento da tutela cautelar está no artigo 24.1 da Constituição[249], que prevê: “todas las personas tienen derecho a obtener la tutela efectiva de los jueces y tribunales en el ejercicio de sus derechos e intereses legítimos, sin que, en ningún caso, pueda producirse indefensión”.

José Martínez Jiménez e Luis Martínez Valero[250] reiteram que as medidas cautelares encontram seu fundamento no artigo 24.1 da CE, sendo instrumento necessário para garantir a tutela judicial efetiva, conforme decidido pelo Tribunal Constitucional:

> Es por ello que el Tribunal Constitucional (entre otras, STC 14/1992) ha afirmado que “el derecho a la tutela judicial reconocido en el artículo 24.1 CE no es tal sin medidas cautelares adecuadas que aseguren el efectivo cumplimiento de la resolución definitiva que recaiga en el proceso”.

Logo, o fundamento constitucional das cautelares reside no direito fundamental à tutela judicial efetiva, até porque esta pode não ser concretizada sem medidas que assegurem o resultado do processo principal.

Nestes termos, Valentín Cortés Dominguez e Víctor Moreno Catena[251]

---

[249] Joan Picó I Junoy recorda que “el Tribunal Constitucional (TC) destaca que “la tutela judicial no es tal sin medidas cautelares que aseguren el efectivo cumplimiento de la futura resolución definitiva que recaiga en el processo. Por ello el legislador no puede eliminar de manera absoluta la posibilidad de adoptar medidas cautelares dirigidas a assegurar la efectividad de la sentencia, pues vendría a privarse a los justiciables de una garantía que se configura como contenido del derecho a tutela judicial efectiva”. “A tutela jurisdicional não é tal sem medidas cautelares que assegurem o efetivo cumprimento da futura resolução definitiva que recai sobre o processo. Por isso, o legislador não pode eliminar absolutamente a possibilidade de adoção de medidas cautelares que visem assegurar a efetividade da pena, pois privaria os réus de uma garantia que se configura como conteúdo do direito à tutela jurisdicional efetiva” (tradução livre). (GARCÍA MARRERO, Javier (Director Y Coordinador). **Medidas cautelares y diligencias preliminares em el ámbito civil**. Navarra: Editorial Aranzadi, 2021, p. 51)

[250] “É por isso que o Tribunal Constitucional (entre outros, STC 14/1992) afirmou que ‘o direito à tutela jurisdicional reconhecido no artigo 24.1 CE não é tal sem medidas cautelares adequadas que assegurem o cumprimento efetivo da resolução final que cai no processo’” (tradução livre). (MARTÍNEZ JUMÉNEZ, José; MARTÍNEZ VALERO, Luis. **Derecho Procesal Civil**. Madrid: Editorial Tecnos, 2021, p. 188)

[251] “A doutrina do Tribunal Constitucional tem sido entendida como a necessidade de que o procedimento não se prolongue além de um prazo razoável de acordo com as características do processo e os direitos que nele se exercem” (tradução livre). (CORTÉS DOMÍNGUEZ, Valentín;

apontam que “la doctrina del Tribunal Constitucional se ha venido entendiendo como la necesidad de que el procedimento no se alargue más allá de un tiempo razonable de acuerdo con las características del processo y de los derechos que en él se ejerciten”.

Quando o processo relativo ao meio ambiente envolver um ente da Administração Pública, ocorrerá o contencioso administrativo (*Jurisdicción Contencioso Administrativa*), regido pela *Ley de la Jurisdicción Contencioso Administrativa*[252] (Ley 29/1998), sujeitando-se aos princípios do Direito Administrativo, nos termos de seus artigos 1º e 2º. Tal diploma, ao tratar das medidas cautelares, disciplinou-as nos artigos 129 a 136[253], merecendo destaque as seguintes regras: a) possibilidade de serem pleiteadas, modificadas ou revogadas a qualquer tempo, durante a tramitação do feito, inclusive na pendência de recurso, a fim de proteger a efetividade da decisão; b) exigência de caução para garantir prejuízos que possam causar; c) deferimento sem ouvir a parte contrária, caso haja especial urgência.

O artigo 129 da LJCA estabelece o direito de os interessados solicitarem as medidas cautelares a qualquer momento para assegurar a efetividade da sentença, enquanto que os artigos 130, 135 e 136 regulamentam os critérios para adoção das medidas.

Francisco Ruiz Risueño[254] comenta sobre o princípio da tutela judicial a que se refere o art. 24.1 da Constituição Espanhola e que está regulamentado pelos

---

MORENO CATENA, Víctor. **Derecho Procesal Civil. Parte General**. 10. ed., Valência: Tirant Lo Blanch, 2019, p. 453).

[252] O sistema judiciário na Espanha possui quatro jurisdições, conforme expõe Juan S. Mora-Sanguinetti: “La justicia en nuestro país está dividida en cuatro jurisdicciones: la civil, la penal, la contencioso-administrativa y la social. Cada una de ellas ha sufrido câmbios relevantes a lo largo de la historia y es servida por jueces que, hasta cierto punto, están especializados. En cualquier caso, el sistema se cierra en conjunto, en el Tribunal Supremo”. “A justiça em nosso país está dividida em quatro jurisdições: civil, penal, contencioso-administrativa e social. Cada uma delas passou por mudanças relevantes ao longo da história e é atendida por juízes que, na medida certa, são especializados. De qualquer forma, o sistema se fecha em conjunto no Supremo Tribunal” (tradução livre). (MORA-SANGUINETTI, Juan. **La Factura de La Injusticia:** Sistema Judicial, Economía Y Prosperidad en España. Madrid: Tecnos, 2022, p. 30).

[253] ESPANHA. **Ley 29/1998, de 13 de julio.** Reguladora de la Jurisdicción Contencioso-administrativa. Disponível em: https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1998-16718. Acesso em: 28 fev. 2022, p. 22.

[254] “Tendo em conta os termos da própria Lei Jurisdicional, podemos definir medidas cautelares como aquelas que visam garantir a eficácia ou a execução da futura resolução judicial que põe fim ao processo, e que se integram no que o nosso Tribunal Constitucional chamou de “direito à tutela cautelar”, que é mais uma manifestação do direito à tutela jurisdicional efetiva” (tradução livre). (RUIZ RISUEÑO, Francisco. **El Proceso Contencioso-Administrativo**. 8. ed., Madrid: Colex, 2011, p. 487).

artigos 129 e seguintes da LJCA:

> Teniendo em cuenta los términos de la propia Ley Jurisdiccional, podemos definir a las medidas cautelares como aquellas que están encaminadas a garantizar la efectividad o ejecución de la futura resolución judicial que ponga término al proceso, y que se integran en lo que nuestro Tribunal Constitucional ha demominado “derecho a la tutela cautelar”, que es una manifestación más del derecho a la tutela judicia efectiva.

Importante destacar que o art. 130 da LJCA determina que o juiz realize uma prévia valoração de todos os interesses em conflito, ou seja, uma ponderação dos interesses concorrentes no caso concreto. Essa ponderação dos interesses é o segundo dos pressupostos para a adoção das medidas cautelares e deve concorrer com o *periculum in mora*.

Ángel Ruiz de Apodaca Espinosa[255], ao comentar o art. 130, realça a exigência de que o juiz sopese os interesses em conflito, apontando, porém, que a norma constitui um dos maiores problemas das cautelares ambientais, uma vez que também podem estar em jogo questões econômicas, sociais e políticas. É uma tarefa complexa harmonizar lados tão antagônicos. E acrescenta outra dificuldade para o magistrado: no contencioso administrativo, o interesse ambiental já foi considerado pela Administração, posto que os atos dela têm presunção de legitimidade. Se determinado empreendimento, por exemplo, foi autorizado, o meio ambiente já foi objeto de ponderação no âmbito estatal, o que leva o julgador, no ato decisório, a focar mais nos outros aspectos da demanda, como os já mencionados econômicos, sociais e políticos.

Francisco Pleite Guadamillas[256], por sua vez, indica que a valoração dos

---

[255] APODACA ESPINOSA, Ángel Ruiz de. El Acceso a La Justicia Ambiental a Nivel Comunitario Y en España Veinte Anos Después Del Convenio de AARHUS. ***In:*** **Revista Catalana De Dret Ambiental RCDA,** Vol. IX, n. 1, p. 01-53, 2018, p. 44-45.

[256] A ponderação de interesses é o segundo dos pressupostos legais para a adoção de medidas cautelares que devem concorrer com o periculum in mora, anteriormente examinado. Este pressuposto será considerado cumulativamente ou de forma complementar com aquele outro para justificar a adoção dos mesmos. Em geral, no referido julgamento de ponderação de interesses, deve-se comparar a intensidade do interesse público representado pela execução do ato e a entidade dos danos prováveis de serem causados por tal execução, conferindo, portanto, maior relevância no referido comparativo à apreciação do interesse geral ou de terceiro afetado pela eficácia do ato impugnado. Isso significará que quando as exigências de execução que o interesse público apresentar forem tênues, danos menores serão suficientes para causar a suspensão, enquanto quando essa exigência for de grande intensidade, somente danos graves poderão determinar a suspensão da execução do ato ” (tradução livre). (GUADAMILLAS PLEITE, Francisco. **Las medidas cautelares en matéria de médio ambiente en la jurisdiccion contencioso administrativa**. [s.d.]. Disponível em:

interesses em conflito, a partir da intensidade do interesse público, dos danos suscetíveis de serem provocados, será apreciado juntamente com o perigo da demora:

> La ponderación de los intereses es el segundo de los presupuestos legales para la adopción de las medidas cautelares que debe concurrir junto con el periculum in mora, antes examinado. Este presupuesto jugará acumulativamente o de forma complementaria con aquel otro para justificar la adopción de aquellas. Con carácter general, en dicho juicio de ponderación de intereses se debe comparar la intensidad del interés público que representa la ejecución del acto y la entidad de los perjuicios susceptibles de ser provocados por tal ejecución, concediéndose, por tanto, mayor relevancia en dicha valoración comparativa al interés general o de de tercero afectado por la eficacia del acto impugnado. Ello se traducirá en que cuando las exigencias de ejecución que el interés público presenta sean tenues bastarán perjuicios de escasa entidad para provocar la suspensión, mientras que cuando aquella exigencia sea de gran intensidad sólo perjuicios de elevada consideración podrán determinar la suspensión de la ejecución del acto.

Eduardo Salazar Ortuño[257], a partir de decisão do Tribunal Constitucional Espanhol, observa que esta valoração é um dos critérios para análise das medidas cautelares, ao lado da fumaça do bom direito e do perigo da demora, e que esta ponderação deverá ser realizada mediante exame detalhado de cada caso e de acordo com a viabilidade das pretensões de cada demanda, arrematando:

> Como aportación jurisprudencial a este sistema, la conjugación de los tres criterios legales anteriormente expuestos (periculum in mora, apariencia de buen derecho y ponderación de intereses) debe llevarse a cabo en todo caso sin prejuzgar el fondo del litígio, dado que a la hora de decidir sobre el incidente cautelar aún no se cuenta con los elementos suficientes y necesarios (contradicción, prueba, peritaje...) para un enjuiciamiento definitio.

Na sequência, o autor[258] destaca que a jurisprudência consolidou a prevalência do interesse público na preservação do meio ambiente a ensejar a suspensão de ato que possa afetá-lo. Isto porque o art. 45 da Constituição

---

https://www.juntadeandalucia.es/justicia/portal/adriano/.content/recursosexternos/formacion_juecesponenFPG.pdf. Acesso em: 9 mar. 2022, p. 13).

[257] "Como contribuição jurisprudencial para este sistema, a conjugação dos três critérios jurídicos anteriormente expostos (periculum in mora, aparência de boa lei e ponderação de interesses) deve ser feita em qualquer caso sem prejuízo do mérito do litígio, uma vez que, à época, de decidir sobre o incidente cautelar, ainda não existem elementos suficientes e necessários (contradição, prova, perícia, [...]) para uma persecução definitiva" (tradução livre). (SALAZAR ORTUÑO, Eduardo. **El accesso a la justicia ambiental a partir del Convenio de Aarhus**. N. 28, Navarra: Thmpson Reuters Aranzadi, 2019, p. 200).

[258] SALAZAR ORTUÑO, Eduardo. **El accesso a la justicia ambiental a partir del Convenio de Aarhus**. N. 28, Navarra: Thmpson Reuters Aranzadi, 2019, p. 201.

Espanhola, como princípio norteador, impõe a suspensão de ato administrativo suscetível de causar prejuízos de difícil reparação ao meio ambiente como bem constitucionalmente protegido.

Importante observar que o art. 130 da LJCA não prevê o *fumus boni iuris* e a jurisprudência espanhola é majoritária no sentido de que tal requisito é mero complemento do *periculum in mora*[259].

A maioria dos procedimentos relativos ao meio ambiente são elucidados no que se chama de contencioso-administrativo, que Marta Juan Segura anota que se podem prolongar por anos, o que justificaria a adoção das medidas cautelares no início dos procedimentos judiciais. A autora, a propósito, sustenta a necessidade de um procedimento rápido para dirimir conflitos ambientais[260]:

> La justicia ambiental debe apostar por un procedimiento rápido y efectivo para evitar daños ambientales que aún no se han producido, y para ello es esencial que se adopten las medidas cautelares necesarias, en virtud de los principios de prevención (cuando el riesgo ya es conocido antes de que se produzca el daño) y precaución (cuando se prevén unos daños desconocidos o inciertos en el ambiente). En el pleito ambiental es decisivo obtener una medida cautelar que asegure la efectividad de la sentencia, y es en esta lucha, tal y como dice Doreste Hernández (2017, pág. 1) “donde se va dirimir la efectiva protección de los valores ambientales em juego”.

Noemi P. Pino Miklavec[261] enfatiza que proteger o meio ambiente é dever de todos, porém, especialmente, do Poder Público. Desse modo, na Espanha as leis ambientais, de regra, situam-se no âmbito do Direito Administrativo. Na sua visão, a primeira intervenção estatal, no caso de dano ambiental, ocorre na seara administrativa, inclusive na jurisdição administrativa. A autora sustenta que o Direito

---

[259] GUADAMILLAS PLEITE, Francisco. **Las medidas cautelares en matéria de médio ambiente en la jurisdiccion contencioso administrativa**. [s.d.]. Disponível em: https://www.juntadeandalucia.es/justicia/portal/adriano/.content/recursosexternos/formacion_juecesponenFPG.pdf. Acesso em: 9 mar. 2022, p. 14.

[260] “A justiça ambiental deve apostar em um procedimento rápido e eficaz para evitar danos ambientais que ainda não ocorreram, e para isso é fundamental que sejam adotadas as medidas cautelares necessárias, em virtude dos princípios de prevenção (quando o risco já é conhecido antes de ocorrência de danos) e precaução (quando se prevêem danos desconhecidos ou incertos ao meio ambiente). No processo ambiental, é decisivo obter uma medida cautelar que garanta a eficácia da sentença, e é nessa luta, como diz Doreste Hernández (2017, p. 1), ‘onde a efetiva proteção dos valores ambientais em jogo será resolvida’ (tradução livre). (SEGURA, Marta Juan. Las Medidas Cautelares en los procedimentos Ambientales en España, con especial referencia al proceso Contencioso-Administrativo. ***In*: Revista Aranzadi de Derecho Ambiental.** n. 49, mayo-agosto 2021, p. 272).

[261] PINO MILAVEC, Noemi P. **La Tutela Judicial Administrativa de los Intereses Ambientales**. Estudio comparativo de los ordenamentos español y argentino. N. 22, 1. ed., Navarra: Thomson Reuters Aranzadi, 2013, p. 81-83.

Ambiental integra o Direito Administrativo dessa nação, e que a efetividade da respectiva proteção exige a compreensão e a aplicação de conceitos e elementos administrativos.

Considerando que o processo demanda seu tempo, a medida cautelar surge exatamente da necessidade de uma figura que minimize o perigo da perda do direito durante a tramitação processual, conforme prescreve Carmen Cuadrado Salinas[262]:

> El imaginario popular suele entender que la justicia debe ser rápida, esto es, que la resolución judicial que pone fin al proceso se dicte lo antes posible, sin tener en cuenta que en esta idea de justicia rápida se está confundiendo la idea de inmediatez con la de eficacia. Es cierto que todos estaríamos más satisfechos si el proceso, una vez iniciado mediante la correspondente demanda, se desarrolle con prontitud, dictándose sentencia condenatoria o absolutoria sin dilación y lo antes posible; sin embargo, lo inmediato no es siempre amigo de lo justo, ni de lo más acertado, y menos de lo más eficaz, y lo inmediato no siempre se traduce en una protección adecuada al derecho vulnerado. La justicia necesita tiempo para actuar y resolver el conflicto que se le ha presentado, de forma eficaz y con todas las garantías.

Isto porque “ese tiempo razonable, que hay que cubrir necesariamente en la tramitación del proceso, puede implicar un grave peligro para la tutela real del derecho que pretende el actor sea declarado en la sentencia”[263].

Marta Juan Segura[264] demonstra a importância das medidas cautelares em

---

[262] “O imaginário popular tende a entender que a justiça deve ser célere, ou seja, que a resolução judicial que põe fim ao processo seja proferida o quanto antes, sem levar em conta que nessa ideia de justiça rápida se está confundindo a ideia de imediatismo com a de eficácia. É verdade que todos ficaríamos mais satisfeitos se o processo, uma vez iniciado por meio da ação correspondente, fosse realizado com celeridade, com condenação ou absolvição sem demora e com a maior brevidade possível; porém, nem sempre o imediato é amigo do justo, nem do mais preciso, e muito menos do que é mais eficaz, e o imediato nem sempre se traduz em proteção adequada ao direito violado. A justiça precisa de tempo para agir e resolver o conflito que lhe foi apresentado, de forma eficaz e com todas as garantias” (tradução livre). (CUADRADO SALINAS, Carmen. Medidas Cautelares y Ejecución. ***In:*** MELLADO, José Mría Asencio Mellado (Dir.); SORIANO, Olga Fuentes (Coord.). **Introducción Al Decrecho Procesal.** Valência: Tirant Lo Blanch, 2019, p. 303).

[263] “Esse prazo razoável, que necessariamente deve ser contemplado na tramitação do processo, pode implicar em grave perigo para a real proteção do direito que o ator pretende que seja declarado na sentença” (tradução livre). (CORTÉS DOMÍNGUEZ, Valentín; MORENO CATENA, Víctor. **Derecho Procesal Civil. Parte General**. 10. ed., Valência: Tirant Lo Blanch, 2019, p. 453).

[264] “A adoção de medidas cautelares é essencial para preservar a finalidade para a qual o procedimento judicial foi instaurado. Tomemos como exemplo uma ação contencioso-administrativa contra uma Prefeitura que concedeu alvará para a construção de um complexo hoteleiro em área natural protegida. Uma sentença favorável aos autores proferida após anos não faria mais sentido se não fossem tomadas as medidas cautelares necessárias, como a paralisação das obras do hotel, uma vez que os danos ao meio ambiente produzidos durante o processo podem ser irreparáveis” (tradução livre). (SEGURA, Marta Juan. Las Medidas Cautelares en los procedimentos Ambientales en España, con especial referencia al proceso Contencioso-Administrativo. ***In*****: Revista Aranzadi de Derecho Ambiental.** n. 49, mayo-agosto 2021, p. 264).

matéria ambiental:

> La adopción de medidas cautelares es esencial para que se preserve el fin por el que se inició el procedimiento judicial. Pongamos de ejemplo una demanda contencioso-administrativa frente a un Ayuntamiento que ha otorgado una licencia de obras para la construcción de un complejo hotelero en un espacio natural protegido. Una sentencia favorable a los demandantes dictada al cabo de los años, ya no tendría sentido si no se toman las medidas cautelares necesarias, como la paralización de las obras del hotel, pues el daño al medio ambiente producido durante el procedimiento puede ser irreparable.

Noemi P. Pino Miklavec[265] sustenta, assim, que a efetividade da tutela judicial dos interesses ambientais depende de um adequado sistema de tutela cautelar, destinado a impedir que durante a tramitação do processo a lesão ambiental se produza, consolide ou perpetue.

A proteção ambiental muitas vezes necessita da aplicação de medida cautelar para obstar dano ao meio ambiente, mediante suspensão de determinado ato administrativo ou atividade que lhe seja prejudicial, assegurando, com isso, a efetividade da sentença.

Eduardo Zalazar Ortuño[266] destaca a relevância da adoção de medidas cautelares que permitam assegurar a efetividade de uma sentença e assevera:

> Frente a un derecho tradicional fundamentalmente reactivo que trata de paliar o compensar unos daños ya producidos, el derecho ambiental moderno debería valerse de herramientas que permitiesen hacer frente a riesgos conocidos antes de que se produzcan (principio de prevención) o que prevean y eviten amenazas de daños desconocidos e inciertos (principio da precaución). Ambos principios suponen el fundamento del acesso a la justicia cautelar en materia ambiental efectiva, que resulta especialmente importante a la hora de defender un bien jurídico tan vulnerable y amenazado como el medio ambiente, y que ha sido declarada como parte del derecho a un proceso equitativo por el Tribunal Europeo de Derechos Humanos.

Por isso as medidas cautelares surgem como “consecuencia de un defecto

---

[265] PINO MILAVEC, Noemi P. **La Tutela Judicial Administrativa de los Intereses Ambientales**. Estudio comparativo de los ordenamentos español y argentino. N. 22, 1. ed., Navarra: Thomson Reuters Aranzadi, 2013, p. 393.

[266] “Diante de um direito tradicional fundamentalmente reativo que tenta amenizar ou compensar danos já ocorridos, o direito ambiental moderno deve utilizar ferramentas que possibilitem lidar com riscos conhecidos antes que eles ocorram (princípio da prevenção) ou que antecipem e evitem ameaças de danos desconhecidos e incertos (princípio da precaução). Ambos os princípios são a base para o acesso à justiça cautelar em questões ambientais efetivas, o que é especialmente importante na defesa de um bem jurídico tão vulnerável e ameaçado como o meio ambiente, e que foi declarado como parte do direito a um julgamento justo. Tribunal de Direitos Humanos” (tradução livre). (SALAZAR ORTUÑO, Eduardo. **El accesso a la justicia ambiental a partir del Convenio de Aarhus**. N. 28, Navarra: Thmpson Reuters Aranzadi, 2019, p. 197).

inherente al propio proceso, que es la excesiva duración del mismo, por el cuál en numerosas ocasiones, no se logran los resultados esperados[267]".

Joan Picó I Junoy[268] explica acerca da natureza jurídica da tutela cautelar na Espanha:

> La medida cautelar es aquella resolución judicial dirigida a evitar situaciones que puedan impedir o dificultar la efectividad de la tutela judicial que pudiere otorgarse en una eventual sentencia estimatoria. Desde esta perspectiva, la tutela cautelar no es independiente del concreto proceso en el cual se solicita, por lo que nos estamos ante una tutela judicial autónoma.

Na mesma linha, Valentín Cortés Dominguez e Víctor Moreno Catena[269] asseveram que a ação cautelar não tem fundamento em um hipotético e pretendido direito material, concluindo:

> El fundamento, pues, es absolutamente procesal o si queremos constitucional, pues tal como hemos dicho sólo la necesidad de emplear tiempo en la actuación e la justicia es lo que permite pedir al Estado frente al demandado el aseguramiento de la plena efectividad de la sentencia, o, en otras palabras, que el tiempo no sea un factor perjudicial para que aquél que ejercita la pretensión. En tal sentido, el poder jurídico de obtener una resolución cautelar es una forma de acción, una acción pura, que no es accesoria de ningún derecho material.

Ángel Ruiz de Apocada Espinosa[270], a respeito das medidas cautelares e justiça ambiental, recorda que *justicia tardía, justicia baldía*, acrescentando que o acesso à justiça cautelar em matéria de ambiental encontra o seu fundamento nos

---

[267] "Consequência de um defeito inerente ao próprio processo, que é a excessiva duração do mesmo, pelo qual em várias situações, não se alcançam os resultados esperados" (tradução livre). (GARCÍA-LUBÉN BARTHE, Paloma; TOMÉ GARCÍA, José Antonio. **Temas de Derecho Procesal Civil:** Adaptado al nuevo programa de las pruebas selectivas para ingreso en las Carreras Judicial y Fiscal. 2. ed., Madrid: Dykinson S. L., 2019, p. 284).

[268] "A medida cautelar é aquela resolução judicial destinada a evitar situações que possam impedir ou dificultar a efetividade da tutela jurisdicional que poderia ser concedida em um eventual julgamento. Nessa perspectiva, a tutela cautelar não independe do processo específico em que é requerida, de modo que estamos diante de uma tutela jurisdicional autônoma" (tradução livre). (GARCÍA MARRERO, Javier (Director Y Coordinador). **Medidas cautelares y diligencias preliminares em el ámbito civil**. Navarra: Editorial Aranzadi, 2021, p. 51).

[269] "O fundamento, então, é absolutamente processual ou se quisermos constitucional, pois como dissemos, apenas a necessidade de despender tempo na ação e a justiça é o que nos permite pedir ao Estado contra o réu que garanta a plena efetividade da sentença, ou, por outras palavras, que o tempo não é um factor prejudicial para o requerente. Nesse sentido, o poder jurídico para obter uma liminar é uma forma de ação, uma ação pura, que não é acessória a nenhum direito material" (tradução livre). (CORTÉS DOMÍNGUEZ, Valentín; MORENO CATENA, Víctor. **Derecho Procesal Civil. Parte General**. 10. ed., Valência: Tirant Lo Blanch, 2019, p. 455).

[270] APODACA ESPINOSA, Ángel Ruiz de. El Acceso a La Justicia Ambiental a Nivel Comunitario Y en España Veinte Anos Después Del Convenio de AARHUS. ***In:*** **Revista Catalana De Dret Ambiental RCDA,** Vol. IX, n. 1, p. 01-53, 2018, p. 43-44.

seus princípios, como os da prevenção e precaução, concluindo no tocante à valoração dos interesses em conflito e pressupostos inerentes para apreciação das medidas:

> En este punto, dentro de los procesos ambientales la casuística es amplia y en cada uno de ellos los jueces y tribunales se guían por los criterios que la LJCA determina y cuya concurrencia o no corresponde valorar en cada caso. Estos son el periculum in mora y la ponderación de los intereses en conflicto, a los que se suma con un carácter excepcional el fumus boni iuris o apariencia de buen derecho[271].

De outra parte, em que pese a prevalência, em matéria ambiental, do referido contencioso administrativo, exposta anteriormente, é interessante acrescentar que, no âmbito cível (Jurisdicción Civil), o artigo 726 da LEC (Ley 1/2000, de 7 de enero, de Enjuiciamiento Civil) estabelece as características[272] das medidas cautelares, que são: a) la idoneidad (a idoneidade), pois deve ser utilizada para viabilizar a tutela jurisdicional que venha a ser concedida em eventual sentença; b) la proporcionalidad (a proporcionalidade), ou seja, ser substituível por outra medida igualmente eficaz, devendo ser menos onerosa ou prejudicial para o demandado.

Percebe-se que, no Direito Espanhol, os requisitos cautelares são delineados na legislação civil, não na administrativa, apesar de as causas ambientais serem processadas no contencioso administrativo, quando envolvem entes estatais, sendo que os três pressupostos para a adoção de qualquer medida cautelar, *fumus boni iuris*, *periculum in mora*[273] e caução, são semelhantes ao Direito Brasileiro.

---

[271] "Nesse ponto, dentro dos processos ambientais a casuística é extensa e em cada um deles os juízes e tribunais se orientam pelos critérios que a LJCA determina e cuja concordância ou não corresponde a avaliar em cada caso. São eles o *periculum in mora* e a ponderação dos interesses conflitantes, aos quais se soma, excepcionalmente, o *fumus boni iuris* ou aparência de boa lei" (tradução livre). (APODACA ESPINOSA, Ángel Ruiz de. El Acceso a La Justicia Ambiental a Nivel Comunitario Y en España Veinte Anos Después Del Convenio de AARHUS. ***In:*** **Revista Catalana De Dret Ambiental RCDA,** Vol. IX, n. 1, p. 01-53, 2018, p. 44)

[272] Carmen Cuadrado Salinas aponta três características das medidas cautelares: la instrumentalidad, proporcionalidad e provisionalidad. (CUADRADO SALINAS, Carmen. Medidas Cautelares y Ejecución. ***In:*** MELLADO, José Mría Asencio Mellado (Dir.); SORIANO, Olga Fuentes (Coord.). **Introducción Al Decrecho Procesal.** Valência: Tirant Lo Blanch, 2019).

[273] Marta Juan Segura observa que o *periculum in mora* seria o pressuposto mais importante, sendo fundamental para a propositura da medida cautelar, observando que muitas vezes é difícil de provar, o que ensejaria a aplicação dos princípios da prevenção e precaução. (SEGURA, Marta Juan. Las Medidas Cautelares en los procedimentos Ambientales en España, con especial referencia al proceso Contencioso-Administrativo. ***In*****: Revista Aranzadi de Derecho Ambiental.** n. 49, mayo-agosto 2021).

Joan Picó I Junoy[274] novamente assevera:

> (a) La apariencia de buen derecho (fumus boni iuris). Quien pretenda una medida cautelar debe 'presentar con su solicitud los datos, argumentos y justificaciones documentales que conduzcan a fundar, por parte del Tribunal, sin prejuzgar el fondo del asunto, un juicio provisional e indiciario favorable al fundamento de su pretensión', y en defecto de justificación documental, el solicitante puede 'ofrecerla por otros medios de prueba' (art. 728.2 LEC).
> (b) El peligro por la mora procesa (periculum in mora). Además de la apariencia de buen derecho es necesario justificar que la pendencia del proceso puede comportar 'situaciones que impidieren o dificultaren la efectividad de la tutela que pudiere otorgarse en una eventual sentencia estimatoria' (art. 728.1. I LEC).
> (c) Caución. Dado que la medida cautelar puede causar daños y perjuicios al patrimonio del demandado, es necesario que el actor, en su petición de tutela cautelar, ofrezca la caución que estime suficiente para responder de tales perjuicios de manera rápida y efectiva (art. 728.3.I LEC).

Outrossim, Germán Valencia Martín[275], baseado na lição de Eduardo García de Enterría, orienta que os requisitos nem sempre terão o mesmo peso, e que, no caso concreto, podem ser relativizados, propondo inclusive que, em havendo evidente ilegalidade a caracterizar o *fumus boni juris*, seja dispensado ou presumido o *periculum in mora*. Dito de outro modo, se um ato desrespeita, de forma clara, uma lei ambiental, a fumaça do bom direito bastaria para justificar a medida urgente, dispensando-se análise específica do perigo da demora, ou considerando-o presumido.

Interessante mencionar as críticas de Adrián Viedma García[276], para quem a Lei devia estabelecer, com mais clareza, quando a proteção ambiental prevalece

---

[274] "(a) A aparência da boa lei (fumus boni iuris). Quem busca uma medida cautelar deve 'apresentar com seu pedido os dados, argumentos e justificativas documentais que ensejam a fundamentação, pelo Tribunal, sem prejuízo do mérito da questão, de uma sentença provisória e circunstancial favorável ao fundamento de sua pretensão', e na falta de justificação documental, o requerente pode 'oferecê-lo por outros meios de prova' (art. 728.2 LEC). (b) O perigo devido ao processo de demora (periculum in mora). Além da aparência de boa lei, é necessário justificar que a pendência do processo pode acarretar 'situações que impeçam ou dificultem a eficácia da tutela que venha a ser concedida em eventual sentença positiva' (art. 728.1. I LEC). (c) Caução. Tendo em vista que a medida cautelar pode causar danos ao patrimônio do réu, é necessário que o autor, em seu pedido de tutela cautelar, ofereça garantia que julgar suficiente para responder a tais danos com rapidez e eficácia (art. 728.3 .I LEC)" (tradução livre). (GARCÍA MARRERO, Javier (Director Y Coordinador). **Medidas cautelares y diligencias preliminares em el ámbito civil**. Navarra: Editorial Aranzadi, 2021, p. 51).

[275] VALENCIA MARTÍN, Germán. La tutela cautelar ambiental en España y Chile: Un apunte comparativo. ***In:*** **Revista de Derecho Aplicado LLM UC,** n. 6, 2020, p. 14.

[276] VIEDMA GARCÍA, Adrián. **La Tutela de Interesses Colectivos en el Derecho Ambiental:** El acceso a la justicia en assuntos ambientales. Pamplona/Iruñea, 2021. Disponível em: https://academica-e.unavarra.es/xmlui/handle/2454/39295. Acesso em: 9 mar. 2022, p. 45-46.

sobre outros interesses. Reflete, ainda, no sentido de que, na Espanha, as medidas cautelares foram regulamentadas para salvaguardar direitos privados, motivo pelo que, a fim de atenderem melhor aos ditames do Direito Ambiental, deviam ganhar normatização própria, voltada ao Direito Público. Defende inclusive que, na seara ambiental, compete ao magistrado ser mais atuante (princípio inquisitivo), não podendo esperar pelo impulso das partes (princípio dispositivo). A importância e a urgência das questões ambientais, na sua visão, exigem um Judiciário mais enérgico.

2.2.2 Tutela de Urgência Cautelar e Tutela de Urgência Antecipatória

No Direito Brasileiro, a tutela provisória divide-se em tutela de urgência e tutela de evidência. É provisória porque, eventualmente, será substituída pela decisão final.

Veja-se, por exemplo, que em sendo concedida liminar para suspender uma obra prejudicial ao meio ambiente, e a sentença, no final, declarar a ilegalidade do empreendimento, determinando seu cancelamento em definitivo, é a sentença que prevalecerá e constituirá título executivo, substituindo a liminar.

O art. 294 do Código de Processo Civil estabelece, em seu parágrafo único, que "a tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental".

Guilherme Rizzo Amaral[277] ensina:

> A tutela de urgência é ainda classificada, pelo art. 294, entre tutela de urgência cautelar e tutela de urgência antecipada. A tutela cautelar não contém conteúdo satisfativo, servindo à asseguração da realização futura do direito. Já a tutela antecipada tem ínsita a característica de satisfazer o direito, dado que somente com a satisfação, ainda que provisória, assegura-se a concretização da tutela definitiva do direito.

A medida cautelar objetiva proteger o processo e seu resultado útil, mas não permite, imediatamente, o gozo do direito. Já a antecipada, desde já, promove a entrega do bem da vida almejado, adiantando-o.

Ambas podem ser manejadas antes ou durante a demanda principal, porém

---

[277] AMARAL, Guilherme Rizzo. **Comentários às alterações do novo CPC**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 394.

se diferenciam pela finalidade. A primeira serve de garantia ao bem da vida; a segunda conduz à utilização imediata dele.

Em que pese haja tal distinção, entre cautela e antecipação, o CPC/2015 unificou os requisitos de concessão, com exceção da reversibilidade das medidas antecipatórias. As diferenças, agora, residem mais na parte procedimental, especialmente no que tange à possibilidade da estabilização da tutela antecipada, o que será aprofundado adiante.

Com efeito, não obstante, persistir a diferenciação, o CPC, ao unificar as exigências, aproximou o Brasil da Espanha, país onde as medidas cautelares são o gênero, podendo tanto assegurar quanto adiantar a entrega do direito.

De acordo com Silvia Barona Vilar[278]:

> En estos últimos años se ha superado la teoria clásica de las medidas cautelares – defendida por quienes abogaban por la función y efectos estrictamente de aseguramiento – consolidándose la opinión de que con las medidas cautelares se cumple, en ocasiones, una función anticipatória de la resolución.

Além disso, o feito cautelar, no Brasil, deixou de existir. Em havendo necessidade de medida provisória, de natureza acautelatória, o autor, antes de discutir o mérito, no mesmo processo, primeiro pede a liminar respectiva, e depois, noutra petição, apresenta fundamentos e pedidos principais, trinta dias depois da efetivação daquela (CPC, artigos 305 a 310).

De fato, como registram Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero[279], por meio da entrada em vigor da Lei n. 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), o feito cautelar autônomo, em separado, complementando os processos de cognição e de expropriação, passou a fazer parte da história do nosso Direito Processual. Na atual conjuntura, os direitos podem ser tutelados através dos mais variados tipos de providência, sejam provisórias ou definitivas, em todos os procedimentos. Não há mais a necessidade de um processo de apoio, de modo que uma medida acautelatória pode ser pleiteada tanto de forma antecedente quanto incidental, no bojo da mesma demanda.

---

[278] “Nestes últimos anos foi superada a teoria clássica das medidas cautelares, defendida pelos que sustentavam a função e efeitos somente de asseguração, consolidando-se a opinião de que com as medidas cautelares se cumpre, em alguns casos, uma função antecipatória da resolução” (tradução livre). (BARONA VILAR, Silvia. **O novo processo civil (Lei 1/2000)**. Valencia: Tirant lo blanch, 2000, p. 741).

[279] MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo código de processo civil comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 306.

Aliás, no regime anterior, o processo cautelar, ao mesmo tempo em que gerava mais despesas às partes, mediante sucumbência própria, tinha um caráter meramente instrumental, perdendo o objeto quando o feito principal era julgado[280].

A legislação brasileira, nesse aspecto, simplificou o procedimento, enquanto que, na Espanha, o processo cautelar continua existindo.

Segundo Silvia Barona Vilar[281]:

> Consecuencia de la correlacion e interdependencia que se mantiene entre la jurisdicción y el proceso, debe, por ello, estructurar-se la función y la pretensión cautelar sobre un proceso, al que se denomina proceso cautelar. Este tiene un objeto bien definido: facilitar otro proceso principal asegurando la efectividad de su resultado (o, en el expressión del art. 721.1 LEC, “asegurar la efectividad de la tutela judicial que pudiera otorgar-se”, permitiendo, como afirmaba Calamandrei, que, frente a hacer las cosas pronto, pero mal, y hacerlas bien, pero tarde, se adopten medidas cautelares que permiten conjugar las ventajas de la rapidez con la ponderación y la reflexión en la solución de los litigos.

Por sua vez, a tutela antecipada também pode ser pleiteada de maneira antecedente, através de uma peça mais simples, de modo que o requerente, no

---

[280] Este precedente, julgando feito que tramitara de acordo com o Código de Processo Civil de 1973, ilustra como era o quadro: AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. DIREITO AMBIENTAL E ADMINISTRATIVO. PRETENDIDA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA RECURSAL, PARA QUE O MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS SE ABSTIVESSE DE EXIGIR DA PARTE AUTORA A ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) PARA EXPEDIÇÃO DE LICENÇAS, PERMISSÕES OU AUTORIZAÇÕES EM FAVOR DO EMPREENDIMENTO PARQUE HOTEL MARINA - PONTA DO CORAL. PRETENSÃO QUE RESTOU ATENDIDA COM O PROVIMENTO DO APELO NA AÇÃO MANDAMENTAL IMPETRADA PELO AUTOR. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. Considerando que o art. 462 do CPC estabelece que "Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença", deve ser reconhecida a perda superveniente do objeto diante do provimento do apelo do autor na ação mandamental, na qual foi deferida a liminar e concedida a segurança. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA A CARGO DA PARTE QUE DEU CAUSA AO PROCESSO. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS CONFORME OS CRITÉRIOS DO ART. 20, § 4º, DO CPC. ISENÇÃO DE CUSTAS PELO MUNICÍPIO PREVISTA NO ART. 35, H, DA LCE 156/97". (SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Medida Cautelar Inominada n. 2012.085197-8.** Relator: Des. Francisco Oliveira Neto, julgamento em: 13 ago. 2013. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAACAADTPeAAG&categoria=acordao. Acesso em: 9 mar. 2022).

[281] “Consequência da correção e interdependência que se mantém entre a jurisdição e o processo, deve, por isso, estruturar-se a função e a pretensão cautelar num processo, que se denomina processo cautelar. Este tem um objeto bem definido: auxiliar outro processo principal, assegurando a efetividade de seu resultado (ou, na redação do art. art. 721.1 LEC “assegurar a efetividade da tutela jurisdicional que venha a ser entregue”, permitindo, como afirmava Calamandrei, entre fazer as coisas rápido, porém mal, e fazê-las bem, mas tarde, sejam adotadas medidas cautelares que permitam equilibrar as vantagens da rapidez com a ponderação e a reflexão na solução dos litígios” (tradução livre do autor do projeto). (BARONA VILAR, Silvia. **O novo processo civil (Lei 1/2000)**. Valencia: Tirant lo blanch, 2000, p. 736).

começo, pede a liminar, resumindo sua pretensão e, posteriormente, complementa com mais argumentos e requerimentos meritórios.

É um pleito preparatório, mas de cunho satisfativo. E a ação de mérito, no bojo dos mesmos autos, deve ser apresentada em 15 dias, contados da concessão da liminar (CPC, artigos 303 a 304).

Teresa Arruda Alvim Wambier, Maria Lúcia L. Conceição, Leonardo Ferres da Silva Ribeiro e Rogério Licastro Torres de Mello explicam:

> 1. Tutela antecipada antecedente. Esse dispositivo legal trata do procedimento para requerimento de uma tutela antecipada (e, portanto, satisfativa) em caráter antecedente. 1.1. Sob a égide do CPC/1973, ao menos numa interpretação literal, só há possibilidade de se veicular tutela cautelar em caráter antecedente e, assim mesmo, sob a forma de um processo cautelar preparatório. O NCPC muda completamente essa regra, primeiro ao extinguir a autonomia do processo cautelar e, segundo, ao permitir expressamente a possibilidade de se requerer uma tutela antecipada em caráter antecedente. É dessa possibilidade de trata o art. 303.
> 2. A "petição inicial" para requerimento da tutela antecipada – caput, parágrafos quarto e quinto. Por força do caput, em face da urgência, poderá o autor da demanda formular petição inicial para requerer tão somente a antecipação da tutela satisfativa, limitando-se a indicar "o pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar-se e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo". 2.1. Basicamente, faz-se uma "petição inicial" simplificada, sem necessidade de observância fiel a todos os requisitos dos arts. 319 e 320, com a intenção precípua de veicular o pedido de antecipação de tutela, demonstrando o fumus boni juris e o periculum in mora. Uma vez deferida a tutela antecipada pretendida, abrir-se-á a possibilidade para aditá-la, a fim de cumprir todas as exigências legais.[282]

Desse modo, quando a urgência não permite, ao autor, tempo de elaborar a petição inicial de mérito, a Lei n. 13.105/2015 permite a apresentação de peça simplificada, expondo apenas o requerimento antecipatório, petição que, posteriormente, será aditada, complementando-se sua argumentação.

2.2.3 A Estabilização da Tutela Antecipada

A principal diferença procedimental é a estabilização da tutela antecipada antecedente. Se o réu não recorrer da decisão que a deferir liminarmente, a medida

---

[282] WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia L.; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; MELLO, Rogério Licastro Torres de. **Primeiros comentários ao novo código de processo civil:** artigo por artigo. 2. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 560.

estabiliza-se, e o processo é extinto[283].

Todavia, Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery[284], ao comentarem tal consolidação da liminar, apontam restrição prática ao mecanismo:

> Neste caso, torna-se um pouco nebulosa a intenção do legislador com a previsão do CPC 303. Cremos que o disposto neste CPC 304 se justifica apenas se a tutela ser concedida consistir no único objeto da ação principal a ser interposta. Mesmo assim, para que, então, haver uma ação principal se a revisão do requerimento deverá ser feita por meio de uma ação em separado? O julgamento da ação, no caso do CPC 303, não poderia se prestar a isso, já que existe sempre a possibilidade de rever a antecipação concedida?

Nessa linha, a tutela antecipada antecedente só teria cabimento quando a medida esgotasse a pretensão, tanto que, em não havendo recurso do requerido, estabiliza-se com a extinção do processo, conforme art. 304, *caput*, do CPC.

Tal técnica processual, com isso, é apropriada às situações mais simples. Em sendo concedida e realizada, sem insurgência recursal, a pretensão está satisfeita, o objeto da demanda exaure-se, consolidando-se a medida, e o processo termina[285].

Marcelo Buzaglo Dantas[286], à época em que a estabilização era projeto de lei, já havia destacado a importância do tema na seara das lides ambientais:

---

[283] Hipótese: o Ministério Público pede liminar para determinar que animais silvestres, colocados à venda, sejam imediatamente devolvidos ao *habitat* natural. Se o particular cumprir a ordem, sem recorrer, a tutela fica estável, e o juiz extingue o feito (CPC, art. 304).

[284] NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 864.

[285] O Tribunal de Justiça de São Paulo fixou: AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL – AJUIZAMENTO COM O FIM DE COIBIR A REALIZAÇÃO DE RODEIO, COM PRÁTICA DE MAUS TRATOS A ANIMAIS – LEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM" DO MUNICÍPIO RECONHECIDA – ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA – EXTINÇÃO DO FEITO NOS TERMOS DO ART. 304, § 1º, E 487, I, DO CPC – RECONHECIMENTO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO. I- Tendo em vista que é competência do Município a concessão de alvará para a realização de rodeios na cidade de São Pedro, além do fato de que, desde 1988, é considerado ente federativo, razão por que tudo aquilo que lhe pertine é atribuição reservada pela Constituição Federal, por meio do rol contido nos incisos de seu art. 30, e também pela Constituição do Estado de São Paulo, no art. 191, de rigor o reconhecimento de que é parte legítima para figurar no polo passivo da presente ação. II- Deferida a tutela de urgência requestada com o fim de obstar a realização do evento que conteria prova de laço em dupla ("Team Roping") e não havendo recurso contra tal decisão, correta a extinção do feito, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 304, § 1º, do CPC, em razão da estabilização da tutela anteriormente concedida. Sentença mantida. Recurso não provido. (SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação Cível 1000720-85.2016.8.26.0584.** Relator: Des. Paulo Ayrosa, julgamento em: 19 dez. 2017. Disponível em: https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=11091788&cdForo=0. Acesso em: 9 mar. 2022).

[286] DANTAS, Marcelo Buzaglo. **Tutela de urgência nas lides ambientais**: provimentos liminares, cautelares e antecipatórios nas ações coletivas que versam sobre o meio ambiente. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 67-68.

> Trazendo-se essa interessante proposta de reformulação do instituto para o âmbito de abrangência do presente trabalho, percebe-se, sem dificuldade, a grande utilidade prática da estabilização da tutela antecipada em matéria ambiental.
> De fato, inúmeras situações ocorrem no foro, em que, uma vez entregue prestação jurisdicional antecipada, ainda que parcialmente, o autor com ela se satisfaz, não necessitando do prosseguimento do feito, para que atinja a sentença de mérito.
> Basta se pensar, por exemplo, na hipótese de antecipação de tutela específica destinada ao desfazimento de obra (CDC, art. 84, §§ 3º e 5º) indevidamente erigida sobre área de preservação permanente, sem licença que a permita. Ora, uma vez concedida a tutela e cumprida a liminar, a tutela definitiva, mediante cognição exauriente, é desnecessária ao autor da *actio*, que já teve, com a providência antecipada, a satisfação da pretensão de direito material difuso que ele veio a juízo deduzir. O réu, por sua vez, sabedor da ilegalidade e clandestinidade de sua conduta, não raro se conforma, deixando até mesmo de recorrer da decisão e/ou contestar o pedido.
> Nesse caso e em outros análogos, pergunta-se: qual a *utilidade* de se prosseguir com o feito, permitindo-se ampla dilação probatória, para que se atinja o seu ápice, que é a prolação da sentença de mérito (CPC, art. 463)? Nenhuma, uma vez que as próprias partes já se desinteressaram da tutela jurisdicional - o que, aliás poderia mesmo levar à extinção do processo sem julgamento do mérito (CPC, art. 267, II, III, IV ou VI, conforme o caso), sem que, com isso, a decisão antecipatória perdesse sua eficácia.
> Trata-se, pois, de alteração bastante relevante e que, por certo, irá repercutir no âmbito da tutela antecipada ambiental, de modo a evitar a indevida prorrogação de uma relação processual indesejável às partes e, evidentemente, ao Estado-juiz.

Assim, as medidas provisórias de urgência, divididas em cautelares e antecipadas, condicionam-se aos mesmos requisitos de probabilidade do direito e perigo da demora, porém se diferenciam quanto ao procedimento e à reversibilidade, ou seja, as acautelatórias não admitem estabilização, e as antecipatórias não podem ser concedidas se irreversíveis (CPC, art. 300, § 3º).

Aliás, uma das vias processuais, no Brasil, mais importantes para o exercício da tutela de urgência, é a Ação Civil Pública, tanto que, para Marcelo Buzaglo Dantas[287], a concernente Lei n. 7.347/1985 (LACP), em seu art. 12, já permitia a concessão de liminares antes da Lei n. 8.952/1994, a qual incluiu, no CPC/1973, a antecipação de tutela. O autor destaca, também, a regulamentação, no CPC/2015, da possibilidade de, para ser deferida a medida urgente, o juiz exigir caução, resguardando, assim, os prejuízos (eventualmente) causados pela deflagração de

[287] A Ação Civil Pública Após 30 anos. XXXIX – O Novo Código de Processo Civil e as repercussões na ação civil pública ambiental. (MILARÉ, Édis. **Ação Civil Pública após 30 anos.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 570 e 572).

ações civis públicas equivocadas que, ao final, acabam tendo seus pleitos rejeitados.

Finalmente, em se tratando de controvérsia ambiental, a tutela de urgência visa assegurar a satisfação do direito ambiental em ação que tenha por escopo proteger e defender o meio ambiente.

2.3 REQUISITOS

A tutela provisória de urgência pode ser concedida diante da probabilidade do direito alegado, do perigo da demora e da reversibilidade da medida [antecipada], a teor do art. 300, § 3º, do Estatuto Processual Civil.

2.3.1 Probabilidade do Direito

Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero[288] ensinam:

> No direito anterior a antecipação de tutela estava condicionada à existência de "prova inequívoca" capaz de convencer o juiz da verossimilhança da alegação, expressões que sempre foram alvo de acirrado debate na doutrina. O legislador resolveu, contudo, abandoná-las, dando preferência ao conceito de probabilidade do direito. Com isso, o legislador procurou autorizar o juiz a conceder tutelas provisórias com base em cognição sumária, isto é, ouvindo apenas uma das partes ou então fundado em quadros probatórios incompletos (vale dizer, sem que tenham sido colhidas todas as provas disponíveis para o esclarecimento das alegações de fato). A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder tutela provisória.

É preciso que o direito pretendido seja provável, isto é, fundado em prova robusta, convencendo o magistrado de que são grandes as chances de, ao final, a sentença confirmar que o requerente tinha razão. O juiz realiza uma análise voltada ao futuro, ponderando que, lá na frente, tudo indica que a conclusão será de que o requerente estava certo. A questão não é adivinhar o deslinde do processo; busca-se, com base nos elementos apresentados, que o julgador repute a vitória do

---

[288] MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo código de processo civil comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 312.

postulante como mais previsível.

Não se cuida de elemento infalível e indiscutível, mesmo porque o processo segue, servindo o contraditório e a instrução para elucidar ainda mais os fatos. Em tese, a parte contrária pode, eventualmente, demonstrar que a razão estava do seu lado. Com isso, é importante que o magistrado, ao apreciar uma liminar, também reflita sobre possíveis teses defensivas. Assim, a concessão da medida urgente afigura-se mais segura.

O que se fala é de elementos probatórios convincentes, persuasivos, tais como documentos, ata notarial (art. 384 do CPC), laudos técnicos que, de plano, ofereçam a segurança necessária ao adiantamento.[289]

A demonstração dos acontecimentos e o enquadramento nas normas vigentes convencem o juiz de que, na sentença, o pedido provavelmente será julgado procedente[290].

Todavia, o julgador não pode, a fim de conceder a medida, exigir certeza do direito, até porque, nesta fase do processo, inexiste cognição total e exauriente, ou seja, não há como analisar todas as nuances da lide, nem aprofundar o exame.

A questão é de probabilidade, vale dizer, a pretensão mostrar-se clara e confiável, fundada em boa prova, baseada na Lei, gerando no espírito do juiz a expectativa de que, mais adiante, ao proferir a sentença, acolherá o pedido meritório e voltará a dar razão ao requerente[291].

A Justiça, nesse aspecto, equilibra-se entre a dúvida e a exatidão, porém caminha mais na direção desta última, visto que o direito deve ser provável.

O requerente oferece mais respostas, apresentando um quadro com menores chances de a defesa do requerido convencer o examinador do contrário, ficando poucos questionamentos, os quais devem ser respondidos ao longo da tramitação, sob pena de o pedido meritório, na sentença, acabar rejeitado, e a providência urgente restar revogada.

---

[289] BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.

[290] Neste sentido decidiu o TJSC no Agravo de Instrumento n. 4009074-40.2018.8.24.0000, de Presidente Getúlio. (SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo de Instrumento n. 4009074-40.2018.8.24.0000.** Relator: Des. Newton Trisotto, julgamento em: 06 set. 2018. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/integra.do?rowid=AABAg7AAFAABUxKAAF&tipo=acordao_5&nuprocesso=4009074-40.2018.8.24.0000&cdprocesso=&arq=pdf. Acesso em: 20 fev. 2023).

[291] Há possibilidade de justificação prévia nos casos dependentes de melhor instrução, de modo que o juiz, antes de analisar o pleito, pode designar audiência para ouvir testemunhas.

Ao longo deste trabalho será apresentada a Jurimetria, apontada por Marcelo Guedes Nunes[292] como ferramenta adicional para o jurista trabalhar as probabilidades e, assim, realizar as previsões necessárias, estruturando os dados disponíveis com uma metodologia confiável, como também evitando "adivinhações", "achismos" e "intuições".

2.3.2 Perigo da Demora

Outrossim, o legislador exige urgência, razão pela qual compete ao autor demonstrar não só a probabilidade, mas também os riscos e prejuízos de esperar pelo trânsito em julgado.

O julgador deve ser convencido de que, caso se aguarde a decisão final, há fundado receio de que os danos sejam consideráveis, ou que, com a passagem do tempo, o bem da vida, garantido, formalmente, no ato decisório, não mais possa ser usufruído. Ao requerente, incumbe apresentar elementos suficientes para persuadir o magistrado no sentido de que a sentença pode, no fim do processo, significar um mero comando teórico, de pouca ou nenhuma utilidade, se a providência pleitada não for concedida com maior rapidez.

Eduardo García Enterría[293] leciona sobre tal premência:

> Con la habitual larga duración de los procesos contenciosos-administrativos, toda espera a la decisión final de éstos és ya de suyo normalmente onerosa en grado extremo, cuando el artículo 24 de la Constituición incluye de manera expresa en el derecho a la tutela efectiva el derecho al que el proceso se decida precisamente <<sin dilaciones indebidas>>.

Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero[294] ensinam sobre o perigo da demora:

> A tutela provisória é necessária simplesmente porque não é possível esperar, sob pena de o ilícito ocorrer, continuar ocorrendo, ocorrer

---

[292] NUNES, Marcelo Guedes. **Jurimetria**: como a estatística pode reinventar o direito. 2. ed., rev e atual., São Paulo: Thomson Reuters, 2019, p. 177.

[293] "Com a habitual longa duração dos processos contenciosos-administrativos, toda a espera pela decisão final deles é já, de regra, normalmente onerosa em grau extremo, quando o artigo 24 da Constituição inclui de maneira expressa no direito à tutela efetiva que o processo se decida precisamente << sem dilações indevidas>>"(tradução livre). (GARCÍA ENTERRÍA, Eduardo. **La batalla por las medidas cautelares:** Derecho comunitário europeo y proceso contencioso-administrativo español. Madrid: Thomson Civitas, 2006, p. 225)

[294] MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo código de processo civil comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 313.

> novamente, não ser removido ou de dano não ser reparado ou reparável no futuro. Assim, é preciso ler as expressões perigo de dano e risco ao resultado útil do processo como alusões ao perigo da demora. Vale dizer: há urgência quando a demora pode comprometer a realização imediata ou futura do direito.

Contudo, não é qualquer prejuízo, até porque a demora natural do processo, em princípio, sempre causa danos ao autor da ação. Para autorizar a medida, é preciso demonstração de que seu requerente poderá sofrer perdas consideráveis, caso tenha que esperar [até o fim do procedimento] para gozar o direito almejado. Aqui é preciso cuidado para que as liminares não sejam banalizadas, perdendo o seu caráter de excepcionalidade[295]. As partes não podem utilizá-las como subterfúgio para encurtar o procedimento, a fim de contornar o contraditório, o devido processo legal e os recursos. Cautelares e Antecipações de Tutela não são atalhos, mas sim medidas excepcionais, fundadas em requisitos legais, devendo ser pleiteadas (e deferidas) somente quando necessárias.

Rodrigo Jorge Moraes[296] adverte que não se deve confundir rapidez com açodamento, nem mitigar direitos fundamentais para combater a lentidão processual. Cada feito é único, apresentando especificidades e complexidades próprias. Os litigantes esperam uma decisão rápida e efetiva, mas também de qualidade.

Nessa perspectiva de avaliar a urgência com critérios mais acertados, entendo ser importante enfatizar que, na jurisprudência nacional, encontram-se precedentes[297] nos quais o princípio da precaução[298] foi utilizado para justificar, de

---

[295] ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL. IBAMA. PLANTIO DE MILHO E SOJA. PERIGO DE DANO IRREPARÁVEL. SAFRA. SUSTENTO. REGENERAÇÃO DA FLORESTA OMBRÓFILA. CADASTRO AMBIENTAL RURAL. Na dicção do art. 300 do CPC, a concessão de provimento antecipatório pressupõe a coexistência de probabilidade do direito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Pelo seu caráter excepcional, é cabível somente em situações específicas, discriminadas pelo legislador, observada a limitação imposta pelo parágrafo 3º do citado dispositivo legal (a tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão) (BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª região. **AG 5043730-94.2018.4.04.0000.** Relatora: Desa. Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, julgamento em: 21 mar. 2019. Disponível em: https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&numero_gproc=40000973795&versao_gproc=3&crc_gproc=9faf10d2. Acesso em: 20 fev. 2023).

[296] MORAES, Rodrigo Jorge. **Produção antecipada de provas na tutela do meio ambiente:** no processo individual e coletivo. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 68.

[297] AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA DETERMINANDO ABSTENÇÃO DE AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO DO IMÓVEL. RECURSO DO RÉU. EXISTÊNCIA DE LICENÇA PARA CONSTRUIR. IRRELEVÂNCIA. INDÍCIOS DE CONSTRUÇÃO EM ÁREA NON EDIFICANDI PREVISTA NO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO. ÁREA URBANA CONSOLIDADA NÃO DEMONSTRADA DE PLANO. FORTES INDÍCIOS QUE JUSTIFICAM A MANUTENÇÃO DA DECISÃO. RISCO DE DANO QUE DECORRE AUTOMATICAMENTE DA CONSTRUÇÃO EM ÁREA PROTEGIDA. MEDIDA LIMINAR NECESSÁRIA

maneira automática, a presença do requisito do perigo da demora.

Todavia, o princípio da precaução deve ser aplicado com moderação e especificidade[299], tomando-se o cuidado para que sua invocação [genérica] não banalize a tutela de urgência, até porque, na seara ambiental, por lidar, em suma, com a sobrevivência humana, a lide sempre terá, de algum modo, certa premência.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a propósito, logo após a introdução da antecipação de tutela no processo civil brasileiro, destacou seu caráter de excepcionalidade[300]. Há quase 20 anos, ressalvou que as liminares constituem

---

PARA FREAR DANOS AO MEIO AMBIENTE. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. LIMINAR MANTIDA. MULTA POR DESCUMPRIMENTO. R$ 1.000,00 AO DIA. VALOR ADEQUADO PARA EFETIVA INIBIÇÃO DO COMPORTAMENTO PROIBIDO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **AI n. 4014002-68.2017.8.24.0000.** Relator: Des. Vilson Fontana, julgamento em: 04 jul. 2019. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/integra.do?rowid=AABAg7AAGAAGSk9AAC&tipo=acordao_5&nuprocesso=4014002-68.2017.8.24.0000&cdprocesso=&arq=pdf. Acesso em: 20 fev. 2023).

[298] Agravo de instrumento. Meio ambiente. Ação civil pública. Tutela de urgência dano ambiental em área de preservação permanente e de reserva legal. Presentes os requisitos para a concessão da tutela pleiteada mantida. Necessidade de se acautelar o meio ambiente, de forma antecipada, para se evitar o dano ou risco de dano ambiental, diante da demora da empresa agravante em regularizar a situação de sua propriedade. Aplicação do princípio da precaução. Ademais, comprovação, "prima facie", da intervenção indevida por meio de parecer do órgão ambiental estadual.Decisão mantida. Recurso improvido. (SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Agravo de Instrumento 2024279-84.2021.8.26.0000.** Relator: Des. Mauro Conti Machado, julgamento em: 08 jul. 2021. Disponível em: https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=14825764&cdForo=0. Acesso em: 20 fev. 2023).

[299] O Tribunal de Justiça do Estado fixou importante precedente em que destacou o apelo retórico do princípio da precaução: OBRIGAÇÃO DE FAZER. DEMOLIÇÃO DE CASA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (LOCALIDADE DE RATONES). IMÓVEL DE USO HABITACIONAL, DEVIDAMENTE ESTRUTURADO. AUSÊNCIA DE PROVA OBJETIVA DE USO DEGRADANTE OU DE OFENSA AO PATRIMÔNIO NATURAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA, QUE DETERMINA APENAS A REGULARIZAÇÃO DA OBRA. SENTENÇA MANTIDA. Conquanto imprescindível a proteção do meio ambiente, não se mostra razoável a demolição de propriedade que, não revela, por sua existência, risco de degradação ambiental, contexto em que o discurso da precaução assume apenas apelo retórico, sem observar o primado da dignidade humana, sobretudo por desconsiderar a existência, no mesmo local, de modesta porém tradicional comunidade, sem prova de alteração do bioma local no decorrer da ocupação, bem como por se cuidar em tese de propriedade há décadas em posse da família, e de considerável estrutura (inclusive com fornecimento de energia elétrica). (SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Cível n. 2010.057002-7.** Relator: Des. Ricardo Roesler, julgamento em: 19 jul. 2011. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/#. Acesso em: 20 fev. 2023).

[300] AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO QUE NEGOU O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA SUSPENDER OS EFEITOS DA EXECUÇÃO DA DECISÃO RESCINDENDA. POSSIBILIDADE APENAS EM HIPÓTESES EXCEPCIONALÍSSIMAS, PRESENTES OS PRESSUPOSTOS DO ARTIGO 273 DO CPC. INOCORRÊNCIA NA ESPÉCIE. RECURSO DESPROVIDO. I - A partir da vigência da lei n° 8.952, de 13.12.94, é viável, em tese, antecipando-se tutela de urgência, a suspensão dos efeitos de sentença ou acórdão transitados em julgado. II - O pedido antecipatório somente se afigura possível, porém, em hipóteses excepcionalíssimas - sob pena de vulneraração dos princípios da segurança jurídica e da coisa julgada - quando evidenciado desde pronto o direito invocado, e, ainda, quando possível antever que, caso não deferida a tutela de urgência, os efeitos do acórdão que a final acolher a rescisão restarem inúteis. (SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo Regimental em Ação Rescisória n. 2001.008235-7**. Relator: Des. Eládio Torret Rocha, julgamento em: 09 out. 2002.

medidas de exceção, condicionadas a requisitos legais, ou seja, não são providências triviais.

O juiz não deve, assim, deixar-se impressionar [facilmente] com o perigo da demora, devendo, a par disso, avaliar, criteriosamente, os demais requisitos, sobretudo o da probabilidade do direito alegado. O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, em aresto da lavra do Desembargador Hélio do Vale Pereira, fez importante advertência:

> MEIO AMBIENTE - TUTELA DE URGÊNCIA - LICENÇA - DÚVIDAS OBJETIVAS - DIFÍCIL REVERSÃO - INCONVENIÊNCIA DA MEDIDA - NEGATIVA RATIFICADA A concessão de liminar que possa implicar outorga de licença ambiental exige especial demonstração da plausibilidade do direito. Se isso já é uma decorrência natural da tutela antecipada, no sensível campo ambiental a prudência deve ser ainda mais intensa, tanto mais pela difícil reversão. Não se trata de evocar por mero chavão o princípio da precaução, mas de no caso específico apurar se existe plausibilidade bastante que encoraje medida drástica de licenciamento. Aqui, como posto pelo Juiz Laudenir Fernando Pentrocini e pelo então Procurador de Justiça André Carvalho, a tese da agravante não tem mansuetude tal que gere confiança para o deferimento da licença. Recurso conhecido e desprovido[301].

José Esteve Pardo[302] chama a atenção para o fato de que o princípio da precaução é utilizado, com frequência, de maneira ambígua e pouco precisa, motivo pelo qual é necessário definir seu conceito e estabelecer critérios para sua aplicação, mesmo porque, não obstante sua previsão em diversos diplomas internacionais, tem conteúdo genérico e programático. O autor sugere, como parâmetro a ser adotado, que as medidas, baseadas nesse postulado, sejam por período determinado e passíveis de revisão, porquanto a passagem do tempo permite o surgimento de novas tecnologias e a observação da evolução do dano ambiental, elementos que contribuirão para superar a incerteza científica.

Nesse ponto, o estudo de Cass R. Sunstein[303] mostra-se importante na medida em que discorre sobre as reações emocionais aos riscos, exemplificando

---

Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAAAAAOFOfAAE&categoria=acordao. Acesso em: 20 fev. 2023).

[301] SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo de Instrumento n. 0156384-26.2015.8.24.0000.** Relator: Des. Hélio do Valle Pereira, julgamnto em: 24 mai. 2018. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AABAg7AAEAAKn++AAU&categoria=acordao_5. Acesso em: 20 fev. 2023.

[302] ESTEVE PARDO, José. **Derecho del Medio Ambiente y Administración Local**. 2. ed., Barcelona: Fundación Democracia y Gobierno Local, 2006, p. 205-210.

[303] SUNSTEIN, Cass R. **Worst-case scenarios**. London: Harvard University Press, 2007, p. 52.

que a expressão “doença da vaca louca” provoca mais medo nas pessoas que “doença de Creutzfeldt-Jacob”, não obstante, constituam variantes da mesma condição. Tal pensamento encaixa-se na análise do perigo da demora nas liminares ambientais, posto que a matéria, ao se relacionar com a preservação do planeta e da espécie humana, acaba, não raramente, revestindo-se de uma certa dramaticidade, o que pode conduzir à concessão de medidas fundadas mais no medo do dano do que na efetiva probabilidade de este ocorrer.

A propósito, Joaquín Melgarejo Moreno, Mª Inmaculada López Ortiz e Andrés Molina Giménez[304], ao discorrerem sobre as normas da reutilização da água na União Europeia, sustentam que nenhum projeto concernente pode garantir *risco zero*, e que é *pouco realista* uma administração em que não haja riscos. Os escritores espanhóis destacam, ainda, na regulamentação europeia da reciclagem hídrica, a importância de planos de gerenciamento dos riscos.

2.3.3 Reversibilidade

A reversibilidade da medida, concernente às providências antecipatórias, significa que deve ser possível, ao final, reverter o que foi adiantado, se o juiz, na sentença, mudar seu entendimento, concluindo pela rejeição do pedido.

Não raramente, o contraditório e a instrução demonstram que o réu estava certo, não merecendo, o autor, o que lhe foi antecipado. Isso sem contar as controvérsias jurídicas, interpretativas, de orientações jurisprudenciais, fazendo com que, em grau de recurso, o resultado do julgamento mude, invalidando a liminar. É preciso, pois, que o bem da vida adiantado possa ser restituído, que as coisas possam voltar ao *status quo ante*.

Por outro ângulo, Marcelo Buzaglo Dantas[305] adverte:

> Em matéria de proteção ambiental, em inúmeros casos, o reconhecimento de que a medida seria irreversível poderia gerar um verdadeiro obstáculo à efetiva prevenção do dano ou à paralisação da conduta lesiva, se esta já teve início.
> [...]
> Por essa razão, conforme já decidiu o STJ, “a exigência da

[304] MELGAREJO MORENO, Joaquín; LÓPEZ ORTIZ, Ma Inmaculada; MOLINA GIMÉNEZ, Andrés. **La economia circular y el sector del agua em España: Análisis jurídico-econõmico**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2023, p. 120 e 127.
[305] DANTAS, Marcelo Buzaglo. **Ação civil pública e meio ambiente**: teoria geral do processo, tutela jurisdicional e execução/cumprimento. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 196-198.

> irreversibilidade inserta no § 2º do art. 273 do CPC não pode ser levada ao extremo, sob pena de o novel instituto da tutela antecipatória não cumprir a excelsa missão a que se destina". E, permita-se acrescentar, mais ainda em matéria de provimento antecipatório destinado à proteção e defesa do meio ambiente, em que os valores postos em litígio são de interesse de toda a coletividade.
> [...]
> A propósito, não se pode esquecer que no direito ambiental vigoram os princípios do desenvolvimento sustentável e do equilíbrio, segundo os quais a atividade produtiva deve ser compatibilizada com a proteção ao meio ambiente. Não é outra, aliás, a *ratio* do disposto no art. 170, V, da CF/88. Daí por que há de se ter cautela na concessão de um provimento urgente que possa aniquilar por completo a atividade econômica, especialmente quando isso não se revelar absolutamente indispensável à tutela ambiental.
> [...]
> Saliente-se que, nesses casos, quando o deferimento da tutela antecipada em sede de demanda coletiva representar prejuízos irreparáveis ao requerido e, posteriormente, constatar-se que a conduta apontada como ilícita não verdade não o era, os danos haverão de ser devidamente ressarcidos.
> [...]
> Em suma se, de um lado, a irreversibilidade não deve servir de pretexto à não-concessão do provimento antecipatório na ação civil pública, de outro, deve-se ter em mente a preocupação com os prejuízos que a medida pode acarretar à parte contrária.

Como se vê, a observância da possibilidade de reversão dependerá da hipotese concreta, conforme tem decidido o Tribunal de Justiça de Santa Catarina[306], ao apreciar controvérsia ambiental.

Assim, no campo ambiental, o requisito da reversibilidade deve ser aplicado com moderação, de forma que a decisão judicial, não obstante, possa até o dispensar, deve considerar o prejuízo que a providência pode causar ao réu.

---

[306] ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA (LAP), COM DISPENSA DA LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO (LAI), PARA FINS DE OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO E CONCESSÃO DE LAVRA MINERÁRIA. ÓRGÃO AMBIENTAL QUE EXIGE, COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE PARA O LICENCIAMENTO, A APRESENTAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DA ÁREA SUPERFICIAL COM RELAÇÃO À ATIVIDADE DE EXTRAÇÃO DE SAIBRO. MEDIDA LIMINAR NEGADA. DECISÃO ACERTADA. IRREVERSIBILIDADE DOS EFEITOS PRÁTICOS DA TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA. DIFÍCIL RETORNO AO STATUS QUO ANTE, COM O DESFAZIMENTO DA CADEIA DE ATOS ADMINISTRATIVOS NA HIPÓTESE DE DENEGAÇÃO DA ORDEM AO FINAL. ART. 1º DA LEI N. 9.494/97 C.C. ART. 1º DA LEI N. 8.432/97 E ART. 300, § 3º, DO CPC/15. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. (SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo de Instrumento n. 5005760-64.2021.8.24.0000.** Relator: Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, julgamento em: 17 ago. 2021. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=321629317044535739436345959015&categoria=acordao_eproc. Acesso em: 20 fev. 2023).

2.4 TUTELA INIBITÓRIA E PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL CORRELATOS

A tutela inibitória não constitui modalidade de tutela provisória com requisitos próprios. Na verdade, é um tipo de medida prática que tanto pode ser cautelar quanto antecipatória, que se destina ao não fazer, isto é, à inibição, ao cessar, determinando que alguém não faça algo que implique ato ilícito, que se abstenha de praticar atos ilícitos

Luiz Guilherme Marinoni[307] explica:

> Neste sentido, todo agir ilícito pode ser inibido, seja por meio de provimento atrelado à multa, seja por meio de provimento jurisdicional ligado às medidas executivas que permitam a inibição independentemente da vontade do réu. A ação inibitória, nesta perspectiva, além de manter a sua capacidade de atuar em face do ilícito continuado, permite a prestação da tutela por meio da multa ou de qualquer medida executiva necessária e adequada.

A norma, contida no art. 497, parágrafo único, do CPC, prevê que, para o Judiciário agir, não é preciso esperar o dano ocorrer; ao contrário, a tutela jurisdicional antecipa-se ao problema, evitando o prejuízo[308]. O dano à natureza é evitado, impondo-se, ao potencial agressor, ordem judicial para que se abstenha da conduta prejudicial.

Úrsula Ribeiro de Almeida[309] expõe a respeito da tutela inibitória:

> A proteção judicial do direito ao meio ambiente deve priorizar a tutela preventiva para evitar dano ou risco de dano, atendendo aos seus princípios da prevenção e da precaução. Dessa forma, a tutela inibitória é técnica processual indispensável para a proteção do direito ambiental na medida em que visa evitar a prática de ato ilícito,

---

[307] MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela contra o ilícito:** Inibitória e de remoção – art. 497, parágrafo único, do CPC/2015. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 88.

[308] Assim decidiu o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao determinar a suspensão de obra: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONSTRUÇÕES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. OMISSÃO DO MUNICÍPIO. FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA POR DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. VALOR EXCESSIVO. REDUÇÃO. - Nos termos do artigo 225 da Constituição Federal, é direito de todos o meio ambiente ecologicamente equilibrado, já que constitui bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. - Presentes indícios de omissão quanto ao levantamento de construções em área de preservação permanente, e sendo inquestionável o receio de danos, justificado o deferimento de liminar para fazer cessar as ações pretensamente degradadoras. (BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª região. **AG 5008355-03.2016.4.04.0000.** Relator: Des. Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, julgamento em: 10 mai. 2016. Disponível em: https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&documento=8242519. Acesso em: 20 fev. 2023).

[309] ALMEIDA, Úrsula Ribeiro de. **Tutela de urgência no direito ambiental:** instrumento de efetivação do princípio da precaução. São Paulo: Atlas, 2015, p. 111.

> independentemente da ocorrência de dano. Enquanto o processo civil tradicional tinha como foco reparar o dano decorrente de ato ilícito, a tutela inibitória busca evitar a conduta contrária ao direito, independentemente do possível dano. O autor não precisa comprovar a possibilidade de ocorrência de dano e dolo ou culpa, mas apenas a probabilidade da ocorrência do ato ilícito (art. 494, parágrafo único, do NCPC). A prova para concessão da tutela inibitória não é a mesma necessária para as tutelas do processo civil tradicional, em que se deve demonstrar o dano praticado no passado, já que é necessário demonstrar a probabilidade de ocorrência de ato ilícito futuro. Por isso, o juiz deve adotar requisitos diferenciados na apreciação da tutela inibitória, examinando a gravidade do ilícito relatado pelo autor e os indícios da sua ocorrência no futuro. No âmbito do direito ambiental, a tutela inibitória é cabível contra aquele que exerce atividade de risco e não adota as medidas necessárias de prevenção e precaução. Ainda que não tenha ocorrido dano ambiental, a violação do dever de evitar ou minimizar o risco ao meio ambiente é suficiente para a concessão da tutela inibitória.

Na Espanha, tal medida está prevista no art. 727.7 da LEC, que trata de "orden judicial de cesar provisionalmente una actividad o prohibición temporal de interrumpir o cesar en la realización de una prestación que se estuviere llevando a cabo"[310].

A correlação com o Direito Ambiental fica evidente aqui, porquanto a técnica inibitória é o instrumento ideal para aplicar os princípios da precaução e da prevenção. Aliás, estes teriam pouca utilidade se não houvesse, processualmente, meios de efetivá-los. Os princípios ambientais não podem ser apenas postulados teóricos, sem concretude prática. Logo, é preciso procurar, noutros ramos do Direito, em especial no processual, os mecanismos adequados para a sua aplicação.

Eduardo Salazar Ortuño[311] aponta que as medidas cautelares têm relação

---

[310] "Ordem judicial para cessar temporariamente uma atividade ou proibição temporária de interromper ou cessar a execução de um serviço que estava sendo realizado" (tradução livre).

[311] "1.3 A difícil obtenção de medidas cautelares. Em matéria de proteção ambiental, e dada a carência de procedimentos rápidos, torna-se importante a adoção de medidas cautelares que permitam assegurar a efetividade de uma decisão na demanda em defesa de interesses coletivos ambientais, de modo que não possa ser impedida ou dificultada por situações produzidas durante a pendência do processo respectivo. Frente a um direito tradicionalmente reativo que trata de amenizar ou compensar danos já produzidos, o direito ambiental moderno deveria utilizar ferramentas que permitissem fazer frente aos riscos conhecidos antes que se produzam (princípio da prevenção) ou prevenir e evitar ameaças de prejuízos desconhecidos e incertos (princípio da precaução). Ambos princípios pressupõem o fundamental acesso à justiça cautelar em matéria ambiental efetiva, resultando especialmente importante no momento de defender um bem jurídico tão vulnerável e ameaçado como o meio ambiente, e que foi declarado como parte do direito ao um processo justo pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos" (tradução livre). (SALAZAR ORTUÑO, Eduardo. **El accesso a la justicia ambiental a partir del Convenio de Aarhus**. N. 28, Navarra: Thmpson Reuters Aranzadi, 2019, p. 384-385).

direta com a evolução do Direito Ambiental, outrora mais reativo, e doravante mais previdente:

> 1.3. La difícil obtención de medidas cautelares
> En materia de protección ambiental, y dada la carencia de procedimientos rápidos, cobra especial relevancia la adopción de medidas cautelares que permitan asegurar la efectividad de una sentencia estimatoria de la demanda en defensa de intereses colectivos ambientales, de modo que no pueda verse impedida o dificultada por situaciones producidas durante la pendencia del proceso correspondiente. Frente a un derecho tradicional fundamentalmente reactivo que trata de paliar o compensar unos daños ya producidos, el derecho ambiental moderno debería valerse de herramientas que permitiesen hacer frente a riesgos conocidos antes de que se produzcan (principio de prevención) o que prevean y eviten amenazas de daños desconocidos e inciertos (principio de precaución). Ambos principios suponen el fundamento del acceso a la justicia cautelar en materia ambiental efectiva, que resulta especialmente importante a la hora de defender un bien jurídico tan vulnerable y amenazado como el medio ambiente, y que ha sido declarada como parte del derecho a un proceso equitativo por el Tribunal Europeo de Derechos Humanos.

Paulo Roberto Cunha e Pilar Carolina Villar[312] também esclarecem:

> O princípio da precaução caracteriza-se pela ação antecipada, mesmo diante de incertezas ou ausência de conhecimento científico a respeito dos eventuais riscos ou prejuízos ambientais que determinada atividade ou empreendimento possa causar. Em outras palavras, essa ausência de conhecimento científico não pode ser utilizada como desculpa para não se tomar medidas de cautela para evitar um possível dano ambiental.
> [...]
> O princípio da prevenção tem como fundamento o art. 225, *caput*, da CF/88, quando determina ao Poder Público e à coletividade o dever de proteger e preservar o meio ambiente às presentes e futuras gerações. Trata-se, pois, do dever jurídico de evitar a consumação de danos (conhecidos ou esperados) ao meio ambiente, agindo preventivamente, ou seja, de forma antecipada. No princípio da prevenção, ao contrário do princípio da precaução, existem conhecimentos científicos para afirmar que determinada atividade é perigosa ao meio ambiente. Neste caso, "é possível estabelecer um conjunto de nexos e causalidade que seja suficiente para a identificação de impactos futuros mais prováveis.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos[313], ao aplicar o princípio da

---

[312] CUNHA, Paulo Roberto; VILLAR, Pilar Carolina. A proteção Constitucional do meio ambiente e os princípios do Direito Ambiental. ***In:*** CIBIM, Juliana Cassano; VILLAR, Pilar Carolina (Coords). **Direito, gestão e prática:** direito ambiental empresarial. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 38 e 42.

[313] "Além do exposto, em se tratando de matéria ambiental, é preciso destacar que o princípio da prevenção faz parte do direito internacional de costumes, implicando a obrigação de os Estados adotarem medidas antes da produção do dano, considerando que, por suas peculiaridades, nem sempre será possível a reparação do prejuízo. Com base na prevenção, a Corte tem decidido que "é

prevenção, decidiu:

> Sin perjuicio de lo anterior, en materia específica ambiental, debe destacarse que el principio de prevención de daños ambientales, forma parte del derecho internacional consuetudinario, y entraña la obligación de los Estados de llevar adelante las medidas que sean necesarias ex ante la producción del daño ambiental, teniendo en consideración que, debido a sus particularidades, frecuentemente no será posible, luego de producido tal daño, restaurar la situación antes existente. En virtud del deber de prevención, la Corte ha señalado que "los Estados están obligados a usar todos los medios a su alcance con el fin de evitar que las actividades que se lleven a cabo bajo su jurisdicción, causen daños significativos al […] ambiente"200. Esta obligación debe cumplirse bajo un estándar de debida diligencia, la cual debe ser apropiada y proporcional al grado de riesgo de daño ambiental201. Por otro lado, si bien no es posible realizar una enumeración detallada de todas las medidas que podrían tomar los Estados con el fin de cumplir este deber, pueden señalarse algunas, relativas a actividades potencialmente dañosas: i) regular; ii) supervisar y fiscalizar; iii) requerir y aprobar estudios de impacto ambiental; iv) establecer planes de contingencia, y v) mitigar en casos de ocurrencia de daño ambiental. (Caso comunidades indígenas membros de la asociación Lhaka Honhat (Nuestra Tierra) VS Argentina. Sentencia de 6 de febrero de 2020.

Nas últimas décadas, o princípio da precaução ganhou relevância em razão dos novos riscos tecnológicos ou ambientais, decorrentes do desenvolvimento, cujo conhecimento científico, não raramente, apresenta-se limitado e incerto, contudo, com a possibilidade de danos elevados ou irreversíveis.

Prevenção e precaução são princípios que se misturam e se complementam. Ambos trabalham na antecipação de problemas, no agir adiantado, concretizando cautela e cuidado com o ambiente. Porém, o primeiro nasce da exatidão fornecida pela Ciência, daquilo que se pode, efetivamente, esperar de um empreendimento. Já o segundo atua num sentido mais aberto, sem exatidão científica.

José Rubens Morato Leite[314] elucida a distinção:

---

obrigação dos Estados utilizar todos os recursos ao seu alcance para evitar que as atividades sujeitas à sua jurisdição causem malefícios graves ao ambiente. Tal compromisso deve ser cumprido com base numa premissa de diligência, adequada e proporcional ao grau de risco de dano envolvido. De outra parte, em que pese não ser viável esmiuçar a integralidade das medidas que os países podem tomar, pode-se citar algumas, relacionadas às atividades com maior potencial de prejuízo: i) normatizar; ii) inspecionar e vistoriar; iii) exigir e aprovar estudos de impacto ambiental; iv) definir planos para eventualidades e v) atenuar os danos já ocorridos. (Processo da comunidade indígena Lhaka Honhat (nossa terra) contra Argentina. Sentença de 6 de fevereiro de 2020" (tradução livre do autor do projeto). (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidades Indígenas miembros de la Asociación Lhaka Honhat (Nuestra Tierra) Vs. Argentina.** Sentencia de 6 de febrero de 2020. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_400_esp.pdf. Acesso em: 7 jun. 2021, p. 22).

[314] CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional**

> Segundo Kiss, a diferença entre os princípios da prevenção e da precaução está na avaliação do risco ao meio ambiente. A precaução surge quando o risco é alto, sendo que o princípio deve ser acionado nos casos em que a atividade pode resultar em degradação irreversível, ou por longo período, do meio ambiente, assim como nas hipóteses em que os benefícios derivados das atividades particulares são desproporcionais ao impacto negativo ao meio ambiente. Já a prevenção constitui o ponto inicial para alargar o Direito Ambiental e, especificamente, o Direito Ambiental Internacional. A maioria das convenções internacionais é fundamentada no princípio de que a degradação ambiental deve ser prevenida através de medidas de combate à poluição, em vez de esperar que esta ocorra para tentar combater os seus efeitos.

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, em aresto da lavra do Desembargador Volnei Ivo Carlin, assentou a diferença entre tais princípios:

> APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MEIO AMBIENTE - APROVEITAMENTO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA EXTRAÇÃO DE CHUMBO - ATIVIDADE POTENCIALMENTE LESIVA - LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO CONCEDIDA. Uma vez concedida a licença de operação, o empreendedor está habilitado ao início de suas atividades, contanto que observe os parâmetros dispostos no alvará e na legislação pertinente, caso contrário estará sujeito às medidas judiciais para cessação da conduta danosa, ou potencialmente prejudicial, ao meio ambiente. Em matéria ambiental, diante da incerteza quanto à lesividade da atividade desenvolvida pelo particular, deve ser aplicado o princípio da prevenção, o qual se impõe aos casos em que há informações conhecidas, certas ou provadas sobre o risco de dano, ou seja, hipótese em que haja perigo concreto. Desta feita, constatado nos autos que a atividade do empreendedor tem possibilidade de causar danos irreversíveis ao meio ambiente e à saúde dos moradores próximos à empresa, a paralisação da atividade na indústria é medida a ser imposta até que fiquem regularizadas as providências para evitar a poluição[315].

Essa função antecipatória e inibitória, por lidar com risco abstrato, não raramente de imensurável e de difícil previsão[316], não pode ser aplicada com postura absoluta, exigindo, assim, bom senso e moderação do juiz, mediante utilização dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

---

ambiental brasileiro. 6. ed. rev., São Paulo: Saraiva, 2015, p. 207.

[315] SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Cível n. 2006.002891-0**. Relator: Des. Volnei Carlin, julgamento em: 13 jun. 2006. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAABAACEhAAAG&categoria=acordao. Acesso em: 10 mar. 2023.

[316] Segundo Juarez Freitas, ao aplicar o princípio da precaução, o Poder Público age na presunção de que a interrupção proporcional e provisória do nexo de causalidade consubstancia atitude mais vantajosa do que a resultante da liberação do liame de causalidade (FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 3. ed., Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 302).

De fato, a decisão deve ser motivada a fim de demonstrar a existência de fortes indícios de que, por exemplo, uma atividade tem potencial poluidor, não se podendo trabalhar com meras suspeitas, tanto que, na visão de Marcelo Buzaglo Dantas[317]:

> É necessário, porém, ter muita cautela para evitar distorções indesejáveis, que devem ser rechaçadas. A primeira delas diz com a indevida utilização do princípio quando o que está em jogo no litígio é uma atividade devidamente licenciada pelo Poder Público. Nestes casos, o princípio que deve ser invocado é o da prevenção, que se diferencia do da precaução pelo fato de que nos casos em que aquele é utilizado se sabe qual o alcance dos impactos ambientais. Não há incerteza científica, como na precaução, mas previsibilidade. Logo, são princípios distintos e distinta é sua aplicação.

Paulo Bessa[318] complementa afirmando que a aplicação do princípio da precaução somente se justifica constitucionalmente quando observados os princípios fundamentais da República e ante a inexistência de norma capaz de determinar a adequada avaliação dos impactos ambientais, transformando-se em simples arbítrio quando aplicado fora de tais limites.

O princípio da precaução deve ser aplicado de forma técnica e racional, com prudência, devendo ser critério decisório apenas se não for possível (à ciência) afastar o perigo. Caso contrário, as liminares serão arbitrárias e prejudiciais ao desenvolvimento econômico. E em sendo o princípio da precaução apropriado quando há "incerteza científica"[319], igualmente precisam ser avaliados os custos da medida de proteção sugerida[320].

---

317 DANTAS, Marcelo Buzaglo. **Direito ambiental de conflitos:** o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e os casos de colisão com outros direitos fundamentais. 2. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 93.

318 ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 22. ed., São Paulo: Atlas, 2021, p. 42.

319 Paulo Affonso Leme Machado anota que "com a expressão 'incerteza da Ciência' faz-se alusão a várias formas de indeterminação do saber no campo científico: a complexidade do conhecimento, a falta ou insuficiência de dados, a imprevisibilidade do êxito, o caráter casual das previsões em muitos setores da pesquisa da natureza. Ao procurar-se a comunidade científica nas questões de Ciências que precisam de regulamentação normativa, muitos não se posicionarão de uma forma certa e unívoca, mas poderá haver uma variedade de teses diferentes ou parcialmente divergentes" (MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro.** 24. ed., São Paulo: Malheiros, 2016, p. 104).

320 O Supremo Tribunal Federal, no **RE 627189/SP**, de Relatoria do Min. Dias Tóffoli, de 31.03.17, delimitou a aplicabilidade do Princípio da Precaução, fixando: "2. O princípio da precaução é um critério de gestão de risco a ser aplicado sempre que existirem incertezas científicas sobre a possibilidade de um produto, evento ou serviço desequilibrar o meio ambiente ou atingir a saúde dos cidadãos, o que exige que o estado analise os riscos, avalie os custos das medidas de prevenção e, ao final, execute as ações necessárias, as quais serão decorrentes de decisões universais, não discriminatórias, motivadas, coerentes e proporcionais. 3. Não há vedação para o controle jurisdicional das políticas públicas sobre a aplicação do princípio da precaução, desde que a decisão

É preciso ter em mente, como aponta Cass R. Sunstein[321], que o princípio da precaução, dependendo da forma como for aplicado, pode ser paralisante e incoerente:

> My initial argument is that in its strongest forms, the Precautionary Principle is literally incoherent, and for one reason: The are risks on all sides of social situations. It is therefore paralyzing; it forbids the very steps that it requires. Because risks are on all sides, the Precautionary Principle forbids action, inaction, and everything in between. Consider the question of what societies should do about genetic enginnering, nuclear power, and terrorism. Agressive steps designed to control underlying risks, seem to be compelled by the Precautionary Principle. But those vey steps run afoul of the same principle, because each of them creates new risks of its own. It follows that many people who are described as risk averse are, in reality, no such thing. They are averse to particular risks, not to risks in gereral. Someone who is averse to the risks of flying might well be unconcerned with the risks of driving; someone who seeks to avoid the risks with pesticides are likely to be indifferent to the risks associated with organic foods.

Deve-se, pois, evitar uma espécie de extremismo ambiental que obste o desenvolvimento sustentável[322]. É necessário buscar um equilíbrio entre, de um lado, os direitos dos indivíduos, empresas e organizações, em busca do desenvolvimento sustentável, e de outro, a redução dos riscos ao meio ambiente[323].

---

judicial não se afaste da análise formal dos limites desses parâmetros e que privilegie a opção democrática das escolhas discricionárias feitas pelo legislador e pela Administração Pública". (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 627189/SP**. Relator: Min. Dias Tóffoli, julgamento em: 08 jun. 2016. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=12672680. Acesso em: 10 mar. 2023).

321 "Meu argumento inicial é que, nas suas formas mais intensas, o Princípio da Precuação é claramente incoerente, e por uma razão: Há riscos por todos os lados das situações sociais. É, portanto, paralisante; proíbe seus próprios passos necessários. Porque riscos estão em todos os lugares, o Princípio da Precaução veda ação, inação e o resto. Considere a questão de o que as sociedades devem fazer a respeito de engenharia genérica, energia nuclear e terrorismo. Medidas agressivas que são tomadas para controlar riscos ocultos, parecem ser compelidas pelo Princípio da Precaução. Mas essas mesmas providências entram choque com o mesmo princípio, porque cada uma gera riscos por si mesmas. Muitas pessoas que são descritas como contrárias aos riscos, na realidade, não são. Elas são avessas a determinados riscos, não aos riscos em geral. Alguém que é contrário ao risco de voar pode muito bem não ser preocupado com o risco de dirigir; alguém que busca evitar os riscos com pesticidas é provavelmente indiferente aos perigos associados aos alimentos orgânicos" (tradução livre). (SUNSTEIN, Cass R. **Laws of fear:** Beyond the Precautionary Principle. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 4-5)

322 Segundo Fiorillo: "O princípio de desenvolvimento sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje a nossa disposição" (FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental Brasileiro**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2002, p. 102).

323 Marcelo Buzaglo Dantas reconhece que "não se pode pretender que a aplicação do princípio em apreço tenha por escopo eliminar por completo os impactos ambientais causados pela atividade econômica. (DANTAS, Marcelo Buzaglo. **Direito ambiental de conflitos:** o direito ao meio ambiente

2.5 TUTELA DE EVIDÊNCIA

O Código de Processo Civil estabeleceu, como gênero, a tutela provisória, representada pela atuação judicial em caráter temporário, que não é definitiva, posto que o processo segue até a decisão final de mérito, da qual não mais caiba recurso, esta sim permanente, inclusive tomando o lugar daquela.

E tal prestação jurisdicional, revestida de provisoriedade, divide-se em tutela de urgência e tutela de evidência.

A de urgência, técnica voltada aos casos de perigo da demora, conforme abordado, exige, como visto, risco de dano, receio de prejuízo, premência, emergência, eximindo o requerente de esperar pela tramitação normal do feito.

De outra parte, a tutela de evidência funda-se somente na probabilidade do direito, isto é, a pretensão mostra-se tão clara e segura que o juiz pode adiantá-la, mesmo sem receio de dano irreparável ou de difícil reparação, nos termos do art. 311 do CPC, conforme hipóteses previstas nos incisos I a IV.

A primeira diz respeito ao mau comportamento processual do réu, que, ao abusar dos mecanismos defensivos, ou agir para atrasar o andamento do feito, acaba por revelar que o autor tem razão.

A medida constitui sanção ao litigante de má-fé, caracterizado, pelo Superior Tribunal de Justiça, como o demandante que, sem motivos legítimos, resiste ao andamento do processo, inclusive interpondo recursos, não para provar ter razão, mas apenas ganhar tempo[324].

A segunda relaciona-se à pretensão fundada em jurisprudência pacífica. Se o pedido basear-se em julgamento de recursos repetitivos ou súmulas vinculantes, a probabilidade do direito fica maior, porquanto dificilmente o réu, em grau de recurso,

---

ecologicamente equilibrado e os casos de colisão com outros direitos fundamentais. 2. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 93).

[324] "A litigância de má-fé, passível de ensejar a aplicação da multa estabelecida no art. 80 do NCPC, configura-se quando houver insistência injustificável da parte na utilização e reiteração indevida de recursos manifestamente protelatórios, o que não ocorre na hipótese". (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AgInt no AREsp 1417963/SP.** Relator: Ministro Moura Ribeiro, julgamento em: 19 ago. 2019. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201803355917&dt_publicacao=21/08/2019. Acesso em: 10 mar. 2023).

reverterá a decisão[325].

A terceira aplica-se ao contrato de depósito, regulado pelos artigos 647 a 652 do Código Civil, autorizando a imediata entrega da coisa ao depositante.

A quarta hipótese configura-se quando a pretensão é baseada em prova segura, e não teve defesa consistente por parte do réu. O legislador autorizou a antecipação do direito, sem perigo da demora, por ter se mostrado ainda mais provável, uma vez que, a par da confiabilidade dos elementos trazidos pelo requerente, o requerido não se defendeu de maneira razoável. A defesa, neste quarto caso, não deve ser capaz de gerar controvérsia séria. O juiz, depois de ouvir o réu, decide que a tese deste dificilmente terá acolhida na sentença. A resposta, com isso, não é suficiente para rebater o que foi apresentado na exordial.

Somente nos casos previstos nos incisos II e III, a medida pode ser deferida sem ouvir o réu (liminarmente). Nos demais, a análise depende da verificação da seriedade da defesa, inviabilizando, assim, deferimento sem contraditório, até porque é a participação do requerido que revelará sua conduta processual como abusiva, protelatória ou destituída de seriedade.

Fixadas as bases teóricas da tutela provisória, passo a enquadrá-las nas especificidades do Direito Ambiental, preparando, pois, o terreno para desenvolver a tese voltada à Sustentabilidade e à Análise Econômica do Direito, para uma proposta de teoria de decisão a partir da Teoria do Caso.

2.6 O REGIME DE URGÊNCIA NA ESFERA AMBIENTAL

Pensar o direito processual, especificamente voltado para o Meio Ambiente, é corolário da inquietação que todas as ciências têm demonstrado para com as questões ambientais.

Antonio Vaquera García[326] aponta que a matéria desperta preocupações em

---

[325] Sobre o NCPC e o sistema de precedentes, Luiz Guilherme Marinoni anota que “a unidade do direito é o resultado de um sistema de precedentes obrigatórios e reflete a coerência da ordem jurídica, viabilizando a previsibilidade e o tratamento uniforme de casos similares. O precedente, portanto, é um valor em si, pois é algo indispensável para que se tenha unidade do direito e uma ordem jurídica coerente, requisitos para a racionalidade do direito”. (MARINONI, Luiz Guilherme**. A Ética dos Precedentes.** 2. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 105).

[326] “A inquietação com a deterioração do meio natural converteu-se na atualidade num problema de primeira importância cuja solução preocupa as mais diversas áreas do conhecimento humano; deste modo, mesmo que pareça que o tema estabeleceu-se nas décadas mais recentes, temos que advertir

todos os ramos do conhecimento humano:

> La inquietud por el deterioro del medio natural se ha convertido en la actualidad en un problema de primera magnitud cuya solución preocupa a las diversas facetas del conocimiento humano; de este modo, aunque parezca que este tema se ha planteado en la décadas más próximas, hemos que advertir que el ser humano y la naturaleza que rodean han permanecido desde el antiguo en una relación de uso y de aprovechamiento, mediante la cual se han utilizado los recursos naturales en función de sus necesidades, fundamentalmente para asegurar su subsistencia; por ello, la doctrina ha encontrado vestígios que atestiguan la busqueda de remedios contra los perjuicios ambientales desde épocas remotas.

A sobrevivência da raça humana está em jogo, daí a necessidade de todo o conhecimento humano dirigir-se à proteção do meio ambiente e, por via reflexa, à preservação da nossa espécie.

Luís Carlos Silva de Moraes[327] salienta:

> Finalizando: o ser humano age e interage. Ninguém adquire um imóvel para mera contemplação, nem compra um automóvel para decorar sua garagem, muito menos uma indústria para fechar suas portas. A interação humana sempre causará uma alteração ambiental. O bom senso está na delimitação da conduta, chegando à velha regra de que minha liberdade termina quando se inicia a do próximo.

O acesso à justiça, via tutela jurisdicional do meio ambiente, nas palavras de José Rubens Morato Leite[328], é componente do Estado Democrático Ambiental com justiça ambiental:

> Note-se que os meios judiciais são, de fato, o último recurso contra a ameaça e a degradação ambiental. A sociedade atual exige que as demandas ambientais sejam palco de discussão na via judiciária, pois essa abertura resultará no exercício da cidadania e, consequentemente, maior conscientização.
> Constata-se que, para se edificar um Estado de Direito Ambiental com justiça ambiental, é necessário que se formule uma política de meio ambiente ancorada por princípios que vão se formando a partir das complexas questões suscitadas pela crise ambiental. Esse novo viés caracteriza-se pela responsabilidade do homem como guardião da biosfera, independentemente de sua utilidade para a espécie humana, sendo indispensável à construção de um Estado de Direito

---

que o ser humano e a natureza que nos rodeiam têm permanecido desde a antiguidade numa relação de uso e aproveitamento, através da qual os recursos naturais têm sido utilizados, principalmente para subsistência; por isso, a doutrina encontrou vestígios que atestam a busca de soluções contra os prejuízos ambientais desde épocas remotas (tradução livre). (VAQUERA GARCÍA, Antonio. **Fiscalidad y medio ambiente**. Valladolid: Lex Nova, 1999, p. 22)

[327] MORAES, Luís Carlos Silva de. **Curso de Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 44.

[328] CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro.** 6. ed. rev., São Paulo: Saraiva, 2015, p. 68.

Ambiental.

O processo, como se sabe, não é um fim em si mesmo, e sim instrumento a serviço do direito material. Logo, deve adaptar-se ao tipo de bem da vida que vai proteger. Não se admite mais que o processualista atue de maneira automática e genérica, deixando de observar as especificidades do caso concreto.

Dessarte, a tutela de urgência é um instrumento fundamental na proteção efetiva do Meio Ambiente, conforme expõe Édis Milaré[329]:

> E se a regulação da vida em sociedade não prescinde das ações coletivas, garantir a produção de um resultado justo e efetivo, muitas vezes obtido por meio de tutela de urgência, é medida que se impõe. No caso específico das ações civis públicas ambientais, dadas as características da indisponibilidade e da impossibilidade ou dificuldade de reparação que marcam o respectivo bem da vida, o que se percebe da prática forense é que muitas vezes a concessão da tutela de urgência se mostra como a única medida apta a garantir que o processo possa produzir os resultados almejados pela tutela material.

A tutela de urgência, por conseguinte, numa causa ambiental, será manejada, analisada e decidida com base em critérios próprios de Direito Ambiental, e não da mesma forma que seria apreciada no âmbito civil/empresarial.

Eduardo García Enterría[330] adverte, “ante la <<jurisdicción de masas>> en que estamos viviendo, la tentación de clasificar las cuestiones litigiosas en estereotipos conocidos amenaza con frecuencia a los órganos judiciales”.

Portanto, em matéria de Meio Ambiente, o juiz, ao apreciar pedido de tutela provisória, deve verificar se o direito almejado é provável, se apresenta convencimento, segurança e ótimas chances de ser, ao final, confirmado na sentença. Todavia, esta probabilidade é analisada sob dois ângulos, quais sejam, probatório e jurídico. As alegações, as teses do autor, devem estar embasadas em elementos de convicção seguros, como também fundadas na legislação correlata.

E na legislação começa a particularidade ambiental, porque é ramo do direito que contém normas emanando de diversos entes.

---

[329] MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 12. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 585-586.

[330] “Diante da <<jurisdição de massa>> em que estamos vivendo, a tentação de classificar as controvérsias litigiosas em estereótipos conhecidos ameaça com frequência os órgãos judiciais” (tradução livre). (GARCÍA ENTERRÍA, Eduardo. **La batalla por las medidas cautelares:** Derecho comunitário europeo y proceso contencioso-administrativo español. Madrid: Thomson Civitas, 2006, p. 206).

César Tolosa Tribiño[331] expõe:

> Como ya hemos dejado dicho, al ser el medio ambiente un concepto jurídico «difuso» que integra una pluralidad de bienes protegibles, que lo convierte en una materia multidisciplinar, existen repercusiones competenciales, tanto en el ámbito legislativo como en el jurisdiccional, lo que se complica por el hecho de la concurrencia de una legislación estatal básica y de una amplia legislación autonómica.
> [...]
> Consecuentemente, con carácter general, al estado corresponde dictar la legislación básica y a las comunidades autónomas compete el desarrollo legislativo y la ejecución, sin perjuicio de las facultades para establecer normas adicionales de protección.

Para Úrsula Ribeiro de Almeida[332] a tutela efetiva do direito ao Meio Ambiente deve ser evitar o dano ambiental[333] através de técnicas processuais (céleres e específicas), ou então a reparação integral:

> A tutela efetiva do direito ao meio ambiente demanda técnicas processuais que evitem o risco de dano, ou, caso este já tenha ocorrido, permitam a reparação integral. Não é suficiente a imposição de condenação em dinheiro para reparação dos danos ambientais.
> Seja qual for a ação ou incidente destinado a tutelar o meio ambiente, deve-se adotar técnica processual célere e específica em razão da sua essencialidade e da instabilidade do equilíbrio ecológico. Ela deve ser a mais eficaz possível para o cumprimento do dever de não violar o meio ambiente. Se não for possível impor o cumprimento do dever ambiental, como ocorreria se houvesse cumprimento espontâneo, deve ser priorizada a reparação in natura por razões pedagógicas e pela sua adequada proteção ao meio ambiente. A reparação em dinheiro, por maior que seja a penalidade pecuniária, não é capaz de recuperar o desequilíbrio ecológico e os danos causados para as presentes e futuras gerações.
> A prioridade da tutela do direito ao meio ambiente deve ser evitar dano ambiental. Caso já tenha ocorrido dano ambiental, a reparação in natura é a mais adequada, porque garante a recomposição, ainda que parcial, do equilíbrio ecológico.

---

331 "Conforme já destacamos, o meio ambiente, ao constituir um conceito jurídico difuso que integra uma pluralidade de bens protegidos, que o converte numa matéria multidisciplinar, há repercussões de competência tanto legislativa quanto jurisdicional, o que se complica quando há concorrência entre legislação geral e específica. [...] Em consequência, em caráter geral, ao Estado compete elaborar a legislação básica, e às comunidades autônomas incumbe o desenvolvimento legislativo e a execução, sem prejuízo da faculdade de estabelecer normas adicionais de proteção" (tradução livre). (TOLOSA TRIBIÑO, César. Processo Contencioso Y Medio Ambiente: Cuestiones Procsales. ***In:*** **Revista Jurídica de Castilla y León,** n. 21, mayo 2010, p. 24).

332 ALMEIDA, Úrsula Ribeiro de. **Tutela de urgência no direito ambiental:** instrumento de efetivação do princípio da precaução. São Paulo: Atlas, 2015, p. 110.

333 Dano ambiental é "toda interferência antrópica infligida ao patrimônio ambiental (natural, cultural, artificial), capaz de desencadear, imediata ou potencialmente, perturbações intoleráveis ao equilíbrio ecológico, à socioeconomia e, reflexamente, afetar *in pejus* valores pessoais juridicamente protegidos". (MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 12. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 311).

A respeito das medidas cautelares na área ambiental, pressupostos e desafios para a justiça ambiental, Ángel Ruiz de Apodaca Espinosa[334] expõe:

> El acceso a la justicia cautelar en asuntos de incidencia medioambiental encuentra su fundamento, además, en los principios propios del derecho ambiental, como son el principio de prevención y el principio de precaución.
> En este punto, dentro de los procesos ambientales la casuística es amplia y en cada uno de ellos los jueces y tribunales se guían por los criterios que la LJCA determina y cuya concurrencia o no corresponde valorar en cada caso. Estos son el periculum in mora y la ponderación de los intereses en conflicto, a los que se suma con un carácter excepcional el fumus boni iuris o apariencia de buen derecho.
> El artículo 130 LJCA señala que, previa valoración circunstanciada de todos los intereses en conflicto, la medida cautelar podrá acordarse únicamente cuando la ejecución del acto o la aplicación de la disposición pudieran hacer perder al recurso su finalidad legítima.
> El periculum in mora, o pérdida de la finalidad legítima del recurso en caso de no adoptarse la medida cautelar solicitada, es conditio sine qua non para poder estimar una medida cautelar de suspensión, y es lo que siempre concurre en los procedimientos judiciales ambientales en los que se pide tal medida. Es obvio que, si entendemos que un proyecto o infraestructura es gravemente perjudicial para el medio ambiente, en caso de no accederse a tal medida y ejecutarse la obra, de nada servirá una sentencia estimatoria que confirme los argumentos contenidos en la demanda. De ahí que la cuestión suela plantearse en sede de la ponderación de los intereses en conflicto y que la respuesta sea variada.
> En cuanto a la ponderación de los intereses en conflicto, es aquí donde se plantean los mayores problemas, dado que en muchos

[334] "O acesso à justiça cautelar em matéria de impacto ambiental também se baseia nos princípios do direito ambiental, como o princípio da prevenção e o princípio da precaução. Nesse ponto, dentro dos processos ambientais, a casuística é ampla e em cada um deles os juízes e tribunais são orientados pelos critérios que a LJCA determina e cuja concordância ou não deve ser avaliada em cada caso. São eles o periculum in mora e a ponderação dos interesses conflitantes, aos quais se acrescenta com caráter excepcional o fumus boni iuris ou aparência de bom direito. O artigo 130 da LJCA estabelece que, após avaliação detalhada de todos os interesses conflitantes, a medida cautelar só poderá ser acordada quando a execução do ato ou a aplicação do dispositivo puderem fazer com que o recurso perca seu objeto legítimo. O periculum in mora, ou a perda do objetivo legítimo do recurso caso a medida cautelar solicitada não seja adotada, é condição sine qua non para se poder estimar uma medida cautelar de suspensão, e é o que sempre concorre nos processos judiciais ambientais onde tal medida é solicitada. É óbvio que, se entendermos que um projeto ou infraestrutura é gravemente prejudicial ao meio ambiente, se tal medida não for acessada e a obra for executada, será inútil uma sentença de procedência do pedido que confirme os argumentos contidos na ação. Portanto, a questão geralmente é levantada no contexto de ponderação dos interesses em conflito e a resposta é variada. No que se refere à ponderação de interesses conflitantes, é aqui que surgem os maiores problemas, visto que em muitos projetos de impacto ambiental convergem grandes interesses econômicos, de desenvolvimento, sociais e até políticos, o que torna muito difícil o deferimento a Medida Cautelar de suspensão da autorização pela qual a realização do projeto é permitida" (tradução livre). (APODACA ESPINOSA, Ángel Ruiz de. El Acceso a La Justicia Ambiental a Nivel Comunitario Y en España Veinte Anos Después Del Convenio de AARHUS. ***In:*** **Revista Catalana De Dret Ambiental RCDA,** Vol. IX, n. 1, p. 01-53, 2018, p. 44)

> proyectos con incidencia ambiental confluyen grandes intereses económicos, de desarrollo, sociales e incluso políticos, lo que hace muy difícil la estimación de la medida cautelar de suspensión de la autorización por la que se permite la realización del proyecto.

Nota-se a semelhança entre a Espanha e o Brasil, visto que, na mesma linha da nossa Constituição de 1988, há concorrência legislativa, vale dizer, um órgão central legislando de forma geral/básica, lá o Estado Espanhol, e aqui a União, ao passo que as comunidades autônomas espanholas, semelhantes aos estados brasileiros, normatizam de maneira local/específica (art. 24, VI, VII e VIII, §§ 1º, 2º e 3º).

Algumas indagações surgem quando da apreciação de medida liminar pelo magistrado: A prova convence? Quais as repercussões econômicas e sociais da medida[335]? A pretensão tem base na legislação federal ou nas normas locais? Há conflito entre lei geral e norma local? Qual diploma normativo prevalece? Houve decisão anterior de inversão do ônus probatório? A quem este incumbe?

A par disso, quando verificar o perigo da demora, ao julgador incumbe pensar no caráter preventivo da sua atuação na área ambiental.

Percebe-se, nesse ponto, a relevância da tutela inibitória, exposta no item 2.4, por seu viés de prudência e cuidado, implicando cessar atividade nociva, isto é, ordem de não fazer.

César Tolosa Tribiño[336] aduz:

> En efecto, la tutela cautelar permite reaccionar con carácter previo a que la lesión medioambiental se produzca, evitando las situaciones que se derivan de una sentencia de fondo y que dan lugar a graves problemas de inejecución y, en el mejor de los casos, a la necesidad de adoptar medidas de restauración del orden natural alterado que, aparte de su coste económico, casi nunca dejan las cosas como estaban

Esta é a lição de Úrsula Ribeiro de Almeida[337], para quem a tutela inibitória

---

[335] O consequencialismo foi introduzido no ordenamento jurídico através da Lei 13.655/15, que alterou a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), com o objetivo de trazer "segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público".

[336] "De fato, a tutela cautelar permite reagir antes que a lesão ambiental aconteça, evitando dificuldades que decorrem da sentença final de mérito, que geram graves problemas de execução, e na melhor das hipóteses, adotar medidas de restauração da ordem natural alterada, o que, a par do custo econômico, quando nunca deixam as coisas como estavam" (tradução livre). (TOLOSA TRIBIÑO, César. Processo Contencioso Y Medio Ambiente: Cuestiones Procsales. ***In:*** **Revista Jurídica de Castilla y León,** n. 21, mayo 2010, p. 31).

[337] ALMEIDA, Úrsula Ribeiro de. **Tutela de urgência no direito ambiental:** instrumento de efetivação do princípio da precaução. São Paulo: Atlas, 2015, p. 169.

tem por escopo evitar a prática de ato ilícito, especificamente dano ao meio ambiente, asseverando:

> A proteção judicial do direito ao meio ambiente deve priorizar a tutela preventiva para evitar dano ou risco de dano, atendendo aos seus princípios da prevenção e da precaução. Dessa forma, a tutela inibitória é técnica processual indispensável para a proteção do direito ambiental na medida em que visa evitar a prática de ato ilícito, independentemente da ocorrência de dano.

Mais adiante, prossegue a autora:

> No âmbito do direito ambiental, a tutela inibitória é cabível contra aquele que exerce atividade de risco e não adota as medidas necessárias de prevenção e precaução. Ainda que não tenha ocorrido dano ambiental, a violação do dever de evitar ou minimizar o risco ao meio ambiente é suficiente para a concessão da tutela inibitória.[338]

No Direito Ambiental, além da probabilidade, do perigo da demora e da reversibilidade da medida (antecipatória), outros critérios devem nortear o magistrado ao tomar a decisão.

Compete-lhe responder, também, às seguintes perguntas? A liminar está de acordo com o princípio da Sustentabilidade? A medida de urgência terá quais impactos econômicos e sociais? A par disto, o desenvolvimento econômico e a Sustentabilidade ecológica, aspectos fundamentais para a vida, devem ser sopesados.

Dentro da proposta de elaborar uma teoria da decisão de urgência, especificamente em relação ao Meio Ambiente, entende-se que o juiz, além dos requisitos processuais, deve utilizar a Análise Econômica do Direito, a Sustentabilidade, a Teoria do Caso e observar critérios de Direito Ambiental, dentre os quais, vale repetir, o princípio da precaução.

Úrsula Ribeiro de Almeida[339] destaca aspectos específicos das liminares ambientais:

> A tutela de urgência somente é cabível quando houver ameaça de dano iminente irreparável ou de difícil reparação ao bem ou direito objeto do processo. Como exemplo, citamos ação civil pública ajuizada para impedir dano ambiental decorrente da construção de determinado empreendimento sem licenciamento ambiental. Nesse caso, pode ser deferida a tutela antecipada para impedir a conclusão

---

[338] ALMEIDA, Úrsula Ribeiro de. **Tutela de urgência no direito ambiental:** instrumento de efetivação do princípio da precaução. São Paulo: Atlas, 2015, p. 169.

[339] ALMEIDA, Úrsula Ribeiro de. **Tutela de urgência no direito ambiental:** instrumento de efetivação do princípio da precaução. São Paulo: Atlas, 2015, p. 169.

> da obra até o julgamento do mérito da ação em que será apurado o possível impacto ambiental.
> No mesmo sentido, o princípio da precaução se aplica quando um conjunto de pesquisas científicas aponta a existência de grave risco de dano ao meio ambiente. Ainda que não haja certeza científica quanto ao risco, deve-se mitigá-lo ou eliminá-lo, porque não se pode aguardar a ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação até que exista consenso científico. Por exemplo, se houver evidência científica de que determinado agrotóxico usado no cultivo de alguma espécie vegetal pode aumentar consideravelmente a incidência de câncer na população e de graves doenças nos animais que ingerirem a verdura, deve-se proibir o seu uso. Não se pode esperar que muitas pessoas desenvolvam câncer e muitos animais morram até que haja consenso científico quanto à extensão do risco provocado pelo agrotóxico.
> [...]
> Além das semelhanças apontadas acima, a tutela de urgência e o princípio da precaução podem ter relação de instrumentalidade para que o primeiro garanta a efetiva aplicação do segundo.

Como se vê, o princípio da precaução faz com que, na matéria ambiental, a probabilidade seja exigida em menor rigor, podendo o magistrado conceder a medida com um grau inferior de convencimento, em que pese não haja unanimidade científica.

Esse postulado, de certa forma, dá mais relevância ao perigo da demora, fazendo com que o receio de dano ambiental coloque a probabilidade em segundo plano.

Por outro lado, na análise de um pedido de medida liminar que, por exemplo, tenha por objeto a suspensão das atividades de uma empresa, deve ser considerado o que, no plano do direito internacional, tem sido chamado de *derecho al desarollo*, ou seja, *direito ao desenvolvimento*.

Felipe Gómez Isa[340] ensina:

> Uno de los hitos importantes en el surgimento del derecho al desarollo es el reconocimiento por parte de la comunidad internacional del derecho de autodeterminación de los pueblos. Para algunos autores, el derecho al desarrollo constituye el corolário necesário del derecho de autodeterminación de los pueblos. Y es que, como el próprio articulo 1 de los Pactos Internacionales de

[340] "Um dos marcos importantes no surgimento do direito ao desenvolvimento é o reconhecimento por parte da comunidade internacional do direito à autodeterminação dos povos. Para alguns autores, o direito ao desenvolvimento constitui consequência necessária do direito à autodeterminação dos povos. E como reconhece o próprio artigo primeiro dos Pactos internacionais de direitos humanos, em razão do direito à autodeterminação dos povos é que se alcança o desenvolvimento econômico, social e cultural" (tradução livre do autor do projeto). (GÓMEZ ISA, Felipe. **El derecho al desarrollo como derecho humano en el ámbito jurídico internacional.** Madrid: Universidad de Deusto, 1999, p. 23).

> derechos humanos reconoce, en virtude del derecho de autodeterminación de los pueblos proveen <<a su desarrollo económico, social y cultural>>.

Em outras palavras, o direito ao desenvolvimento é incontroverso, e o cidadão, como membro da nação, tem direito a empreender atividades comerciais e empresariais.

No que toca aos níveis de desenvolvimento das nações, Cass R. Sunstein[341] retrata que, a depender do país, mudam as formas de tratar os problemas ambientais, inclusive variando a intensidade do princípio da precaução:

> In the internacional domain, aggressive action to combat climate change would be more beneficial to poor countries than to wealthy ones. This is partly because wealthy countries are better able do adapt, simply because they are wealthier. It is partly because agriculture, highly vulnerable to climate change, is responsable for only 2 percent of the economy of wealthy nations, but 50 percent of the economy of poor nations. In the context of global warming, at least, the Precautionary Principle might be invoked to prevent especially severe burdens on those in the worst positition to bear them.

Aliás, para Barry C. Field e Martha K. Field[342], os países, nas primeiras fases de desenvolvimento, costumam relegar as questões ambientais para segundo plano, porém, após alcançarem certa prosperidade, passam a aplicar os recursos adquiridos na busca por melhorias ambientais. Ainda sobre os povos em desenvolvimento, os autores fazem referência aos “paraísos da poluição”, representados por nações cuja regulamentação ambiental é menos exigente, atraindo, por isso, multinacionais que fogem das regras mais rígidas do primeiro mundo[343].

Podem surgir, em situações de conflito, uma série de indagações. Cabe algum sacrifício ambiental em prol do desenvolvimento econômico? É melhor

---

[341] “No âmbito internacional, medidas agressivas para combater as mudanças climáticas seriam mais benéficas aos países mais pobres que aos mais prósperos. Isso se deve, em parte, ao fato de que nações mais ricas são melhor preparadas para se adaptarem, simplesmente porque elas são mais ricas. Em parte, porque a agricultura, extremamente vulnerável às mudanças climáticas, é responsável por apenas 2% da economia dos países desenvolvidos, mas 50% da economia dos mais pobres. No contexto do aquecimento global, pelo menos, o Princípio da Precaução podia ser invocado sobretudo para prevenir grandes custos para aqueles na pior posição de enfrentá-los” (tradução livre do autor do projeto). (SUNSTEIN, Cass R. **Laws of fear:** Beyond the Precautionary Principle. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 50).

[342] FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. **Introdução à economia do meio ambiente**. Tradução de Christiane de Brito Andrei. 6. ed., Porto Alegre: AMGH, 2014, p. 13.

[343] FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. **Introdução à economia do meio ambiente**. Tradução de Christiane de Brito Andrei. 6. ed., Porto Alegre: AMGH, 2014, p. 20.

proteger florestas ou preservar empregos?

Aspecto importante, ainda, a ser considerado pelo julgador ao decidir, são as consequências de sua decisão, como será visto no próximo capítulo. A prévia valoração de todos os interesses em conflito, por sua vez, levando em conta aspectos controvertidos em jogo, conforme autorizado pela legislação espanhola, contribui para a efetividade e para uma melhor prestação jurisdicional.

Enfim, essas são as bases da parte processual da tese, delimitando-se conceitos relacionados à tutela de urgência, mesclando-os com temas de Direito Ambiental, e indicando especificidades na análise das liminares neste campo, de modo que, adiante, sejam aprofundados os assuntos da Sustentabilidade, da Análise Econômica do Direito e da Teoria do Caso.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO AMBIENTAL

3.1 DIREITO E ECONOMIA

O terceiro capítulo da tese doutoral abordará a Análise Econômica do Direito, também conhecida como *Law and Economics* (L&E), e sua aplicabilidade ao Direito Ambiental.

O Direito Ambiental, para dar uma efetiva reposta à tutela do Direito Fundamental ao Meio Ambiente equilibrado, depende do auxílio de outras fontes de conhecimento[344]. A sociedade passa por uma série de transformações, e a complexidade dos fenômenos jurídicos e sociais impõe uma visão interdisciplinar do Direito[345], vale dizer, o Direito Ambiental precisa interagir com outros ramos do saber, como o da Economia[346].

Maria Lenir Rodrigues Pinheiro e Ricardo Stanziola Vieira[347] indicam que o homem e o meio exterior interatuam, fazendo com que as atividades econômicas impliquem esgotamento dos recursos naturais. Nessa linha, a comunicação do Direito Ambiental com a Economia é inevitável, de modo que, a fim de definir as diretrizes do desenvolvimento sustentável, será preciso levar em conta questões como produção, consumo e escassez.

A Economia é ciência que estuda o comportamento e fornece os elementos

---

[344] Edgar Morin e Anne Brigitte Kern ressaltam a natureza transdisciplinar do Direito Ambiental, aduzindo a necessidade de "religação dos saberes". (MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria.** Tradução de Paulo Neves. 2. ed., Porto Alegre: Sulina, 1995, p. 158).

[345] A interdisciplinaridade significa uma interação de saberes e permite o enriquecimento recíproco através da troca de experiências e, por isso, Dinorah Sanvitto Tronca expõe que "O conhecimento comporta em si diversidade e multiplicidade; logo, ele não pode ser reduzido à informação, ou à idéia, ou à teoria, ou à percepção, ou à discriminação". (TRONCA, Dinorah Sanvitto. **Transdisciplinaridade em Edgar Morin**. Caxias do Sul: Educs, 2006, p. 63).

[346] Jéssica Gonçalves afirma que "embora em matéria ambiental direito e economia pareçam antagônicos, uma vez que há um discurso apelativo de que esta ciência é a responsável pela degradação e exploração daquela, eles não são repelentes, pois se unem para o desenvolvimento de métodos e técnicas de valoração monetária dos impactos e das intensas transformações que acarretam no surgimento de desequilíbrios ecológicos". (GONÇALVES, Jéssica. Análise econômica dos princípios ambientais do poluidor pagador e usuário pagador. ***In:*** **Revista da ESMESC,** vol. 21, n. 27, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.14295/revistadaesmesc.v21i27.106. Acesso em: 5 nov. 2019, p. 355).

[347] PINHEIRO, Maria Lenir Rodrigues; VIEIRA, Ricardo Stanziola. Sustentabilidade e governança participativa. ***In:*** **Rev. de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável,** Maranhão, vol. 3, n. 2, jul/dez. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323378983_SUSTENTABILIDADE_E_GOVERNANCA_PARTICIPATIVA. Acesso em: 27 fev. 2022, p. 125-126.

necessários para que se façam escolhas racionais, viabilizando a maximização dos interesses dos indivíduos, considerando-se a escassez dos recursos e o consumo de bens. Gregory Mankiw[348] apresenta o conceito de Economia, baseando-se na gestão dos recursos:

> Economia é o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos. Na maioria das sociedades, os recursos são alocados não por um único planejador central, mas pelos atos combinados de milhões de famílias e empresas. Os economistas, portanto, estudam como as pessoas tomam decisões: quanto trabalham, o que compram, quanto poupam e como investem suas economias. Estudam também como as pessoas interagem umas com as outras. Por exemplo, eles examinam como compradores e vendedores de um bem determinam juntos o preço pelo qual o bem será vendido e a quantidade a ser vendida. Por fim, os economistas analisam as forças e as tendências que afetam a economia como um todo, incluindo o crescimento da renda média, a parcela da população que não consegue encontrar trabalho e a taxa à qual os preços estão subindo.

Para Leonardo Vizeu Figueiredo[349], os economistas estudam como as pessoas tomam decisões:

> Economia é a ciência que estuda a forma pela qual os indivíduos e a sociedade interagem com os fatores de produção, integrando-os em um ciclo econômico (produção, circulação e consumo). É a ciência que trata dos fenômenos relativos à produção, distribuição e consumo de bens.

Gabriel E. Messina[350], discorrendo sobre a Análise Econômica do Direito, comprova o equívoco da visão de que este seja autossuficiente, ou seja, um fenômeno isolado, que não deva interagir com as demais áreas do conhecimento:

> En el presente acápite expondremos algunos conceptos

---

[348] MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. Tradução de Allan Vidigal Hastings e Elisete Paes e Lima. São Paulo: Cengage, 2020, p. 2.

[349] FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Direito Econômico**. 11. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 6.

[350] "No presente trecho, vamos expor alguns conceitos fundamentais juntamente com uma série de críticas que vêm sendo formuladas sem perder de vista que os resultados dependerão em grande parte do fenômeno jurídico que se esteja analisando e a teoria econômica que utilizemos nessa tarefa. Começaremos com um de seus pilares: o individualismo metodológico. Rechaçando toda ideia de planificação centralizada, baseando-se na ação humana individual, o individualismo metodológico constitui um dos pilares desta disciplina. Desse modo, sustentar-se-á que as intenções de explicar os fenômenos sociais poderão ser compreendidas em termos de fatos acerca dos indivíduos. Em várias oportunidades também vai se supor que os indivíduos buscarão maximizar sua utilidade de uma maneira racional; afirmação que gera inúmeras críticas. Em primeiro lugar, não entendemos que este postulado implique a redução do indivíduo ao 'homem econômico' levando a que a sociedade fique reduzida a um vasto mercado que reproduz a lógica da racionalidade maximizante, já que a AED constitui uma "visão enriquecedora de uma realidade complexa"" (tradução livre). (MESSINA, Gabriel. Derecho y Economía: uma aproximación. ***In:*** **Economic Analysis of Law Review,** Universidade Católica de Brasília – UCB, vol. 7, n. 1, p. 177-193, jan-abr, 2017. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/7897. Acesso em: 27 feev. 2022, p. 179-180).

> fundamentales junto a una serie de críticas que se han formulado sin perder de vista que los resultados dependerán en gran medida del fenómeno jurídico que se esté analizando y de la teoría económica que utilicemos en esa tarea.
> Comenzaremos con uno de sus pilares: el individualismo metodológico. Rechazando toda idea de planificación centralizada basándose en la acción humana individual, el individualismo metodológico se constituye en uno de los pilares de esta disciplina. De este modo, se sostendrá que los intentos por explicar los fenómenos sociales podrán ser entendidos en términos de hechos acerca de los individuos.
> En numerosas oportunidades también supondrá que los individuos intentarán maximizar su utilidad de una manera racional; afirmación que genera un sin número de reparos.
> En primer lugar, no entendemos que este supuesto implique la reducción del individuo al "hombre económico" llevando a que la sociedad quede reducida a un vasto mercado que reproduce la lógica de la racionalidad maximizante ya que el AED constituye una "visión enriquecedora de una realidad compleja"

Vê-se, sobretudo na parte final da reflexão do autor, que a realidade é mais complexa do que supõe o profissional do Direito. Logo, a Ciência Jurídica não basta para resolver os problemas, ainda mais de ordem ambiental, daí ser imprescindível trabalhar com conceitos e ferramentas provenientes de outros ramos científicos. O fechamento de uma empresa, por exemplo, por causar poluição, a par de um fenômeno de Direito Ambiental, é igualmente social e econômico, considerando as implicações que a perda de empregos pode causar.

A própria compreensão do Direito vai além dele mesmo, porquanto, segundo aponta Marcelo Guedes Nunes[351], não basta entender as normas de forma abstrata, mas também é preciso compreender como são aplicadas pela sociedade, vale dizer, a reação das pessoas à lei é tão importante quanto a lei em si. Em consequência, o Direito, inevitavelmente, necessitará do apoio de outras ciências.

Discorrendo sobre as mudanças climáticas, Cass R. Sunstein[352] também ilustra:

> The Bush administration resisted significant steps to halt climate

[351] NUNES, Marcelo Guedes. **Jurimetria**: como a estatística pode reinventar o direito. 2. ed., rev e atual., São Paulo: Thomson Reuters, 2019, p. 125.

[352] "A gestão Bush resistiu a avançar de forma significativa para deter as mudanças climáticas, apontando para os encargos e custos das ações regulatórias que algumas pessoas acreditam ser necessárias. Suponha que as mudanças climáticas, de fato, criem, pelo menos, um por cento de risco de tragédia – e aquela resposta agressiva às mudanças climáticas, clamando por grandes mudanças na política energética, crie uma significativa chance de impor sérias dificuldades a várias nações, não apenas aos Estados Unidos, mas também Índia e China. Talvez tais dificuldades impliquem consideráveis aumentos em desemprego e assim pobreza" (tradução livre). (SUNSTEIN, Cass R. **Worst-case scenarios**. London: Harvard University Press, 2007, p. 4).

> change, pointing to the burdens and cost of the regulatory actions that some people believe to be required. Suppose that climate change does, in fact, create a 1 percent risk of catastrophe at the very least – and that an agressive response to climate change, calling for massive changes in energy policy, creates a significant chance of imposing serious hadships on many nations, including not just United States but India and China as well. Perhaps those hardships would entail sgnificant increases in unemployment and hence poverty.

Esse é o dilema enfrentado pelo juiz ao decidir uma liminar ambiental. Há riscos nos dois lados, tanto para o Planeta quanto para a Economia. Logo, com equilíbrio, o magistrado deve estabelecer critérios para administrar os interesses antagônicos e, no caso concreto, escolher o que deve prevalecer, para o que o auxílio de outras ciências é fundamental.

Bianca de Paula Costa Lisboa Feitosa e Kátia Borges dos Santos[353], ao exporem a aplicabilidade da AED no âmbito do direito de propriedade, ressaltam que o Direito não possui todas as respostas para os conflitos, porém o mercado espera que a Ciência Jurídica forneça um mínimo de proteção. Então, por se exigir tanto do Direito, é natural que ele busque subsídios noutros ramos do conhecimento.

No dizer de Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Fensterseifer[354], o Direito Ambiental possui uma natureza transdisciplinar, interagindo de modo transversal no cenário científico, ensejando uma nova forma de pensar:

> O Direito Ambiental, nesse cenário, deve ser tomado como um instrumento de ruptura com a abordagem jurídica tradicional, denunciando as **limitações metodológicas do sistema científico moderno** e apontando para o horizonte da complexidade e da transdisciplinaridade do "novo" pensamento jurídico, notadamente no sentido de resgatar a "**concepção holística da Natureza"** em substituição à "**metáfora moderna do mundo como máquina**". A adoção de um pensamento calcado em tais premissas é imprescindível ao estudo do fenômeno jurídico-ambiental contemporâneo. Longe dos "maniqueísmos" que circulam no universo científico, os problemas enfrentados hoje em matéria ambiental não comportam olhares simplistas e superficiais.

Por sua parte, Marcelo Guedes Nunes[355] denuncia uma espécie de alienação do jurista que, focado nas leis e nas interpretações doutrinárias delas,

---

[353] FEITOSA, Bianca de Paula Costa Lisboa; SANTOS, Kátia Borges dos. Considerações acerca da propriedade privada à luz da Análise Econômica do Direito. ***In:*** **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável**, Belém, vol. 5, n. 2, jul/dez. 2019, p. 61.

[354] SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de direito ambiental.** Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 89.

[355] NUNES, Marcelo Guedes. **Jurimetria**: como a estatística pode reinventar o direito. 2. ed., rev e atual., São Paulo: Thomson Reuters, 2019, p. 22-23.

acaba se isolando e pouco sabendo sobre o acontece no mundo exterior. Assevera que tal postura, fadada à extinção, conduz a uma visão (equivocada) das decisões judiciais, a uma lógica mecanicista (e errônea), de acordo com a qual a jurisprudência seria predeterminada pelas leis, como se os tribunais fossem inertes, limitados a manifestar o Direito predisposto nelas. Demonstra que, em verdade, uma decisão judicial é fruto de inúmeros (e complexos) fatores sociais, econômicos, culturais e (até mesmo) pessoais (do julgador). Dessa feita, a compreensão do profissional precisa ser mais ampla. O conhecimento (exclusivamente) jurídico deixou de ser suficiente para entender o Direito.

Tiago Cardoso Araújo[356] destaca o crescimento dos movimentos interdisciplinares que tentam associar o Direito a outros ramos do conhecimento, dentre eles a difusão do Direito e Economia[357], fato este motivado pelas transformações econômicas causadas por alterações legais, bem assim pela positivação do princípio da eficiência na ordem constitucional.

A relação entre Direito e Economia, aparentemente antagônica, é, na verdade, compatível com uma construção interdisciplinar que, para Tiago Cardoso Araújo[358], proporciona novos conhecimentos que não seriam possíveis se não fosse pela efetiva integração das disciplinas.

Miguel Reale Júnior, por sua vez, observa que há entre Economia[359] e Direito uma interação constante, como também que nada justifica o entendimento do Direito como forma abstrata e vazia, mas sim aliada a um conteúdo econômico, concluindo:

> Diríamos que o Direito é como o rei Midas. Se na lenda grega esse monarca convertia em ouro tudo aquilo em que tocava, aniquilando-se na sua própria riqueza, o Direito, não por castigo, mas por destinação ética, converte em jurídico tudo aquilo em que toca, para dar-lhe condições de realizabilidade garantida, em harmonia com os

---

356 ARAÚJO, Thiago Cardoso. **Análise Econômica do Direito no Brasil**: Uma leitura à luz da Teoria dos Sistemas. 1. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 8.

357 Sobre a relação entre Direito e Economia, Eros Grau adverte: “o que se descobre, no entanto, do exame da relação entre Direito e Economia, como adverte Miguel Reale, é que, em verdade, há um processo de interação dialética entre o econômico e o jurídico, no qual variam as forças atenuantes em intensidade, de situação para situação”. (GRAU, Eros Roberto. **Elementos do direito econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981).

358 ARAÚJO, Thiago Cardoso. **Análise Econômica do Direito no Brasil**: Uma leitura à luz da Teoria dos Sistemas. 1. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 57.

359 “Economia é a ciência que estuda a forma pela qual os indivíduos e a sociedade interagem com os fatores de produção, integrando-os em um ciclo econômico (produção, circulação e consumo). É a ciência que trata dos fenômenos relativos à produção, distribuição e consumo de bens”. (FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Direito Econômico**. 11. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 6).

demais valores sociais.[360]

Everton das Neves Gonçalves e Joana Stelzer sustentam que a Ciência Econômica confere eficácia ao Direito, conferindo instrumento metodológico hábil a orientar políticas públicas e da tomada de decisão:

> A interação entre a Ciência Econômica e o Direito é, em primeiro momento, surpreendente já que, a princípio, haveria diferença metodológica na compreensão da fenomenologia social por parte de ambas as ciências; entretanto, é interessante verificar que a unicidade de determinado fenômeno pode ser apreciada sob diversos pontos de vista sem deixar que este continue individualizado e inalterado. A Economia é ciência analítica por natureza e aplica-se ao Direito na medida em que lhe propicia a metodologia necessária para quantificar interesses, analisar procedimentos e indicar soluções com tendências probabilísticas que levem à dissipação dos conflitos e à satisfação das necessidades, bem como à elaboração legislativa. Intenta-se, assim, eliminar a legislação e o julgamento político volitivo e aleatório despreocupado com as tendências das partes envolvidas, da sociedade como um todo e do mercado-social. Apontam-se, desta forma, soluções que tenham menor caráter político e, portanto, menor possibilidade de serem arbitrárias; que sejam, com efeito, técnico-racionais, uma vez embasadas em critérios predeterminados e que levem a maximizar a obtenção de resultados satisfatórios para as diversas necessidades prementes que estão na pauta de um legislador ou sub judice[361].

Na mema linha, Luiz Fux e Bruno Bodart[362] apontam que a Análise Econômica do Direito constitui seara interdisciplinar, sendo a Economia[363] elemento central do Estudo do Direito como política pública.

Terence Trennepohl[364] defende que essa inter-relação do Direito com a Economia é o instrumento do Direito Econômico e pode ser colocada à disposição do Meio Ambiente acaso sejam adotadas as políticas públicas corretas.

Essa interação entre diversas áreas do conhecimento é tão clara que, da lição de María Pascual Núñez[365], extraímos que o Direito Ambiental interfere

---

[360] REALE JUNIOR, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 25. ed., São Paulo: Saraiva, 2001, p. 22.

[361] GONÇALVES, Everton das Neves; STELZER, Joana. **A tomada de decisão normativo-judicial segundo o princípio da eficiência econômico-social**. [s.d.]. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=cf55a3f1c3e9436d. Acesso em: 24 out. 2022.

[362] FUX, Luiz; BODART, Bruno. **Processo civil & análise econômica**. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 24.

[363] "A Economia é o estudo da alocação de recursos escassos em seu uso mais eficiente, considerando o comportamento de diferentes agentes na busca pela maximização do atendimento de suas preferências pessoais". (FUX, Luiz; BODART, Bruno. **Processo civil & análise econômica**. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 1).

[364] TRENNEPOHL, Terence. **Direito ambiental empresarial.** 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2017, p. 92.

[365] PASCUAL NUÑEZ, María. **Empresas con propósito y sector silvícola:** un tándem útil para el

diretamente na atividade produtiva, fazendo com que o setor privado, ao desenvolver suas atividades, leve em conta as questões ambientais, preocupando-se não só com o cumprimento das normas vigentes, como também, à falta de regras específicas, cuidando de sua conduta a fim de se tornar mais atrativo dos pontos de vista social e ecológico.

O jurista precisa utilizar outras áreas do conhecimento, de modo que Jairo Saddi e Armando Castelar Pinheiro[366] fazem importante histórico:

> Por longo tempo, os juristas puderam viver na sua torre de marfim e o direito, embora produto da sociedade, sobreviveu como disciplina isolada, sem que os seus cultores se dedicassem ao estudo de outras matérias. Foi uma situação que perdurou até o fim do século XIX, quando, aos poucos, os vínculos entre o direito e a sociologia foram estreitados na Europa. Já no início do século passado, Oliver Wendell Holmes afirmava que o jurista do futuro deveria também entender de estatística e de economia. Por sua vez, o saudoso ministro Alimomar Baleeiro, em decisão proferida há mais de 30 anos, lembrava que o nosso Supremo Tribunal Federal, cuja estrutura e função se inspiraram na Corte Suprema norte-americana, deveria ser, conforme o caso, "o freio e o acelerador do Poder Legislativo", exercendo as funções de cientista político, legislador trabalhista, "elaborador de diretrizes políticas (policy-maker) e economista" (ERE nº 75.504).
>
> Não há, pois, dúvida que podemos celebrar a convergência entre economistas e juristas, à qual aludiram recentemente, os Professores Edmar Bacha e Gustavo Franco, uma vez que tal aproximação se tornou imperativa em virtude da aceleração do ritmo do tempo, da velocidade da implantação das novas tecnologias e da globalização. Passou a época em que se acreditava na imutabilidade das estruturas da sociedade, que permitia a perenidade das leis, do mesmo modo que ficou superada a "ilusão da moeda estável" à qual se referia Irving Fischer, em obra publicada no início do século passado.

Assim, entendo como viável e necessário o diálogo entre Direito e Economia, ainda que por vezes turbulento, dado que o primeiro é focado na busca do justo, numa abordagem valorativa, analisando o que já está posto, enquanto que a segunda mira em dados científicos, em eficiência, numa análise descritiva, tentando antever possibilidades e desdobramentos.

Bruno Meyerhof Salama[367] apresenta um cenário que, embora difícil no

---

despliegue de las políticas sobre clima. 2021. Disponível em: https://www.actualidadjuridicaambiental.com/wp-content/uploads/2021/07/2021-07-26-Pascual-Empresas-Proposito.pdf. Acesso em: 27 fev. 2022, p. 156.

[366] SADDI, Jairo; PINHEIRO, Armando Castelar. **Direito, economia e mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. XX-XXI.

[367] SALAMA, Bruno Meyer H. **Direito e Economia:** textos escolhidos. Série DDJ. 1. ed., São Paulo:

começo, tem melhorado:

> Tanto o Direito quanto a Economia lidam com problemas de coordenação, estabilidade e eficiência na sociedade. Mas a formação de linhas complementares de análise e pesquisa não é simples porque as suas metodologias diferem de modo bastante agudo. Enquanto o Direito é exclusivamente verbal, a Economia é também matemática; enquanto o Direito é marcadamente hermenêutico, a Economia é marcadamente empírica; enquanto o Direito aspira ser justo, a Economia aspira ser científica; enquanto a crítica econômica se dá pelo custo, a crítica jurídica se dá pela legalidade. Isso torna o diálogo entre economistas e juristas inevitavelmente turbulento, e em geral bastante destrutivo. Em meio à turbulência, nas últimas décadas este diálogo tornou-se fértil.

Mercedes Ayuso Gutiérrez[368] sustenta que a relação entre Justiça e Economia é recíproca:

> La relación entre justicia y economía no puede considerarse unidireccional, ni tampoco es de total independencia. El desarrollo de un sistema económico viene condicionado a la constitución de un sistema judicial estable y fuerte; pero tambíen ocurre lo contrario, sólo con un sistema económico plenamente desarrollado se podrá disponer de los presupuestos necesarios para generar un sistema judicial eficiente, con los medios suficientes. Las áreas del derecho que tienen un impacto directo en la economía son diversas. Entre ellas, podemos señalar las áreas laboral, fiscal, societaria, financeira y bancaria, contractual, **ambiental,** etc.

Adriana Laporta Cardinali Straube[369], por sua vez, expõe acerca do Direito Ambiental Econômico:

> O Direito Ambiental tem o seu alicerce na atuação estatal por meio da intervenção, direta ou indireta, no domínio econômico. Ao estabelecer políticas públicas, níveis máximos de emissão de poluentes, destinação de resíduos, planejamento urbano etc., está o Estado a intervir na maneira de agir do empresariado, que deve ser guiado a atuar com o menor impacto possível ao meio ambiente. Sob essa perspectiva, o Direito Ambiental é influenciado por normas de Direito Econômico e vice-versa. E assim também ocorre com outros ramos jurídico. Como pondera Paulo de Bessa Antunes, “Pode-se dizer que o direito econômico é uma espécie de polo, ao redor do

---

Saraiva, 2012, p. 9.

[368] “A relação entre justiça e economia não pode ser considerada unidirecional, nem totalmente independente. O desenvolvimento de um sistema econômico está condicionado à constituição de um sistema judicial estável e forte; mas também acontece o contrário, só com um sistema económico plenamente desenvolvido será possível ter os orçamentos necessários para gerar um sistema judicial eficiente, com meios suficientes. As áreas do direito que têm impacto direto na economia são diversas. Dentre elas, destacam-se as áreas trabalhista, tributária, societária, financeira e bancária, contratual, ambiental, etc” (tradução livre). (AYUSO GUTIÉRREZ, Mercedes. **Justicia Y Economia**. Madrid: Consejo General Del Poder Judicial, 2010, p. 339-440).

[369] NUSDEO, Ana Maria de Oliveira; TRENNEPOHL, Terence (Coords.). **Temas de direito ambiental econômico**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

> qual circulam o direito tributário, o direito administrativo, o direito financeiro, o direito ambiental e inúmeros outros".

Cristiane Derani[370] observa que o Direito Econômico e o Direito Ambiental têm por escopo o aumento da qualidade de vida individual e coletiva, asseverando:

> A despeito da existência de dois fundamentos orientando a formação do direito econômico e direito ambiental, ambos almejam, em suma, atender àquele conjunto de atividades e estados humanos substantivados na expressão qualidade de vida. Tal expressão traz o condão de traduzir todo o necessário aparato interno e externo ao homem, dando-lhe condições de desenvolver suas potencialidades como indivíduo e como parte fundamental de uma sociedade.

É esta a dicção dos artigos 170 e 225 da Constituição Federal: as políticas econômicas e ambientais devem caminhar juntas, com o objetivo de alcançarmos um desenvolvimento que permita um crescimento equilibrado, sem prejuízo da Sustentabilidade ecológica. Por isso, Eros Grau[371] sustenta que o princípio da Dignidade da Pessoa Humana não pode ser ignorado no campo econômico:

> Tal significa, por um lado, que o Brasil — República Federativa do Brasil — define-se como entidade política constitucionalmente organizada, tal como a constituiu o texto de 1988, enquanto assegurada, ao lado da soberania, da cidadania, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político, a dignidade da pessoa humana. Por outro, significa que a ordem econômica mencionada pelo art. 170, *caput*, do texto constitucional — isto é, mundo do ser, relações econômicas ou atividade econômica (em sentido amplo) — deve ser dinamizada tendo em vista a promoção da existência digna que todos devem gozar.

Essa interação entre Direito e Economia objetiva a eficiência da proteção ambiental, lembrando que "justicia eficiente es aquella que garantiza el acesso a ella de los ciudadanos y proporciona respuesta predecible y adecuada em um tempo razonable", conforme expõe Juan Antonio Xiol Ríos[372], que aponta alguns aspectos relevantes da justiça no âmbito econômico:

> Uno de ellos es el de la rapidez de las decisiones. Otro aspecto capital es el de la certeza de la resolución de los problemas. Uno y otro fator contribuyen a disminuir los costes de transacción y a conseguir que las oportunidades del mercado y las suministradas por la innovación tecnológica puedan traducirse en expectativas reales e renta para los actores económicos, mientras que una excessiva

---

370 DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2008, p. 58.

371 GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**: interpretação e crítica. 11. ed., São Paulo: Malheiros, 2006, p. 196.

372 "Justiça eficiente é aquela que garante o acesso dos cidadãos a ela e fornece uma resposta previsível e adequada em um tempo razoável" (tradução livre). (AYUSO GUTIÉRREZ, Mercedes. **Justicia Y Economia**. Madrid: Consejo General Del Poder Judicial, 2010, p. 29).

> duración en los plazos de espera de las decisiones judiciales o bien una excessiva indeterminación en las decisiones adoptadas comporta la elevación de los costos de transacción y puede llegar a la práctica supresión de las expectativas de renta o cuasi renta dimanantes del mercado y de la innovación tecnológica. En estas situaciones, en efecto, la parte más relevante del riesgo que necessariamente assume el emprendedor deriva de las incertidumbres originadas por la actuación judicial[373].

A credibilidade e a legitimidade das decisões judiciais, além da segurança jurídica e a previsibilidade, são fatores que ensejam maior estabilidade institucional e, com isso, uma maior eficiência da justiça.

A economia ambiental, por sua vez, trata do estudo dos problemas ambientais sob a perspectiva da economia, fornecendo subsídios para se verificar o que enseja a degradação do meio ambiente, suas consequências e o que se pode fazer para reduzi-la.

Barry C. Field e Martha K. Field[374] explicam o que vem a ser a economia ambiental:

> Economia ambiental é a aplicação dos princípios da economia ao estudo da gestão dos recursos ambientais. A economia divide-se em microeconomia, que estuda o comportamento de indivíduos e de pequenos grupos, e macroeconomia, que estuda o desempenho econômico das economias como um todo. A economia ambiental se vale de ambas, embora mais de microeconomia, e seu foco principal é saber como e por que as pessoas tomam decisões que têm consequências para o ambiente natural. Além disso, trata também da forma como as instituições e políticas econômicas podem ser mudadas a fim de colocar esses impactos ambientais mais em equilíbrio com os desejos humanos e as necessidades do ecossistema propriamente dito.

Já Orozimbo José de Moraes afirma que a economia ambiental "consiste na aplicação dos princípios da economia ao estudo da administração dos recursos

---

[373] "Uma delas é a velocidade das decisões. Outro aspecto capital é o da certeza de resolver os problemas. Um e outro fator contribuem para reduzir os custos de transação e garantir que as oportunidades de mercado e as proporcionadas pela inovação tecnológica possam se traduzir em expectativas reais e receitas para os atores econômicos, enquanto a excessiva duração dos prazos de espera das decisões dos processos judiciais ou a excessiva indeterminação nas decisões adotadas implica em aumento dos custos de transação e pode chegar à supressão prática das expectativas de renda ou quase-renda advindas do mercado e da inovação tecnológica. Nessas situações, com efeito, a parte mais relevante do risco que o empresário necessariamente assume deriva das incertezas causadas pela ação judicial" (tradução livre). (AYUSO GUTIÉRREZ, Mercedes. **Justicia Y Economia**. Madrid: Consejo General Del Poder Judicial, 2010, p. 29).

[374] FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. **Introdução à economia do meio ambiente**. Tradução de Christiane de Brito Andrei. 6. ed., Porto Alegre: AMGH, 2014, p. 2.

ambientais[375]".

Portanto, a economia ambiental analisa como as decisões humanas afetam a qualidade do meio ambiente, bem assim trabalha com conceitos como eficiência, *trade-offs*, custos e benefícios, enfocando diferentes facetas da ligação entre qualidade ambiental e comportamento econômico.

3.2 HISTÓRIA, CONCEITO E OBJETIVOS DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

Ivo Teixeira Gico Jr., a partir da relação entre direito e economia, explica:

> O direito é, de uma perspectiva mais objetiva, a arte de regular o comportamento humano. A economia, por sua vez, é a ciência que estuda como o ser humano toma decisões e se comporta em um mundo de recursos escassos e suas consequências. A Análise Econômica do Direito (AED), portanto, é o campo do conhecimento humano que tem por objetivo empregar os variados ferramentais teóricos e empíricos econômicos e das ciências afins para expandir a compreensão e o alcance do direito e aperfeiçoar o desenvolvimento, a aplicação e a avaliação de normas jurídicas, principalmente com relação às suas consequências[376].

Para Alejandro Bugallo Alvarez[377], a AED "caracteriza-se pela aplicação da teoria econômica na explicação do direito", e "assume que existe uma noção básica de eficiência consistente e inteligível que pode servir de base para avaliar as instituições jurídicas".

A Análise Econômica do Direito, pois, tem caráter interdisciplinar e traz para o sistema jurídico as influências da Economia, mediante análise dos fatos jurídicos a partir de elementos como valor, utilidade e eficiência. Não é Direito Econômico, mas sim uma ferramenta que lhe é útil, assim como pode ser utilizada em tantas outras áreas do Direito. É uma teoria comportamental (diferente da dogmática jurídica), uma ferramenta de análise de problemas jurídicos a partir de conceitos como escassez e incentivos.

Nesses termos, uma das ferramentas para auxiliar o intérprete para uma

---

375 MORAES, Orozimbo José de. **Economia Ambiental:** Instrumentos Econômicos para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Centauro, 2009, p. 9.

376 TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direito e Economia no Brasil:** estudos sobre a análise econômica do direito. Indaiatuba/SP: Editora Foco, 2019, p. 1.

377 ALVAREZ, Alejandro Bugallo. Análise econômica do direito: contribuições e desmistificações. ***In:*** **Direito, Estado e Sociedade,** vol. 9, n. 29, jul./dez. 2006. Disponível em: http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/Bugallo_n29.pdf. Acesso em: 27 fev. 2022, p. 52 e 55.

melhor visão e avaliação destes fenômenos, e ao mesmo tempo, contribuir para uma ampla análise das controvérsias envolvendo matéria ambiental, é a Análise Econômica do Direito (AED)[378], método de análise do Direito que se vale de ferramentas da Ciência Econômica.

A partir do seu caráter interdisciplinar, para Karin Bergit Jakobi e Márcia Carla Pereira Ribeiro[379], a AED consiste na aplicação dos instrumentos econômicos aos fenômenos jurídicos para examinar sua formação, sua estrutura, seus processos e os impactos do Direito e de suas instituições sobre o comportamento dos agentes econômicos e sobre as relações sociais.

A Análise Econômica do Direito tem sido aplicada constantemente nos ramos dos Direitos Contratual, Empresarial, Tributário, Família, etc., podendo ser utilizada no âmbito do Direito Ambiental, especialmente em decorrência dos constantes problemas ambientais ocorridos no nosso país nos últimos tempos, como as tragédias de Mariana e Brumadinho em 2015 e 2019[380], respectivamente.

Antônio Maristrello Porto e Nuno Garoupa[381] comentam a propósito:

> Outra área que se beneficiaria da AED, de forma bastante similar ao Direito Penal, é o Direito Ambiental. Novamente, ao interpretar as sanções legais como custos, muitas empresas podem vir a perceber

---

[378] Ivo Teixeira Gico Jr. explica que a AED tem por característica a aplicação da metodologia econômica a todas as áreas do Direito, inclusive a ambiental. (TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direito e Economia no Brasil:** estudos sobre a análise econômica do direito. Indaiatuba/SP: Editora Foco, 2019, p. 14).

[379] JAKOBI, Karin Bergit Márcia; RIBEIRO, Carla Pereira. **A análise econômica do direito e a regulação do mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2014, p. 30.

[380] Os juízes trabalham com as normas previstas na Lei n. 9.605/1998, a qual, em consonância com o art. 225, § 3º, da Constituição Federal, regulamentou os três tipos de responsabilidade do agressor do meio ambiente: civil, administrativa e penal. Acerca da aplicação desse diploma normativo, que "*dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*", Fabrício Wantoil Lima e Mariana Misquita e Silva discorreram sobre os desastres de Mariana e Brumadinho. Relataram que, em 5.11.2015, no município de Mariana-MG, houve o rompimento da barragem "do Fundão", pertencente à empresa Samarco Mineração S/A, liberando 60 milhões de metros cúbicos de lama. Narraram que, em 25.1.2019, na cidade de Brumadinho-MG, rompeu-se a barragem 1 da "Mina do Córrego do Feijão", soltando outro mar de lama e dejetos. Expuseram que, nos dois casos, ocorreram diversas mortes, destruição de propriedades e prejuízos ambientais, sendo que, na tragédia de Mariana, houve apenas responsabilização cível, mediante bloqueio de contas e assinatura de termo de transação e ajustamento de conduta. No mais, arremataram que, no infortúnio de Brumadinho, as três modalidades de punição foram aplicadas por intermédio de restrição de quantias bancárias (civil) e de multas (administrativa), estas atingindo a empresa Vale S/A, como também expedição de mandados de prisão, busca e apreensão (penal), envolvendo empresários e engenheiros. (LIMA, Fabrício Wantoil; SILVA, Mariana Misquita e. **Responsabilidade por danos ambientais**: os desastres de Brumadinho e Mariana - Minas Gerais. [s.d.]. Disponível em: http://repositorio.aee.edu.br/jspui/bitstream/aee/4814/1/Mariana%20Misquita%20e%20Silva.pdf. Acesso em: 19 set. 2022).

[381] PORTO, Antônio Maristrello; GAROUPA, Nuno. **Curso de análise econômica do direito**. São Paulo: Atlas, 2020, p. 18.

> que é mais barato descumprir uma lei ambiental, ser processado e, se condenada, pagar a multa, do que efetivamente cumprir determinações da legislação ambiental.

Para Leonardo Vizeu Figueiredo[382] a Análise Econômica do Direito é a aplicação do instrumental analítico e empírico da Economia, em especial da microeconomia e da economia do bem-estar social, para analisar, em termos econômicos, a eficiência das regras legais e suas consequências, concluindo:

> A maior parte dos juristas e economistas, ao utilizar a expressão Análise Econômica do Direito, se refere, comumente, à aplicação de métodos microeconomia a questões jurídicas. Assim, em se considerando que o Direito é, de uma perspectiva objetiva, a ciência que regula o comportamento humano, tendo-se em mente que a Economia é a ciência que estuda a tomada de decisões em um mundo de recursos escassos e suas consequências, a Análise Econômica do Direito traduz-se, portanto, no emprego dos instrumentais teóricos e empíricos econômicos e ciências afins para expandir a compreensão e o alcance do direito, aperfeiçoando o desenvolvimento, a aplicação e a avaliação de normas jurídicas, principalmente com relação às suas consequências.

A AED surgiu na década de 60 nos Estados Unidos, principalmente através da obra de Ronald Coase, professor de economia da Universidade de Chicago, o qual, ao indicar que as decisões judiciais nem sempre eram economicamente eficientes na alocação dos recursos, sustentou que era “desejável que as cortes tivessem os deveres de compreender as consequências econômicas de suas decisões e, na medida em que isso fosse possível sem que se criasse muita incerteza acerca do próprio comando da ordem jurídica, de levar em conta tais consequências ao exercerem sua competência decisória[383]”.

A respeito do que ficou conhecido como Teorema de Coase, o próprio escritor esclareceu que não inventou a expressão, mas que apenas formulou um exemplo, exposto em artigo científico, com base no qual Stigler criou tal proposição. Disse que, no referido texto, discorreu sobre a hipótese de uma caverna descoberta recentemente. Expôs que está, no Direito das Coisas, a resposta sobre quem teria o direito de a utilizar, ou seja, o descobridor, o dono do terreno em que se situa ou o proprietário do imóvel da entrada dela. Contudo, defendeu que, ao final, a questão sobre quem vai, de fato, explorar a caverna, não dependerá tanto das normas

---

[382] FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Direito Econômico**. 11. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 2.
[383] COASE, Ronald H. **O Problema do Custo Social**. Tradução de Francisco Kümmel F. Alves e Renato Vieira Caovilla. Chicago: Journal of Law and Economics, 1960, p. 15.

jurídicas, e sim de quem estiver disposto a pagar mais para usá-la. Os direitos, para o autor, são uma etapa preliminar das transações comerciais, não o resultado final[384].

Mais adiante, Ronald Coase afirma que a tomada de decisões, nas questões conflituosas, deve levar em conta, a par das normas jurídicas, os custos envolvidos, os quais são privados e sociais. O cumprimento das leis e dos contratos também dependeria do preço que tal observância implica. Quanto menor a despesa, mais fácil será atender aos diplomas normativos e às cláusulas contratuais. Se o dispêndio necessário for grande, as chances de descumprimento crescerão[385].

No que tange ao Meio Ambiente, a preservação da natureza seria uma tarefa mais fácil se não implicasse custos sociais e econômicos. A investigação em tela revela sua importância diante do pouco tempo que o magistrado tem para decidir uma medida urgente, que pode gerar, por exemplo, desemprego e desabastecimento, pelo que a AED poderá auxiliar a tomada de decisão, inclusive avaliando, de maneira adequada, os custos que o empreendedor enfrenta para cumprir as normas ambientais.

Luiz Fux e Bruno Bodart[386] observam que:

> [...] a análise econômica do Direito se originou e se estabeleceu como um movimento externo ao âmbito jurídico e indiferente às tradicionais concepções ao redor das quais disputavam diferentes escolas de pensamento no Direito, como formalismo, realismo, jusnaturalismo e positivismo.

Richard A. Posner, da Universidade de Chicago, também foi precursor na aplicação da Ciência Econômica na interpretação do Direito, com destaque para a obra "Economic Analysis of Law". E Guido Calabresi, da Universidade de Yale, igualmente contribuiu para a união entre Direito e Economia no século XX.

Isadora Beatriz Teixeira Carlos e Vivian Amaro Czelusniak[387] destacam o

---

[384] COASE, Ronald H. **A firma, o mercado e o direito**. Tradução de Heloisa Gonçalves Barbosa, 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2022, p. 226.
[385] COASE, Ronald H. **A firma, o mercado e o direito**. Tradução de Heloisa Gonçalves Barbosa, 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2022, p. 244.
[386] FUX, Luiz; BODART, Bruno. **Processo civil & análise econômica**. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 23.
[387] CARLOS, Isadora Beatriz Teixeira; CZELUSNIAK, Vivian Amaro. Análise Econômica do Direito em Face da Jurisdição Constitucional no Brasil: Exame Baseado nas Concepções de Posner e Dworkin. ***In:*** **EALR – Universidade Católica de Brasília – UCB,** Brasília-DF, vol. 11, n. 3, p. 03-15, set-dez. 2020. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1sADDZFDns_Pr5pREoYijgfQAve4uJJgHLt7I24iyKec/edit. Acesso em: 17 jul. 2022.

papel de Richard A. Posner na construção da AED e o seu papel no desenvolvimento do Direito, com destaque para o pragmatismo[388] e o uso de diferentes técnicas e teorias para analisar os casos concretos:

> Para Posner, a Análise Econômica do Direito, em sua forma pragmática, considera os custos e benefícios ainda em aberto; as abordagens econômica e pragmática poderiam ser consideradas incompatíveis, mas se mostram harmonizáveis para a formação de uma nova forma de ver e aplicar o Direito. Dessa forma, as normas jurídicas devem ser vistas como instrumentais à análise dos fatos para decidir o Direito (POSNER, 2009, passim).
> Nesse sentido, o pragmatismo no Direito pode ser utilizado para afrontar as demais teorias sobre a forma de emprego do Direito, mas também mostra-se profícuo à aproximação do Direito acadêmico à ciência social, ainda, para que os juízes exerçam suas funções de forma mais científica, buscando não a solução do caso em si, mas sim evitar o encerramento de debates não concluídos (POSNER, 2009, passim).
> Assim, segundo Richard A. Posner, o pragmatismo manifesta-se como uma barreira ao formalismo, incitando uma análise e investigação por parte dos juízes menos superficiais e mais realistas e factuais do que conceituais, servindo à necessidade humana, não o reverso. À vista disso, o pragmatismo é uma forma de enxergar a relação do Direito com o que ele ambiciona resolver, podendo incentivar o uso de diferentes técnicas e teorias para analisar os casos concretos, não se resumindo, portanto, a abordagem puramente econômica (POSNER, 2009, passim).

Erik Navarro Wolkart chega a afirmar que se a Análise Econômica do Direito tem um fundador, esse papel cabe a Ronald Coase[389], destacando o aludido *teorema de Coase* como fundamental para a AED, bem assim que as consequências econômicas da decisão devem ser estudadas[390]. Coase, a propósito, sustenta que o sistema jurídico pode impactar o econômico. Na sequência, Erik Navarro Wolkart destaca a importância de Posner, assim como expõe que Guido Calabresi foi fundamental na história da AED, inclusive por inspirar mais de uma geração de professores que até hoje ensinam a doutrina[391].

---

[388] Richard Posner define o pragmatismo como “uma abordagem prática e instrumental, e não essencialista: interessa-se por aquilo que funciona e é útil, e não por aquilo que ‘realmente’ é. Portanto, olha para a frente”, devendo “olhar adiante e as consequências”, já que é importante estar “informado sobre o funcionamento, as propriedades e os efeitos prováveis de diferentes planos de ação”. (POSNER, Richard A. **Para além do direito**. Tradução de Evandro Ferreira e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 4-5).

[389] WOLKART, Erik Navarro. **Análise econômica do processo civil:** como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 101.

[390] WOLKART, Erik Navarro. **Análise econômica do processo civil:** como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 104.

[391] WOLKART, Erik Navarro. **Análise econômica do processo civil:** como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 106.

Posner[392], aliás, reputa a aplicabilidade da teoria econômica na análise do direito, como uma teoria que

> [...] concebe a economia não como o estudo de fenômenos econômicos particulares, mas como a teoria das escolhas racionais – de como os seres racionais moldam seu comportamento em face dos incentivos e restrições com que se defrontam, incentivos e restrições que nem sempre têm uma dimensão monetária.

No Brasil, tal metodologia é objeto de pesquisa e produção acadêmica e doutrinária consistentes[393], cada vez mais intensas, ganhando espaço com cadeiras em universidades[394]. Além disso, pesquisas indicam que a AED tem sido aplicada em julgamentos[395], inclusive no Supremo Tribunal Federal, juntamente com as modificações na LINDB decorrentes da Lei n. 13.655/2018, no que se refere ao dever de o juiz levar em consideração as consequências da decisão judicial. Aliás, durante a 93ª Sessão Virtual do Conselho Nacional de Justiça foi proferido voto pelo ministro Luiz Fux[396], acrescentando disciplinas humanísticas às provas para ingresso na magistratura, dentre elas a Análise Econômica do Direito.

A AED tem sido debatida na Espanha em pesquisas realizadas no mundo acadêmico, tendo inclusive disciplina específica em Universidades de Madri e na Universidade de Santiago de Compostela, conforme asseveram Karin Bergit Jakobi e Márcia Carla Pereira Ribeiro[397]:

> Na Espanha, os primeiros traços da Análise Econômica do Direito surgiram da década de 1980, época em que alguns acadêmicos começaram a introduzir ideias básicas do movimento e aplicá-las às instituições legais espanholas. Hoje, ao menos um terço dos juristas já teve algum contato com o assunto e ao menos um décimo é bem familiarizado com a matéria. O número de pesquisadores da Análise Econômica do Direito e os campos que têm sido examinados sob seu

---

[392] POSNER, Richard A. **A Economia da Justiça**. Tradução de Evandro Ferreira e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. XII.

[393] A obra Direito e Economia no Brasil, organizada por Luciano Timm, com uma coletânea de artigos, foi marcante na disseminação da AED, sendo um guia introdutório para o tema (TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direito e Economia no Brasil:** estudos sobre a análise econômica do direito. Indaiatuba/SP: Editora Foco, 2019).

[394] WOLKART, Erik Navarro. **Análise econômica do processo civil:** como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 119.

[395] TIMM, Luciano Benetti; CAON, Guilherme Maines. **Análise Econômica do Direito e o Supremo Tribunal Federal.** 2020. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/upload/editor/rlp08_84f89653-a061-4729-b46d-6f380ba3a09d.pdf. Acesso em: 17 jul. 2022.

[396] CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Processo nº 0006767-49.2021.2.00.0000.** Relator: Luiz Fux, julgamento em: 24 set. 2021. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/InfojurisI2/Jurisprudencia.seam;jsessionid=E7F991B7D867B28DEDC103889572796F?jurisprudenciaIdJuris=52950. Acesso em: 17 jul. 2022.

[397] JAKOBI, Karin Bergit Márcia; RIBEIRO, Carla Pereira. **A análise econômica do direito e a regulação do mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2014, p. 17.

> enfoque têm crescido a cada dia. A Conferência Anual da Associação Europeia de Direito e Economia, de 1997, foi realizada em Barcelona, na Universidade Pompeu Fabra.

Alexandre Morais da Rosa[398] recorda que a Análise Econômica do Direito ganhou fôlego desde a segunda metade do século passado, partindo de três fatores:

> a) a construção de um estatuto retórico específico (Coase, Becker, Calabresi e Posner, dentre outros); b) proeminência do discurso neoliberal; c) imbricamento entre as tradições do civil law e do common law.

Por seu turno, Ivo Teixeira Gico Jr.[399] conceitua a Análise Econômica do Direito:

> A Análise Econômica do Direito nada mais é que a aplicação do instrumental analítico e empírico da economia, em especial da microeconomia e da economia do bem-estar-social, para se tentar compreender, explicar e prever as implicações fáticas do ordenamento jurídico, bem como da lógica (racionalidade) do próprio ordenamento jurídico. Em outras palavras, a AED é a utilização da abordagem econômica para tentar compreender o direito no mundo e o mundo no direito. Note-se que a utilização do método econômico para analisar o direito não quer dizer que são os economistas que praticam a AED. Pelo contrário, na maioria dos casos, os pesquisadores que a praticam são juristas ou possuem dupla formação. De qualquer forma, são juseconomistas.

Antônio Maristrello Porto e Nuno Garoupa[400] definem a AED a partir de uma perspectiva de eficiência e avaliação de custo-benefício:

> A AED é, então, a aplicação de uma perspectiva de “eficiência” às normas jurídicas. A suposição que a permeia é que a jurisprudência deveria avaliar as normas e os preceitos legais de acordo com um critério que determinasse se eles facilitam ou atrapalham o uso eficiente dos recursos conforme o seu custo, ou seja, a partir da avaliação do custo-benefício. Quando analisamos as normas de acordo com o grau em que facilitam o uso de recursos escassos, estamos avaliando consequências que terão efeitos sobre toda sociedade. Nesse sentido, a AED pertence ao que é conhecido como ética consequencialista.

Já nas palavras de Alexandre Morais da Rosa:

> Denomina-se Análise Econômica do Direito (AED) o movimento metodológico surgido na Universidade de Chicago no início da década de 60 do século passado, o qual busca aplicar os modelos e

---

398 ROSA, Alexandre Morais da. **Diálogos com a law & economics**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 60.

399 TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direito e Economia no Brasil:** estudos sobre a análise econômica do direito. Indaiatuba/SP: Editora Foco, 2019, p. 14.

400 PORTO, Antônio Maristrello; GAROUPA, Nuno. **Curso de análise econômica do direito**. São Paulo: Atlas, 2020, p. 18.

> teorias da Ciência Econômica na interpretação e aplicação do Direito. O movimento, fortemente influenciado pelo liberalismo econômico, tem como precursores e expoentes os professores Ronald Coase e Richard A. Posner, ambos da Universidade de Chigago, e Guido Clabresi, da Universidade de Yale[401].

Luciano Timm[402] pensa a AED como ferramenta de análise de problemas jurídicos, concluindo:

> A Análise Econômica do Direito (AED), portanto, é o campo do conhecimento humano que tem por objetivo empregar os variados ferramentais teóricos e empíricos econômicos e das ciências afins para expandir a compreensão e o alcance do direito e aperfeiçoar o desenvolvimento, a aplicação e a avaliação de normas jurídicas, principalmente com relação às suas consequências.

A AED, com base em algumas premissas, como a escassez dos recursos[403], o custo advindo de toda escolha[404], além da conduta dos agentes econômicos na tomada da decisão, enseja a investigação do impacto e das vantagens de determinadas normas legais.

Assim, a Análise Econômica do Direito é o estudo da tomada de decisão humana, a contar de uma análise consequencialista, sob a perspectiva da escolha racional[405] ou da economia comportamental.

Para Rodrigo Fernandes Rebouças[406], a AED tem como objetivo a eficiência por meio da mesma equação dos princípios gerais do direito da luta pelo direito e pela justiça, observando os critérios de equilíbrio e proporcionalidade para a manutenção das bases objetiva e subjetiva do negócio jurídico.

Guillermo Cabanellas[407] sustenta que a análise econômica do direito implica

---

401 ROSA, Alexandre Morais da. **Diálogos com a law & economics**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 59.

402 TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direito e economia no Brasil**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2014, p. 1.

403 N. Gregoy Mankiw afirma que a gestão dos recursos da sociedade é importante porque estes são escassos, ou seja, a sociedade tem recursos limitados e não pode produzir todos os bens e serviços que as pessoas desejam ter. A economia, por sua vez, vem a ser o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos. (MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. Tradução de Allan Vidigal Hastings e Elisete Paes e Lima. São Paulo: Cengage, 2020, p. 2).

404 A escassez impõe fazer escolhas. (MACKAAY, Ejan. ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do Direito**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2015, p. 30).

405 Racionalidade, para Garoupa e Ginsburg, significa: “A análise microeconômica faz determinadas simplificações da realidade, a saber, que os indivíduos reagem a incentivos e tomam suas decisões de forma racional, comparando custos e benefícios diante de todas as informações disponíveis”. (GAROUPA, Nuno; GINSBURG, Tom. Análise Econômica e Direito Comparado. ***In:*** TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direito e Economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2018, p. 140).

406 REBOUÇAS, Rodrigo Fernandes. **Autonomia privada e a análise econômica do Contrato**. 1. ed., São Paulo: Almedina, 2017, p. 104.

407 CABANELLAS, Guillermo. El análisis económico del derecho: Evolución histórica - Metas e

a aplicação dos instrumentos analíticos da ciência econômica ao estudo dos fenômenos jurídicos.

Cabanellas é citado por Karin Bergit Jakobi e Márcia Carla Pereira Ribeiro[408], ao exporem a aplicação da AED aos diversos ramos jurídicos, valendo transcrever:

> A análise econômica do Direito é suscetível de aplicar-se a todos os ramos jurídicos. Isso não implica afirmar que todas as condutas humanas, ou as condutas jurídicas, estejam motivadas exclusivamente por considerações econômicas, ou que devam ser julgadas somente a partir dessa perspectiva. Implica, sim, que ainda que se tratem de normas com motivos extraeconômicos, e que regulem atividades feitas com fins extraeconômicos, tais normas terão efeitos econômicos que podem ser descritos e analisados.

A Análise Econômica do Direito vem a colaborar na interpretação das normas jurídicas, bem assim na verificação de sua eficiência, auxiliando na tomada racional da decisão, a partir de modelos mentais e ferramentas analíticas típicas da Economia. A AED, assim, aplica premissas e métodos da economia na abordagem do Direito, expandindo seu alcance.

Erik Navarro Wolkart[409] inclusive reitera a importância da busca pela racionalidade e eficiência na criação e aplicação da norma, concluindo:

> No Estado Democrático de Direito, os objetivos da norma e as normas em si são definidos pela sociedade por intermédio de seus representantes. As ferramentas de análise econômica do Direito têm a função de testar a eficiência dessas normas na busca daqueles objetivos ou, ainda, de propor desenhos normativos mais adequados para que valores e direitos socialmente desejados sejam efetivamente implementados.

Dessa forma, fundada numa perspectiva econômica do comportamento humano e do processo de tomada de decisão, auxilia na elaboração, interpretação e aplicação do Direito, na solução racional do conflito a partir da utilização de critérios objetivos, quando do exercício do juízo de ponderação na hipótese de colisão de princípios. É, pois, abordagem válida no aprimoramento das relações econômicas e jurídicas, a auxiliar na interpretação e aplicação do Direito, contribuindo para o desenvolvimento econômico, em benefício da sociedade, a partir de parâmetros da

---

instrumentos. ***In:*** KLUGER, Viviana (Comp.). **Análisis económico del Derecho**. Buenos Aires: Editorial Heliasta, 2006, p. 21.

[408] JAKOBI, Karin Bergit Márcia; RIBEIRO, Carla Pereira. **A análise econômica do direito e a regulação do mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2014, p. 30.

[409] WOLKART, Erik Navarro. **Análise econômica do processo civil:** como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 136.

economia, como a eficiência e a racionalidade.

Logo, a escolha racional na busca da melhor alocação dos recursos[410], a eficiência[411] e as falhas do mercado[412] são os pressupostos em que se funda a Análise Econômica do Direito, evidenciando sua proposta de expandir o método científico para o universo jurídico.

Ejan Mackaay e Stéphane Rousseau propõem uma releitura do Direito a partir da Análise Econômica do Direito, afirmando:

> A análise econômica do direito é mais ambiciosa. Parte da premissa de que os instrumentos de análise que podem ser utilizados para compreender o 'direito econômico' são, igualmente, aplicáveis a outros ramos do direito. Propõe, então, a partir da concepção do ser humano e de suas relações com os outros, a releitura do direito. Procura atualizar 'a economia do direito'. Para explicar o propósito da análise econômica do direito, nada melhor do que a frase do célebre jurista belga, Monsieur Mertens de Wilmars, para quem 'bom número de instituições jurídicas clássicas, assim o usufruto, a acessão ou a cláusula de reserva de domínio, nada mais são do que uma regulamentação de relações econômicas subjacentes. Todavia, como estão profundamente ancoradas no direito positivo, não as percebemos senão como conceitos jurídicos, sem nos darmos conta de seu significado econômico[413].

Portanto, pode-se dizer que a Análise Econômica do Direito é uma ferramenta a fim de o operador jurídico utilizar para resolução de problemas jurídicos, vale dizer, quando da tomada racional de decisão, considerando a escassez de recursos[414], sempre com a perspectiva de promover a eficiência.

De fato, a partir da economia, essa análise de custo-benefício acarreta uma

---

[410] O modelo da escolha racional faz a decisão que será tomada depender da informação disponível das opções e consequências. A pessoa escolhe a melhor opção dentre as que *conhecer*. (MACKAAY, Ejan. ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do Direito**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2015, p. 32).

[411] Eficiência é a alocação de recursos com a máxima satisfação das aspirações, considerando a escassez. Segundo Wolkart, "eficiência corresponde à soma das utilidades individuais acrescidas em cada pessoa atingida pela norma, medidas assim pelo aumento do bem-estar individual e social, ou seja, pelo ganho utilitário marginal, produzido pela norma". (WOLKART, Erik Navarro. **Análise econômica do processo civil:** como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 138).

[412] Também constituem premissas da Análise Econômica do Direito as falhas de mercado, que estão estritamente relacionadas com a questão da eficiência, na medida em que podem interferir em seus resultados, prejudicando seu alcance. Uma das formas de corrigir as falhas de mercado e contribuir, por conseguinte, para a promoção da eficiência, dá-se por meio da regulação do mercado, a partir da elaboração ou alteração de regras jurídicas. (JAKOBI, Karin Bergit Márcia; RIBEIRO, Carla Pereira. **A análise econômica do direito e a regulação do mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2014, p. 41).

[413] MACKAAY, Ejan. ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do Direito**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2015, p. 7.

[414] Dado que os recursos são escassos, é preciso sempre escolher entre as alternativas possíveis e excludentes.

análise técnica e racional, sopesando todas as variáveis que possam influenciar na decisão, assim como enseja uma nova abordagem jurídica da controvérsia, dado seu caráter consequencialista. Por isso, a AED pressupõe uma interpretação sistemática do direito, pois sabe que as consequências são relevantes para o intérprete da norma.

Ivo Teixeira Gico Jr.[415] observa que o propósito da Análise Econômica do Direito é "introduzir uma metodologia que contribua significativamente para compreensão de fenômenos sociais e que auxilie na tomada racional de decisões jurídicas".

É que a busca pela racionalidade[416] e pela eficiência na aplicação da norma jurídica constitui uma das diretrizes da Análise Econômica do Direito, sempre preocupada, como visto, com as consequências da decisão, conforme observam Luiz Fux e Bruno Bodart[417]:

> Uma das principais características da análise econômica do Direito, portanto, é concentrar o exame das normas jurídicas exclusivamente nas suas consequências. Leis e decisões judiciais são importantes não por possuírem um valor em si, mas pelos efeitos causados em relação ao grupo que pretendem atingir – ou que atingem não intencionalmente.

A propósito, Paulo Caliendo[418] afirma que a AED é fundada em quatro pressupostos metodológicos:

> A análise econômica do Direito estará centrada em quatro pressupostos metodológicos: a) o individualismo metodológico, ou seja, os fenômenos coletivos devem ser explicados como resultantes de decisões individuais; b) escolha racional, ou seja, as decisões individuais são entendidas como racionalmente dirigidas à maximização dos interesses individuais (*benefits over costs*); c) preferências estáveis, postula-se que no curto prazo há a estabilidade de preferências; d) equilibrium, entende-se que as interações na política e no direito tendem, tal como no mercado ao equilíbrio.

A AED sempre tem em mente a consequência da decisão judicial, visando

---

[415] TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direito e Economia no Brasil:** estudos sobre a análise econômica do direito. Indaiatuba/SP: Editora Foco, 2019, p. 11.

[416] Para Posner, racionalidade é o pensamento racional do indivíduo em sempre maximizar seu bem-estar, ou seja, tudo que seja de seu interesse. (POSNER, Richard A. **El análisis económico del derecho**. Tradução de Eduardo L. Suárez. 2. ed., México: Fondo de Cultura Económica, 2007).

[417] FUX, Luiz; BODART, Bruno. **Processo civil & análise econômica**. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 2.

[418] GONÇALVES, Oksandro; FOLLONI, André; SANTANO, Ana Cláudia (Coords.). **Direito Econômico & Socioambiental**: Por interconexões entre o Desenvolvimento e a Sustentabilidade. Curitiba: Ithala, 2016, p. 140).

torná-la eficiente[419], como também, numa visão pragmática, investiga em que sentido a norma jurídica deve ser aplicada, tendo em vista seus efeitos, que não são somente jurídicos, porquanto impactam na sociedade como um todo.

Por esse motivo é que se afirma que a AED permite um maior contato do jurista com o mundo real, para além da dogmática, e, nas palavras de Erick Navarro Wolkart, "ao tratar o juiz como um ser racional maximizador do próprio bem-estar, a análise econômica liberta-se das garras formalistas descoladas da realidade"[420].

João Grandino Rodas apresenta pontos benéficos da Análise Econômica do Direito[421]:

> 1) solução mais equitativa, já preconizada no brocardo *jus est ars boni et aequi*; 2) amenização do rígido jus positivismo de Kelsen; e 3) aplicação do Direito, que embora subjetivo, abre-se à objetividade. Em suma, a abordagem interdisciplinar do Direito — ciência jurídica, ciência econômica e afins — contribui para reconstituir, ainda que parcialmente, a *sofia*, que para os gregos significava o conhecimento em sua totalidade.

Nesse contexto, por ser a Análise Econômica do Direito um campo eminentemente prático do conhecimento, permite ela a verificação de cenários e suas consequências[422] quando da interpretação das normas jurídicas num caso concreto, visando à proteção do Meio Ambiente, conforme explicam Luciano Beetti Timm e Tatiana de A. F. R. Cardoso Squef[423]:

> A aplicação das ferramentas analíticas da Análise Econômica do Direito (AED) enseja a utilização de uma possível metodologia para auxiliar o sistema jurídico a alcançar uma verdadeira eficiência e mesmo efetividade no século XXI. Isso porque, a análise econômica

---

[419] Gonçalves e Stelzer apontam a importância da eficiência na AED: "Em que pese o afirmado, é indubitável perceber que a decisão eficiente pode, por vezes, ser injusta; porém, a decisão ineficiente, certamente será injusta, até mesmo pelo desperdício das energias. Justiça e eficiência são, portanto, metades da mesma verdade que se sobrepõem alternadamente ou se completam ordenadamente" (GONÇALVES, Everton das Neves; STELZER, Joana. Eficiência e Direito: Pecado ou Virtude - Uma Incursão pela Análise Econômica do Direito. ***In:*** **Revista Jurídica - Unicuritiba**, vol. 1, n. 28, p. 77-122, 2012. Disponível em: http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/412/317. Acesso em: 24 out. 2022, p. 78).

[420] WOLKART, Erik Navarro. **Análise econômica do processo civil:** como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 131.

[421] RODAS, João Grandino. Benefícios da simbiose entre Direito e economia. ***In:*** **Consultor Jurídico,** 2021. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-out-14/olhar-economico-beneficios-simbiose-entre-direito-economia. Acesso em: 17 out. 2021.

[422] A Análise Econômica do Direito tem um campo eminentemente prático do conhecimento e forte caráter consequencialista. (GICO JÚNIOR, Ivo Teixeira. Introdução ao direito e economia. ***In:*** TIMM, Luciano Benetti (ed.). **Direito e Economia no Brasil**. 1. ed., São Paulo: Atlas, 2010).

[423] TIMM, Luciano Benedtti; SQUEFF, Tatiana de A. F. R. Cardoso. Contribuições da análise econômica do direito para a proteção ambiental: o caso para normas promocionais. ***In:*** NUSDEO, Ana Maria de Oliveira; Trennepohl, Terence (coord.). **Temas de direito ambiental econômico,** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 47.

> esclarece por intermédio de suas teorias os efeitos comportamentais e as consequências das normas jurídicas na realidade social, segundo a qual a edificação de uma tutela ambiental concreta ocorre por meio de incentivos positivos, ou mesmo negativos que são dispostos para os agentes de mercado. Até mesmo porque, os incentivos mobilizam os sujeitos e evocam automotivação e o autointeresse dos indivíduos, empresas ou Estados no momento decisório, cujas implicações fáticas só a Ciência Econômica é capaz de abordar com precisão.

Na mesma linha, Márcia Carla Pereira Ribeiro e Diego Caetano da Silva Campos[424] sustentam que a Análise Econômica do Direito pode contribuir para a concretização dos Direitos Fundamentais, dentre eles a um Meio Ambiente sadio e equilibrado:

> Nesta perspectiva, à guisa de exemplificação, poderia haver grande contribuição da AED para a concretização do direito fundamental a um meio ambiente sadio e equilibrado. A partir do ferramental da teoria econômica, utilizando os conceitos de racionalidade, custos e externalidades, seria possível que os membros do Poder Legislativo pudessem confeccionar um arcabouço de normas que implicassem na internalização, pelas empresas responsáveis, dos custos referentes às externalidades negativas consistentes em degradação ambiental. Por outro lado, poderia ser previsto uma estrutura de incentivos às empresas que adotassem determinadas condutas consentâneas ao direito fundamental a um meio ambiente sadio e equilibrado, mediante a concessão de incentivos fiscais, por exemplo (função socioambiental do tributo). Aplicando o instrumento de avaliação da Análise Econômica do Direito, tais normas tenderiam a incentivar condutas ambientalmente responsáveis, pois as condutas em favor do meio ambiente apresentariam maior vantagem econômica em razão da estrutura normativa, contribuindo para uma maior eficiência na efetivação do direito fundamental em exame.

Conclui-se, ainda, que a AED, a par de auxiliar na aplicação das leis (processo decisório), pode contribuir para a melhor elaboração delas, sobretudo a fim de prever os efeitos econômicos, colaborando na construção e transformação do direito.

3.3 CONSEQUENCIALISMO E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

O consequencialismo tem por escopo trazer segurança jurídica e eficiência

[424] RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; CAMPOS, Diego Caetano da Silva. Análise Econômica do Direito e a Concretização dos Direitos Fundamentais. ***In:*** **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia,** Curitiba, vol. 11, n. 11, jan./jun. 2012. Disponível em: https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/266/260. Acesso em: 17 out. 2021, p. 323.

na criação e na aplicação do direito, conforme disposto no artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), acrescido pela Lei 13.655/18: “nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão”.

O legislador preocupou-se com os resultados práticos das decisões, tomadas por agentes públicos, fundadas em conceitos jurídicos abstratos, o que se relaciona diretamente com este trabalho, visto que os princípios ambientais e a AED têm cunho teórico.

Rodrigo Brandão e André Farah[425] sustentam que o consequencialismo condiciona a adequação jurídica de uma decisão à valoração das consequências relacionadas à mesma e às suas alternativas, concluindo:

> Assim, o consequencialismo jurídico é uma ‘postura, interpretativa ou cognitiva, tendente a considerar as consequências de ato, teoria ou conceito’, pelo qual a decisão que o acolher deverá fundamentadamente apresentar as respectivas consequências jurídicas. Estas, por sua vez, são estados imediatos ou imediatamente futuros e devem ser identificadas na respectiva decisão.

Para Antônio José Maristrello Porto[426], o consequencialismo decorre da análise de probabilidade dos possíveis resultados imaginados a partir de uma decisão tomada por determinado agente.

Nessa linha, o valor ou importância de uma lei[427] ou decisão judicial não estaria nelas em si, mas sim nos efeitos que elas produziriam. Por isso, Robert Cooter e Thomas Ullen[428] afirmam que “as leis não são apenas argumentos arcanos, técnicos; elas são instrumentos para atingir objetivos sociais importantes”.

---

[425] BRANDÃO, Rodrigo; FARAH, André. Consequencialismo no Supremo Tribunal Federal: uma solução pela não surpresa. ***In:*** **Revista de Investigações Constitucionais.** Curitiba, vol. 7, n. 3, set/dez 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/71771/42003. Acesso em: 07 set. 2022, p. 835.

[426] PORTO, Antônio José Maristrello. Princípios da análise do direito e da economia. ***In:*** PINHEIRO, Armando Castelar; PORTO, Antônio José Maristrello; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro (orgs.). **Direito e economia:** diálogos. 1. ed., Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p. 27.

[427] No Estado Democrático de Direito, os objetivos da norma e as normas em si são definidos pela sociedade por intermédio de seus representantes. As ferramentas de análise econômica do Direito têm a função de testar a eficiência dessas normas na busca daqueles objetivos ou, ainda, de propor desenhos normativos mais adequados para que seus valores e direitos socialmente desejados sejam efetivamente implementados. (WOLKART, Erik Navarro. **Análise econômica do processo civil:** como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 136).

[428] COOTER, Robert; ULLEN, Thomas. **Direito e Economia**. Tradução de Luis Marcos Sander e Francisco Araújo da Costa. 5. ed., Porto Alegre: Bookman, 2010.

O mesmo pode ser dito sobre as questões processuais, ou seja, a inversão do ônus da prova[429], o contraditório e a probabilidade, temas que não possuem definição legal exata, e que constituem, assim, valores indeterminados, vagos e sujeitos à subjetividade do aplicador.

Fredie Souza Didier e Rafael Alexandria Oliveira[430] explicam a necessidade de o magistrado ponderar as consequências de suas decisões:

> As referências a princípios como a dignidade da pessoa humana, a economicidade, a moralidade, a impessoalidade, a isonomia, a saúde e a tantos outros que existem por aí devem estar acompanhadas de um esforço argumentativo no sentido não apenas de demonstrar a conformação do conceito indeterminado com o caso concreto (art. 489, §1º, II, CPC), mas também de avaliar as consequências práticas do sentido atribuído a esse conceito indeterminado.
> [...]
> Para Carlos Ari Sundfeld, "o profissional do Direito, ao construir soluções para os casos, tem um dever analítico. Não bastam boas intenções, não basta intuição, não basta invocar e elogiar princípios; é preciso respeitar o espaço de cada instituição, comparar normas e opções, estudar causas e consequências, ponderar as vantagens e desvantagens. Do contrário viveremos no mundo da arbitrariedade, não do Direito".
> [...]
> Depois de apurar o princípio normativo que regula o caso e seus possíveis sentidos, e depois de considerar as consequências práticas decorrentes da adoção desses possíveis sentidos, cabe ao julgador adotar a solução que, em comparação com as outras soluções possíveis para o caso, demonstre ser a medida necessária e adequada – ou, em outras palavras, a medida mais proporcional. Isso vale para qualquer solução a que se chegue: imposição de prestação (fazer, não fazer ou pagar quantia), tutela declaratória ou tutela constitutiva (como a invalidação de ato jurídico, por exemplo).
> [...]
> O que o art. 20 da LINDB faz é acrescentar mais uma regra específica de fundamentação decisória, ao exigir que a incidência do conceito jurídico indeterminado não apenas esteja demonstrada no caso concreto como também que fique claro que o julgador considerou as consequências práticas decorrentes de cada um dos sentidos possíveis e que avaliou tais consequências à luz da proporcionalidade.
> [...]

---

[429] A propósito da distribuição do ônus da prova nas ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente e a problemática aplicabilidade da Súmula 618 do STJ, ver artigo da lavra de Marcelo Buzaglo Dantas, Marcelo Pizolati e Alice Francisco da Cruz (DANTAS, Marcelo Buzaglo; PIZOLATI, Marcelo; CRUZ, Alice Francisco da. O ônus da prova nas ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente. ***In:*** **Revista dos Tribunais,** vol. 110, n. 1026, p. 43-55. São Paulo: Ed. RT, abril 2021).

[430] DIDIER, Fredie Souza; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. Dever judicial de considerar as consequências práticas da decisão: interpretando o art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. ***In:*** **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional,** Belo Horizonte, vol. 19, n. 75, 2019.

> Não se exige que o julgador considere todas as consequências possíveis. Isso seria, aliás, inviável e inconveniente. As consequências a serem consideradas são aquelas postas no debate judicial, sobre as quais tenha havido efetivo contraditório (arts. 9º e 10, CPC).

A proximidade entre Direito e Economia, partindo dos pressupostos que o primeiro regula o comportamento humano e o segundo como o ser humano toma suas decisões e se comporta, permite a compreensão da importância de se verificar as consequências e externalidades das decisões judiciais, evitando que aconteça o que Luciana Yeung[431] chama de efeito *bumerangue*, com consequências ruins, apesar da boa-intenção do magistrado:

> Enquanto os juristas debatem se as decisões judiciais deveriam ou não deveriam se preocupar com as consequências, economistas e jus economistas afirmam categórica e positivamente que as decisões judiciais têm consequências, quer goste ou não. Essa diferença no olhar da questão está relacionada com a diferença na natureza das duas ciências. Basta relembrar que a ciência econômica tem um enfoque no comportamento humano. Nesse sentido, o economista é treinado a analisar as consequências de determinada opção de política pública, e não na integridade lógico-dedutiva da norma ou do princípio em jogo. Além disso, a prática jurídica é instantânea, preocupa-se mais com o momento presente na tentativa de encerrar aquele caso trazido. Já o economista, dado que precisa entender o impacto comportamental no sistema, sabe que os efeitos políticos, sociais e econômicos podem demorar para acontecer: são como ondas em um lago perturbado, propagam-se por muito tempo até a cessão do efeito. Finalmente, os economistas levam em conta a existência das já mencionadas externalidades – efeitos positivos ou negativos gerados para a sociedade, ignorados por aquele que os produzem – uma decisão judicial não impacta somente as partes que trouxeram o litígio, elas são sinalizações para outros indivíduos e empresas, que por sua vez, tomarão decisões que refletirão igualmente em outras pessoas. É a insistência em ignorar as externalidades de suas decisões que faz com que a dogmática jurídica, e as decisões judiciais, acabe gerando o que chamamos de efeito bumerangue. Este acontece, por exemplo, quando um juiz profere uma decisão (normalmente com muito boas intenções) para proteger uma pessoa, por exemplo, um hipossuficiente. Mas, pela ignorância de seus efeitos, a decisão acaba voltando e gerando resultados que prejudicam a própria pessoa que se quis inicialmente proteger – tal qual o bumerangue, que após lançado, volta e pode cortar a cabeça do lançador incauto.

Ora, para que a tomada de decisão seja eficiente, é imprescindível que se

---

[431] YEUNG, Luciana. Comportamento Judicial, Decisões Judiciais, Consequencialismo e “Efeitos Bumerangues”. ***In:*** YEUNG, Luciana (org). **Análise econômica do direito:** temas contemporâneos. São Paulo: Actual, 2020, p. 337-338.

vislumbrem suas consequências, ou seja, é preciso que o juiz analise os efeitos advindos da decisão judicial.

Para tanto, nas controvérsias ambientais, o magistrado deve indagar-se: Quais os reflexos que a concessão de determinada liminar acarretaria? Qual distinção prática estaria configurada com o deferimento ou indeferimento de uma tutela de urgência em matéria ambiental? Todos os resultados devem ser aferidos, inclusive mediante análise dos benefícios, custos e vantagens inerentes. O Direito não pode ignorar a realidade, e os juízes devem estar atentos às consequências sociais e aos reflexos que suas decisões causarão.

No mesmo rumo, Louise Maria Barros Barbosa[432] argumenta que a Análise Econômica do Direito contribui para uma maior objetividade do julgador, auxiliando-o a visualizar (melhor) as consequências da sua decisão, porque lhe fornece ferramentas técnicas, tais como ponderação de custos e benefícios, distribuição eficiente de recursos escassos e exame das externalidades.

O Supremo Tribunal Federal, em decisão da lavra do Ministro Luiz Fux[433], assentou que o Poder Judiciário deve, sempre que possível, proferir decisões, ou modificar as já existentes, para que produzam um resultado prático razoável e de viável cumprimento, como também que o juiz, em uma abordagem pragmática e multidisciplinar, na condição de agente político dotado da missão de resolver conflitos intersubjetivos, deve ser guiado por três axiomas: o antifundacionalismo, o contextualismo e o consequencialismo. Após fixar que as decisões judiciais devem ser avaliadas relativamente à sua potencialidade de resolver e pacificar conflitos reais, fortalecendo relações jurídicas outrora estremecidas, maximizando a normatividade do ordenamento jurídico e promovendo o bem-estar social, sem que o magistrado possa se descuidar dos limites de sua própria função, concluiu o relator:

> Compreendido como estimativa de resultados ou juízo prognóstico, o consequencialismo não se confunde com o utilitarismo nem menoscaba reflexões de ordem moral ou positivista. Pressupõe, apenas, que o juiz considere os estados de coisas consequencialmente decorrentes de cada exegese que a norma contemple. Na síntese do juiz norte-americano Frank Easterbrook, as

---

[432] BARBOSA, Louise Maria Barros. Análise econômica soluciona conflito entre princípios. ***In:*** **Revista Consultor Jurídico**, 2010. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2010-abr-24/analise-economica-direito-solucoes-conflitos-principios. Acesso em: 6 mar. 2023.

[433] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação originária n. 1.773/DF.** Relator: Min. Luiz Fux, julgamento em: 26 nov. 2018. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4395214. Acesso em: 07 set. 2022.

> decisões judiciais não se despirão do risco de enviarem sinais errados “a menos que os juízes apreciem as consequências das regras legais para o comportamento futuro” (EASTERBROOK, Frank. The Supreme Court 1983 Term. Harvard Law Review, Cambridge, n. 4, p. 10-11, 1984-1985).
> Dentro do marco do consequencialismo, a decisão mais adequada a determinado caso concreto é aquela que, dentro dos limites semânticos da norma, promova os corretos e necessários incentivos ao aperfeiçoamento das instituições democráticas, e que se importe com a repercussão dos impactos da decisão judicial no mundo social. Sob essa perspectiva, há espaço para algum pragmatismo jurídico, com espeque no abalizado magistério de Richard Posner, impondo, bem por isso, ao magistrado o dever de examinar as consequências imediatas e sistêmicas que o seu pronunciamento irá produzir na realidade social (POSNER, Richard. Law, Pragmatism and Democracy. Cambridge: Harvard University Press, 2003, p. 60-64).[434]

Portanto, o magistrado deve projetar os efeitos de sua decisão no mundo real[435]. É preciso, porém, verificar a existência de dados minimamente concretos para estimar o impacto de sua deliberação, não podendo essa projeção decorrer de mero subjetivismo[436]. A par disso, ao mesmo tempo em que o juiz não pode simplesmente ignorar a legislação aplicável à controvérsia, nem agir de forma discricionária, sabe-se que, não raramente, é possível mais de uma interpretação, o que, naturalmente, poderá ensejar a aplicação de argumentos consequencialistas para que se alcance a melhor alternativa.

André de Carvalho Ramos e Erik Frederico Gramstrup destacam que o consequencialismo deve ser analisado de forma moderada, e não a partir de meros efeitos econômicos:

> Consequencialista é a tomada de decisão pela ótica dos resultados. Mais exatamente, pela mera avaliação dos resultados. Consequencialismo economicista é a tendência à decisão guiada exclusivamente por considerações de eficiência econômica, ou seja,

---

[434] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação originária n. 1.773/DF.** Relator: Min. Luiz Fux, julgamento em: 26 nov. 2018. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4395214. Acesso em: 07 set. 2022.

[435] O art. 25 do Código de Ética da Magistratura prevê: “Especialmente ao proferir decisões, incumbe ao magistrado atuar de forma cautelosa, atento às consequências que pode provocar”. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução Nº 60 de 19/09/2008.** Institui o Código de Ética da Magistratura Nacional. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/127. Acesso em: 07 set. 2022).

[436] Rodrigo Brandão e André Farah destacam que o mau emprego do consequencialismo pode transformar-se em consequenciachismo, bem assim que o uso pouco metódico de investigações empíricas, não raro, leva a soluções mais subjetivas do que objetivas, pelo que a decisão judicial deve estar lastreada em dados. (BRANDÃO, Rodrigo; FARAH, André. Consequencialismo no Supremo Tribunal Federal: uma solução pela não surpresa. ***In:*** **Revista de Investigações Constitucionais.** Curitiba, vol. 7, n. 3, set/dez 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/71771/42003. Acesso em: 07 set. 2022).

> porque os fatores de produção serão melhor alocados ou porque se logrará uma distribuição considerada ótima de bens e serviços. A consideração superficial ou o viés profissional pode levar à preferência pelo consequencialismo como aqui definido (em estado puro), mas se deve lembrar, primeiramente, que o art. 20 da LINDB não aponta para isso, e sim para um consequencialismo moderado, ou seja, que não deixa de lado os valores, mas também considera as consequências dessa ou daquela linha de decisão. Em segundo lugar, um exemplo ajudará a entender que o mero consequencialismo pode levar a consequências eticamente inaceitáveis, senão desastrosas. Durante o segundo Império, como bem se sabe, houve amplo debate público em torno da abolição do trabalho servil. Foi adotada legislação que, progressivamente, apontava para o sucesso do abolicionismo, mas a solução definitiva adveio tardiamente, apenas em 1888. Pois bem, um dos argumentos antiemancipatórios era de cunho, precisamente, consequencialista-economicista: temiam-se os resultados econômicos da medida para as províncias mais dependentes da exploração agrária extensiva, não afeitas à mão de obra assalariada e carentes de um mercado de trabalho no sentido contemporâneo da expressão. O que resulta chocante para nossa mentalidade é que o argumento consequencialista que apontava para a decadência econômica das províncias mais dependentes do trabalho servil realmente veio a se efetivar. As regiões mais atrasadas até certo ponto nunca se recuperaram. Mas, finalmente, chegou-se à conclusão de que esse argumento não era suficientemente ponderoso para arrostar a liberdade ou, como diríamos hoje, a dignidade humana. Como o exemplo aponta claramente, o consequencialismo puro pode ser extremamente cruel, se não for contrabalançado por considerações de outra ordem[437].

Georges Abboud[438] recorda que, embora o art. 20 da LINDB estabeleça o dever de o julgador motivar a solução consequencialista encontrada, não se trata de impor a necessidade de analisar todas as soluções possíveis a uma controvérsia jurídica, mas tão somente as soluções apresentadas pelas partes e por eventual terceira via surgida a partir das matérias de ordem pública efetivamente discutidas pelas partes.

O consequencialismo, portanto, não autoriza a prolação de decisão contrária à lei, nem pode ensejar ativismo judicial, conforme observa José Miguel Garcia Medina[439]:

---

[437] RAMOS, André de Carvalho; GRAMSTRUP, Erik Frederico. **Comentários à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB**. 2. ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p. 354.

[438] ABBOUD, Georges. Modulação de efeitos como categoria consequencialista: das funções tradicionais às contemporâneas. ***In:*** **Suprema:** revista de estudos constitucionais, Brasília, vol. 1, n. 2, p. 363-393, jul/dez 2021. Disponível em: https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/download/73/43/118. Acesso em: 07 set. 2022.

[439] SANTANA, Natan Galves; PINHEIRO, Letícia Bianca; MEDINA, José Miguel Garcia. Fundamentação das decisões judiciais, consequencialismo e pandemia. ***In:*** **Research, Society and**

> Para Medina (2020a) algumas decisões admitem argumentos consequencialistas como fundamentação, mas esses argumentos não podem ser os únicos elementos para tomada de decisões. Os administradores devem observar a lei, para alcançar o melhor resultado, pois as consequências da decisão justificarão o caminho a ser seguido, com base no melhor destino para a coletividade. Os juízes analisam as consequências das decisões, mas de um modo diferente, como no caso do processo de execução, pois deverá analisar o modo menos gravoso para as partes, devendo seguir os princípios de ordem jurídica e não política. A decisão judicial busca resultado que produzirá efeito na sociedade. Desse modo, as consequências sempre estarão presentes; entretanto, a decisão não pode ter como único fundamento aquilo que o magistrado acredite ser o melhor para a sociedade, devendo buscar o melhor resultado jurídico para a lide.

Dessa feita, o registro de Robert Cooter[440], enfatizando o consequencialismo, é importante:

> Além de uma teoria científica do comportamento, a economia fornece um padrão normativo útil para avaliação de leis e políticas. As leis não são apenas argumentos técnicos misteriosos; elas são instrumentos para se atingir metas sociais importantes. A fim de conhecer os efeitos das leis sobre esses objetivos, juízes e legisladores devem fazer uso de um método de avaliação que permita verificar os impactos legais sobre valores sociais importantes. Economistas predizem os efeitos das políticas com lastro em sua eficiência. A eficiência é sempre relevante para a formulação de políticas porque é sempre melhor alcançar determinado objetivo a um custo menor do que com maior custo.

O Direito, na sua função de proporcionar estabilidade às relações sociais, deve permitir que as pessoas possam prever as consequências de seus atos. Assim, a segurança jurídica é fundamental[441], não obstante Marcelo Guedes Nunes[442] advirta que, paradoxalmente, a mesma também constitua, considerada em si própria, um conceito aberto, passível de interpretação subjetiva do operador. O autor demonstra, citando doutrina, que as definições de segurança jurídica apresentam elementos como “proteção da confiança” e “mínima certeza”, os quais, na prática, não são referências suficientes para resolver problemas concretos. E arremata,

---

Development, vol. 10, n. 9, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/18234/16457/228929. Acesso em: 07 set. 2022.

[440] COOTER, Robert. An Introduction to Law and Economics. ***In:*** **Law and Economics.** 6. ed., Boston: Pearson, 2016, p. 4. FUX, Luiz; FUX, Rodrigo; PEPE, Rafael Gaia (Coords.). **Temas de Análise Econômica do Direito Processual**. Rio de Janeiro: BZ Editora, 2021, p. 115).

[441] Paulo Gustavo Gonet Branco sustenta a necessidade de respeito à segurança jurídica como princípio do Estado de Direito. (MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 16. ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p. 456).

[442] NUNES, Marcelo Guedes. **Jurimetria**: como a estatística pode reinventar o direito. 2. ed., rev e atual., São Paulo: Thomson Reuters, 2019, p. 163-165.

narrando o caso do “roteiro de sentença”, adotado nos Estados Unidos[443], que é preciso tolerar um certo grau de insegurança jurídica, sob pena de o Direito deixar de ser fruto de reflexões humanas para se tornar produto de fórmulas matemáticas.

Logo, o magistrado, ao prestar jurisdição em matéria ambiental, deve observar o disposto no art. 20 da LINDB, em conjunto com o art. 489, § 1º, do CPC, que prevê requisitos para a idoneidade da fundamentação das decisões judiciais, levando em consideração, dentre as possíveis soluções para o caso concreto, aquelas que terão as melhores consequências[444], buscando equilibrar a proteção do Meio Ambiente com o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, agir em conformidade com o que dispõe a Constituição Federal.

Por conseguinte, a decisão judicial e, no caso do deste estudo, a proferida em sede ambiental, requer uma preocupação com seus reflexos concretos. Com isso, vale voltar às lições de Hans Jonas, expostas no primeiro capítulo, uma vez que, segundo o filósofo alemão, a humanidade vive uma crise ambiental sem precedentes, encarando o risco de sua extinção, pelo que a necessidade de uma Educação Ambiental, desvinculada de valores antropocêntricos, de forma que a tecnologia seja utilizada para servir aos seres vivos em geral, não somente ao ser humano. Hans Jonas inclusive sugere uma Ética da Responsabilidade, relacionada às coisas extra-humanas[445].

Mariana Pargendler e Bruno Meyerhof Salama[446], ao recordarem que o juiz tem o imperativo de decidir o caso concreto, concluem que “ele deve agir com prudência e deve sopesar os valores envolvidos” e que “ao interpretar e aplicar a

---

[443] Nos Estados Unidos, cujo sistema jurídico apresenta maior previsibilidade, o número de acordos é grande, tanto que, segundo Ivo Teixeira Gico Júnior, somente 10% dos casos lá iniciados chegam a julgamento, vale dizer, os litigantes, em 90% dos processos, ante um prognóstico seguro de como seriam julgados, optam por transacionar. (GICO JÚNIOR, Ivo Teixeira. A tragédia do Judiciário. ***In:*** **RDA – Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, vol. 267, p. 163-198, set./dez. 2014. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46462/44453. Acesso em: 2 jun. 2023, p. 182).

[444] POSNER, Richard A. **Para além do direito**. Tradução de Evandro Ferreira e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 422.

[445] SOUZA, Antônio Carlos de; GABRIEL, Fábio Antônio; SOUZA, Odirlei Silva de. Ciência e ética: uma nova formulação do imperativo categórico como princípio da responsabilidade em Hans Jonas. ***In:*** **Conjectura,** Caxias do Sul, vol. 17, n. 3, p. 130-146, set./dez. 2012. Disponível em: http://fabioantoniogabriel.com/images/artigos/ciencia_e_etica.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022, p. 131, 138 e 140.

[446] PARGENDLER, Mariana; SALAMA, Bruno Meyerhof Salama. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. ***In:*** **RDA – revista de direito administrativo,** Rio de Janeiro, vol. 262, jan./abr. 2013. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/8901/7809. Acesso em: 07 set. 2022, p. 135-136.

lei, é necessário sopesar as prováveis consequências das diversas interpretações que o texto permite", pelo que "é preciso atentar também para a importância de se defender os valores democráticos, a Constituição, a linguagem jurídica como um meio de comunicação efetiva e a relativa separação de poderes".

3.4 ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO APLICADA AO DIREITO AMBIENTAL

Num tema tão delicado como o Meio Ambiente, o magistrado, ao deferir (ou indeferir) uma liminar, precisa considerar que o Judiciário é referência na aplicação do Direito Ambiental, e que, assim, sua deliberação tem reflexo no comportamento do ser humano.

Então, a partir de uma integração harmoniosa entre Economia e ecologia, a AED constitui ferramenta útil não só na elaboração das normas ambientais, mas também na interpretação e aplicação delas, conforme Marcia Carla Pereira Ribeiro e Diego Caetano da Silva Campos[447] demonstram:

> Na realidade, o que se propõe é que, em conjunto com eventuais complementações de outras ciências sociais, o instrumento teórico da Análise Econômica do Direito seja utilizado antes da aprovação de qualquer projeto legislativo ou da consolidação de determinada orientação interpretativa jurisprudencial, como uma espécie de análise de impacto socioeconômico da futura lei ou interpretação jurisprudencial. Com este proceder, aumenta consideravelmente a probabilidade de que as atuações estatais concretizadoras dos direitos fundamentais (em especial as legislativas e judiciárias) efetivamente cumpram esta função. Isso não significa reduzir as ações estatais apenas às que sejam eficientes economicamente, mas sim levar em conta o ferramental da Análise Econômica do Direito para, em conjunto com os valores éticos e morais, definir formas de atuação que impliquem na máxima efetivação dos direitos fundamentais.

Controvérsias ambientais podem ser melhor compreendidas através da Análise Econômica do Direito, na medida em que os agentes econômicos, que respondem a incentivos e, num comportamento racional, buscam maximizar os ganhos e minimizar as perdas, devem pautar seus comportamentos conciliando desenvolvimento com proteção ambiental. Nesse cenário, a busca pela

---

[447] RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; CAMPOS, Diego Caetano da Silva. Análise Econômica do Direito e a Concretização dos Direitos Fundamentais. ***In:*** **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia,** Curitiba, vol. 11, n. 11, jan./jun. 2012. Disponível em: https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/266/260. Acesso em: 17 out. 2021, p. 323.

Sustentabilidade pode contar com o auxílio de outros ramos do direito.

O problema reside no fato de que os postulados de Direito Ambiental, e a jurisprudência consolidada, tal como na súmula 618 do STJ, implicam conceitos abertos, dando margem ao subjetivismo dos juízes. Por isso, a teor do art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, devem ser aplicados com cuidado e moderação, analisando as nuances do caso concreto e, especialmente, antevendo os resultados práticos.

Até mesmo o princípio da precaução apresenta significados diversos, com versões mais fortes ou mais fracas, tanto que, segundo Cass R. Sunstein[448], na Europa, às vezes, atribui-se-lhe um sentido mais intenso, conduzindo a regulações mais rígidas, inclusive para riscos meramente especulativos.

A propósito das consequências processuais da invocação mecânica dos princípios ambientais, merece destaque interpretação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina[449] no sentido de que a inversão do ônus da prova não pode ser automática, não sendo suficiente a evocação da relevância do direito ambiental, o que será melhor exposto adiante.

Conforme ensina Posner[450], a abordagem pragmática está ligada às consequências e quais resoluções são possíveis a partir do caso em debate:

> Ao abordarem uma questão que tenha sido colocada como de interpretação de uma lei, os pragmatistas perguntarão qual das resoluções possíveis tem as melhores consequências, considerando-se tudo aquilo que é ou deveria ser do interesse dos juristas, incluindo-se a importância de preservar a linguagem como meio de comunicação eficaz e de preservar a separação dos poderes, através do acatamento, em linhas gerais, das decisões do legislativo relativamente ao interesse público.

Para Posner[451], a prioridade do juiz pragmatista é “encontrar a decisão que melhor atenda às necessidades presentes e futuras”, ou seja, uma decisão atenta às suas consequências e baseada em fatos e resultados, ao invés de valores e

---

448 SUNSTEIN, Cass R. **Worst-case scenarios**. London: Harvard University Press, 2007, p. 123-124.
449 SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo de Instrumento n. 5039159-21.2020.8.24.0000.** Relator: Des. Hélio do Valle Pereira, julgamento em: 02 mar. 2021. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=321614888227159150303671520733&categoria=acordao_eproc. Acesso em: 15 fev. 2021.
450 POSNER, Richard A. **Para além do direito**. Tradução de Evandro Ferreira e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 422.
451 POSNER, Richard A. **A problemática da teoria moral e jurídica**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2012, p. 381.

conceitos.

Esta roupagem pragmática do Direito, a partir de Posner, é bem delineada por Bruno Makowiecky Salles, ao conceituar o pragmatismo jurídico:

> O pragmatismo jurídico é a teoria pós-positivista segundo a qual as decisões judiciais devem orientar-se para a obtenção dos melhores resultados, priorizando a eficiência, a utilidade, a justiça, o bem-estar ou outra virtude contemporânea a tais decisões. Os juristas pragmáticos dispensam uma vinculação estrita a decisões legislativas ou judiciais pretéritas, ou às âncoras morais, princípios ou chavões jurídicos abstratos, dando prevalência a ares racionais e empiricistas e considerando as leis, os precedentes e a moral fontes potenciais de informações valiosas, porém não muito limitadoras às decisões.[452]

Na sequência, o autor salienta que o juiz pragmático vê o resultado das decisões como a principal preocupação, adotando a decisão racional que seja mais razoável, além de considerar pressupostos como as consequências da deliberação. Esse pragmatismo autorizaria os juízes a repensarem seu papel, porém recorda que ignorar leis, precedentes e doutrina seria loucura[453].

A experiência (CPC, art. 375) demonstra que, não raramente, as decisões judiciais são proferidas sem maiores preocupações com o resultado prático. São atos válidos, do ponto de vista formal e processual, porém questionáveis quanto à responsabilidade dos reflexos produzidos[454].

Luciano Benetti Timm[455] recorda que a AED se vale de ferramentas da Ciência Econômica para explicar o Direito e resolver problemas jurídicos para além da dogmática jurídica, destacando seu caráter consequencialista:

> Outra característica da AED é ser um método consequencialista, isto é, em que o raciocínio jurídico, ou seja, a solução do caso, incorpora o efeito, a consequência da decisão na argumentação. Algo que, numa perspectiva estritamente dogmática de orientação kelseniana, por exemplo, poderia não fazer sentido. Nessa ótica, a norma jurídica

---

[452] SALLES, Bruno Makowiecky. **Direitos e deveres nas teorias geral e jusfundamental:** acesso à justiça, judicialização e ativismo judicial. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2023, p. 51.

[453] SALLES, Bruno Makowiecky. **Direitos e deveres nas teorias geral e jusfundamental:** acesso à justiça, judicialização e ativismo judicial. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2023, p. 52 e 54.

[454] O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, em controvérsia envolvendo disponibilização de novas vagas em creches e pré-escola, cassou a sentença com base no disposto no art. 20 da LINDB. (SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Cível n. 0030857-71.2012.8.24.0064.** Relator: Des. Luiz Fernando Boller, julgamento em: 12 fev. 2019. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/buscaForm.do#resultado_ancora. Acesso em: 26 set. 2021).

[455] TIMM, Luciano Benetti. Análise Econômica do Direito: Breves Notas. ***In:*** **Revista Jurídica UNIGRAN.** Dourados, MS, vol. 20, n. 40, Jul./Dez. 2018. Disponível em: https://www.unigran.br/dourados/revista_juridica/ed_anteriores/40/artigos/artigo01.pdf. Acesso em: 26 set. 2021, p. 14.

> incide independentemente de suas consequências econômico-sociais, sendo a eficácia da norma um problema externo ao direito.

Portanto, a Economia e o Direito são compatíveis, e a Análise Econômica do Direito é ferramenta a ser utilizada para que se alcance uma efetiva proteção do Direito ao Meio Ambiente.

Cuida-se de uma ideia de equilíbrio, porquanto a AED serve para harmonizar interesses antagônicos. É o que demonstram Ana Elizabeth Neirão Reymão e Karla Azevedo Cebolão[456], discorrendo sobre a evolução da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, ao julgar conflitos entre fumicultores e concessionárias de energia elétrica:

> Os votos destacam o argumento de Guido Calabresi para a AED, segundo o qual, para identificar quem pode evitar de maneira mais econômica o custo dos acidentes, deve-se buscar aquele que possui o maior grau possível de internalização dos custos (FACCHINI NETO, 2017). As decisões tradicionais permitiam que o fumicultor repassasse seu prejuízo para as concessionárias de energia elétrica e essas, ao incorporarem os prejuízos no valor das tarifas, repassavam os prejuízos sofridos pelos fumicultores a todos os consumidores de energia elétrica.
> Dessa forma, a AED permitiu a alteração do entendimento tradicional de acolhimento integral dos danos materiais, passando as decisões a concluir pela divisão do prejuízo entre esses e as concessionárias de energia elétrica.

Por outro lado, vale destacar que a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente[457] prevê instrumentos econômicos que visam um comportamento que estimule a proteção ambiental, como explicam Cristiane Derani e Kelly Schaper Soriano de Souza:

> Os instrumentos jurídico-econômicos, também conhecidos por programas de incentivo econômico ou instrumentos baseados no mercado, são classificados por Driesen em três espécies: instrumentos baseados em preço, direitos ambientais comercializáveis e instrumentos de política informacional.
> Por instrumentos baseados em preço entendem-se aqueles mecanismos de correção das decisões individuais com a imposição de encargos monetários que têm o condão de desestimular o caminho mais custoso ao meio ambiente. São os desincentivos econômicos. Com eles, a equação se simplifica da seguinte forma:

---

[456] REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão; CEBOLÃO, Karla Azevedo. A Análise Econômica do Direito no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: um estudo sobre o caso dos fumicultores e as concessionárias de energia elétrica. ***In:*** **Rev. de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável,** Goiânia, v. 5, n. 1, jan/jun. 2019, p. 15-16.

[457] BRASIL. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 23 out. 2022.

> aumento de custo ambiental implica em aumento de custo monetário do investimento – por via da taxação, cobrança por direitos de uso, imposição de compensações e mitigações de ordem monetária – o que resulta na recusa em praticar o ato danoso ao ambiente. Também podem ser oferecidos incentivos positivos no caso de práticas menos ofensivas, ou para aquelas que são reparadoras ou conservadoras do ambiente, que resultam em ganhos econômicos, como isenção fiscal, facilitação ao crédito, preferência nas compras públicas, por exemplo[458].

Assim, são instrumentos, como tributos, por exemplo, que podem ensejar maior eficiência das políticas ambientais, com redução dos custos para alcançar determinados objetivos, dentre eles uma maior proteção ambiental.

Ana Maria de Oliveira Nusdeo[459] inclusive indica a existência de mecanismos na legislação ambiental que tenham por escopo a preservação do Meio Ambiente:

> Instrumentos de comando-controle, ou de controle, estabelecem normas, regras, procedimentos e padrões determinados para as atividades econômicas a fim de assegurar o cumprimento dos objetivos da política em questão, por exemplo, reduzir a poluição do ar ou da água. São denominados, por alguns autores, de instrumentos de controle direto, na medida em que se baseiam em determinações de cunho administrativo e no poder de polícia e cujo descumprimento acarreta a imposição de sanções.

Como se vê, o julgador deve, no processo decisório, avaliar os possíveis resultados das suas escolhas, para o que, na seara ambiental, os conhecimentos econômicos, provenientes da AED, são imprescindíveis.

3.5 INTERDISCIPLINARIDADE E A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

A AED enfrenta resistência por parte de alguns profissionais do Direito, segundo os quais essa teoria implicaria ausência de valoração, em prol da eficiência, transformando questões jurídicas em temas de mercado.

Marcia Carla Pereira Ribeiro e Diego Caetano da Silva Campos[460] ilustram:

---

[458] DERANI, Cristiane; SOUZA, Kelly Schaper Soriano de. Instrumento Econômicos na Política Nacional do Meio Ambiente: por uma economia ecológica. ***In:*** **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, vol. 10, n. 19, p. 247-272, jan./jun. 2013. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/270203238.pdf. Acesso em: 25 out. 2022, p. 256.

[459] NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. **Pagamento por serviços ambientais:** sustentabilidade e disciplina jurídica. São Paulo: Atlas, 2012, p. 97.

[460] RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; CAMPOS, Diego Caetano da Silva. Análise Econômica do Direito e a Concretização dos Direitos Fundamentais. ***In:*** **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia,**

> Ocorre que esta aparente oposição entre questões econômicas e concretização dos direitos fundamentais parece ter contribuído, em certa medida, para que fossem escassos no Brasil os estudos aproximando a formulação teórica da ciência econômica e a questão da concretização dos direitos fundamentais, senão quando para afirmar que motivos econômicos não poderiam amesquinhar a finalidade de efetivação dos direitos fundamentais.
> Outro fator que colaborou para a segregação da ciência econômica nos debates sobre concretização dos direitos fundamentais foi a propugnada incompatibilidade entre os valores de justiça ínsitos na formulação dos direitos fundamentais e alguns conceitos característicos da ciência econômica, como, por exemplo, o conceito de eficiência alocativa. Robustas foram as críticas formuladas por Dworkin contra a aproximação entre Direito e Economia, muitas delas elencadas no livro Uma questão de princípio, especialmente na parte quatro, intitulada 'A visão econômica do Direito'.

Eduardo Goulart Pimenta e Henrique Avelino R. P. Lana[461] apontam, como um dos motivos dessa divergência, a suposta substituição de valores éticos por princípios de utilidade e eficiência, inclusive exemplificando:

> De certo, vários críticos afirmam que a teoria de Benthan não se mostra absoluta e dizem que, sob este aspecto, poder-se-ia dizer que a Análise Econômica do Direito (AED) acabaria substituindo valores éticos por soluções fundadas na máxima eficiência (utilidade), o que nos conduziria a situações indesejáveis ou aberrantes, tais como o comércio de órgãos e crianças. Isto pois, a comercialização de um rim, proporcionaria felicidade para o vendedor e, também, para o comprador. Afinal, quem vendeu ficaria pouco debilitado e auferiria relevante quantidade de dinheiro, ao passo que, quem comprou, apesar de ter tido prejuízo monetário, alcançou a felicidade de manter-se vivo.

Michele Alessandra Hastreiter e Luís Alexandre Carta Winter[462] demonstram o equívoco de tal pensamento:

> Outra possível razão pela qual a pesquisa em Direito Internacional tem resistido à AED decorre de uma associação do método com correntes econômicas conservadoras e libertárias, que consideram os valores de mercado acima de qualquer outro valor. Trata-se de uma associação equivocada, já que compactuar dessa ideologia não é um pré-requisito para o uso do método econômico na análise do Direito e não é verdade que nenhuma consideração moral tem

---

Curitiba, vol. 11, n. 11, jan./jun. 2012. Disponível em: https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/266/260. Acesso em: 17 out. 2021, p. 308.

[461] PIMENTA, Eduardo Goulart; LANA, Henrique Avelino R. P. Análise Econômica do Direito e Sua Relação com o Direito Civil Brasileiro. ***In:*** **Rev. Fac. Direito UFMG,** Belo Horizonte, n. 57, p. 85-138, jul./dez. 2010, p. 89.

[462] HASTREITER, Michele Alessandra; WINTER, Luís Alexandre Carta. Análise econômica do direito internacional. ***In:*** **Revista de Direito Internacional,** Brasília/DF, vol. 12, n. 2, 2015. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/tablas/r37280.pdf. Acesso em: 17 out. 2021, p. 267-267.

> espaço na AED. É bem verdade que o Direito é uma conjugação indissociável entre fato, valor e norma de tal forma que a análise jurídica não pode ocorrer em um vazio axiológico. No entanto, tampouco a economia é uma ciência alheia a preocupações de cunho ético: o caráter conscientemente não ético comumente atribuído à economia moderna é algo que contraria a própria natureza da ciência econômica, que, em sua origem histórica, foi concebida como um ramo da ética.
>
> Portanto, utilizar a AED não significa desprezar considerações de cunho moral ou ético, mas sim refutar a perspectiva de que os resultados esperados de uma determinada regra serão atingidos, apenas, porque, assim, intuitivamente, acredita o operador do Direito. Como bem destacou Vinícius Klein, o que une os praticantes da AED é "o inconformismo com a visão de que uma análise jurídica presa a justificações formais abstratas e desatentas ao mundo real é suficiente para o enfrentamento dos problemas jurídicos".
>
> O uso da análise econômica do Direito, portanto, não significa um afastamento do direito ao seu objetivo de perseguição da justiça – muito embora muitas sejam as concepções de justiça possíveis. Ao contrário, Guido Calabresi afirma que não há desculpas para a análise econômica do Direito eximir-se das considerações sobre justiça. Porém, como bem ressaltado por Ivo Gico Júnior, "para que tenhamos uma compreensão plena do fenômeno jurídico e para que os supostos critérios de justiça sejam operacionalizáveis, é necessário que antes sejamos capazes de responder à simples pergunta: a norma X é capaz de alcançar o resultado social desejado Y dentro de nosso arcabouço institucional?". A interconexão entre Direito e Economia é importante no debate sobre a justiça das instituições internacionais, portanto, já que permite trazer as consequências do fenômeno jurídico para o centro do debate, em razão do poder preditivo da análise econômica.
>
> A Análise Econômica do Direito exige que sejam observadas certas premissas fundamentais: a escassez de recursos, a racionalidade autointeressada dos agentes, a existência de incentivos e o equilíbrio, ou eficiência, econômica.

Aliás, nem podia ser diferente, pois o Direito é indissociável dos juízos de valor. Não é essa a questão quando se fala em AED, mas sim considerar as consequências da tomada de decisão jurídica, observando, como visto, postulados econômicos, entre tantos outros.

A busca pela eficiência não afasta outros valores, como justiça social, dignidade da pessoa humana ou liberdade. O que se pretende é agregar valor econômico ao Direito, considerando o cenário de degradação ambiental que vivemos, evidenciando a escassez de recursos naturais. Não se desconsideram, pois, as consequências sociais para atribuir maior importância à eficiência e outros conceitos econômicos.

Nesse ponto, torna-se imprescindível a ressalva de Marcelo Guedes

Nunes[463], para o qual mecanismos situados fora do Direito, como as estatísticas, não objetivam dispensar a Doutrina e a Jurisprudência, instrumentos próprios da Ciência Jurídica, e sim complementá-los, ou seja, ajudá-los na compreensão dos fenômenos jurídicos. Os dogmas forenses seguirão como referências, porém, não mais como as únicas referências.

As ciências precisam ser abordadas sem preconceitos, até porque a própria Economia não é uma ciência tão exata quanto os juristas costumam pensar, tanto que Barry C. Field e Martha K. Field[464] diferenciam a economia positiva da economia normativa, explicando que a primeira diz respeito ao estudo de como o sistema econômico é, ao passo que a segunda volta-se à compreensão de como as coisas deveriam ser, lidando com julgamentos de valor. De um lado, o economista analisa a reação do mercado; de outro, pensa na maneira de regular determinada situação.

Vale ressaltar que, do lado dos economistas, também há certo ressentimento ao trabalho em conjunto com o Direito, pois, segundo alertam Everton Das Neves Gonçalves e Joana Stelzer[465], aqueles enxergam, na norma jurídica, um entrave ao livre mercado. Assim, para alguns profissionais da Economia, a eficiência dos empreendimentos é prejudicada pelos critérios de Justiça. Portanto, é preciso um esforço conjunto para que essas duas ciências sejam flexíveis e se ajudem, inclusive sem que haja um predomínio de uma sobre a outra. O objetivo é que se complementem na resolução dos problemas.

A Análise Econômica do Direito implica mudança de paradigma não só por parte dos juristas, mas também dos economistas, os quais, segundo Salvador Barberà[466], queixam-se de seu papel reduzido na elaboração das leis, porém, nem sempre se esforçam para compreender melhor as questões jurídicas. O autor recomenda inclusive que o economista, no seu trabalho, dedique mais tempo à compreensão dos direitos dos agentes econômicos. Podemos concluir que a AED é

---

[463] NUNES, Marcelo Guedes. **Jurimetria**: como a estatística pode reinventar o direito. 2. ed., rev e atual., São Paulo: Thomson Reuters, 2019, p. 140.

[464] FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. **Introdução à economia do meio ambiente**. Tradução de Christiane de Brito Andrei. 6. ed., Porto Alegre: AMGH, 2014, p. 3.

[465] STELZER, Joana; GONÇALVES, Everton Das Neves. O Estado e o Mercado: Estudo para a intuição de uma ética econômico-jurídica. ***In:*** **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável,** vol. 1, n. 1, 2015. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistaddsus/article/view/969. Acesso em: 17 out. 2021, p. 188 e 191.

[466] BARBERÀ, Salvador. Los derechos individuales en el análisis económico. ***In:*** **Revista Economistas,** Madrid, ano VII, n. 38, revista bimestral, 1989. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/9253. Acesso em: 28 fev. 2022, p. 6-7.

uma via de mão dupla, exigindo (também) que, na Economia, o Direito seja considerado.

De outra parte, mesmo que se tenha em mente uma espécie de "*efeito colateral*" da Análise Econômica do Direito, implicando "*monetização*" da decisão judicial, a AED não incide de modo isolado, constituindo, pois, um dos vários elementos que o juiz considera no processo decisório, devendo ser moderada pelo princípio da dignidade da pessoa humana, conforme expõe Pedro Henrique Izidro da Silva[467]:

> A par da atualidade, o motivo de a AED e a dignidade da pessoa humana serem estudadas conjugadamente atine ao necessário diálogo que devem ter, o que, de resto, se exige, entre outros fenômenos jurídicos, em razão da sistematicidade própria do Direito, a qual deve ser empreendida nos ordenamentos jurídicos. O diálogo hermenêutico entre AED e dignidade da pessoa humana é problematizado segundo uma situação em que a AED aponte uma solução que afronte, ou possa afrontar, a dignidade da pessoa humana.
> [...]
> Além de ser um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito brasileiro engendrado pela Constituição de 1988 (art. 1º, inciso III) — o que seria suficiente para obstar que a dignidade da pessoa humana fosse ignorada na conformação do ordenamento jurídico nacional —, o princípio foi inserido, expressamente, como o objetivo da ordem econômica, a qual não pode prescindir da busca por esse fim.
> [...]
> Disso resulta que, não obstante as características que envolvem as relações entre os agentes econômicos, a ordem econômica brasileira não pode deixar de resguardar ao ser humano a dignidade que lhe é própria, por decisão do constituinte originário, prevista no art. 1º, inciso III, e reiterada no art. 170, ambos da Constituição de 1988.
> [...]
> A dignidade da pessoa humana, em virtude de sua importância para a própria existência do Estado (brasileiro), configurando valor supremo do qual emanam todos os direitos fundamentais, não pode ser objeto, em regra, de relativização. Daí porque a AED, em tese, não pode definir o julgamento de uma causa quando, pela solução que ela oferecer, a dignidade da pessoa humana restar violada.
> [...]
> Sem embargo do valor supremo ao qual, felizmente, foi alçada pós-Segunda Guerra Mundial e, em particular, pela Constituição de 1988, a dignidade da pessoa humana, quando, excepcionalmente, comportar relativização — resguardado seu núcleo fundamental —, poderá ser vista mais ou menos prestigiada, segundo os resultados

[467] SILVA, Pedro Henrique Izidro da. Breves comentários sobre o necessário diálogo entre a Análise Econômica do Direito e a dignidade da pessoa humana. ***In:*** PINHEIRO, Armando Castelar; PORTO, Antônio José Maristrello; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro (Coords.). **Tópicos em direito e economia.** Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2021, p. 70, 81, 82, 85 e 88.

> disponibilizados pela AED, em termos de eficiência e distribuição de utilidades.
> Os influxos que a dignidade da pessoa humana poderá eventualmente sofrer desde a AED, contudo, só podem ser admitidos e identificados em cada caso concreto. Isso porque a própria relativização da dignidade humana pode ser pensada apenas de forma casuística, na linha do que ocorre com os direitos fundamentais que enfeixa, sob pena do indevido abrandamento da carga valorativa superior de que é dotada.

É equivocado, assim, pensar que a AED será o único critério de julgamento, ou que sua aplicação (exclusiva) afastaria a observância dos princípios constitucionais.

O que ela faz é demonstrar que a eficiência das decisões judiciais também depende de questões financeiras[468]. Eficiência é algo que se exige do Estado como um todo, nele incluído o Poder Judiciário.

É comum o operador do Direito oferecer resistência às novas formas de pensar, tanto que, segundo Marcelo Guedes Nunes[469], a Jurimetria, a qual consiste na aplicação de métodos estatísticos na pesquisa jurídica, é vista por alguns como tentativa de automatizar o Direito, como se pretendesse reduzir as decisões judiciais a modelos matemáticos, enquanto que, na verdade, seu objetivo é utilizar os números para ajudar a compreender os fenômenos jurídicos e auxiliar o trato das suas incertezas. O autor traz alguns dados interessantes decorrentes de sua pesquisa:

> Os resultados são muito interessantes. Em nível estadual, o estudo revelou uma associação positiva entre desenvolvimento e litigiosidade com um coeficiente de correlação de 0,83, o que significa dizer que cada centésimo a mais no IDH, em nível estadual, está associado a um acréscimo na taxa de litigiosidade, definida como a quantidade de casos novos no estado por 100.000 habitantes, de 625 casos novos no estado por 100.000 habitantes. A conclusão é que a taxa de litigiosidade é um dos potenciais indicadores do nível de bem-estar da população e que o Poder Judiciário pode esperar um aumento substancial na demanda por prestação jurisdicional, caso o Brasil siga em direção a um estado superior de desenvolvimento socioeconômico[470].

---

[468] PELLIN, Daniela; ENGELLMANN, Wilson. O diálogo entre Direito e Moral em Alexy e Posner – Como fical as contribuições jurídicas para as nanotecnologias? ***In:*** **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável,** Curitiba, vol. 2, n. 2. jul/dez. 2016. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistaddsus/article/view/1406. Acesso em: 27 fev. 2022, p. 176.
[469] NUNES, Marcelo Guedes. **Jurimetria**: como a estatística pode reinventar o direito. 2. ed., rev e atual., São Paulo: Thomson Reuters, 2019, p. 167.
[470] NUNES, Marcelo Guedes. **Jurimetria**: como a estatística pode reinventar o direito. 2. ed., rev e atual., São Paulo: Thomson Reuters, 2019, p. 171.

É curioso perceber que, no Brasil, os números mostram que quanto maior é o desenvolvimento, maior é a quantidade de processos. A lógica, numa primeira análise, pensando somente com elementos jurídicos, seria um quadro inverso, ou seja, se uma sociedade é mais próspera, seus cidadãos, em tese, conhecem melhor as leis, cumprem-nas, o que geraria, por exemplo, menores índices de inadimplência e criminalidade, reduzindo-se, teoricamente, processos cíveis e penais. Contudo, no nosso país, os dados parecem apontar noutra direção, evidenciando a importância de o operador do Direito trabalhar com outras ciências.

3.6 *TRADEOFF* E CONCEITOS ECONÔMICOS RELEVANTES NA SEARA AMBIENTAL

É imprescindível que se atribua valor ao meio ambiente, a fim de analisar o custo-benefício de determinado programa, política ambiental ou mesmo de uma decisão judicial. Ora, para se proteger o Meio Ambiente com eficiência é preciso considerá-lo "não só como insumo, mas como ativos (ambientais) essenciais para a maximização da riqueza e para a sociedade"[471].

N. Gregory Mankiw[472] afirma que o curso de uma economia reflete o comportamento das pessoas que a compõem e cita o *tradeoff* como um dos princípios da economia:

> Certamente você conhece o provérbio: 'Nada é de graça'. Ele expressa uma grande verdade. Para conseguirmos algo que queremos, precisamos abrir mão de outra coisa de que gostamos. A tomada de decisões exige escolher um objetivo em detrimento de outro.
> [...]
> Quando as pessoas estão agrupadas em sociedade, deparam-se com tipos diferentes de tradeoff. O tradeoff clássico se dá entre "armas e manteiga". Quanto mais uma sociedade gasta com defesa nacional (armas) para proteger suas linhas costeiras de agressores estrangeiros, menos ela pode gastar com bens de consumo (manteiga) para elevar o padrão de vida nos lares. Também importante na sociedade moderna é o tradeoff entre um **meio ambiente** limpo e um alto nível de renda. As leis que exigem que empresas reduzam a poluição elevam o custo da produção de bens e

[471] SQUEFF, Tatiana de Almeida Freitas Rodrigues Cardoso. **Análise econômica do direito ambiental:** perspectivas interna e internacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 120.
[472] MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. Tradução de Allan Vidigal Hastings e Elisete Paes e Lima. São Paulo: Cengage, 2020, p. 3.

> serviços. Em razão dos custos mais elevados, essas empresas obtêm menos lucros, pagam salários menores, cobram preços mais altos ou alguma combinação desses três fatores. Embora as regulamentações concernentes à poluição promovam um ambiente mais limpo e, em consequência, melhor saúde, elas provocam a redução de renda de proprietários, trabalhadores e clientes das empresas regulamentadas.
> [...]
> Reconhecer que as pessoas enfrentam tradeoffs não nos diz, por si só, quais as decisões que elas tomarão ou desejariam tomar. Uma estudante não deveria abandonar o estudo de psicologia apenas porque isso aumenta o tempo disponível para estudar economia. A sociedade não deveria deixar de proteger o meio ambiente só porque as regulamentações ambientais reduzem o padrão de vida material. Os pobres não deveriam ser ignorados só porque ajudá-los distorce os incentivos ao trabalho. Ainda assim, reconhecer os tradeoffs em nossa vida é importante porque as pessoas somente podem tomar boas decisões se compreenderem as opções que estão disponíveis a elas. Nosso estudo de economia, portanto, inicia-se com o reconhecimento dos tradeoffs da vida.

A atribuição de valor ao meio ambiente permite que se exerça o *tradeoff*[473], um dos princípios da economia e que vem a ser uma expressão que define uma situação em que há conflito de escolha, obrigando que se opte por uma delas, o que está naturalmente relacionado com o custo x benefício a ser aferido na tomada de decisão, com reflexo no postulado do crescimento econômico sustentável (comportamento de empresas e consumidores).

Alexandra Aragão[474] demonstra a relevância desta valoração para a preservação do Meio Ambiente:

> [...] o pudor em atribuir um valor monetário aos elementos componentes da Natureza tem como efeito manter a exploração de recursos a custo zero ou próximo do zero, o que na óptica da preservação do recurso, é certamente pior do que a atribuição de um preço, por muito baixo ou pouco rigoroso que ele seja.

Dessa forma, a valoração dos serviços ecossistêmicos mostra-se relevante tanto para a preservação do meio ambiente, quanto para o reconhecimento da dependência do homem no que tange aos serviços prestados pela natureza e na sua necessária conservação, podendo inclusive auxiliar na condução de um processo de

---

[473] As pessoas enfrentam *tradeoffs* (escolha de uma opção em detrimento de outra), além do que a controvérsia cinge-se justamente em como alcançar o desenvolvimento econômico e social do país e, ao mesmo tempo, assegurar a devida proteção ambiental e um planeta saudável para as atuais e futuras gerações.

[474] ARAGÃO, Alexandra. **A natureza não tem preço... mas devia:** o dever de valorar e pagar os serviços dos ecossistemas. Coimbra: Editora Coimbra, 2012. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/80975. Acesso em: 20 nov. 2022.

tomada de decisões que gere efeitos positivos.

José Julio Ferraz de Campos Jr.[475] expõe a necessidade de definir os custos causados pelos danos ambientais e sua relação com a economia, concluindo acerca do valor ambiental:

> A valoração econômica consiste na tentativa de atribuir valores quantitativos aos bens e serviços ambientais, queiram eles estejam ou não representados no mercado. Suas técnicas tentam estimar os efeitos da atividade produtiva sobre o meio ambiente (incluindo aqui a sociedade) e avaliar adequadamente a relação custo-benefício das diferentes atividades econômicas disponíveis.

Filipe Prado Macedo da Silva[476] afirma a propósito:

> Enquanto as necessidades são ilimitadas, as disponibilidades de recursos são limitadas. É nesse confronto entre as necessidades e as disponibilidades de recursos que surge o conceito da escassez econômica. Em um mundo sem escassez, a economia deixaria de ser um assunto útil. Sem a escassez, os indivíduos, as empresas e os governos não precisariam utilizar os seus recursos de forma eficiente. Em tal paraíso de abundância, todos os bens poderiam ser gratuitos.
>
> Mas, como você sabe, nenhuma sociedade ou país atingiu a utopia das possibilidades ilimitadas. Por isso, os indivíduos, as empresas e os governos precisam decidir adequadamente como vão aplicar os seus limitados recursos econômicos. Nesse cenário de escassez, a escolha de uma opção significa abrir mão de outra opção. Não é possível, em boa parte das situações de troca, atender a todos os desejos. Esse dilema entre duas ou mais opções é o trade-off. Na economia, trade-off é a expressão que define uma situação conflitante, isto é, que ocorre quando uma ação econômica que visa à resolução de determinando problema ocasiona, inevitavelmente, outro (SANDRONI, 2005).

Esse processo de escolha decorre justamente da escassez dos recursos[477], vale dizer, os recursos naturais são finitos ou limitados, o que impõe a tomada de decisão para que se alcance a Sustentabilidade.

Dessa forma, Barry C. Field e Martha K. Field[478] sustentam a análise de

---

[475] CAMPOS JR., José Julio Ferraz de. **Introdução à economia ambiental, economia ecológica e valoração**. São Paulo: Edição do Autor, 2017, pos. 129 de 1382 – 10%

[476] SILVA, Filipe Prado Macedo da. **Economia política**. Porto Alegre: SAGAH, 2019, p. 13.

[477] Sempre há que se escolher. Nem sempre podemos obter aquilo que desejamos, pois, os recursos são escassos. Um recurso é qualquer coisa que se pode usar para produzir outra coisa, e ele é escasso quando não há suficiente quantidade deste para satisfazer todas as maneiras em que a sociedade deseja usá-lo. Entre os vários recursos escassos, podem-se destacar: os recursos naturais, como os que procedem do meio físico (minerais, madeira ou petróleo); os recursos humanos, como o trabalho, habilidades e inteligência; o ar limpo; e a água. (KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin; GRADDY, Kathryn. **Fundamentos de economía**. Traducción de Alejandro Estruch Manjón. 2. ed., Barcelona: REVERTÉ, 2013. Título original: Essentials of Economics, p. 5)

[478] FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. **Introdução à economia do meio ambiente**. Tradução de

custo-benefício como cerne da controvérsia política sobre muitas questões ambientais:

> Para que a tomada de decisões seja eficiente, é necessário que haja informações adequadas sobre as consequências dessas decisões. Isso é igualmente importante no setor público, em que a questão é a eficiência das políticas públicas, e no setor privado, no qual o principal interesse é o resultado final da demonstração de lucros e perdas. O principal tipo de análise do setor público em questões de política ambiental é a análise de custo-benefício. As políticas ou os projetos são estudados considerando-se os benefícios ambientais que produziriam, e estes são comparados aos custos acarretados.

A tomada de decisão (que exige escolher uma opção em detrimento de outra) não pode deixar de levar em conta os custos ambientais, dado que a atuação do ser humano sempre gera impacto no meio ambiente. O custo-benefício será levado em conta para fins de comportamento de empresas e consumidores (cada qual com seu interesse), a partir de pressupostos como racionalidade, preferência e escassez, não se podendo esquecer que os recursos naturais são finitos e as necessidades humanas não, inclusive definindo políticas ambientais.

No tocante ao processo de escolha e à definição de políticas públicas pelos governos, a instituição de impostos ambientais revela importância, conforme expõe Gabriel Wedy[479], citando David Kennedy e aspectos do crescimento insustentável na China:

> Para Kennedy, contudo, existem vários mecanismos que podem ser utilizados para que a China possa assegurar o crescimento sustentável, como a criação de impostos ambientais sobre o carbono, o uso de comodities e de bens recicláveis. Essa política extrafiscal possui dupla função: aumentar a arrecadação e estimular o melhor uso do meio ambiente. Para tanto, é melhor tributar coisas ruins – como a poluição – que coisas boas, como o trabalho. Ademais, tais tributos podem encorajar inovações tecnológicas calcadas na energia renovável. Isso não basta, os impostos ambientais precisarão também ser complementados por regulações e investimentos governamentais, visto que o gasto privado é afetado pela estrutura pública: um bom sistema público de transportes reduz a necessidade do uso dos automóveis, os quais contribuem imensamente para a poluição.

O conceito de escassez formulado por Mackaay e Rousseau[480] contribui

---

Christiane de Brito Andrei. 6. ed., Porto Alegre: AMGH, 2014, p. 14.

[479] WEDY, Gabriel. **Desenvolvimento sustentável na era das mudanças climáticas:** um direito fundamental. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 43.

[480] MACKAAY, Ejan. ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do Direito**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2015, p. 29.

para entender a necessidade de compatibilizar finitude e infinitude de recursos em matéria ambiental, “uma coisa se torna escassa quando não há mais quantidade suficiente para todos os que a desejam possam obtê-la à vontade: é preciso escolher entre diferentes usos, ou, o que dá na mesma, regular o uso”.

A propósito, o Direito não pode ser alheio ao mercado. É o que aduzem Eduardo Fin De Figueiredo e Marcos Alves Da Silva[481], explicando que o mercado precisa de segurança e de previsibilidade, atributos que o ordenamento jurídico pode alcançar através da análise econômica.

Pensamento parecido é apresentado por Ivo Teixeira Gico Júnior[482] quando conceitua o *capital jurídico*, o qual constitui a previsibilidade das regras de uma sociedade, tanto legislativas quanto jurisprudenciais. Assevera que, quanto maior o *capital jurídico*, maior é a segurança jurídica, pois se pode prever, com maior acerto, como os conflitos serão resolvidos pelo Poder Judiciário. De outro lado, em sendo menor o *capital jurídico*, as empresas levarão em conta a morosidade da Justiça e a sua imprevisibilidade, afetando os investimentos, diminuindo o crédito e prejudicando o desenvolvimento econômico.

Importante, também, a reflexão de Éric Millard e Luana Heinen[483]:

> De outro lado, se coloca a questão do fator único. Por que o saber econômico é o elemento a levar em conta e não outros critérios, quaisquer que eles sejam (morais, estéticos, disciplinares, etc)? A AED é aqui tão redutora como a vulgata marxista da irredutibilidade da infraestrutura e do mecanismo da história. Não há lugar para a ação humana, e para sua ação sobre seu destino. A política, e nos Estados modernos a decisão jurídica que é um ato político, consiste em escolher, em hierarquizar prioridades; em uma democracia essa escolha é legítima por sua imputação ao povo soberano, e não a um saber qualquer que ele seja. O modelo de crescimento é, a esse respeito, extremo, mas interessante: todas as teorias econômicas que a AED mobiliza em todas as suas versões afirmam a prevalência de um modelo de desenvolvimento e de crescimento. É fácil constatar os benefícios materiais e as consequências positivas desses benefícios materiais (saúde, relativa paz, etc); seria

---

[481] FIGUEIREDO, Eduardo Fin de; SILVA, Marcos Alves da. A Análise Econômica do Direito Contratual e a Função Social do Contrato. ***In:*** **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável,** Brasília, vol. 2, n. 1, jan/jun. 2016. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistaddsus/article/view/1671. Acesso em: 27 fev. 2022, p. 106.

[482] GICO JÚNIOR, Ivo Teixeira. A tragédia do Judiciário. ***In:*** **RDA – Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, vol. 267, p. 163-198, set./dez. 2014. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46462/44453. Acesso em: 2 jun. 2023, p. 165-166.

[483] MILLAARD, Éric; HEINEN, Luana Renostro. A analise economica do direito: Um Olhar empirista critico. ***In:*** **EALR,** vol. 9, n. 1, p. 277-284, Jan-Abr, 2018. Disponível em: https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01854582/document. Acesso em: 26 fev. 2022, p. 282-283.

> desonesto, no entanto, afirmar que esses benefícios não estão acompanhados de prejuízos (poluições, precariedade, novas doenças, novas relações individuais, etc). Quem deve arbitrar para decidir se os benefícios devem continuar a prevalecer sobre os prejuízos, ou se é necessário considerar os prejuízos para reduzi-los (mesmo para limitar o crescimento e os benefícios) ou ainda se é necessário considerar que os prejuízos não são aceitáveis e recusar os benefícios e o crescimento (e eventualmente inventar outra coisa)? Na verdade, diremos, os benefícios devem prevalecer, limitados ou não. Na verdade, o discurso científico irá mostrar, mas porque precisamente este discurso constrói os fatos nestes termos (benefícios/prejuízos). Na verdade, não há necessidade de decidir politicamente. Na verdade, assim, não é necessário que haja uma democracia. É o sonho de toda ideologia e, inclusive, da ideologia cientificista. Mas não é compatível com os valores que sustentam os sistemas democráticos.
> [...]
> A AED é passível da mesma desconstrução que lhe permite existir: não existe qualquer elemento que fundamente a validade da norma, senão o ato de poder, mesmo para elementos relacionados ao saber econômico ou a uma ideologia da economia; por consequência, a AED não pode ser nem uma ciência autônoma do direito, nem uma ciência alternativa do direito, nem uma análise autônoma do direito. A análise do direito não pode ignorar os fatores econômicos, mas ela não pode também se limitar a eles, nem a eles se referir sem um posicionamento crítico.

A Análise Econômica do Direito, como visto, não impõe a exclusão de outras ciências, vale dizer, não se trata de estabelecer uma espécie de exclusividade, por parte da Economia, neste papel de colaborar com o Direito. O que se busca é, sem perder o senso crítico, aplicar conhecimentos econômicos nas demandas com repercussões econômicas. Se o fechamento de uma empresa, em virtude do desrespeito às normas ambientais, terá, por certo, implicações financeiras, como influenciar o mercado e gerar perda de empregos, é razoável que conhecimentos econômicos sejam avaliados, mas não, repita-se, com exclusividade, muito menos sem considerar as normas aplicáveis.

O objetivo da AED é auxiliar o operador jurídico, fornecendo-lhe mais ferramentas para compreender as normas e tomar decisões. Logo, é fundamental descrever os 5 conceitos centrais de Economia, enumerados por Bruno Meyerhof Salama: I) Escassez: Finitude dos recursos que leva as pessoas a realizarem escolhas. II) Maximização Racional: Comportamento humano que objetiva ampliar os benefícios e mitigar os custos. III) Equilíbrio: Fruto da harmonização dos vários interesses envolvidos. IV) Incentivos: Elementos que encorajam ou desestimulam as

atitudes, influindo na tomada de decisão. V) Eficiência: Conduta eficiente é a que alcança a maximização, aumentando as vantagens e reduzindo as despesas[484].

A escassez é a base da AED e consiste na finitude dos recursos, naturais e econômicos, ou seja, não são ilimitados, implicando escolhas, custos e prioridades ambientais. Conforme coloca Ivo Teixeira Gico Jr., "se os recursos não fossem escassos, também não haveria problema econômico, pois todos poderiam satisfazer plenamente suas necessidades, fossem quais fossem". Essa escassez justamente leva a uma escolha, o denominado *trade-off*, o que implica a utilização de critérios de equilíbrio na gestão dos recursos ambientais, na fixação de políticas ambientais, como também a racional prestação jurisdicional quando a controvérsia envolver proteção ambiental e desenvolvimento econômico. Portanto, por exemplo, caso se decida vedar a construção de usina hidrelétrica por questões ambientais, abdicamos de produzir energia (outra alocação que o recurso poderia ter).

A análise de custo-benefício – conceito econômico fundamental – é destrinchado por Barry C. Field e Martha K. Field[485]:

> Como sugere o nome, a análise de custo-benefício envolve medir, somar e comparar todos os benefícios a todos os custos de determinado projeto ou programa público. Há, essencialmente, quatro passos em uma análise de custo-benefício:
> Especificar claramente o projeto ou programa.
> Descrever quantitativamente os insumos e produtos do programa.
> Estimar os custos e benefícios sociais desses insumos e produtos.
> Comparar esses benefícios e custos.
> Cada um desses passos incorpora diversos passos componentes. Ao fazer uma análise de custo-benefício, o primeiro passo é decidir sob que perspectiva o estudo será realizado. A análise de custo-benefício é uma ferramenta de análise pública, mas, na verdade, há diversos "públicos". Se estivéssemos fazendo um estudo de custo-benefício para uma agência nacional, o público seria todas as pessoas que vivem naquele país. Já se fôssemos empregados por uma cidade ou uma agência de planejamento regional para fazer uma análise de custo-benefício de um programa ambiental local, sem dúvida nos focalizaríamos nos custos e benefícios que recaem sobre as pessoas que vivem nessas áreas. Na outra extremidade, o surgimento de questões ambientais globais nos força a empreender algumas análises de custo-benefício a partir de uma perspectiva mundial.
> [...]
> Depois que o projeto ou programa é especificado, o passo seguinte é

---

[484] SALAMA, Bruno Meyerhof. Análise econômica do direito. ***In:*** **Enciclopédia jurídica da PUC-SP.** Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. 1. ed., p. 5-9, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/41/edicao-1/analise-economica-do-direito. Acesso em: 26 fev. 2022.

[485] FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. **Introdução à economia do meio ambiente**. Tradução de Christiane de Brito Andrei. 6. ed., Porto Alegre: AMGH, 2014, p. 13

> determinar a amplitude total de suas consequências. Para projetos físicos, isso significa especificar os insumos e produtos acarretados pelo projeto. Para alguns projetos, isso é razoavelmente fácil. Ao planejar uma estação de tratamento de águas, a equipe de engenharia será capaz de fornecer uma especificação física completa das instalações, juntamente aos insumos necessários para construi-la e mantê-la em operação. Para um incinerador, seria necessário estimar tanto os custos convencionais de operar a estação quanto os custos ambientais decorrentes de quaisquer emissões que a estação pudesse produzir.
> [...]
> O passo seguinte é atribuir valores às consequências – isto é, estimar benefícios e custos em termos comparáveis. Poderíamos fazer isso em qualquer unidade, mas geralmente os benefícios e custos são medidos em valores monetários. Isso não significa que são medidos pelo valor de mercado, pois em muitos casos lidaremos com efeitos (especialmente do lado do benefício) que não são diretamente registrados nos mercados. Além disso, não apenas os valores monetários contam; o que precisamos é de uma única medida que traduza todos os impactos de um projeto ou programa a fim de torná-los comparáveis entre si e com outros tipos de atividades públicas. Em última análise, certos impactos ambientais de um programa podem ser irredutíveis a valores monetários devido à impossibilidade de medir quanto as pessoas valorizam esses impactos. Nesse caso, é importante complementar os resultados monetários da análise de custo-benefício com estimativas desses impactos intangíveis.
> Por fim, temos que comparar custos e benefícios.

Logo, a análise do custo-benefício no processo decisório é instrumento para a concretização da Sustentabilidade, já que permite que se decida por qual caminho seguir a partir de critérios técnicos e científicos[486], e não somente com base em princípios ambientais subjetivos e vagos.

Certo que a proteção ao ambiente deve ser reconhecida como Direito Fundamental, o desafio é redefinir o modo de atuar do operador jurídico e o papel do Poder Judiciário, tendo em vista o conflito existente entre proteção do Meio Ambiente

---

[486] Paula Galbiatti Silveira em sua dissertação sustenta que o dever de adoção da melhor tecnologia disponível no Direito Ambiental é elemento do próprio Estado Ambiental, porquanto a tecnociência e o desenvolvimento tecnológico devem atender aos objetivos constitucionais de proteção dos direitos fundamentais, em especial ao Meio Ambiente. Para a autora, as MTDs constituem um sistema de intervenção para obrigar os empreendedores públicos e privados a incorporar, em seus processos produtivos e prestação de serviços, conhecimentos tecnocientíficos mais adequados para proteger a saúde e o Meio Ambiente, destacando a adoção da BAT (best available technology) nos Estados Unidos, para controlar a poluição, além de atuar como parte do processo de aprovação da licença ambiental. (SILVEIRA, Paula Galbiatti. **A adoção da melhor tecnologia disponível no licenciamento ambiental brasileiro na perspectiva do estado ambiental**. 2016. 272 fls. Dissetarção (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/168022. Acesso em: 26 fev. 2023, p. 191 e 197).

e Desenvolvimento Econômico.

A fim de compreender seu lugar, o juiz deve estar ciente do meio em que a sua decisão será tomada, daí a relevância dos conhecimentos econômicos, conforme colocam Alexandre Morais da Rosa e Julio Cesar Marcellino Junior[487], que recordam que, após a Segunda Guerra Mundial, o contexto passou a ser de liberdade econômica, individualismo e contenção da intervenção estatal, cabendo ao Estado atuar com equilíbrio orçamentário e máquina reduzida.

Desse modo, conforme será melhor exposto no próximo capítulo, em todos os passos do processo de tomada da decisão de urgência em matéria ambiental, o magistrado, mediante elaboração de sua Teoria do Caso, deverá: a) verificar o princípio envolvido; b) deliberar sobre o contraditório e a inversão do ônus da prova; c) avaliar a probabilidade do direito pleiteado e demais pressupostos da tutela de urgência; d) analisar os primados da Sustentabilidade e Análise Econômica do Direito.

Apresentado o terceiro capítulo, com destaque para os temas do Direito e Economia e Análise Econômica do Direito Ambiental, segue-se para o enfoque inédito e original da presente tese, voltado para apresentar uma proposta à comunidade jurídica que permita uma melhor compreensão e apreciação dos pedidos tutela de urgência nas ações ambientais, a partir da Teoria de Caso.

[487] ROSA, Alexandre Morais da; MARCELLINO JUNIOR, Julio Cesar. O **Processo eficiente na lógica econômica:** desenvolvimento, aceleração e direitos fundamentais. Florianópolis: Empório do Direito, 2015, p.14-16.

CAPÍTULO 4 – PARA UMA TEORIA DE DECISÃO JUDICIAL DE URGÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL A PARTIR DA TEORIA DO CASO: A TENSÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O quarto e último capítulo desta Tese comporta a proposta defendida. A ideia original decorrerá da reunião de todo o aporte teórico dos capítulos anteriores no contexto de aplicação do método indutivo. Partir-se-á da análise dos temas trabalhados, de forma individual, para, então, propor-se a construção de um conteúdo jurídico inédito.

Nesses termos, o objetivo reside em conciliar a proteção ao Meio Ambiente com o desenvolvimento econômico, objetivos aparentemente divergentes, mas fundamentais para se alcançar um Estado de Direito Ambiental[488].

Para tanto, a proposta é aplicar a Teoria do Caso nos pedidos de tutela de urgência formulados em ações cuja controvérsia envolve proteção ambiental, a fim de organizar a aplicar conhecimentos de Análise Econômica do Direito e sustentabilidade.

Para uma teoria de análise da Tutela de Urgência em matéria ambiental, é preciso ter em mente elementos externos, que não são jurídicos. Questões ambientais têm intrínseca relação, como visto, com a Economia. A suspensão das atividades de uma empresa, por exemplo, não pode considerar somente dispositivos legais inerentes, mas também suas consequências, porque a medida enseja várias indagações, tais como: Quantos postos de trabalho serão atingidos? A providência

[488] Alexandra Aragão fala em surgimento de um novo Estado de Direito: o Estado Ecológico de Direito, que seria “um conjunto de normas, princípios e estratégias jurídicas necessárias para garantir a preservação de um conjunto de condições de funcionamento do sistema terrestre que tornam o Planeta terra um espaço seguro, para o Homem e os restantes seres vivos. A promoção da segurança e da prosperidade humana dentro do espaço operacional seguro é essencial para a manutenção da resiliência sócio-ecológica e para a realização dos objetivos globais de desenvolvimento sustentável”. (ARAGÃO, Alexandra. O estado de direito ecológico no antropoceno e os limites do planeta. ***In:*** LEITE, José Rubens Morato; DINNEBIER, Flávia França (Orgs.). **Estado de direito ecológico**: conceito, conteúdo e novas dimensões para a proteção da natureza. São Paulo: Inst. O Direito por um Planeta Verde, 2017. Disponível em: http://www.ccj.ufpb.br/sda/contents/documentos/e-book-estado-de-direito-ecologico-prof-dr-jose-rubens-morato-leite.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019, p. 22.)

afetará o respectivo mercado, ou seja, de que forma serão os reflexos nos bens e serviços correlatos? Como se vê, o magistrado deve avaliar matérias que vão além do normativo e processual[489].

A importância dessa multidisciplinaridade pode ser demonstrada com o ensinamento de Andrés Molina Giménez[490], para quem a gestão dos recursos hídricos envolve questões jurídicas e extrajurídicas, incluindo variáveis socioeconômicas. O professor destacou que *la Administración Hidráulica* deve tomar decisões devidamente motivadas, a fim de evitar a arbitrariedade, bem como equilibrar o consumo com a preservação dos fluxos de água. O autor expôs tal lição ao comentar a decisão proferida pelo Tribunal Supremo da Espanha no processo relacionado ao transvase do Rio Tejo para o Rio Segura. A Corte anulou partes do plano hidrológico da obra, determinando que a Administração Espanhola, ao transpor águas excedentes do Rio Tejo para o Rio Segura, definisse a manutenção de fluxos de água mínimos no primeiro, a fim de preservar sua flora e fauna.

Dessa forma, propõe-se uma metodologia de decisão jurisdicional, na seara de urgência do meio ambiente, que considere elementos como desemprego, escassez e consumo, próprios do mercado, observando-se, ainda, o consequencialismo a e necessidade de estabilidade política, econômica e jurídica.

Além disso, como expõe Richard Posner[491], o ato de apreciar uma liminar é

---

[489] "Considerando os escopos sociais e políticos do processo e do direito em geral, além do seu compromisso com a moral e a ética, atribui-se extraordinária relevância a certos princípios que não se prendem à técnica ou à dogmática jurídicas -, trazendo em si seríssimas conotações éticas, sociais e políticas, valendo como algo externo ao sistema processual e servindo-lhe de sustentáculo legitimador". (CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini Grinover; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 15. ed., rev. e atual., São Paulo: Malheiros Editores, 1999, p. 50).

[490] MOLINA GIMÉNEZ, Andrés. **Los caudales ecológicos en la planificación hidrológica. Reflexiones a la luz de la Sentencia del Tribunal Supremo 309/2019 de 11 de marzo, relativa al plan hidrológico del Tajo y sus posibles impactos en el Trasvase Tajo-Segura**. Disponível em https://doi.org/10.14198/Sostenibilidad2019.1.02. Acesso em: 25 mai. 2023, p. 14, 22 e 23.

[491] "O problema do juiz instado a conceder uma liminar é ter que decidir com rapidez, com base em informações incompletas. O risco de cometer um erro é grande. O magistrado pode reduzir os custos esperados do equívoco ao comparar com os custos ponderados do desacerto (os dois lados da desigualdade) das partes. Um exemplo vai ilustrar a natureza da comparação. Suponhamos que o autor da ação tenha 60% de chances de, ao final do processo, provar que tem razão. Então, o risco de erro, ao negar-se o pedido de liminar, é de 60%. Inversamente, se o togado defere a medida, o risco de equívoco é de 40%. Contudo, mais adiante, suponhamos que, em sendo negada providência, o requerente possa sofrer um dano irreparável (o tipo de dano que nós devíamos estar interessados neste quadro – por quê?) de 50 dólares, enquanto que se a liminar for concedida o réu terá um prejuízo irreparável de 100 dólares. Então, o custo esperado do erro é maior para o réu do que para o autor (40 dólares versus 30 dólares) e a medida devia ser negada. Os Tribunais, de fato, usam uma abordagem próxima ao que foi exposto acima" (tradução livre). (POSNER, Richard A. **Economic Analysis of Law**. New York: Aspen, 1986, p. 522).

delicado e arriscado:

> The problem for the judge asked to grant a preliminary injunction is that he is being asked to rule in a hurry', on the basis of incomplete information. The risk of an error is high. The judge can minimize the expected error costs by comparing the weighted error costs (the two sides of the inequality) of the parties. An example will illustrate the nature of the comparison. Suppose that the plaintiff has a 60 percent chance of being proved right after a full trial. Then the risk of error in denying his motion for a preliminary injunction is 60 percent. Conversely the risk of error if the judge grants the injunction is 40 percent. But further suppose that if the injunction is denied, the plaintiff will suffer an irreparable harm (the only kind that we should be interested in in this setting — why?) of $50, while if the injunction is granted the defendant will incur an irreparable harm of $100. Then the expected cost of error is greater for the defendant than for the plaintiff ($40 versus $30) and the injunction should be denied. The courts in fact use an approach that is an approximation to the formula presented above.

Se o exame da medida urgente é preocupante e impregnado de riscos, podendo o deferimento e o indeferimento causarem danos ao Meio Ambiente e ao réu, o juiz não pode abrir mão de ferramentas capazes de auxiliar na tomada de decisão. É por esses motivos que, ao lado das Leis, sobretudo da Constituição, o magistrado deve utilizar um aparato formado por conhecimentos de Economia e Sustentabilidade.

Os custos também devem ser considerados. Medidas mitigadoras[492] e compensatórias de impactos ambientais, que visam à redução ou à eliminação de impactos negativos decorrentes de determinado empreendimento, podem ser aplicadas com o objetivo de se obter um resultado prático equivalente ao do controle da poluição, por exemplo, conforme parâmetros estabelecidos na Lei n. 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, para fins de preservação ou correção da degradação ambiental.

A respeito das medidas compensatórias, especialmente as contidas no art. 36 da Lei n. 9.985/2000, a qual instituiu o Sistema Nacional de Unidades de

[492] Paulo Bessa sustenta que as medidas mitigadoras “são aquelas destinadas a corrigir impactos negativos ou a reduzir sua magnitude. Identificados esses impactos, devem-se pesquisar quais os mecanismos capazes de cumprir esta função, avaliando-se sua eficiência. Os equipamentos para tratamento de despejos e emissões para a atmosfera incluem-se no elenco das medidas mitigadoras das diversas formas de degradação ambiental. Existe, na literatura especializada, uma vasta gama de medidas mitigadoras já utilizadas, o que pode auxiliar a execução desta atividade”. Conclui asseverando que elas têm por escopo assegurar que os padrões de qualidade ambiental não sejam ultrapassados, detectar impactos não previstos a tempo de corrigi-los e, também, contribuir para o aperfeiçoamento técnico dos métodos de AIA e das técnicas de previsão e medição dos impactos. (ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 22. ed., São Paulo: Atlas, 2021, p. 721).

Conservação da Natureza, o Supremo Tribunal Federal fixou:

> AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 36 E SEUS §§ 1º, 2º E 3º DA LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. CONSTITUCIONALIDADE DA COMPENSAÇÃO DEVIDA PELA IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE SIGNIFICATIVO IMPACTO AMBIENTAL. INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL DO § 1º DO ART. 36. 1. O compartilhamento-compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985/2000 não ofende o princípio da legalidade, dado haver sido a própria lei que previu o modo de financiamento dos gastos com as unidades de conservação da natureza. De igual forma, não há violação ao princípio da separação dos Poderes, por não se tratar de delegação do Poder Legislativo para o Executivo impor deveres aos administrados. 2. Compete ao órgão licenciador fixar o quantum da compensação, de acordo com a compostura do impacto ambiental a ser dimensionado no relatório - EIA/RIMA. 3. O art. 36 da Lei nº 9.985/2000 densifica o princípio usuário-pagador, este a significar um mecanismo de assunção partilhada da responsabilidade social pelos custos ambientais derivados da atividade econômica. 4. Inexistente desrespeito ao postulado da razoabilidade. Compensação ambiental que se revela como instrumento adequado à defesa e preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações, não havendo outro meio eficaz para atingir essa finalidade constitucional. Medida amplamente compensada pelos benefícios que sempre resultam de um meio ambiente ecologicamente garantido em sua higidez. 5. Inconstitucionalidade da expressão "não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento", no § 1º do art. 36 da Lei nº 9.985/2000. O valor da compensação-compartilhamento é de ser fixado proporcionalmente ao impacto ambiental, após estudo em que se assegurem o contraditório e a ampla defesa. Prescindibilidade da fixação de percentual sobre os custos do empreendimento[493].

Vê-se que a atividade econômica, mesmo com significativo impacto ambiental, pode ser mantida por meio de compensações, o que configura exemplo de Sustentabilidade, como também ilustra o equilíbrio defendido no presente trabalho.

Na hipótese de controvérsia, o juiz pode indagar: a) a liminar que pretendia a paralisação de uma fábrica poluente pode ser substituída por obrigação de fazer, a fim de adquirir maquinário necessário ao tratamento de dejetos, conservando, assim, suas atividades? b) há alternativas para preservar a natureza atingida e, ao mesmo tempo, manter os postos de trabalho?

---

[493] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI n. 3378/DF.** Relator: Min. Carlos Britto, julgamento em: 09 abr. 2008. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur90231/false. Acesso em: 06 dez. 2022.

Maria Luiza Machado Granziera e Sueli Gandolfi Dallari[494] recordam que não há atividade que, ao causar dano, seja à saúde pública, seja ao meio ambiente, não prejudique o outro, e que a existência de um é a própria condição da existência do outro, concluindo:

> Havendo uma análise prévia dos impactos que um determinado empreendimento pode causar ao meio ambiente, é possível, por meio da adoção de medidas compensatórias e mitigadoras e mesmo da alteração do projeto em análise, se for o caso, assegurar a sua realização, garantindo-se os benefícios econômicos dele decorrentes sem causar dano ao meio ambiente e à saúde pública.

Outrossim, a análise de custo-benefício é importante ferramenta para a escolha da tomada de decisão, vale dizer, de um lado do *tradeoff* estão os danos causados pela degradação ambiental, e de outro os custos necessários ao controle da poluição e para alcançar as metas de qualidade ambiental.

Essa questão é ilustrada por Barry C. Field e Martha K. Field[495] com os exemplos do bacalhau e da madeira, os quais, não obstante sejam recursos renováveis, sujeitam-se a processos biológicos e ecológicos que afetam seu crescimento e disponibilidade. Assim, é preciso desenvolver o que os autores chamam de “taxa sustentável de uso dos recursos”, permitindo que sejam utilizados pela geração atual sem privar a geração futura. E arrematam que, em verdade, o que está em vias de esgotamento é a capacidade da Terra de assimilar os poluentes, daí a preocupação que devemos ter com uma produtividade equilibrada.

Por sinal, o decrescimento seria uma forma de harmonizar as demandas sociais com as questões econômicas. Carmen Caravacas Llamas[496] inclusive destaca a redução da jornada de trabalho como um método para controlar a economia, manter empregos e conferir mais tempo livre às pessoas. Ela sustenta, ao reproduzir as palavras de Santibáñez Calderón, que devemos “*vivir con menos pero vivir mejor*”. A autora arremata que a sociedade pode ser mais feliz comprando menos, consumindo produtos com maior durabilidade e que impliquem menores

---

494 GRANZIERA, Maria Luiza Machado; DALLARI, Sueli Gandolfi. Direito Sanitário e Meio Ambiente. ***In:*** PHILIPPI JR., Arlingo; FREITAS, Vladimir Passos de; SPÍNOLA, Ana Luiza Silva. **Direito ambiental e sustentabilidade.** Barueri, SP: Manole, 2016, p. 417.

495 FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. **Introdução à economia do meio ambiente**. Tradução de Christiane de Brito Andrei. 6. ed., Porto Alegre: AMGH, 2014, p. 24.

496 CARAVACA LLAMAS, Carmen. Más decrescimento y menos Prozac. El decrescimiento como alternativa económica y social a la crisis actual. ***In:*** **La Razón histórica:** revista hispanoamericana de historia de las ideas políticas y sociales, n. 18, 2012. Disponível em https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4186286. Acesso em: 29 mai. 2023, p. 91 e 97.

resíduos, abandonando-se o individualismo a fim de pensarmos mais no planeta e nos outros.

Gabriel Wedy[497] cita a experiência norte-americana na análise humanizada do custo-benefício a partir do trabalho desenvolvido por Cass Sunstein no governo dos Estados Unidos, destacando que decisões equivocadas podem gerar mais prejuízos que benefícios para a tutela ambiental, citando como exemplo a aplicação dos princípios da precaução e da prevenção sem uma análise acurada, em especial quando grandes somas estão envolvidas:

> A análise do custo-benefício possui papel central no direito administrativo e na regulação. Sunstein defende o compliance dessa regra regulatória e o estímulo, o armazenamento e a circulação de informações dentro das agências federais norte-americanas nos processos decisórios. Agências federais não podem exercer o seu papel regulatório em causas que envolvem elevadas somas em dinheiro, a menos que os benefícios da medida superem os custos e, também, que a medida regulatória seja capaz de maximizar os benefícios líquidos. Observa-se, todavia, preocupação em humanizar o Estado Regulatório, porquanto existem valores que o dinheiro não pode quantificar (o direito à vida, à saúde, à dignidade humana, entre outros), sendo essa, talvez, a maior e mais justa crítica que pesa sobre a análise do custo-benefício.

O autor, reiterando que para Cass Sunstein não se deve entender os custos e os benefícios como meras abstrações aritméticas, mas como um esforço para captar qualitativamente bens diversos e promover uma troca razoável entre eles, cita medidas regulatórias associadas à análise do custo-benefício permitiram avanços sem precedentes, como compelir a indústria a fabricar refrigeradores, máquinas de lavar louças, máquinas de lavar roupas e outros eletrodomésticos mais eficientes em termos energéticos, enfatizando precedente da Suprema Corte Americana[498]:

> A Suprema Corte Norte-Americana, por sua vez, reconheceu recentemente a constitucionalidade e a necessidade da análise do custo-benefício em matéria de regulações por parte da Environmental Protection Agency (EPA) no leading case Administration of Environmental Protection Agency v. Eme Homer City Generation238 e, também, no caso Michigan et al. v. Environmental Protection Agency et al.
> No último caso, a Corte entendeu que, embora o Clean Air Act determine que a Environmental Protection Agency (EPA) regule as emissões de poluentes do ar emitidos pelas usinas energéticas, essa

[497] WEDY, Gabriel. **Desenvolvimento sustentável na era das mudanças climáticas:** um direito fundamental. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 44.
[498] WEDY, Gabriel. **Desenvolvimento sustentável na era das mudanças climáticas:** um direito fundamental. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 46.

> regulação deve ser procedida desde que apropriada e necessária. A Suprema Corte considerou a conclusão da análise do estudo de impacto regulatório no sentido de que a estimativa do custo da regulação pretendida por parte das usinas de energia seria de 9,6 bilhões de dólares por ano e os benefícios da redução das emissões ficariam entre 4 e 6 milhões de dólares anuais. Os custos das usinas energéticas, desse modo, seriam 1.600 a 2.400 vezes maiores que os benefícios quantificáveis com a redução das emissões dos poluentes do ar. Com base no resultado da análise do impacto regulatório, a Suprema Corte, por escassa maioria de 5 a 4, entendeu que a regulação não era apropriada e necessária.

Seria inviável, senão utópico, pensar que a humanidade pode sobreviver com a preservação total do Planeta. A simples existência de bilhões de pessoas, produzindo dejetos, já é suficiente para poluir e gastar recursos naturais. O que importa, realmente, é viver e utilizar o Mundo de forma harmônica, permitindo que os recursos renováveis tenham tempo para se recomporem, como também cuidando para que os não renováveis não sejam expirados rapidamente.

A Sustentabilidade precisa ser trabalhada a partir de critérios concretos. Para se ter uma ideia da necessidade de estabelecer parâmetros mais claros, é interessante a descrição de Antonio Erias Rey e José Manuel Álvarez-Campana Gallo[499], para os quais a Sustentabilidade pode ser fraca ou forte, dependendo da postura que se adote. Assim, para os adeptos da Sustentabilidade fraca, os recursos naturais, tanto consumidos quanto desgastados, podem ser substituídos por elementos desenvolvidos pelo ser humano. Já os seguidores da sustentabilidade forte defendem a preservação integral dos ecossistemas.

De outra parte, N. Gregory Mankiw[500] explica que se pode reagir às externalidades de duas maneiras: por meio de políticas de comando e controle, que regulamentam o comportamento diretamente, e por meio de políticas baseadas no mercado, fornecendo incentivos para que os tomadores de decisão privados decidam resolver o problema entre si:

> O governo pode solucionar uma externalidade tornando obrigatórios ou proibidos determinados tipos de comportamento. Por exemplo, é crime jogar produtos químicos tóxicos nos reservatórios de água. Nesse caso, os custos externos para a sociedade superam em muito os benefícios para o poluidor. Assim, o governo institui uma política de comando e controle que proíbe totalmente esse tipo de ação.

---

[499] ERIAS REY, Antonio; ÁLVAREZ-CAMPANA GALLO, José Manuel. **Evaluación ambiental y desarrollo sostenible**. Madrid: Ediciones Pirámide, 2007, p. 362.

[500] MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. Tradução de Allan Vidigal Hastings e Elisete Paes e Lima. São Paulo: Cengage, 2020, p. 160.

> Na maioria dos casos de poluição, contudo, a situação não é tão simples. Apesar dos objetivos declarados de alguns ambientalistas, seria impossível proibir todas as atividades poluidoras. Por exemplo, praticamente todas as formas de transporte – até os cavalos – produzem subprodutos poluentes indesejáveis, mas não seria sensato o governo proibir todos os meios de transporte. Assim, em vez de tentar erradicar completamente a poluição, a sociedade tem de ponderar os custos e benefícios para decidir os tipos e quantidades de poluição que vai permitir. Nos Estados Unidos, a Agência de Proteção Ambiental (Environmental Protection Agency – EPA) é o órgão governamental encarregado de desenvolver e aplicar regulamentos de proteção ao meio ambiente.

Mais adiante, prossegue o autor[501] para enfatizar a análise econômica da poluição, com destaque para a dificuldade de se abrir mão de certos confortos ou avanços tecnológicos para aumentar a proteção ambiental:

> ‘Não podemos conceder a ninguém a opção de poluir em troca de um pagamento’. Esse comentário, feito pelo falecido senador norte-americano Edmund Muskie, reflete a opinião de alguns ambientalistas. Ar puro e água limpa, argumentam eles, são direitos humanos fundamentais que não podem ser degradados por considerações de uma perspectiva econômica. Como atribuir um preço ao ar puro e à água limpa? O meio ambiente é tão importante, dizem, que devemos protegê-lo ao máximo, independentemente do custo.
>
> Os economistas não simpatizam muito com esse tipo de argumento. Para eles, as boas políticas ambientais começam pelo reconhecimento do primeiro dos Dez princípios de economia, que vimos no Capítulo 1: as pessoas enfrentam tradeoffs. É claro que o ar puro e a água limpa são valiosos, mas seu valor precisa ser comparado a seu custo de oportunidade, ou seja, àquilo de que as pessoas precisam abrir mão para obtê-los. É impossível eliminar completamente a poluição. Qualquer tentativa de fazê-lo reverteria muitos dos avanços tecnológicos que nos permitem desfrutar de um alto padrão de vida. Poucas pessoas estariam dispostas a aceitar uma alimentação pobre em nutrientes, cuidados médicos inadequados ou moradias improvisadas para deixar o meio ambiente o mais limpo possível.
>
> Os economistas argumentam que alguns ativistas ambientais prejudicam sua própria causa quando se recusam a pensar em termos econômicos. Um meio ambiente limpo é um bem como qualquer outro. Como todos os bens normais, ele tem uma elasticidade de renda positiva: países ricos têm condições financeiras para manter um meio ambiente mais limpo que os países pobres e, portanto, costumam ter uma proteção ambiental mais rigorosa. Além disso, como a maioria dos outros bens, o ar puro e a água limpa estão sujeitos à lei da demanda: quanto menor for o preço da proteção ambiental, mais proteção ambiental o público desejará. A abordagem econômica ao uso das licenças de poluição e dos

[501] MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. Tradução de Allan Vidigal Hastings e Elisete Paes e Lima. São Paulo: Cengage, 2020, p. 164.

> impostos corretivos reduz o custo da proteção ambiental e deveria, portanto, aumentar a demanda do público por um meio ambiente limpo.

O custo ambiental tem relação com as externalidades[502], que são negativas quando há prejuízo ao Meio Ambiente, como também se o custo de determinada atividade superar o benefício, conforme expõe Tatiana Squeff[503]:

> [...] todas as externalidades deveriam ser integradas no cálculo dos custos de transação, vez que quando um bem é oferecido de graça, o seu consumo será sempre maior do que se o mesmo fosse de alguma forma valorado, especialmente quando se trata de recursos naturais essenciais para a preservação da vida (visão antropocêntrica) e do planeta em si (visão ecológico-sistêmica), cujos reflexos são sentidos igualmente na economia.

O Superior Tribunal de Justiça, em lide envolvendo externalidades ambientais negativas, ressaltou que os instrumentos de efeito econômico, como os tributos, são importantes:

> TRIBUTÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO. IPTU. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ART. 32 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. LIMITAÇÃO AMBIENTAL AO DIREITO DE PROPRIEDADE. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. IMPOSSIBILIDADE ABSOLUTA DE USO DA TOTALIDADE DO BEM PELO PROPRIETÁRIO. IMPACTOS TRIBUTÁRIOS DA NATUREZA NON AEDIFICANDI DE IMÓVEL URBANO. DIREITO TRIBUTÁRIO NO ESTADO DE DIREITO AMBIENTAL. PRINCÍPIO POLUIDOR-PAGADOR. EXTERNALIDADES AMBIENTAIS NEGATIVAS. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.
> [...]
> 7. O Direito Tributário deve ser amigo, e não adversário, da proteção do meio ambiente. A "justiça tributária" necessariamente abarca preocupações de sustentabilidade ecológica, abrigando tratamento diferenciado na exação de tributos, de modo a dissuadir ou premiar comportamento dos contribuintes que, adversa ou positivamente, impactem o uso sustentável dos bens ambientais tangíveis e intangíveis.
> 8. No Estado de Direito Ambiental, sob o pálio sobretudo, mas não exclusivamente, do princípio poluidor-pagador, tributos despontam, ao lado de outros instrumentos econômicos, como um dos expedientes mais poderosos, eficazes e eficientes para enfrentar a grave crise de gestão dos recursos naturais que nos atormenta. Sob

---

[502] Orozimbo José de Moraes aduz que externalidade é a falha de mercado, explicando: Uma externalidade surge quando as transações econômicas entre dois ou mais agentes econômicos (e.g. consumidor e empresa) produzem um efeito de melhora ou piora na situação da situação de uma terceira parte não participante da transação, sem permissão ou compensação. (MORAES, Orozimbo José de. **Economia Ambiental:** Instrumentos Econômicos para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Centauro, 2009, p. 62).

[503] SQUEFF, Tatiana de Almeida Freitas Rodrigues Cardoso. **Análise econômica do direito ambiental:** perspectivas interna e internacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 118.

> tal perspectiva, cabe ao Direito Tributário - cujo campo de atuação vai, modernamente, muito além da simples arrecadação de recursos financeiros estáveis e previsíveis para o Estado - identificar e enfrentar velhas ou recentes práticas nocivas às bases da comunidade da vida planetária. A partir daí, dele se espera, quer autopurificação de medidas de incentivo a atividades antiecológicas e de perpetuação de externalidades ambientais negativas, quer desenho de mecanismos tributários inéditos, sensíveis a inquietações e demandas de sustentabilidade, capazes de estimular inovação na produção, circulação e consumo da nossa riqueza natural, assim como prevenir e reparar danos a biomas e ecossistemas. Um esforço concertado, portanto, que envolve, pelos juízes, revisitação e releitura de institutos tradicionais da disciplina e, simultaneamente, pelo legislador, alteração da legislação tributária vigente[504].

Dessa feita, a decisão do STJ está de acordo com o princípio 16 da Rio 1992, que prevê:

> As autoridades nacionais deverão esforçar-se por promover a internalização dos custos ambientais e a utilização de instrumentos econômicos, tendo em conta o princípio de que o poluidor deverá, em princípio, suportar o custo da poluição, com o devido respeito pelo interesse público e sem distorcer o comércio e investimento.

Logo, a busca pela Sustentabilidade configura um objetivo de toda a sociedade, consumidores, produtores e cidadãos, no sentido de harmonizar crescimento econômico e proteção ambiental, num verdadeiro equilíbrio entre Economia e Meio Ambiente. Essa harmonização enseja o emprego da Sustentabilidade para equilibrar elementos da Análise Econômica do Direito, cabendo aos empreendedores, por exemplo, ter ciência de que, se suas atividades não podem ser tolhidas, ao mesmo tempo, devem se ajustar ao Meio Ambiente, com o uso de bom senso.

Cristiane Derani e Kelly Schaper Soriano de Souza[505] abarcam esta tese de equilíbrio ao sustentarem que a economia deve ser encarada como parte da natureza, e não o contrário:

> Em linhas gerais, a PNMA e a Constituição nela inspirada trazem a grande diretriz de reconstrução das práticas econômicas, em que o recurso natural deve ser entendido no seu contexto ecológico. Na

---

[504] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial 1.723.587/SP**. Relator: Min. Herman Benjamin, julgamento em: 6 jun. 2021. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp. Acesso em: 20 out. 2022.

[505] DERANI, Cristiane; SOUZA, Kelly Schaper Soriano de. Instrumento Econômicos na Política Nacional do Meio Ambiente: por uma economia ecológica. ***In:*** **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, vol. 10, n. 19, p. 247-272, jan./jun. 2013. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/270203238.pdf. Acesso em: 25 out. 2022, p. 250.

> perspectiva de um utilitarismo econômico, a água é tão somente um recurso hídrico. Na perspectiva real da PNMA (e da Constituição), a água é um bem indispensável à saúde, à biodiversidade terrestre e aquática, aos valores estéticos, culturais e espirituais dos povos. Nesse diapasão deve seguir a compreensão sobre os recursos ambientais que compõem o meio ambiente.
> A PNMA propõe uma mudança de perspectiva em que os dizeres gerais – porém impositivos – de seus artigos inaugurais revolucionam o direito e, por conseguinte, buscam revolucionar a realidade, invertendo, ou melhor, desinvertendo o que estava ao revés, pois a economia deve estar contida nos sistemas ecológicos, jamais a natureza como recurso ilimitado à economia.

Marcelo Buzaglo Dantas insiste que "é fundamental compatibilizar o crescimento econômico e social com a preservação do meio ambiente"[506]. A seguir destaca que a necessidade de crescimento econômico destinado à produção de bens e serviços indispensáveis a que a população tenha uma melhor qualidade de vida é algo incorporado à cultura brasileira nos dias de hoje, ao mesmo tempo em que a proteção ambiental não pode ser deixada de lado, sob pena de sofrermos com fenômenos decorrentes da destruição da natureza. O autor, ao recordar que nem o desenvolvimento econômico, nem a tutela ambiental estão em posição hierarquicamente superior em relação ao outro, destaca que o *leading case* na matéria no Brasil foi o julgamento da ADIN 3540-1/DF, pelo Supremo Tribunal Federal, que concluiu pela conciliação entre os direitos fundamentais em tela[507].

É importante enfatizar a diferença entre Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade, apontada por Liton Lanes Pilau Sobrinho e Patrícia Elias Vieira[508], baseados na lição de Gabriel Real Ferrer. De fato, o desenvolvimento sustentável configura uma noção reativa, de modo que, a partir dos problemas ambientais, reage-se a fim de limitar o progresso. Já a sustentabilidade consiste numa postura proativa, antecipando-se às dificuldades decorrentes da utilização dos recursos naturais, adotando-se ações munidas de flexibilidade. Enquanto o primeiro constitui uma ideia de cunho negativo, no sentido de conter o crescimento econômico, a segunda representa um comportamento positivo, objetivando equilibrar os interesses

---

[506] DANTAS, Marcelo Buzaglo. **Direito ambiental de conflitos:** o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e os casos de colisão com outros direitos fundamentais. 2. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 184.
[507] DANTAS, Marcelo Buzaglo. **Direito ambiental de conflitos:** o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e os casos de colisão com outros direitos fundamentais. 2. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 188-189.
[508] SÁNCHEZ BRAVO, Álvaro (Coord.). **Justicia y medio ambiente.** Espanha: Punto Rojo Libros, 2013, p. 289-290.

envolvidos.

A Sustentabilidade configura um critério de interpretação das normas ambientais, vale dizer, o magistrado atuante na área ambiental deve aplicar parâmetros hermenêuticos específicos deste ramo jurídico, conforme pontuam José Rubens Morato Leite e Germana Parente Neiva Belchior[509].

Dentre os desafios enfrentados, Blanca Lozano Cutanda[510] destaca que os problemas ambientais ocorrem, de regra, numa escala temporal maior que a vida de uma pessoa ou de um mandato político. Disso decorre a tendência de que predominem interesses egoístas e de curto prazo, dificultando a solidariedade entre as gerações. Ela cita, como exemplo, a hipótese de que um governo, mesmo sendo exitoso na proteção dos recursos naturais, não terá aprovação popular se sua política econômica gerar desemprego. A preservação da natureza, a longo prazo, pouco impressiona a sociedade, de modo que, não raramente, para que atitudes sejam tomadas, é necessário que algo dramático aconteça, como no caso das mudanças climáticas e seus reflexos econômicos.

A propósito, para Cass R. Sunstein[511], mesmo em matéria de mudanças climáticas, os americanos entendem não ser uma questão tão urgente, e sim um problema de longo prazo. Pontua que, nos Estados Unidos da América, as pessoas acreditam que, a curto prazo, somente os custos da proteção ambiental são sentidos, ao passo que os benefícios ficarão para as gerações futuras. Há, ainda, na sociedade americana, uma percepção de que a evolução tecnológica trará[512], com o tempo, soluções para os problemas ambientais, ou seja, as gerações futuras terão mecanismos que as atuais não têm. Essa cultura dos cidadãos afeta os governantes, desestimulando as políticas ambientais de longo prazo.

Por isso mesmo, na hipótese de colisão de normas que envolvam Direitos Fundamentais, relevante o papel do Poder Judiciário na interpretação

---

[509] FARIAS, Talden; TRENNEPOHL, Terence. (Orgs.). **Direito Ambiental Brasileiro**. 2. ed., São Paulo: Thomson Reuters Brasil Revista dos Tribunais, 2021, p. 94.

[510] LOZANO CUTANDA, Blanca. Ambiental: Algunas reflexiones desde el derecho administrativo. ***In:*** **Revista de Administración Pública,** n. 200, Madrid, mayo-agosto 2016, p. 411.

[511] SUNSTEIN, Cass R. **Worst-case scenarios**. London: Harvard University Press, 2007, p. 47.

[512] Ideia semelhante é defendida por Barry C. Field e Martha K. Field, que ressaltam a importância das mudanças tecnológicas a fim de que os processos de produção gerem menos efeitos ambientais colaterais e maior capacidade de lidar com os resíduos. Para obter tal melhoria técnica, destacam, a pesquisa e o desenvolvimento são fundamentais, inclusive mediante incentivos políticos. (FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. **Introdução à economia do meio ambiente**. Tradução de Christiane de Brito Andrei. 6. ed., Porto Alegre: AMGH, 2014, p. 56).

constitucional[513].

Jéssica Gonçalves[514] é precisa ao expor:

> O aparato do Estado de Direito Ambiental é em última escala o que permite conciliar, no mundo real, o direito fundamental ao meio ambiente e o desenvolvimento na medida em que institucionaliza a responsabilidade ecológica e os princípios econômicos ambientais.

É que a proteção constitucional assegurada à ordem econômica não pode sacrificar o meio ambiente (artigos 170 e 225 da CRFB). Com isso, deve ser constante a busca de um equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais e o crescimento econômico.

Luís Hernández Beraluce expõe sobre o diálogo entre direito e economia:

> [...] el mayor de los problemas que tiene el medio ambiente en la sociedad occidental actual es el establecimento del nexo de unión entre éste y la economia. Hasta hora, el medio ambiente ha discorrido por caminos distintos de la economia, e incluso éstos han sido en muchas ocasiones tremendamente divergentes. El medio ambiente ha sido comúnmente considerado como un enemigo económico, tanto por la parte de los responsables de empresas como los de las Administraciones Ambientales[515].

Em Direito não há lugar para absolutos[516], pelo que eventual Direito Fundamental não irá prevalecer em toda e qualquer situação, podendo até mesmo ser mitigado em detrimento de outro de igual hierarquia.

Marcelo Buzaglo Dantas está correto ao sustentar que, por mais relevante que seja o Direito Fundamental protegido, ele não está infenso a eventualmente ser superado por outro que se situa na mesma posição hierárquica, em caso de colisão:

---

[513] O Intérprete é o Juiz, cujo Conceito Operacional é o seguinte: “Pessoa que, investida de uma autoridade pública, vai administrar a justiça em nome do Estado. [...] dentro dos Poderes de administração da Justiça, ressalta-se o Poder de julgar [...] “É ainda chamado de magistrado” no Brasil”. (SILVA, Oscar Joseph de Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 18. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 459.)

[514] GONÇALVES, Jéssica. Análise econômica dos princípios ambientais do poluidor pagador e usuário pagador. ***In:*** **Revista da ESMESC,** vol. 21, n. 27, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.14295/revistadaesmesc.v21i27.106. Acesso em: 5 nov. 2019, p. 365.

[515] “O maior problema que o meio ambiente tem na atual sociedade ocidental é o estabelecimento do elo entre ele e a economia. Até agora, o ambiente percorreu caminhos diferentes da economia, e mesmo estes foram em muitos casos tremendamente divergentes. O meio ambiente tem sido comumente considerado um inimigo econômico, tanto pelos responsáveis pelas empresas quanto pelas Administrações Ambientais” (tradução livre do autor deste projeto). (HERNÁNDEZ BERASALUCE, Luis. **Economía y mercado del medio ambiente.** Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 1996, p. 9)

[516] SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação cível n. 0019176-78.2012.8.24.0008.** Relator: Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, julgamento em: 30 out. 2018. Disponível em: http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=direito%20lugar%20absolutos%20zavascki&only_ementa=&frase=&id=AABAg7AAFAAAZ1/AAC&categoria=acordao_5. Acesso em: 13 nov. 2019.

> Trazendo-se este pensamento para o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, pode-se afirmar sem qualquer receio que ele, embora encontre guarida constitucional, não prevalece em tese sobre qualquer outro princípio insculpido na Constituição. A colisão entre eles, toda vez que ocorrer, deverá ser resolvida no caso concreto, à luz da proporcionalidade, que será examinada adiante[517].

Com isso, o papel do intérprete (operador do Direito) é essencial, visto que sempre haverá vários valores envolvidos. A Teoria do Caso, elemento fundamental deste trabalho, é um mecanismo apropriado para harmonizar interesses antagônicos, compatibilizando-os. Por exemplo, na etapa do enquadramento jurídico, o magistrado enumera as normas aplicáveis, identifica os princípios concernentes, e delimita os direitos conflitantes.

4.2 HERMENÊUTICA JURÍDICA AMBIENTAL

A hermenêutica jurídica tem por escopo o estudo dos processos e métodos aplicáveis para determinar a compreensão, a interpretação e o alcance das normas jurídicas.

Paulo Nader explica com precisão:

> A palavra hermenêutica provém do grego, Hermeneúein, interpretar, e deriva de Hermes, deus da mitologia grega, filho de Zeus e de Maia, considerado o intérprete da vontade divina. Habitando a Terra, era um deus próximo à Humanidade, o melhor amigo dos homens.
> Todo conhecimento humano, de acordo com F. Gény, desdobra-se em dois aspectos: os princípios e as aplicações. Os princípios provêm da ciência e as aplicações, da arte. No mundo do Direito, hermenêutica e interpretação constituem um dos muitos exemplos de relacionamento entre princípios e aplicações. Enquanto a hermenêutica é teórica e visa a estabelecer princípios, critérios, métodos, orientação geral, a interpretação é de cunho prático, aplicando tais diretrizes. Não se confundem, pois, os dois conceitos apesar de ser muito frequente o emprego indiscriminado de um e de outro. A interpretação aproveita, portanto, os subsídios da hermenêutica. Esta, conforme salienta Maximiliano, descobre e fixa os princípios que regem a interpretação. A hermenêutica estuda e sistematiza os critérios aplicáveis na interpretação das regras jurídicas[518].

Reis Friede complementa:

---

[517] DANTAS, Marcelo Buzaglo. **Direito ambiental de conflitos:** o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e os casos de colisão com outros direitos fundamentais. 2. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 43.
[518] NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 44. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2022, p. 233.

> A hermenêutica é, por via de consequência, um processo dinâmico, vivo e cíclico, que alimenta, crescente e constantemente, os próprios métodos de interpretação, procedendo, em última instância, à sistematização dos processos aplicáveis para determinar, ao final, o sentido verdadeiro e o alcance real das expressões do Direito[519].

No campo da Hermenêutica[520] Jurídica Ambiental, José Rubens Morato Leite[521] assinala que, a partir da adoção de um paradigma ecológico, é necessário um novo modo de ver a ordem jurídica, além do que as normas precisam ser interpretadas[522] de forma a concretizar o Estado de Direito Ambiental[523].

O mesmo autor, em texto escrito com Germana Parente Neiva Belchior[524], expressa outro aspecto da hermenêutica ambiental: a pré-compreensão. Trata-se de um conjunto de conhecimentos, conceitos e valores prévios do intérprete, os quais serão decisivos na leitura que fizer da norma. Noutras palavras, é preciso que o aplicador da lei ambiental, antes de a analisar, tenha uma bagagem intelectual de cunho ambiental, abarcando educação ecológica, transdisciplinaridade e princípios de Direito Ambiental. Tais elementos, que antecedem a análise do diploma normativo, refletirão no sentido de que lhe dará o profissional.

Nesse ponto, percebe-se a importância do estudo do intérprete, porquanto, mesmo que utilize os critérios mais técnicos de hermenêutica, o fruto do seu trabalho, vale dizer, a interpretação, também será resultante de sua experiência

---

519 FRIEDE, Reis. **Ciência do Direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica**. 9. ed., Barueri, SP: Manole, 2015, p. 157.

520 Para Maximiliano “é tarefa primordial do executor a pesquisa da relação entre o texto abstrato e o caso concreto, entre a norma jurídica e o fato social, isto é, aplicar o Direito” e, assim, a Hermenêutica vem a ser a “teoria científica da arte de interpretar”. (MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. 23. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2022, p. 18).

521 CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro.** 6. ed. rev., São Paulo: Saraiva, 2015, p. 187.

522 Interpretar é “explicar, esclarecer; dar o significado de vocábulo, atitude ou gesto; reproduzir por outras palavras um pensamento exteriorizado; mostrar o sentido verdadeiro de uma expressão; extrair, de frase, sentença ou norma, tudo o que na mesma se contém”. (MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. 23. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2022, p. 26).

523 Kamila Pope entende que o princípio da sustentabilidade figura como um princípio chave do Estado de Direito Ecológico e acrescenta: “O Estado de Direito Ecológico funda-se em uma nova dimensão de direitos fundamentais, como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e em novos princípios legais, principalmente o princípio da sustentabilidade”. (POPE, Kamila. Estado de direito ecológico: a ecologização do direito pelo ideal de sustentabilidade. ***In:*** LEITE, José Rubens Morato; DINNEBIER, Flávia França (Orgs.). **Estado de direito ecológico:** conceito, conteúdo e novas dimensões para a proteção da natureza. São Paulo: Inst. O Direito por um Planeta Verde, 2017. Disponível em: http://www.ccj.ufpb.br/sda/contents/documentos/e-book-estado-de-direito-ecologico-prof-dr-jose-rubens-morato-leite.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019).

524 FARIAS, Talden; TRENNEPOHL, Terence. (Orgs.). **Direito Ambiental Brasileiro**. 2. ed., São Paulo: Thomson Reuters Brasil Revista dos Tribunais, 2021, p. 91-93.

pessoal. É o que Gadamer, segundo Marcelo Mazotti[525], explicou ao aduzir que o exegeta está inserido num determinado momento histórico, vivendo uma experiência que inspira seus costumes, hábitos e preconceitos. O ato de interpretar não é totalmente neutro, mas influenciado pela formação do profissional. A leitura do operador, de certa forma, é uma projeção de sua visão de mundo. Portanto, a consciência disso é essencial para que, ao ler o texto, tenha cuidado para que a compreensão não seja somente uma extensão do leitor.

Aqui se constata que o magistrado, se não empregar critérios técnicos, pode vir a realizar uma leitura tendenciosa, buscando uma interpretação que lhe interesse. Dessa maneira, o estudo da hermenêutica é importante para que o ato seja menos arbitrário, fazendo que o juiz seja movido por seus conhecimentos prévios da área ambiental, e não conduzido por preconceitos e subjetivismos.

Na jurisdição ambiental, o juiz deve proceder à leitura de eventual norma infraconstitucional ou ato normativo, de forma a analisar se é compatível com a Constituição, bem assim com os ditames e postulados do Estado de Direito Ambiental[526], conferindo o sentido e o alcance dos valores em discussão e fins constitucionais correspondentes, reconhecendo a sua inconstitucionalidade, se for o caso.

Sobre o papel dos juízes na efetivação do Direito Ambiental, Michel Prieur assevera:

> [...] ce qui est plus nouveau ensuite, est l'inflouence du droit international et du contentieux constitutionnel de l'environnement. Dans la plupart des pays, la constitutionnalisation des normes environnementales accroît le rôle des cours constitutionneles et/ou, plus globalement, des cours suprêmes. Les cours suprêmes ont de plus em plus vocation à traiter des questions d'environnement. Même dnas les rares pays où il n'existe pas de normes constitutionnelles environnementales explicites, les juges constitutionnels doivent réinterpr´weter les normes classiques à la lumière des enjeux environnementaux[527].

---

[525] MAZOTTI, Marcelo. **As escolas hermenêuticas e os métodos de interpretação da lei.** Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2010, p. 38-39.

[526] Ferrajoli afirma que a Jurisdição não é mais simplesmente a mera sujeição do Juiz à Lei, mas é, também e principalmente, análise crítica de seu significado no exercício do controle constitucional. (FERRAJOLI, Luigi. **Por uma teoria dos direitos e dos bens fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, p. 46.)

[527] Tradução livre: "O que há de mais novo em seguida é a influência do direito internacional e do litígio ambiental constitucional. Na maioria dos países, a constitucionalização das normas ambientais aumenta o papel dos tribunais constitucionais e/ou, de forma mais geral, dos tribunais supremos. Os tribunais superiores são cada vez mais chamados a lidar com questões ambientais. Mesmo nos raros países onde não há normas constitucionais ambientais explícitas, os juízes constitucionais devem

A Hermenêutica Jurídica Ambiental objetiva uma interpretação voltada para a Justiça Ambiental[528], uma solução justa e de acordo com os princípios constitucionais relacionados à proteção do Meio Ambiente, mas que também assegure o desenvolvimento econômico.

José Rubens Morato Leite, Paula Galbiatti Silveira e Belisa Bettega[529] argumentam:

> Para que haja uma hermenêutica jurídica ambiental, é necessário que se reinterprete a norma ambiental, a partir de um conhecimento mais complexo e transdisciplinar. Para Leite e Ayala, 'vigoram na hermenêutica do direito ambiental princípios estruturantes que trazem uma linguagem específica e diferente dos vários ramos tradicionais do direito, com vistas a confirmar a sua especificidade', os quais 'objetivam trazer mais eficácia e concretude ao direito ao meio ambiente ecologicamente, considerando que esse direito também foi conferido às gerações futuras'.
> Em sua proposta de hermenêutica jurídica ambiental, Belchior coloca 'os princípios de interpretação que objetivam a busca de soluções justas e constitucionalmente adequadas para a interpretação das normas ambientais, influenciados pela nova pré-compreensão ambiental', os quais não oferecem respostas únicas e exclusivas, deixando sempre uma margem de subjetividade e arbitrariedade.

Este é o papel do magistrado: valorar as normas constitucionais e harmonizá-las, ainda que antagônicas, utilizando-se de uma visão principiológica na interpretação.

Linha de raciocínio semelhante foi apresentada por Tercio Sampaio Ferraz

---

reinterpretar as normas clássicas à luz das questões ambientais". (PRIEUR, Michel. **Droit de l'environnement**. 8. ed., Paris: Dalloz, 2019, p. 31).

[528] Segundo Sônia Aparecida de Carvalho, a Justiça Ambiental "[...] baseia-se na noção de que a dimensão dos recursos naturais e a desestabilização dos ecossistemas podem atingir de modo desigual e injusto, determinadas pessoas ou grupos de indivíduos" (CARVALHO, Sônia Aparecida de. Justiça Social e Ambiental: um instrumento de consolidação à Sustentabilidade. ***In:*** **Direito & Política,** vol. 9, n. 2, 2014. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/6029. Acesso em: 17 jul. 2022, p. 776). Ricardo Stanziola Vieira, por sua vez, define como a "distribuição equitativa de riscos, custos e benefícios ambientais, independentemente de fatores não justificáveis racionalmente, tais como etnia, renda, posição social e poder; o igual acesso aos recursos ambientais e aos processos decisórios de caráter ambiental, traduzindo-se em sua democratização". (VIEIRA, Ricardo Stanziola. Justiça Ambiental e a Violação dos Direitos Humanos Socioambientais: desafios da Sustentabilidade na era do desenvolvimentismo. ***In:*** CRUZ, Paulo Márcio; OLIVIERO, Maurizio; BRANDÃO, Paulo de Tarso. **O Direito Contemporâneo e diálogos científicos** - UNIVALI e Perugia - Edição Comemorativa 10 anos do Convênio de Dupla Titulação entre a UNIVALI e a UNIPG. Perugia: UNIPG, 2016, p. 257).

[529] LEITE, José Rubens Morato; SILVEIRA, Paula Galbiatti; BETTEGA, Belisa. Princípios estruturantes do estado de direito para a natureza. ***In:*** LEITE, José Rubens Morato; DINNEBIER, Flávia França (Orgs.). **Estado de direito ecológico:** conceito, conteúdo e novas dimensões para a proteção da natureza. São Paulo: Inst. O Direito por um Planeta Verde, 2017. Disponível em: http://www.ccj.ufpb.br/sda/contents/documentos/e-book-estado-de-direito-ecologico-prof-dr-jose-rubens-morato-leite.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019, p. 171.

Júnior[530], de acordo com o qual o operador, ao interpretar as leis, deve se preocupar mais com os valores contidos na Constituição e menos com a letra dos textos legais. O jurista define tal procedimento hermenêutico como “argumentação de legitimação”, por meio do que, ao intérprete, incumbe concretizar os princípios e programas previstos na Lei Maior. Mais que enquadrar um fato na norma (conformidade formal), o que se insere nos “procedimentos interpretativos de bloqueio – hermenêutica tradicional”, é necessário adequar o diploma normativo às expectativas constitucionais, realizando os seus valores e transformando a realidade social.

José Ramón Chaves García adiciona que não se deseja juízes que sejam meros burocratas na aplicação cega das normas; tampouco, magistrados contaminados pela fantasia de um libertador, capazes de desbordarem dos limites da lei para aplacarem a consciência e corrigirem as supostas injustiças ou erros que atribuem ao legislador[531].

Juarez Freitas[532] salienta uma nova postura hermenêutica na defesa dos Direitos Fundamentais, apontando dois pontos vitais para a hermenêutica sustentável:

> (i) a discricionariedade do intérprete precisa estar vinculada à concretização dos direitos fundamentais das gerações presentes e futuras, dado que qualquer margem de apreciação encontra-se vinculada ao princípio do desenvolvimento duradouro; (ii) força que o intérprete detecte - para vencer – as falácias e as armadilhas psicológicas, na gênese da tomada da decisão, suplantando o extremismo textualista simplificador (tão equivocado como a negativa da alteridade textual).

Para José Rubens Morato Leite e Germana Parente Neiva Belchior[533], a particularidade de uma Hermenêutica Ambiental se fortalece, ainda, pelo fato de a ordem jurídica ambiental ser dotada de conceitos vagos, confusos, amplos e indeterminados, de modo que, diante do caráter principiológico dos Direitos Fundamentais, é inevitável a constante colisão entre os mesmos, concluindo que o

---

[530] FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Argumentação jurídica**. 2. ed., São Paulo: Editora Manole, 2016, p. 47-48.

[531] CHAVES GARCÍA, José Ramón. **Cómo piensa un juez:** el reto de la sentencia justa. Madrid: Wolters Kluwer, 2021, p. 523.

[532] FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: novo prisma hermenêutico. ***In:*** **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí, vol. 23, n. 3, p. 940-963, dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/13749. Acesso em: 13 nov. 2019.

[533] LEITE, José Rubens Morato; BELCHIOR, Germana Parente Neiva. Dano ambiental na sociedade de risco: uma visão introdutória. ***In:*** LEITE, José Rubens Morato et al. **Dano ambiental na sociedade de risco.** São Paulo: Saraiva, 2012, p. 12.

objetivo é a busca de soluções justas e constitucionalmente adequadas para a interpretação de normas ambientais[534].

Assim, na hipótese de colisão entre Direitos Fundamentais, deve ser buscada a composição, a harmonização entre os direitos; quando for inviável, o julgador deverá sopesá-los, exercer juízo de ponderação[535], com o escopo de sua decisão garantir o exercício dos Direitos Fundamentais[536], definindo qual prevalecerá e qual será mitigado.

Luís Roberto Barroso[537] recorda que o desenvolvimento nacional guarda tensão constante com a preservação do Meio Ambiente e, ao citar exemplos de colisão entre princípios constitucionais, conclui que tal fato apenas revela que os valores tutelados pela Constituição não são absolutos e devem coexistir.

Esse quadro, na Espanha, também foi descrito por Alba Nogueira López, Susana Borrás Pentinant, Rosa Giles Carnero e Jordi Jaria Manzano[538], escritores para os quais a própria estrutura constitucional - do que chamam de *Estado social avançado* - é formada pelo embate entre os direitos de propriedade, de liberdade de empresa e de proteção ao meio ambiente. Os autores inclusive recordam que tal modelo estatal, na gênese, permitia uma maior exploração dos recursos naturais para atender às demandas sociais, o que já gerava confronto com a necessidade de

---

[534] Para Supremo Tribunal Federal o intérprete deve realizar uma leitura (das normas) que esteja de acordo com os valores constitucionais. Então, a proteção ao meio ambiente sempre será um critério de exegese. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5592**. Relatora: Ministra. Cármen Lúcia, julgamento em: 11 set. 2009. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&page=1&pageSize=10&queryString=hermen%C3%AAutica%20ambiental&sort=_score&sortBy=desc. Acesso em: 24 mar. 2023).

[535] "Assim, é possível que um princípio seja válido e pertinente a determinado caso concreto, mas que suas consequências jurídicas não sejam deflagradas naquele caso, ou não o sejam inteiramente, em razão da incidência de outros princípios também aplicáveis. Há uma "calibragem" entre os princípios, e não a opção pela aplicação de um deles". (SARMENTO, Daniel. Os princípios constitucionais e a ponderação de bens. ***In:*** TORRES, Ricardo Lobo (Org.). **Teoria dos direitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 52)

[536] Barroso afirma que colisões de normas constitucionais, tanto as de princípios como as de direitos fundamentais, passou a ser percebida como um fenômeno natural no constitucionalismo contemporâneo, pois as constituições consagram bens jurídicos que se contrapõem, como a promoção do desenvolvimento e a proteção ambiental, caso em que a atuação do intérprete criará o Direito aplicável ao caso concreto, a partir das balizas contidas nos elementos normativos em jogo. (BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo 9. ed., São Paulo: Saraiva, 2020, p. 300).

[537] BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo 9. ed., São Paulo: Saraiva, 2020, p. 316.

[538] LARRUGA, Francisco Javier Sanz (Dir.); GARCÍA, J. José Pernas (Dir.); SÁNCHEZ, Jennifer (Coord.). **Derecho Ambiental para una economía verde:** Informe Red Escover. 1. ed., Pamplona: Thomson Reuters Aranzadi, 2016, p. 34.

defesa da natureza. Em consequência, podemos extrair que o conflito entre os valores constitucionais é inevitável, pelo que compete ao operador preparar-se para resolvê-lo no caso concreto.

Marcelo Buzaglo Dantas[539] é claro:

> Embora apresentada de maneira sútil, a máxima é clara: havendo colisão, primeiro deve se tentar harmonizar os direitos conflituosos, e somente não sendo isso possível é que se parte para a prevalência de um sobre o outro, mediante ponderação.

A par do juízo de ponderação na interpretação dos princípios em conflito, a análise do custo-benefício vem a ser instrumento fundamental em temas ambientais, conforme explica Barry C. Field:

> En el análisis costo-beneficio, los economistas se interesan sólo de los costos para alcanzar determinada meta ambiental. En el análisis costo-beneficio, tanto los costos como los benefícios de una política o programa se miden y se expresan en términos comparables. El análisis costo-beneficio es la principal herramienta analítica utilizada por los economistas para evaluar las decisiones ambientales[540].

Logo, levando-se em conta a atual crise ecológica[541], em que os recursos naturais estão se esgotando, garantir o futuro das próximas gerações não se mostra suficiente, sendo imperativo pensar na sobrevivência de todo ser humano[542]. Esse quadro reforça a necessidade de uma hermenêutica voltada ao meio ambiente, vale dizer, que o operador do Direito, ao aplicar as normas processuais, tenha em mente critérios próprios da área ambiental.

Aliás, Cass R. Sunstein[543] propõe uma forma diferente de pensar nas

---

[539] DANTAS, Marcelo Buzaglo. **Direito ambiental de conflitos:** o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e os casos de colisão com outros direitos fundamentais. 2. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 47.

[540] "Na análise de custo-benefício, os economistas estão interessados apenas nos custos de atingir uma determinada meta ambiental. Na análise de custo-benefício, tanto os custos quanto os benefícios de uma política ou programa são medidos e expressos em termos comparáveis. A análise de custo-benefício é a principal ferramenta analítica usada por economistas para avaliar decisões ambientais" (tradução livre do autor do projeto). (FIELD, Barry C. **Economía Ambiental:** Una introducción. Colombia: Edit. Mcgraw-Hill, 1995, p. 3).

[541] Ingo Sarlet expõe que "a crise ecológica (ökologischen Krise) que vivenciamos hoje é resultado das 'pegadas' deixadas pelo ser humano na sua passagem pela terra. Não há margem para 'dúvidas' a respeito de 'quem' é o responsável pelo esgotamento e degradação dos recursos naturais e, consequentemente, pelo comprometimento da qualidade, da segurança e do equilíbrio ecológicos". (SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito ambiental:** introdução, fundamentos e teoria geral. São Paulo: Saraiva, 2014).

[542] BODNAR, Zenildo; CRUZ, Paulo Márcio. **Globalização, transnacionalidade e sustentabilidade.** Itajaí: Univali, 2012. Disponível em: http://siaiapp28.univali.br/LstFree.aspx. Acesso em: 12 jan. 2015.

[543] "Mas o Princípio da Neutralidade Intergeracional não significa que a atual geração deva se recusar a se preparar para os danos futuros, ou impor grandes sacrifícios a si mesma pelo bem daqueles que virão depois. Se a história humana ensina algo é que o futuro será muito mais rico que o presente; e

gerações futuras:

> But the Principle of Intergenerational Neutrality does mean that the present generation should refuse do discount the future, or should impose great sacrifices on itself for the sake of those who will come later. If human history is any gude, the future will be much richer than the present; and it makes no sense to say that the relatively impoverished present should transfer its resources do the far wealthier future. And if the present generation sacrifices itself by forgoing economic growth, it is likely to hurt the future too, because long-term economic growth is likely to produce citizens who live healthier, longer, and better lives.

A reflexão é interessante. O autor demonstra um aparente erro de avaliação na relação com as gerações futuras, porquanto, ao sacrificar a economia em prol do Meio Ambiente, as pessoas vindouras sofrerão as consequências, não ambientais, mas econômicas. Terão um ar melhor para respirar, porém, auferirão renda menor. Nota-se, nesse ponto, novamente, a ideia de equilíbrio, posto que não se pode negligenciar a presente geração em prol da de amanhã, até porque isso também a prejudicará.

A propósito, a proteção ambiental igualmente tem custos, vale dizer, o desenvolvimento de novas tecnologias a fim de, por exemplo, reduzir as emissões dos poluentes de uma empresa, não é gratuito, tanto que, segundo Barry C. Field e Martha K. Field[544], as concernentes despesas podem refletir no preço final cobrado dos consumidores, nos empregos e, assim, no bem-estar da comunidade.

Essas questões econômicas ilustram a importância da Análise Econômica do Direito que fornecerá, ao juiz ambiental, conhecimentos técnicos da área econômica, auxiliando-o a interpretar (e aplicar) as normas ambientais.

O Poder Judiciário não pode ficar inerte ou passivo[545], devendo assumir seu papel de guardião dos Direitos Fundamentais mediante controle de constitucionalidade das leis e demais atos do Poder Público, garantindo a força

---

não faz sentido dizer que um presente relativamente empobrecido deva transferir seus recursos para um futuro muito mais próspero. E se a geração atual se sacrificar por meio da renúncia ao crescimento econômico, provavelmente prejudicará o futuro também, porque o crescimento econômico de longo prazo produz cidadãos com vidas mais saudáveis, longas e melhores" (tradução livre). (SUNSTEIN, Cass R. **Worst-case scenarios**. London: Harvard University Press, 2007, p. 12).

[544] FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. **Introdução à economia do meio ambiente**. Tradução de Christiane de Brito Andrei. 6. ed., Porto Alegre: AMGH, 2014, p. 95.

[545] "De maneira geral, quando o Poder Judiciário assume um papel politicamente mais ativo e particularmente quando faz valer seu poder de controle constitucional, isto é, quando se produz o que se costuma chamar de 'ativismo judiciário', é ele questionado e o argumento usualmente esgrimido é a sua origem 'não democrática'". (ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Poder judiciário:** crises, acertos e desacertos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p. 41.)

normativa da Constituição[546].

A par disso, cumpre destacar que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.066, fixou que os tratados sobre direito ambiental são equiparados aos tratados internacionais de direitos humanos, desfrutando de *status* supranacional, conforme art. 5º, § 2º, da CF/88.

Portanto, os tratados internacionais em matéria ambiental, ratificados pelo Brasil, estão, hierarquicamente abaixo, somente da Constituição, o que enseja o exercício do controle de convencionalidade[547] pelos juízes, em verdadeiro diálogo entre o direito interno e o direito internacional, conforme expõem Ingo Sarlet, Gabriel Tedesco Wedy e Tiago Fensterseifer[548]:

> Na prática, tal entendimento permite a juízes e cortes de Justiça nacionais exercerem — inclusive de modo *ex officio*, conforme entendimento jurisprudencial da Corte IDH vinculativo para o Brasil — o denominado "controle de convencionalidade" de leis e atos administrativos infraconstitucionais que estiverem em desacordo com tratados internacionais em matéria ambiental. A respeito do tema, destaca-se a recentíssima Recomendação CNJ nº 123/2022, ao apontar a necessidade de os órgãos do Judiciário observarem os tratados e convenções internacionais de direitos humanos, bem

---

[546] O Supremo Tribunal Federal recentemente, no julgamento da ADPF n. 708, que discutia o contingenciamento das receitas que integram o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), decidiu que o Poder Executivo tem o dever constitucional de fazer funcionar e alocar anualmente os recursos do Fundo Clima, para fins de mitigação das mudanças climáticas, estando vedado seu contingenciamento, em razão do dever constitucional de tutela ao meio ambiente (CF, art. 225), de direitos e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (CF, art. 5º, par. 2º), bem como do princípio constitucional da separação dos poderes (CF, art. 2º c/c art. 9º, par. 2º, LRF). (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 708.** Relator: Min. Roberto Barroso, julgamento em: 04 jul. 2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5951856. Acesso em: 17 jul. 2022).

[547] Valério de Oliveira Mazzuoli explica: "O controle da convencionalidade das leis – isto é, a compatibilização vertical das normas domésticas com os tratados internacionais de direitos humanos (mais benéficos) em vigor no Estado – é uma obrigação convencional que provém, em nosso entorno geográfico, do sistema interamericano de direitos humanos e de seus instrumentos de proteção, em especial a Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969, segundo a qual os Estados-partes têm o dever (a) de respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e de garantir o seu livre e pleno exercício a toda pessoa sujeita à sua jurisdição, pelo que hão de (b) tomar as medidas legislativas ou de outra natureza que forem necessárias para tornar efetivos os direitos e liberdades ali estabelecidos (arts. 1º e 2º)". Mais adiante, conclui acerca do respeito aos tratados internacionais: "A compatibilidade do direito interno com os tratados internacionais de direitos humanos em vigor no Estado faz-se por meio do controle de convencionalidade, que é complementar e coadjuvante do controle de constitucionalidade. O controle de convencionalidade tem por finalidade compatibilizar verticalmente as normas domésticas (as espécies de leis, lato sensu, vigentes no país) com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Estado e em vigor no território nacional". (MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Controle jurisdicional da convencionalidade das leis**. 5. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 30 e 145).

[548] SARLET, Ingo Wolfgang; WEDY, Gabriel Tedesco; FENSTERSEIFER, Tiago. A equiparação dos tratados ambientais aos tratados de direitos humanos. ***In:*** Consultor Jurídico, 2022. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2022-jul-15/direitos-fundamentais-equiparacao-tratados-ambientais-aos-direitos-humanos. Acesso em: 17 jul. 2022.

> como a jurisprudência da Corte IDH, inclusive no sentido de exercerem o correlato controle de convencionalidade. Isso, por certo, reforça a responsabilidade internacional do Estado brasileiro em relação à proteção da floresta amazônica.

Vale o destaque de que, em 13 de setembro de 2022, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, por meio de sentença proferida contra a Costa Rica, julgou que os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais ensejam a responsabilidade do Estado que os violar. Na decisão, a Corte IDH, ao interpretar o art. 26 da Convenção Americana, entendeu que tais direitos, conhecidos como "Desca", devem ser cumpridos pelas respectivas nações, e que não podem ser considerados como meros compromissos programáticos[549].

Noutro norte, a importância da Análise Econômica do Direito, no sistema de justiça, reside no fato de que um Judiciário ineficiente não interpreta (e nem aplica) as normas jurídicas. É o que expõem, a partir de Buscaglia, os autores Antônio Maristrello Porto e Nuno Garoupa[550]:

> Buscaglia destaca, assim, a crescente importância do Poder Judiciário na civilização moderna. Segundo ele, as reformas contínuas de mercado e outras mudanças sociais têm exercido pressão sobre este poder da república: a interação social tornou-se mais complexa e o Judiciário, como uma instituição importante para a resolução de conflitos na sociedade moderna, tem desempenhado um papel essencial. O autor argumenta que o referido poder é essencial para o crescimento econômico e que as leis e a regulamentação são inúteis quando ele funciona de forma inadequada. Dessa forma, por ser o intérprete e o aplicador das normas é a última oportunidade de medir a influência do sistema jurídico sobre a economia. Se é ineficiente, muitas transações mútuas potencialmente benéficas são prejudicadas.
>
> Um sistema judiciário ineficiente – para Buscaglia, característica que pode ser identificada em alguns países da América Latina – promove incerteza e reduz, por isso, as transações econômicas. Se o ordenamento jurídico de um país afirma, por exemplo, que os direitos de propriedade – uma instituição fundamental para o crescimento econômico – são protegidos, essa frase não tem sentido se o Judiciário for ineficiente. Um sistema judicial ineficiente não interpretará e/ou aplicará as normas jurídicas – ainda que elas sejam formalmente eficientes – de forma efetiva. O autor nos lembra que um dos entendimentos centrais na AED é que as instituições atribuem os preços para o comportamento econômico de indivíduos e estes preços podem variar de acordo com a eficiência das

---

[549] GIMENES, Erick. Sentença da Corte IDH solidifica justiciabilidade de direitos econômicos e sociais. ***In:*** **Jota Pro,** 2022. Disponível em: https://www.jota.info/justica/sentenca-da-corte-idh-solidifica-justiciabilidade-de-direitos-economicos-e-sociais-16092022. Acesso em: 4 out. 2022.

[550] PORTO, Antônio Maristrello; GAROUPA, Nuno. **Curso de análise econômica do direito**. São Paulo: Atlas, 2020, p. 44.

> instituições. Dessa forma, o desempenho do Judiciário pode impor custos superiores aos que os seus potenciais usuários estariam dispostos a pagar.

A AED mostra-se, pois, fundamental para uma solução eficiente do caso concreto, mediante apreciação científica da controvérsia, assim como investigação mais realista e menos superficial do Direito.

Richard Posner[551] narra que a Análise Econômica do Direito é fruto de um movimento mais amplo, representado pela propagação do pensamento econômico por outras áreas do comportamento humano, passando a ter influência inclusive em setores como o casamento e a educação. A ciência da Economia deixou de estudar, com exclusividade, temas econômicos, vindo a abarcar outros ramos do conhecimento, como o Direito.

Luciana Costa Poli[552], por sua vez, destaca a postura do Poder Judiciário:

> O Estado Democrático de Direito requer um abandono da postura distante do Poder Judiciário, reclamando uma postura ativa e participativa na concretização das políticas sociais e dos objetivos da República. A atuação do juiz passa a ser fundamental na sedimentação de uma pauta de princípios e valores que se orientam para a construção de um Estado voltado a metas de implementação de crescimento sustentável.

Paulo Cruz e Zenildo Bodnar[553] anotam:

> O juiz cidadão, comprometido com os novos reclamos da sociedade contemporânea, deve buscar no cotidiano de sua atuação ampliar os mecanismos de acesso ao pleno desenvolvimento humano, conferindo especial proteção aos direitos fundamentais (sociais e individuais) previstos explícita ou implicitamente na Constituição: meio ambiente, alimento/salário, moradia, educação, saúde, emprego e outros.

Por isso, Zenildo Bodnar[554] lembra que “a verdadeira Justiça Ambiental

---

[551] POSNER, Richard A. Some Uses and Abuses of Economics in Law. ***In:*** **University of Chicago Law Review,** 1979. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2864&context=journal_articles. Acesso em: 10 nov. 2022, p. 284.

[552] POLI, Luciana Costa. Por um ativismo pró-sustentabilidade. ***In:*** **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí, vol. 18, n. 2, p. 179-195, ago. 2013. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/4673. Acesso em: 13 nov. 2019.

[553] CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. A atuação do poder judiciário na implementação das políticas públicas ambientais. ***In:*** **Revista de Direito Internacional**, Brasília, vol. 8, n. 2, 2011. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/download/1549/1431. Acesso em: 05 nov. 2022.

[554] BODNAR, Zenildo. Jurisdição ambiental para a Solidariedade: desafios hermenêuticos. ***In:*** SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes; GARCIA, Heloise Siqueira (org.) **Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer,** Itajaí: UNIVALI, 2014, p. 151.

somente será alcançada com a concretização simultânea da dignidade humana e da Solidariedade".

Gilson Jacobsen[555] igualmente expõe sobre o que se espera do juiz frente às demandas com repercussões ecológicas:

> O Direito Ambiental desafia e abre novas perspectivas ao juiz moderno. Mais do que um solucionador de conflitos, os novos tempos rendem ensejo a que seja, antes de tudo, um administrador de situações controvertidas, um construtor da cidadania, um difusor da democracia, um copartícipe na lapidação da dignidade humana. O juiz, afinal, é avalista do projeto de preservação da qualidade de vida para todos, esboçado na Constituição.

A proteção dos Direitos Fundamentais, a busca da justiça e a proteção ao Meio Ambiente exigem uma nova postura do magistrado, que deve abandonar o exclusivo apego à letra da lei e também se comprometer com a efetividade do Direito e da Constituição[556]. A condução e o julgamento de processos envolvendo questões ambientais exigem que o juiz desenvolva uma criatividade e sensibilidade, além de uma formação multidisciplinar que o permita conhecer uma série de temas relevantes.

A proteção ambiental é um critério a ser equilibrado com o desenvolvimento econômico, tanto que a Constituição Federal de 1988 fixou, no mesmo artigo 170, como um dos princípios da ordem econômica, a defesa do meio ambiente (inciso VI). Logo, a valorização do trabalho humano, a livre-iniciativa e a busca do pleno emprego não excluem a proteção ambiental.

A partir da relação entre o Meio Ambiente e as questões econômicas, é útil o ensinamento de Bruno Meyerhof Salama[557], que retrata o atual debate jurídico como algo mais rico e abrangente, misturando o jurídico e o não jurídico, tanto que o

---

[555] JACOBSEN, Gilson. Meio ambiente, justiça e criatividade. ***In:*** SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; VIEIRA, Ricardo Stanziola; FERRER, Gabriel Real. (Coords.). **Sociedade, governança e meio ambiente**. Itajaí: Univali, 2017. Disponível em: https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/Documents/ecjs/E-book%202017%20SOCIEDADE,%20GOVERNAN%C3%87A%20E%20MEIO%20AMBIENTE%20%E2%80%93%20TOMO%2003.pdf. Acesso em: 24 mar. 2023, p. 72-73.

[556] O Supremo Tribunal Federal alertou para uma hermenêutica sistemática da Lei Maior, uma leitura que a considere como um sistema coeso, um todo em que os valores não se excluem, mas se complementam. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 636199**. Relatora: Min. Rosa Weber, julgamento em: 27 abr. 2017. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13278740. Acesso em: 24 mar. 2023).

[557] PARGENDLER, Mariana; SALAMA, Bruno Meyerhof Salama. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. ***In:*** **RDA – revista de direito administrativo,** Rio de Janeiro, vol. 262, jan./abr. 2013. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/8901/7809. Acesso em: 07 set. 2022.

estudo do Direito, hoje em dia, a par de descrevê-lo, procura entendê-lo na prática, avaliando suas repercussões econômicas e sociais. Portanto, as normas não são os únicos elementos decisórios, daí a importância, na área ambiental, de se utilizar (também) critérios advindos da Análise Econômica do Direito e da Sustentabilidade.

O juiz, como visto, deve estar consciente das consequências socioeconômicas de suas decisões[558]; refletir acerca dos impactos que ela poderá causar na sociedade. Esse consequencialismo, é claro, deve ser compreendido nos limites do ordenamento jurídico, e não chancela para o magistrado impor suas preferências pessoais de resultado[559], evitando, conforme adverte Bruno Makowiecky Salles[560], que as decisões sejam preenchidas com ideologias e subjetividades.

Bruno Makowiecky Salles, a propósito, recorda a complexidade das demandas que aportam no Poder Judiciário em uma era de elevada Judicialização, assinalando:

> Em grande parte do planeta (TATE; VALLINDER, 1995b), sobretudo no Ocidente, o Poder Judiciário vem sendo crescentemente acionado para proferir decisões sobre temas ambientais, bioéticos, carcerários, científicos, comerciais, criminais, culturais, econômicos, educacionais, étnicos, familiares, humanitários, imigracionais, infanto-juvenis, morais, políticos, religiosos, sanitários, tecnológicos, urbanísticos, bem como sobre questões de federalismo, liberdades individuais, terrorismo (BARAK, 2006), privacidade e outras, ocupando espaços comumente não regulamentados das vidas social e institucional. Os Tribunais são pressionados, cada vez mais, a proferir decisões criativas (FRIEDMAN, 1994), a preencher o fosso entre o Direito e a sociedade (BARAK, 2006), mostrando-se defasada, em sede de Jurisdição Constitucional, a concepção estrita de Judiciário como um Legislador negativo (SEGADO, 2011)[561].

Diante dessas proposições, oportuna a diferenciação trazida por Thiago

---

[558] Art. 20 da Lei n. 13.655/98.

[559] Na mesma linha, é pertinente a observação de Flávio Tartuce de que "a afirmação do *consequencialismo,* como não poderia ser diferente, é passível de críticas, uma vez que se confirma a premissa segundo a qual os *fins justificam os meios* e o *utilitarismo decisório.* Levadas às últimas consequências, tais afirmações podem representar o sacrifício de direitos fundamentais e de personalidade, bem como da tutela da pessoa humana". (TARTUCE, Flávio. **Direito Civil:** lei de introdução e parte geral. 17. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 74).

[560] SALLES, Bruno Makowiecky. **Direitos e deveres nas teorias geral e jusfundamental:** acesso à justiça, judicialização e ativismo judicial. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2023, p. 54.

[561] SALLES, Bruno Makowiecky. Tipologias decisórias em jurisdição constitucional. ***In:*** **Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania – IDCC,** Londrina, vol. 6, n. 2, e042, jul./dez., 2021. Disponível em: https://revistadoidcc.com.br/index.php/revista/article/view/132/116. Acesso em: 25 jan. 2023, p. 7-8.

Cardoso Araújo, Fernando Ferreira Júnior e Lucas Dos Reis Montenegro[562], para os quais o consequencialismo é a avaliação da decisão jurídica a partir dos resultados que ela pode provocar, ao passo que o pragmatismo consiste na análise da deliberação de acordo com a sua capacidade de resolver problemas concretos. O Direito, segundo os consequencialistas, deve focar nos seus reflexos, enquanto que, de acordo com os pragmatistas, compete-lhe priorizar o aspecto empírico do caso prático. A Análise Econômica do Direito, por sua vez, implica examinar os fenômenos jurídicos também por meio de ferramentas e conceitos econômicos, tais como escassez e alocação de recursos, geração e distribuição de riquezas, estímulos e desestímulos, como também eficiência e relação custo-benefício.

Há semelhanças e pontos de ligação entre os três, embora sejam institutos que não se confundem. A ação do pragmatista exige, dentre outros pontos, que avalie os efeitos da sua conduta. E a AED pode ser considerada uma forma de analisar o Direito em função de suas consequências econômicas.

O pragmatismo foi um avanço no sentido de acrescentar, à dogmática jurídica, a necessidade de analisar o aspecto prático do Direito, estudando a melhor forma de o Direito resolver problemas práticos. Dito de outro modo, o pragmatismo somou a demonstração e a experimentação à Ciência Jurídica, ajudando-a a ser menos teórica. Contudo, isso não era suficiente, pois foi preciso dar mais um passo a fim de compreender melhor os efeitos dessa solução. Com isso, o consequencialismo contribui para que o Direito vá além dos Tribunais, ou seja, seu estudo não acaba nas decisões judiciais, abarcando, ainda, os reflexos delas nas vidas das pessoas.

O consequencialismo, outrossim, é uma forma de conter e temperar o pragmatismo, fazendo com que as decisões judiciais não substituam as leis e não impliquem, por si só, axiomas impassíveis de transformação e melhoramento. O que não se admite é a má compreensão ou o mau uso dessas ferramentas, mediante critérios subjetivos, para justificar qualquer decisão.

Não é suficiente que os juízes se preocupem com a resolução dos

---

[562] ARAUJO, Thiago Cardoso; FERREIRA JR., Fernando; MONTENEGRO, Lucas Dos Reis. Consequencialismo, pragmatismo e análise econômica do direito: semelhanças, diferenças e alguns equívocos. ***In:*** **Revista Quaestio Iuris,** [S.l.], vol. 14, n. 04, p. 2106-2130, dez. 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/59004/40207. Acesso em: 24 out. 2022.

problemas (pragmatismo). Também é preciso que pensem nos resultados da solução escolhida (consequencialismo). E no âmbito das liminares ambientais, torna-se indispensável que avaliem os reflexos econômicos, daí a utilidade da Análise Econômica do Direito.

O magistrado, ao aplicar as normas ambientais, deve observar critérios concretos (específicos e técnicos), de modo que a Análise Econômica do Direito e a Sustentabilidade poderão contribuir para que se compatibilizem e harmonizem os interesses em conflito nas liminares envolvendo proteção ambiental. O escopo é a efetividade das normas concernentes, do que resulta a importância de desenvolver uma hermenêutica própria (da área ambiental).

Um exemplo de exegese ambiental é encontrado em julgamento do Superior Tribunal de Justiça, no qual a Corte estabeleceu, nas hipóteses que envolvam áreas de preservação permanente, o critério da interpretação restritiva[563].

Assim, é fundamental desenvolver uma técnica de interpretação a fim de evitar o decisionismo ambiental. A decisão judicial não pode ser fruto das preferências pessoais e da subjetividade do prolator.

Propõe-se, em suma, uma exegese ambiental a fim de que, nas concernentes liminares, o juiz utilize um aparato que o ajude a decidir com mais técnica e menos subjetividade. Portanto, ao interpretar o art. 300 do Código de Processo Civil, que o magistrado empregue conhecimentos da Sustentabilidade e da Análise Econômica do Direito como parâmetros para verificar a probabilidade do direito, o perigo da demora e a reversibilidade da medida.

4.3 INDICADORES NO JULGAMENTO (DECISÃO) AMBIENTAL

O processo decisório no Direito Ambiental é complexo e envolve aspectos socioeconômicos, culturais e políticos, sendo que o magistrado deve estar atento aos riscos e benefícios ambientais decorrentes de sua decisão.

Nessa direção, Ruben Serrano Lozano[564], ao estudar a aplicação do

---

[563] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 1.782.692/PB**. Relator: Ministro Herman Benjamin, julgamento em: 13 ago. 2019. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/859932055/inteiro-teor-859932069. Acesso em: 27 mar. 2023.

[564] SERRANO LOZANO, Ruben. El Princípio de Precaución en la Jurisprudencia Española. **In**: DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; POZO, Carlos Francisco Molina del; MOLINA, José Antonio Moreno

princípio da precaução na jurisprudência da Espanha, salienta que, por não haver certeza científica quanto ao problema ambiental, a decisão versará sobre a gestão do risco, ou seja, determinar qual o nível do perigo será aceitável para a sociedade, daí o caráter [também] político. Ressalta que, por lidar com imprecisões, ameaças de danos e interesses, é necessário tomar cuidado para que o postulado não acabe legitimando arbitrariedades. O autor relata, ainda, o caso em que o Tribunal Supremo, uma espécie de Superior Tribunal de Justiça da Espanha[565], adotou como critério, a fim de justificar a incidência da precaução, o fato de um empreendimento hidráulico arriscar uma área habitada por um tipo de urso que corria perigo de extinção.

Para Cass R. Sunstein[566], a questão envolve o manejo das probabilidades:

> Many environmentalists enthusiastically embrace the Precautionary Principle, wich is especially designed for situations in wich we cannot know that harm will occur. According to the Precautionary Principle, threats to the environment need not be established with certainty. Even a small risk of a catstrophic or irreversible harm is enough to require a serious response.
> But consider an obvious objection to this position. A 1 percent chance of a terrible outcome is a lot better than a certainty of a terrible outcome. In order to figure out what to do, you should multiply the probability of the outcome by its magnitude. If you face a 1 percent chance of losing $ 10,000, you should take a fewer precautions than you face a 90 percent chance of losing $ 10.000. Even with losses that do not involve money, and that are hard do turn into monetary equivalents, it is important to attend do both the probability of harm

---

(Org.). **La jurisprudencia ambiental en Europa y América Latina:** una contribuición para el desarrollo sostenible. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016, p. 160-164.

565 O Tribunal Supremo tem sua sede em Madrid e é um órgão jurisdicional único na Espanha com jurisdição em todo o território nacional, constituindo o tribunal superior em todas as esferas (civil, penal, contencioso-administrativo e social), com exceção das matérias relacionadas às garantias e direitos constitucionais, cuja competência corresponde ao Tribunal Constitucional. (ESPANHA. **Tribunal Supremo.** [s.d.]. Disponível em: https://www.poderjudicial.es/cgpj/es/Poder-Judicial/Tribunal-Supremo/. Acesso em: 24 mai. 2022).

566 "Vários ambientalistas abraçam com entusiasmo o Princípio da Precaução, o qual é especialmente projetado para situações em que não podemos saber se o dano acontecerá. De acordo com o Princípio da Precaução, ameaças ao meio ambiente não precisam ser determinadas com certeza. Mesmo um pequeno risco de catástrofe de um dano irreversível é suficiente para exigir uma resposta séria. Porém, considere uma óbvia objeção a essa posição. Um risco de 1 por cento de um terrível resultado é muito melhor que a certeza de um terrível resultado. Para descobrir o que fazer, você deve multiplicar a probabilidade do terrível resultado pela sua intensidade. Se você encara um risco de 1 por cento de perder dez mil dólares, você deve tomar precauções menores do que se você enfrentar 90 por cento de chances de perder dez mil dólares. Mesmo com as perdas que não envolvem dinheiro, e as que são difíceis de expressar em equivalentes financeiros, é importante prestar atenção a ambas as probabilidades de dano e a extensão do dano. Se você enfrenta um risco de 1% de ficar doente, você deve agir de forma diferente da que deve agir se encara 90% de chances de ficar doente. Pessoas que são mais sensíveis, ou mesmo sãs, não lidam com um risco de 1% de perda do mesmo jeito que a certeza de uma perda" (tradução livre). (SUNSTEIN, Cass R. **Worst-case scenarios**. London: Harvard University Press, 2007, p. 2).

> and the magnitude of harm. If you face a 1 percent chance of getting sick, you should act differently from how you would act if you faced a 90 percent chance of getting sick. People who are more sensible, our even sane, do not treat a 1 percent risk of loss the same as a certainty of loss.

Na mesma linha é o pensamento de Barry C. Field e Martha K. Field[567], autores que explicam os danos ambientais e suas incertezas:

> As funções de danos que acabamos de traçar parecem ser muito claras e não ambíguas. No mundo real, no entanto, elas raramente são assim. Normalmente, há muito mais incerteza em torno das conexões entre as emissões de poluição e os vários tipos de danos, como impactos sobre a saúde humana, danos ao ecossistema e assim por diante. Quando dizemos "incerteza", não estamos sugerindo que na verdade a poluição causa menos danos do que poderíamos ter imaginado – mas, em vez disso, que a quantidade exata de danos causados por diferentes níveis de poluição é difícil de ser medida com precisão. A incerteza na natureza afeta a relação entre as emissões e as condições ambientais, e a incerteza nas relações humanas afeta os danos resultantes. Essa incerteza é exacerbada, pois grande parte dos danos deverá ocorrer em um futuro distante, o que dificulta uma previsão exata.

Com isso, para decidir, o magistrado deve, por exemplo, verificar a probabilidade do desastre natural. No caso de uma ação civil pública, deflagrada sob o argumento de que as atividades de uma empresa estão causando danos ambientais, quais as chances de isso acontecer? A medida liminar não merece ser deferida se o autor da ação não mensurar o risco em números. De outro lado, se aponta chances de 50% de o prejuízo ocorrer, a situação deve ser avaliada em comparação ao dano econômico, vale dizer, é preciso considerar a possibilidade de perda de empregos, o que naturalmente gera uma série de reflexos sociais.

Pode-se dizer, ainda, que, em matéria de tutela de urgência ambiental, a probabilidade, exigida pelo art. 300 do CPC, também consiste nas chances de ocorrer um dano à natureza. O direito provável, aqui, não é só o que se apresentar, de pronto, alinhado às leis, mas identicamente o que demonstrar grande possibilidade de o prejuízo acontecer. Noutras palavras, propõe-se, dentre outros pontos, que, nas medidas de urgência ambientais, probabilidade e perigo da demora praticamente se confundem, exigindo análise conjunta, posto que o receio de dano irreparável ou de difícil de reparação igualmente trabalhará com chances e

---

[567] FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. **Introdução à economia do meio ambiente**. Tradução de Christiane de Brito Andrei. 6. ed., Porto Alegre: AMGH, 2014, p. 89.

possibilidades.

O pensamento moderno, esclarece Marcelo Guedes Nunes[568], é definido pelo manejo de riscos e margens de erro, porquanto o conhecimento não é completo, exato e exaustivo. É preciso aceitar que a compreensão dos fenômenos da vida, tanto físicos quanto sociais, por maior que se apresente, sempre será incompleta, precária e circunstancial. Logo, deve o jurista aprender a trabalhar com as probabilidades e, ao mesmo tempo, com tendências, projeções e dados estatísticos. Como demonstra o mesmo autor, isso nada mais é que manejar as consequências das decisões, vale dizer, os resultados que podem advir, por exemplo, da norma que o legislador aprovou, da estratégia escolhida pelo advogado, ou da sentença que o juiz proferiu no caso concreto[569].

Essa constante tensão entre referidos Direitos Fundamentais, vale repisar, revela a importância do papel do Poder Judiciário no Estado Contemporâneo, na apreciação de processos envolvendo questões ambientais[570].

A Análise Econômica do Direito Ambiental é ferramenta que colabora para a tomada de decisão judicial, especialmente quando a controvérsia situar-se entre preservar o Meio Ambiente e assegurar o desenvolvimento econômico.

Nessa linha, instrumentos da AED auxiliarão na prestação jurisdicional ao guiar o juiz a partir do estudo de pressupostos como custo-benefício, ganhos para o bem-estar social, consequências da decisão, eficiência e escolha racional, com o escopo de assegurar o primado pela Sustentabilidade e o desenvolvimento da sociedade. Posner[571], como visto, entende que o critério da eficiência leva o

---

[568] NUNES, Marcelo Guedes. **Jurimetria**: como a estatística pode reinventar o direito. 2. ed., rev e atual., São Paulo: Thomson Reuters, 2019, p. 45.

[569] NUNES, Marcelo Guedes. **Jurimetria**: como a estatística pode reinventar o direito. 2. ed., rev e atual., São Paulo: Thomson Reuters, 2019, p. 152.

[570] O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de lei municipal que proibiu o emprego de fogo para fins de limpeza e preparo do solo na área rural do município. Após ponderação dos valores envolvidos, ou seja, proteção do meio ambiente e preservação dos empregos dos trabalhadores, concluiu pela prevalência destes, extraindo-se do acórdão a seguinte conclusão: “caso reconheça a legitimidade e/ou a constitucionalidade da proibição imediata da queima de cana, este Supremo Tribunal terá observado e entendido como razoável o impacto econômico da perda de substanciosa fatia da geração de renda e emprego em todo país”. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso extraordinário n. 586224/SP.** Relator: Min. Luiz Fux, julgamento em: 05 mar. 2015. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur303407/false. Acesso em: 27 nov. 2022).

[571] Para Posner a eficiência representa um valor social importante e que deve influenciar a decisão judicial, quando os juízes forem chamados a desempenhar uma função legislativa (POSNER, Richard A. **Para além do direito**. Tradução de Evandro Ferreira e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 141).

magistrado a proferir a decisão que torna a norma jurídica mais eficiente.

Luis Hernández Berasaluce exemplifica:

> Pensemos en la emisión de un contaminante a la atmosfera por parte de una empresa. La economia ambiental debe crearnos la herramienta que nos ayude a analizar el coste-beneficio de la creación y corrección de esta contaminación a escala global y a escala individual. La empresa que genera la contaminación tiene dos alternativas: asumir el coste de la corrección o derivarlo al entorno. En el primer caso el coste de la corrección tendrá un valor facilmente calculable: la inversión en instalaciones correctivas y el coste de mantenimiento de las mismas. En el segundo caso la empresa se ha podido ahorrar ese coste pero la sociedad circundante a esa empresa va a tener un coste social y sanitário, difícilmente cuantificable, por la pérdida de calidad del aire y el incremento de patologias de las vías respiratorias [...]. En resumen, observamos como la economía es una cadena de factores o relaciones donde ciertos indivíduos pueden obtener benefícios, pero con la salvedad de que algunos de éstos, pueden ser en detrimento del beneficio de los siguientes"[572].

Tatiana de Almeida Freitas Rodrigues Cardoso Squeff[573], ao tratar da atribuição de um valor econômico ao Meio Ambiente[574], observa que a economia não está em conflito com ele, eis que necessita dele para gerar riqueza, concluindo que "proteger o meio ambiente de forma efetiva requer mais da própria economia em considerar o meio ambiente não só como insumo, mas como ativos (ambientais) essenciais para a maximização da riqueza e para a sociedade".

---

572 "Pensemos na emissão de um poluente na atmosfera por uma empresa. A economia ambiental deve nos criar uma ferramenta que nos ajude a analisar o custo-benefício da criação e da correção dessa poluição em escala global e em escala individual. A empresa que gera a poluição tem duas alternativas: assumir o custo da correção ou relegá-lo ao meio ambiente. No primeiro caso, o custo da correção terá um valor facilmente calculável: o investimento em instalações corretivas e o custo de manutenção. No segundo caso, a empresa conseguiu economizar esse custo, mas a sociedade em torno dessa empresa terá um custo social e sanitário, dificilmente quantificável, devido à perda de qualidade do ar e ao aumento das patologias das vias respiratórias [...]. Em resumo, observamos como a economia é uma cadeia de fatores ou relacionamentos em que certos indivíduos podem obter benefícios, mas com a ressalva de que alguns deles podem ser prejudiciais para o benefício dos demais indivíduos" (tradução livre). (HERNÁNDEZ BERASALUCE, Luis. **Economía y mercado del medio ambiente.** Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 1996, p. 9).

573 SQUEFF, Tatiana de Almeida Freitas Rodrigues Cardoso. **Análise econômica do direito ambiental:** perspectivas interna e internacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 120.

574 Éverton das Neves Gonçalves, Joana Stelzer e Elton Dias Bonmann demonstram a dificuldade em efetuar a valoração do Meio Ambiente: "Como exemplo, é possível avaliar qual deveria ser o valor de apropriada multa estabelecida pela legislação ambiental para alguém que pratique o extrativismo de madeira ilegal? Seria, pois, suficiente a quantia de R$ 10,00 por metro cúbico de madeira extraída? Ou será que essa multa seria tão irrelevante comparada ao lucro gerado pelo extrativismo, que acabaria por estimular a atividade ilegal? Como calcular o valor ótimo que sopese o patrimônio ambiental a ser protegido e a necessidade de permitir a atividade econômica e seus ganhos de oportunidade? (GONÇALVES, Everton das Neves; STELZER, Joana; BONMANN, Elton Dias. O Nível Eficiente de Proteção e de Punição segundo a Análise Econômica do Direito Ambiental. ***In:*** **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, vol. 2, n. 4, 2015, p. 194).

Mais adiante prossegue a autora[575]:

> E o novo paradigma do Direito tem um papel central para que haja o compromisso social com a temática ambiental. Para tanto, ao acomodar os mecanismos econômicos na sua sistemática, isto é, usufruir da AED, o valorem ambiental se faz cogente para instruir da melhor forma a sociedade.

O diálogo entre Direito e Economia, a partir de conceitos como a escassez de recursos naturais, aliado à reconhecida degradação do Meio Ambiente, permite que se chegue a um equilíbrio e uma forma de conciliar o desenvolvimento com a proteção ambiental. É o que Luciano Timm e Tatiana Squeff defendem[576]:

> Conclui-se, por fim, que a AED torna mais tangível a observação e a determinação de alterações jurídicas que motivem um retorno ambiental eficiente justamente porque articulam as informações oriundas da economia e o sistema jurídico, disponibilizando a este ramo os dados obtidos na análise consequencial daquele, os quais viabilizam a adoção de ações positivas/premiais em combate à Tragédia dos Baldios, de modo a alcançar os desejados comportamentos esverdeados do século XXI.

Não se pretende substituir o Direito pela Economia. Esta não fixará os valores a serem considerados, mas poderá apontar um norte para o intérprete a partir de metodologias econômicas que permitam decisões racionais, a compreensão de suas consequências, além do emprego eficiente dos recursos existentes[577].

Richard Posner[578] observa:

> Longe de ser reducionista, como pensam seus detratores, a economia é uma ciência instrumental por excelência. Seu propósito não é reduzir o comportamento humano a algum tipo de inclinação

---

[575] SQUEFF, Tatiana de Almeida Freitas Rodrigues Cardoso. **Análise econômica do direito ambiental:** perspectivas interna e internacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 121.

[576] TIMM, Luciano Benedtti; SQUEFF, Tatiana de A. F. R. Cardoso. Contribuições da análise econômica do direito para a proteção ambiental: o caso para normas promocionais. ***In:*** NUSDEO, Ana Maria de Oliveira; Trennepohl, Terence (coord.). **Temas de direito ambiental econômico,** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 67.

[577] A respeito da resistência enfrentada pela Análise Econômica do Direito, já exposta no capítulo 3, importante mencionar a lição de Luciano Benetti Timm, segundo o qual o movimento Direito e Economia tem sido, de forma equivocada, relacionado com ideologias políticas, tais como o Conservadorismo e o Trumpismo. O autor demonstra que são movimentos distintos, ressaltando que esta associação é tão errônea (e desprovida de ética) quanto conectar seus críticos aos países comunistas. E adverte que, ao contrário do que dizem seus detratores, a AED não é indiferente às questões sociais, mas as avalia com base em critérios empíricos e científicos, não ideológicos. (TIMM, Luciano Benetti. Direito e Economia desmistificado: parte 4. ***In:*** **Jota,** 2022. Disponível em: https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-da-abde/direito-e-economia-desmistificado-parte-iv-13092022. Acesso em: 19 set. 2022).

[578] POSNER, Richard A. **Para além do direito**. Tradução de Evandro Ferreira e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 16.

> biológica ou à faculdade da razão, nem muito menos provar que, nas profundezas de cada um, existe um detestável homenzinho econômico; mas, sim, elaborar e testar modelos de comportamento humano com o objetivo de prever e (quando cabível) controlar esse comportamento.

A escassez, base da teoria econômica, impõe que se façam escolhas, dado que os recursos naturais são limitados e, ao mesmo tempo, as necessidades humanas não, o que demanda a análise de custo x benefício na tomada racional de decisão, com base em dados concretos e empíricos, probabilidades, etc.

Marcos Fernandes Gonçalves da Silva retrata tal impasse:

> Logo, atualmente a teoria econômica conta com o arsenal de ferramentas que nos permite analisar problemas que envolvem julgamentos de valor, sobre o que é melhor ou pior em termos de justiça distributiva, sobre o que pode ser mais correto ou incorreto, levando em consideração trade offs, dilemas entre eficiência e justiça, entre visões de mundo diversas sobre o que é melhor ou pior do ponto de vista ético, por exemplo[579].

Em consequência, vê-se, ante a complexidade do cotejo entre questões ambientais e econômicas, sobretudo no que tange à escassez de recursos, que não é possível ter tudo o que se deseja.

Essa questão foi bem ilustrada por Joaquín Melgarejo Moreno, Mª Inmaculada López Ortiz e Andrés Molina Giménez[580], ao explicarem que a quantidade de água doce é restrita, mas o consumo tem crescido, razões pelas quais a reutilização é fundamental. Segundo os autores, Israel e Austrália são destaques, visto que o primeiro recicla aproximadamente 75% de suas águas residuais, e a segunda atinge 82%. Já na União Europeia, uma legislação específica sobre o tema foi desenvolvida, ao passo que a Espanha é o país com o maior volume de utilização de água residual (532 hm^3), que é empregada inclusive na agricultura e na irrigação.

César Mattos[581] acrescenta que a AED fornece uma forma diferente de

---

[579] SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. **Ética e Economia:** Impactos na política, no direito e nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p. 22.

[580] MELGAREJO MORENO, Joaquín; LÓPEZ ORTIZ, Ma Inmaculada; MOLINA GIMÉNEZ, Andrés. **La economia circular y el sector del agua em España: Análisis jurídico-econõmico**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2023, p. 51-52.

[581] MATTOS, César. Análise Econômica do Direito. ***In:*** **Comunidade Virtual do Programa Nacional de Promoção da Concorrência.** Seae – Secretaria de Acompanhamento Econômico. 2014. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/apostilas/advocacia-da-concorrencia/1-seae_analise_economica_direito.pdf. Acesso em: 28 fev. 2022, p. 4.

analisar o problema. A tendência do jurista é olhar para o passado, buscando avaliar o que aconteceu, procurando restabelecer o *status quo*. Contudo, na ótica econômica, a observação é diversa, voltada ao futuro, vale dizer, ao que ocorrerá. Aqui, a decisão judicial é pensada com base nos seus efeitos, nos incentivos que dará aos envolvidos, nas condutas que estimulará ou desestimulará.

O juiz não pode estar alheio às questões econômicas, nem decidir como se trabalhasse isolado da realidade que o cerca. Não há como, no processo decisório, desconsiderar questões como as descritas por José Eli da Veiga e Liz-Rejane Issberner, segundo os quais há uma relação diretamente proporcional entre o desgaste dos recursos naturais e o crescimento econômico, do que resulta a dificuldade de encontrar o que definem como "prosperidade sem crescimento", projeto de preservação ambiental que somente seria possível em países como o Canadá, vale dizer, nações que já alcançaram um bom padrão de vida[582].

O desenvolvimento da sociedade pressupõe a utilização dos recursos naturais, o que num primeiro momento poderia ensejar o desaceleramento da economia para proteger a natureza. Contudo, esse processo de escolha (*tradoff*) sobre qual caminho seguir, verdadeiro dilema a considerar custo x benefício, leva-nos a refletir sobre os efeitos decorrentes deste arrefecimento, vale dizer, a sociedade estaria preparada para eventual redução do padrão de vida[583] para deixar o meio ambiente mais limpo?

José Eli da Veiga e Liz-Rejane Issberner refletem[584]: para aumentar a proteção ambiental, é preciso reduzir o crescimento econômico, porém, para tanto, levando em conta cada elo da cadeia produtiva, também seria necessário diminuir o trabalho, a produção e o consumo.

O crescimento econômico demanda consumo, oferta de bens e serviços, desenvolvimento de empreendimentos, etc., o que enseja a exploração de recursos

---

[582] VEIGA, José Eli da; ISSBERNER, Liz-Rejane. Decrescer crescendo. ***In:*** LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar P. (Orgs). **Enfrentando os limites do crescimento:** sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 117 e 121.

[583] A desaceleração da construção civil ensejaria uma redução do número de moradias. O cultivo do abacate, por exemplo, exige grande quantidade de água para irrigação, o que prejudica o meio ambiente. (5 PRODUTOS do cotidiano que são uma ameaça ao meio ambiente - e alguns, à sua saúde. ***In:*** **BBC News Brasil,** 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-46692818. Acesso em: 28 fev. 2022).

[584] VEIGA, José Eli da; ISSBERNER, Liz-Rejane. Decrescer crescendo. ***In:*** LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar P. (Orgs). **Enfrentando os limites do crescimento:** sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 117 e 121.

naturais. A Sustentabilidade exige que o consumo seja estável e responsável, harmonizando-se, assim, desenvolvimento, emprego e aproveitamento da natureza.

Esse quadro evidencia a complexidade da matéria de urgência ambiental. Medidas antecipatórias que objetivem, por exemplo, suspensão ou interrupção das atividades de uma empresa, podem gerar uma reação em cadeia, refletindo na geração de empregos na região, bem como afetando o consumo dos bens e serviços oferecidos na área, daí a importância de estudar uma metodologia de decisão que abarque todos os fatores envolvidos.

4.4 APRECIAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA A PARTIR DA TEORIA DO CASO AMBIENTAL

Delimitados esses parâmetros de atuação do juiz, na análise dos pedidos de tutela de urgência ambiental, especialmente o instrumental fornecido pela Análise Econômica do Direito e pela Sustentabilidade, segue-se na direção da Teoria do Caso.

Alexandre Morais da Rosa[585] expõe a respeito:

> Com franca a influência do common law[3], cada vez mais ganha força (e crítica) a leitura a partir da Teoria do Caso[4], em que a singularidade do evento é construída pela atividade probatória dos jogadores (acusação e defesa), com respeito ao modelo adversarial. A lógica do common law, aliás, está presente na inserção de novos significantes e modos de obtenção de efeitos condenatórios, em que a "dúvida razoável" e a "colaboração premiada" são exemplos. Uma nova gramática e um novo modo de pensar a produção de verdades tensiona com a tradição continental. O transplante descontextualizado de teorias norte-americanas e europeias para América Latina provocou graves distorções em institutos[5].
> [...]
> A Teoria do Caso parte da singularidade do evento objeto de investigação e, ainda que possa ser rico em detalhes, justamente por ser singular, não apresenta condições de se extrair validade das inferências, salvo por meio de falácias e heurísticas manipuladas. As generalizações decorrentes de um caso julgado para utilização futura, modelo do common law, por sua vez, reconhecem as limitações das particularidades dos próprios casos e dos argumentos debatidos, evitando a postura indutivista ingênua, consistente em acreditar que se aconteceu X no contexto Y, significa que é possível estabelecer uma lei universal. A incomensurabilidade dos casos, no

[585] ROSA, Alexandre Morais da. Você conhece a Teoria do Caso no processo penal? ***In:*** **Revista Consultor Jurídico**. 2016. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2016-abr-22/voce-conhece-teoria-processo-penal. Acesso em: 20 nov. 2021.

> Brasil, tem sido retoricamente superada, com os riscos daí inerentes. O julgamento do “caso penal”, assim, deve acontecer somente no momento da prolação da decisão (condenatória ou absolutória) e a homologação de colaboração premiada/leniência, sendo descabido o julgamento prima facie, mas somente “tendo tudo em conta”[8], especialmente o contexto em que a norma incide e as peculiaridades do caso. Nem toda subtração de coisa móvel alheia, mesmo que formalmente verificada, constitui-se, materialmente, em furto, nem justifica a aplicação de pena, dadas as múltiplas variáveis incidentes[9]. O importante é compreender, sempre, nos jogos processuais penais, a singularidade do caso único e irrepetível, em que o resultado não esteja dado de antemão.

Logo, a Teoria do Caso consiste em método por meio do qual o magistrado, ao apreciar a controvérsia que lhe foi trazida, esmiúça o fato discutido, estabelecendo o que aconteceu (por meio das provas), verificando a ordem cronológica e, sobretudo, fixando suas peculiaridades e variáveis importantes, a fim de o encaixar (ou não) na normal legal ou no precedente correlatos[586].

A Teoria do Caso, assim, apresenta três atributos: a) fatos; b) normas; c) provas.

4.4.1 Fatos

O primeiro atributo consiste na análise do acontecimento em discussão, para o que o gerenciamento das informações é fundamental. No atual estágio da informática, da tecnologia e dos meios de comunicação, a quantidade de dados é enorme, daí a necessidade de esboçar uma teoria para o exame deste arcabouço. Para tomar uma decisão, é preciso entender, de maneira satisfatória, o fato debatido. E tal deliberação não é só judicial, porquanto todo profissional jurídico, envolvido na hipótese, toma decisões. O enquadramento dado pelo Ministério Público, por exemplo, ao ingressar com ação civil pública, pressupõe apreciação do ocorrido e deliberação acerca do princípio pertinente, se o da precaução ou

---

[586] Esta exegese foi confirmada em aresto da lavra de Alexandre Morais da Rosa, em julgamento da Terceira Turma Recursal de Santa Catarina, extraindo-se da ementa: “CRIME DE RESISTÊNCIA. ART. 329 DO CÓDIGO PENAL. NÃO PARADA EM BLITZ. PUNIÇÃO ADMINISTRATIVA. BIS IN IDEM CONFIGURADO. ATIPICIDADE DA CONDUTA DIANTE DA AUSÊNCIA DE INDICADORES INDEPENDENTES DE OUTRO CRIME ANTECEDENTE, NO CASO, DESOBEDIÊNCIA. DISTINÇÃO DE CONDUTAS. TEORIA DOS CASO. RECURSO PROVIDO”. (SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação n. 0002709-41.2017.8.24.0075.** Relator: Des. Alexandre Morais da Rosa, julgamento em: 17 jun. 2020. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AAAgOzAAVAAKEpmAAH&categoria=tr5. Acesso em: 24 nov. 2021).

prevenção. Tratamos, pois, de um plano de ação, uma estratégia processual para decidir (aplicar o Direito), trabalhando com elementos como probabilidade, cronologia, evidências, diagnósticos e inteligência artificial. É uma questão de gerenciamento dos casos e dos mecanismos à disposição para elucidá-los.

Augusto Renzo Espinoza Bonifaz[587] explica:

> 2. ¿Qué es la teoría del caso?
> Es un ángulo, un punto de vista desde el cual mirar la prueba, en términos tales que si el juez la mira desde allí verá en ella lo que nosotros vemos. Es nuestra simple, lógica y persuasiva historia acerca de lo que realmente ocurrió, la brújula del litigante, un mapa que se diseña desde el momento en que se tiene conocimiento de los hechos y que tiene tres elementos:
> Fáctico: es la identificación de los hechos relevantes que nos ayudan a comprobar la responsabilidad o no del procesado.
> Jurídico: consiste en la subsunción de los hechos dentro de un tipo penal.
> Probatorio: son los medios probatorios que acreditaran las proposiciones fácticas.
> Podemos afirmar entonces que la teoría del caso es una herramienta importante porque permite:
> Realizar un análisis estratégico del caso.
> Ordenar y clasificar la información del caso.
> Adecuar los hechos al tipo penal, lo cual servirá para defender la tesis.
> Determinar que es lo que esperamos de la investigación.
> Seleccionar la evidencia relevante.
> Detectar debilidades propias.
> Identificar las debilidades de la parte contraria.

Dessa forma, segundo a teoria do caso, o magistrado, ao analisar um processo, deve traçar um plano de trabalho dividido em três etapas, quais sejam, dos fatos, do enquadramento jurídico e das provas, para, ao final, entregar a solução (decisão judicial).

A abordagem de um fato não deve ser às cegas, sem metodologia, nem

---

[587] O que é a teoria do caso? É um ângulo, um ponto de vista a partir do qual se observa a prova, de modo que se o juiz a observar desde o mesmo também enxergará o que nós enxergamos. É nossa simples, lógica e persuasiva história sobre o que realmente aconteceu, a bússola do litigante, um mapa que se desenha desde o momento em que se tem ciência dos fatos e que apresenta os seguintes elementos: Fático: é a identificação dos fatos revelantes que nos ajudam a demonstrar a responsabilidade ou não do acusado. Jurídico: representa o enquadramento dos acontecimentos num tipo penal. Probatório: são os meios de prova que corroborarão as hipóteses fáticas. Podemos afirmar, então, que a teoria do caso é uma ferramenta importante porque permite: Realizar uma análise estratégica do caso. Ordenar e classificar a informação do caso. Enquadrar as ações no tipo penal, o qual servirá para defender a tese. Determinar o que se espera da investigação. Selecionar a evidência importante. Detectar as próprias debilidades. Identificar as debilidades da parte contrária. (tradução livre do autor). (BONIFAZ, Augusto Renzo Espinoza. **Estrategias de litigación penal:** Teoría del Caso. 2008. Disponível em: https://derechopenalonline.com/estrategias-de-litigacion-penal-teoria-del-caso/. Acesso em: 24 nov. 2021).

desprovida de uma estratégia para concatenar as ideias. Tanto a construção de uma versão do ocorrido, quanto a elaboração da decisão a ser tomada, exigem um plano de trabalho a fim de examinar a controvérsia, como também organizar os elementos envolvidos, quais sejam, fáticos, normativos e probatórios. Incumbe ao magistrado montar um raciocínio capaz de convencer, articulando seus argumentos, até porque, para Hesbert Benavente Chorres[588], não basta, ao jurista, interpretar o evento trazido ao seu conhecimento; é necessário persuadir de que sua leitura é a correta.

Olga Fernanda Casarez Zazueta e Germán Guillén López[589] identificam a estrutura da Teoria do Caso:

> La teoría del caso se sostiene por medio de tres elementos básicos.
> A. Fáctico Es la identificación de los hechos relevantes o conducentes que deben ser reconstruidos durante el debate oral, a través de las pruebas. Los hechos contienen la acción o circunstancias de tiempo, modo o lugar, los instrumentos utilizados, y el resultado de la acción o acciones realizadas.
> Se puede contar con múltiples proposiciones fácticas para cada uno de los elementos legales, o solo con una. Estas proposiciones pueden ser fuertes o débiles.
> B. Jurídico Son los componentes básicos de la constitución de una norma penal la cual se soporta en estas en la tipicidad, la culpabilidad y la antijurícidad. Es este el punto de partida para el inicio de la investigación penal. Se fundamenta en la adecuación típica de la conducta, los hechos y el marco reglado sancionador de que dispone la ley. Es el encuadramiento de los hechos dentro de la norma penal aplicable.
> C. Probatorio Sustenta lo factico; permite establecer cuáles son las pruebas convenientes que soporten la conducta punible y de responsabilidad del acusado, o la ausencia o falla de estos requisitos en el caso de la defensa.
> Esta teoría es el modo de comprobar ante el juez los planteamientos formulados.

---

[588] BENAVENTE CHORRES, Hesbert. **La aplicación de la teoría del caso y la teoría del delito en el processo penal acusatório**. Barcelona: Librería Bosch, 2011, p. 21.

[589] “A teoria do caso é sustentada por três elementos básicos. A. Factual É a identificação dos fatos relevantes ou propícios que devem ser reconstituídos durante o debate oral, por meio das provas. Os fatos contêm a ação ou circunstâncias de tempo, maneira ou lugar, os instrumentos usados e o resultado da ação ou ações realizadas. Você pode ter várias declarações factuais para cada um dos elementos jurídicos ou apenas uma. Essas proposições podem ser fortes ou fracas. B. Jurídicas São os componentes básicos da constituição de uma norma penal que se ampara nestes na tipicidade, na culpa e na ilicitude. Este é o ponto de partida para o início da investigação criminal. Baseia-se na adequação típica da conduta, dos fatos e do quadro regulamentar sancionatório previsto em lei. É o enquadramento dos fatos dentro do direito penal aplicável. C. Probatório. A evidência sustenta o factual; permite estabelecer quais são as provas convenientes que suportam a conduta e responsabilidade puníveis do acusado, ou a ausência ou descumprimento desses requisitos no caso da defesa. Essa teoria é a forma de verificar perante o juiz as abordagens formuladas” (tradução livre). (CASAREZ ZAZUETA, Olga Feranda; GUILLÉN LÓPEZ, Germán. **Teoria Del Caso Em El Sistema Penal Acusatorio**. [s.d.]. Disponível em: http://www.juridicaformativa.uson.mx/memorias/v_coloquio/doc/derechoconstitucional/CAZAREZ_OLGA_Y_GERMAN_GUILLEN.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021).

Por conseguinte, o juiz, ao receber pedido de tutela de urgência em matéria ambiental, deve destrinchar o acontecimento retratado pelo autor da ação, delimitando seus detalhes e particularidades.

Mesmo que, no processo, cada agente atue em prol de determinado interesse, a Teoria do Caso fornece elementos para melhor esclarecer o fato controvertido, o que beneficiará a todos os envolvidos. É um trabalho conjunto, que precisa inclusive de coerência, vale dizer, não se admitem versões subsidiárias e alternativas.

Gabriel Calvillo Díaz[590] ilustra:

> El proceso penal tendrá por objeto el esclarecimiento de los hechos, proteger al inocente, procurar que el culpable no quede impune y que los daños causados por el delito se reparen;
> [...]
> Debe ser una simple, lógica y persuasiva historia acerca de lo que realmente ocurrió.
> [...]
> Sólo podemos presentar y defender ante el tribunal oral una única teoría del caso, por lo tanto, las peticiones subsidiarias deben ser desterradas.
> – No resulta creíble presentar versiones alternativas.

A teoria sob enfoque é o meio através do qual o litigante apresentará, ao Judiciário, a "*sua teoria do caso*", ou seja, sua versão do ocorrido, seu enquadramento jurídico e suas provas. Logo, não há lugar para narrativas subsidiárias, muito menos alternativas. Aliás, no CPC, o princípio da colaboração, contido no seu art. 6º, caminha nesse rumo, isto é, as partes devem cooperar, com o juiz e entre si, para estabelecer o que [realmente] aconteceu, e não tumultuar o processo com alegações desconexas e incompatíveis.

A experiência processual [CPC, art. 375] indica a ocorrência de assertivas genéricas nas contestações.

Outrossim, a Organización de los Estados Americanos[591] orienta que a

---

[590] "O processo penal terá por objeto o esclarecimento dos fatos, proteger o inocente, buscar que o culpado não fique impune e que os danos causados pelo delito sejam reparados; [...] Deve ser uma simples, lógica e persuasiva história sobre o que realmente aconteceu. [...] Só podemos apresentar e defender perante o Tribunal uma única teoria do caso, pelo que as versões subsidiárias devem ser dispensadas. – Não é crível apresentar versões alternativas" (tradução livre do autor). (CALVILLO DÍAZ, Gabriel. **Los Delitos Contra el Ambiente y la Teoría del Caso del Ministerio Público**. [s.d.]. Disponível em: http://www.paot.org.mx/contenidos/paot_docs/cursos/2012/pdf/TEORIA_CASO_DELITOS_CONTRA_AMBIENTE.pdf. Acesso em: 25 nov. 2021, p. 19, 76 85)

Teoria do Caso, ao mesmo tempo em que é um processo constante de construção da estratégia apresentada em juízo, deve constituir uma tese coerente e firme, sob pena de o litigante perder a credibilidade:

> Es un proceso de construcción permanente, se van añadiendo y esechando elementos, hasta armar el rompecabezas de la historia que se defenderá en el debate, acompañada de sus elementos probatorios.
> [...]
> Recomendación: usar la secuencia cronológica para armar la teoría fáctica. No cambiar la teoría sin motivo o estrategia firme, pues se afectará la credibilidad.

O processo judicial pode levar anos, inclusive atravessando diversas instâncias. Assim, o operador do Direito deve ter em mente que, a cada etapa do caminho, deverá continuar construindo sua Teoria do Caso, mas sempre com harmonia e coerência.

A partir de critérios para apreciação de tutelas de urgência em matéria ambiental, como medida liminar pleiteada em ação civil pública postulando suspensão de obra ou qualquer medida ofensiva ao meio ambiente, a tomada de decisão, com base na Teoria do Caso, irá inicialmente identificar os fatos relevantes da controvérsia.

4.4.2 Normas

Segundo, o juiz enquadra o acontecimento debatido no Direito, ou seja, a pretensão importa, por exemplo, aplicação do princípio da prevenção ou da precaução? Quais normas e precedentes ambientais incidem na controvérsia posta em Juízo? Tratados Internacionais são aplicáveis?

Olga Fernanda Casarez Zazueta e Germán Guillén López[592] são

---

[591] "É um processo de construção constante, por meio do qual se vão acrescentando e retirando elementos, até armar o quebra-cabeça da história que se defenderá no debate, acompanhada de seus elementos probatórios. [...] Recomendação: usar a sequência cronológica para armar a teoria fática. Não trocar a teoria sem motivo ou estratégia firma, pois afetará a credibilidade" (tradução livre do autor). (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Teoria del caso.** [s.d.]. Disponível em: https://www.mpfn.gob.pe/escuela/contenido/actividades/docs/127_teoria_caso_general.pdf. Acesso em: 26 out. 2021, p. 7 e 12).

[592] "1. A teoria do caso contém as seguintes vantagens: [...] Adequar os fatos ao tipo penal, o que servirá para defender a tese" (tradução livre). (CASAREZ ZAZUETA, Olga Feranda; GUILLÉN LÓPEZ, Germán. **Teoria Del Caso Em El Sistema Penal Acusatorio**. [s.d.]. Disponível em: http://www.juridicaformativa.uson.mx/memorias/v_coloquio/doc/derechoconstitucional/CAZAREZ_OLGA_Y_GERMAN_GUILLEN.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021, p. 7-8)

esclarecedores quando dizem:

> 1.La teoría del caso presenta las siguientes ventajas:
> [...]
> Adecuar los hechos al tipo penal, lo cual servirá para defender la tesis.

Dessa maneira, num segundo momento, após reconstruir e delimitar o fato controvertido, é preciso enquadrá-lo no Direito.

O encaixe do acontecimento na Ciência Jurídica pressupõe a incidência de normas, princípios e regras, que constituem os elementos através dos quais o Direito se manifesta.

Maria Helena Diniz[593] elucida que as normas, num sentido amplo, representam a organização da vida em sociedade:

> O homem é, ao mesmo tempo, indivíduo e ente social. Embora seja um ser independente, não deixa de fazer parte, por outro lado, de um todo, que é a comunidade humana.
> [...]
> Com efeito, desde o nascimento o ser humano pertence a alguns grupos, como família, comunidade local, classe, nação, Igreja, escola, clube, empresa, sindicatos etc. E em todos os grupos há normas disciplinadoras do comportamento de seus membros. Hariou já nos ensinava que cada instituição se constitui com uma finalidade própria que visa atingir. Em torno desse fim e no âmbito respectivo, cada uma regula sua vida, fixando normas de coexistência do todo, limitando-se as ações das pessoas que a compõem, definindo-lhes os direitos e deveres.
> O fundamento das normas está na exigência da natureza humana de viver em sociedade, dispondo sobre o comportamento dos seus membros. As normas são fenômenos necessários para a estruturação ôntica do homem. E como a vida do grupo social está intimamente ligada à disciplina das vidas individuais, elas fundam-se também na necessidade de organização na sociedade, exatamente porque não há sociedade sem normas de direito, que têm por objeto uma ação humana, obrigando-a, permitindo-a ou proibindo-a.
> A sociedade sempre foi regida e se há de reger por um certo número de normas, sem o que não poderia subsistir.
> A vida em sociedade exige o estabelecimento de normas jurídicas que regulem os atos de seus componentes; são os mandamentos dirigidos à liberdade humana no sentido de restringi-la em prol da coletividade, pois esta liberdade não pode ser onímoda, o que levaria ao caos. As normas de direito visam delimitar a atividade humana, preestabelecendo o campo dentro do qual pode agir. Sua finalidade é traçar as diretrizes do comportamento humano na vida social, para que cada um tenha o que lhe é devido, e dirigir a liberdade no sentido da justiça, estabelecendo, para vantagem de todos, os

[593] DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. 9. ed., São Paulo: Saraiva, 1997, p. 327-329.

> marcos das exigibilidades recíprocas, garantindo a paz e a ordem da sociedade.
> As criaturas racionais, de certo modo, são “empurradas” na “legalidade” dessa vida social, o que ressalta a importância da norma jurídica.
> Assim, segundo o que observou Ihering, a norma jurídica é o instrumento elaborado pelos homens para lograr aquele fim consistente na produção da conduta desejada. A teleologia social tem, portanto, um papel dinâmico e de impulsão normativa.
> A norma jurídica é a “coluna vertebral” do corpo social.

As normas jurídicas, vale dizer, os padrões de comportamento humano em sociedade, definidos pelo Direito, materializam-se por meio de regras e princípios[594]. As primeiras têm contornos mais precisos, fechados, inclusive estabelecendo exceções, além do que, em havendo conflitos, estes são resolvidos no plano da validade, aplicando-se a regra válida e afastando-se a inválida. Já os segundos são conceitos mais abertos, abstratos e, devido ao caráter teórico, não necessitam fixar ressalvas, sendo que, nos casos de confrontos, decidem-se através de critérios de peso e preponderância, de modo que um princípio prevalece sobre outro, mantendo-se ambos coexistindo no ordenamento.

4.4.3 Provas, inversão do ônus e excepcional aplicação da Súmula 618 do Superior Tribunal de Justiça

O terceiro elemento da Teoria do Caso consiste na deliberação sobre as provas por parte do julgador, que pode indagar: A documentação e os demais elementos trazidos pelo autor são suficientes para demonstrar a probabilidade do

---

[594] Néviton Guedes, baseando-se nas lições de Ronald Dworkin, demarca a diferença entre princípios e regras: “A distinção, contudo, que mais interessa ao autor e que também mais se ajusta aos objetivos deste artigo é a existente entre regras e princípios. Em clássica avaliação, Dworkin nos adverte de que a diferença entre princípios legais e regras jurídicas é uma distinção lógica. Ambos os tipos de normas (standards) apontam para determinadas decisões sobre obrigações em circunstâncias particulares, mas diferem quanto ao caráter da direção que elas oferecem. Enquanto as regras são aplicáveis a partir de um critério de tudo-ou-nada, este critério não vale para os princípios. Assim, ou a regra é válida e, então, se deveriam aceitar os seus efeitos jurídicos, ou a regra não é válida e, por isso, não fundamenta nem pode exigir qualquer consequência jurídica. Como a possibilidade de exceções não pode prejudicar esse resultado, uma formulação completa e a mais adequada de uma regra precisa incluir todas as exceções. Princípios, ao contrário, não determinam, quando verificado um caso de sua aplicação, uma decisão concludente segundo uma formulação pronta e acabada. Diversamente, os princípios veiculam motivos, que falam por uma decisão. Outros princípios que, de seu lado, segundo sua formulação seriam também aplicáveis, podem preceder um outro princípio no caso concreto”. (GUEDES, Néviton. **A importância de Dworkin para a teoria dos princípios**. 2012. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2012-nov-05/constituicao-poder-ronald-dworkin-teoria-principios. Acesso em: 28 jul. 2022).

direito almejado e o perigo da demora? A hipótese fática implica inversão do ônus probatório? O contraditório é necessário para elucidar melhor o acontecimento, dando oportunidade, ao réu, de contribuir?

Alexandre Câmara[595] discorre sobre um conceito relevante – a prova:

> No módulo processual de conhecimento, para que o juiz possa formar seu convencimento e decidir o objeto do processo, faz-se fundamental a colheita das provas que se façam necessárias, e que serão o material com base em que o juiz formará seu juízo de valor acerca dos fatos da causa. Este é, pois, o momento de se passar ao exame das normas e princípios que regem a prova, conjunto este que recebe de alguns doutrinadores o nome de direito probatório.
> Denomina-se prova a todo elemento que contribui para a formação da convicção do juiz a respeito da existência de determinado fato. Quer isso significar que tudo aquilo que for levado aos autos com o fim de convencer o juiz de que determinado fato ocorreu será chamado de prova.

As provas são tão importantes que, para Rodrigo Jorge Moraes[596], o processo, sem elas, é *oco e vazio*. Sustenta que o *direito probante*, formado pelo *direito de provar* (acessar os meios de demonstrar) e pelo *direito à prova* (produzir os elementos específicos do caso), constitui uma garantia fundamental, cuja desobservância faz com que a atividade jurisdicional dificilmente pacifique as partes.

A regra geral é de que o autor da ação tem o dever de demonstrar o fato que constitui o direito pleiteado, enquanto que, ao réu, a obrigação é de comprovar o evento a impedir, modificar ou extinguir aquele direito reivindicado pelo adversário (art. 373 do CPC), devendo ser destacada a súmula 618 do Superior Tribunal de Justiça, a qual prevê que “a inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental[597].

A propósito da relação entre o Direito Ambiental e o Direito do Consumidor, refletida na jurisprudência nacional antes mesmo da publicação do aludido enunciado, Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Fensterseifer[598] comentaram:

---

[595] CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**: volume 1. 25. ed., São Paulo: Atlas, 2014, p. 431.

[596] MORAES, Rodrigo Jorge. **Produção antecipada de provas na tutela do meio ambiente:** no processo individual e coletivo. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 52 e 65.

[597] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Corte Especial aprova súmulas sobre direito ambiental e bens públicos.** 2018. Disponível em https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2018/2018-10-24_16-20_Corte-Especial-aprova-sumulas-sobre-direito-ambiental-e-bens-publicos.aspx. Acesso em: 24 nov. 2021.

[598] SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito ambiental:** introdução, fundamentos e teoria geral. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 391-392.

> Os instrumentos extrajudiciais e judiciais de proteção dos direitos em análise são, em grande medida, os mesmos (por exemplo, inquérito civil, termo de ajustamento de conduta, ação civil pública), bem como há uma interpretação sistemática e integração normativa entre os diplomas legislativos que regulamentam ambas as matérias, sugerindo, inclusive, um diálogo de fontes normativas. Talvez o melhor exemplo para demonstrar isso seja a questão da inversão do ônus da prova em matéria coletiva. Sobre o tema, o STJ, em decisão sob a relatoria da Min. Eliana Calmon, admitiu a inversão do ônus probatório em ação civil pública de natureza ambiental, considerando a relação interdisciplinar entre as normas de proteção ao consumidor e as de proteção ambiental. A interpretação formulada pelo STJ determinou, ao admitir a extensão das regras de proteção ao consumidor para a tutela ecológica, a integração de ambos os sistemas de proteção jurídica, aproveitando para a tutela ecológica instituto jurídico consagrado de forma expressa apenas no âmbito da legislação consumerista, ou seja, a inversão do ônus da prova (art. 6º, VIII, do CDC).

Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero[599] afirmam que a distribuição do ônus depende, num primeiro momento, da natureza da alegação fática, ou seja, a princípio, o requerente deve demonstrar o acontecimento que lhe dá suporte, enquanto que, ao requerido, incumbe comprovar o evento contrário, isto é, a ocorrência que invalide o fato sustentado na exordial. Ponderam, ainda, que a distribuição pode ser fixa, representada pela aludida regra geral, ou dinâmica, quando o magistrado inverte o ônus, no caso concreto, observando suas peculiaridades, bem como preservando a igualdade entre as partes, transferindo o compromisso a quem reúne melhores condições de produzir a prova.

Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça firmou esse entendimento, consolidando orientação de que o juiz, ao modificar o compromisso probatório, cumpre regra instrutória, vale dizer, não está julgando, mas sim preparando o processo para a futura decisão[600].

A distribuição dinâmica do ônus da prova objetiva superar a chamada “prova diabólica”, representada pelo elemento probatório de impossível ou muito difícil confecção.

---

[599] MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo código de processo civil comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 394-396.

[600] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp n. 1.985.499/RS.** Relatora: Ministra Nancy Andrighi, julgamento em: 17 mai. 2022. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202101960361&dt_publicacao=19/05/2022. Acesso em: 24 nov. 2021.

Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero[601] inclusive advertem que a decisão de inversão do ônus requer fundamentação idônea que, a par de demonstrar a razão pela qual não incide a regra geral, isto é, além de explicar por que o encargo será trocado, deve conceder oportunidade para que a concernente prova seja produzida.

Por outro lado, por ocasião da apreciação da tutela de urgência ambiental, a inversão do ônus da prova deve ser tratada como medida excepcional, vale dizer, a súmula 618 do STJ não deve ser aplicada de forma irrestrita, até porque seu enunciado não esclarece o momento da inversão, não delimita os requisitos para tal providência, nem aponta se é regra obrigatória ou facultativa.

Luiz Gustavo Escorcio Bezerra e Victor Penitente Trevizan[602], ao comentarem o preceito sumular, defendem:

> O seu enunciado como posto, por si só, é notadamente simplório e, quando aplicado na prática, nem sempre proporciona soluções mais efetivas às demandas judiciais afetas à reparação de danos ambientais.
> [...]
> É exceção, portanto, a dinamização do ônus da prova, condicionada à aferição de condições desiguais ou desproporcionais entre as partes. A sua aplicação, vale dizer, não tem o condão de criar uma "via de mão única" como ocorre com a inversão do ônus da prova prevista no CDC, mas, sim, uma via de mão dupla, entre autor e réu, a fim de viabilizar a prolação de decisões melhor fundamentadas e adequadas ao caso concreto.
> Ao proferir decisão conferindo a dinamização da prova entre as partes, o magistrado deverá se valer preferencialmente da decisão saneadora (artigo 357, III, do CPC/15), oportunizando à parte se desincumbir do ônus recebido (artigo 373, §2º, do CPC/15). Nesse sentido, não é aceitável que a flexibilização do ônus da prova imponha "prova diabólica" para a parte em relação a qual se acreditava que teria mais possibilidade de provar o fato.
> Observa-se que, na prática, a distribuição dinâmica do encargo probatório alcança maior aplicação quando há notória discrepância entre uma parte e outra em relação a conhecimentos técnicos, informações específicas a respeito de fatos ou dados, maior acesso a elementos relevantes ao deslinde do feito (documentos, produtos etc.), e, portanto, excessiva dificuldade de produção probatória por uma das partes.
> [...]
> Faz-se clara, portanto, a necessidade de aplicação criteriosa da

[601] MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo código de processo civil comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 396.
[602] BEZERRA, Luiz Gustavo Escorcio; TREVIZAN, Victor Penitente. **A Súmula 618 do STJ e a dinamização do ônus da prova em matéria ambiental**. 2020. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2020-dez-05/opiniao-sumula-618-stj-dinamizacao-onus-prova. Acesso em: 4 nov. 2022.

> Súmula nº 618 para que, na prática, a inversão do ônus da prova — ou mesmo a distribuição dinâmica do ônus da prova na moderna concepção do CPC/15 — ocorra de forma equilibrada e equânime, preservando-se direitos e garantias fundamentais e, até, tornando mais eficiente e precisa a instrução probatória em demandas judiciais ambientais.

Noutras palavras, o enunciado não serve para, automaticamente, por exemplo, dispensar o autor da ação civil pública de provar que a atividade do réu é poluidora, fazendo com que, ao revés, este deva provar que não está poluindo.

Em artigo escrito juntamente com os professores Marcelo Buzaglo Dantas e Alice Cruz[603], após expor que a Súmula n. 618 do STJ merece ser revisitada, concluímos:

> Contudo, na hipótese de sua manutenção, ou até que seja reformada, deve ser interpretada considerando: a) que a inversão do ônus da prova é possível, mas não automática nas demandas ambientais; b) que a inversão do ônus probatório é regra de instrução, devendo ser decretada nesta fase processual, nunca em sentença; c) que a inversão do ônus da prova não pode culminar na imputação do dever de produzir prova impossível ou diabólica ao réu; d) que o magistrado, ao decidir sobre o ônus da prova, deve analisar qual parte está em melhores condições de produzi-la, para, preferencialmente, distribuir de forma dinâmica o ônus probatório.

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, a propósito, em importante julgado, salientou os riscos da incidência mecânica do enunciado em tela:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TUTELA DO MEIO AMBIENTE - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - POSSIBILIDADE EM TESE - NECESSIDADE DE REVELAÇÃO CONCRETA DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS - NCPC - RECURSO PROVIDO. A inversão do ônus da prova é em tese possível (art. 373 do Novo Código de Processo Civil). Só que é deliberação sensível; quebra a intuição quanto ao regime processual, colocando, por assim dizer, aquele que acusa em posição mais cômoda. Daí a excepcionalidade - não no sentido de um evento necessariamente bissexto, mas na linha de que não pode ser visto como o caminho usual. A aplicação do postulado exige requerimento e fundamentação feitas para o caso concreto. Não é bastante a evocação da relevância do direito ambiental ou dos princípios da precaução e da prevenção. Não fosse assim, a decisão não seria ope judicis, mas invariavelmente ope legis. Súmula 618 do STJ ("A inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental") que deve ser lida com tal ressalva e com a atual previsão

---

[603] DANTAS, Marcelo Buzaglo; PIZOLATI, Marcelo; CRUZ, Alice Francisco da. O ônus da prova nas ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente. ***In:*** **Revista dos Tribunais,** vol. 110, n. 1026, p. 43-55. São Paulo: Ed. RT, abril 2021.

do NCPC[604].

A regra geral, portanto, é que o autor da ação é quem deve demonstrar o fato apontado, não podendo recair ao agente supostamente poluidor o ônus de demonstrar que não causou degradação ou que não infringiu normas ambientais. Pensar o contrário é subverter o sistema e desequilibrar o jogo processual, fazendo com que o empreendedor deva provar, por exemplo, que não polui.

Não só isso. O mero entendimento de que a situação é fática e controvertida não pode ensejar, por si só, a suspensão de empreendimento, ainda que se reconheça a existência de danos ambientais[605]. É que esta lógica, na prática, caracteriza a automática inversão do ônus da prova, afastando a obrigação de o autor da ação provar o alegado, podendo inclusive impor a chamada "prova diabólica".

Certo que a concessão da tutela de urgência pressupõe a probabilidade do direito alegado, aliada ao perigo da demora e à reversibilidade da medida, não se pode dispensar o requerente de demonstrar que o direito pretendido é provável, fundado em prova robusta, suficiente para deferir o pedido liminar[606].

---

[604] SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo de Instrumento n. 4004419-59.2017.8.24.0000.** Relator: Des. Hélio do Valle Pereira, julgamento em: 02 mar. 2021. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AABAg7AAHAAC6LIAAL&categoria=acordao_5. Acesso em: 15 fev. 2021. Na mesma linha o TJSC fixou que a aplicação da súmula 618 do STJ não pode ser automática: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO AMBIENTAL. INDEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR, MAS COM A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CONTEXTO QUE NÃO PERMITE A APLICAÇÃO MECÂNICA DA SÚMULA N. 618 DO STJ. ORDEM NO CASO QUE IMPLICA PRODUÇÃO DE FATO NEGATIVO. DECISÃO EM PARTE MODIFICADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO" (SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo de Instrumento n. 5006623-20.2021.8.24.0000.** Relator: Des. Jorge Luiz de Borba, julgamento em: 24 ago. 2021. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=3216298702076148328 04285376329&categoria=acordao_eproc. Acesso em: 15 fev. 2021).

[605] O Tribunal Regional Federal da 4ª Região já seguiu nesta linha: "ADMINISTRATIVO, AMBIENTAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA DE URGÊNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. SITUAÇÃO FÁTICA CONTROVERTIDA. DANOS AMBIENTAIS. COGNIÇÃO EXAURIENTE. NECESSIDADE. 2. A situação fática sub judice é controvertida, e a certeza acerca da ocorrência de danos ambientais na região exige cognição exauriente, após regular instrução probatória". (BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **AG 5018833-02.2018.4.04.0000.** Relatora: Desa. Federal Vivian Joséte Pantaleão Caminha, julgamento em: 29 ago. 2018. Disponível em: https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&numero_gproc=40000644773&versao_gproc=9&crc_gproc=80f12ec1. Acesso em: 15 fev. 2021).

[606] O Tribunal Regional Federal da 4ª Região tem fixado que a concessão de tutela provisória de urgência exige a coexistência de dois pressupostos - a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA DE URGÊNCIA. EDIFICAÇÕES SUPOSTAMENTE CONSTRUÍDAS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. PEDIDOS DE AFIXAÇÃO DE PLACA INFORMATIVA E PROIBIÇÃO DE NOVAS INTERVENÇÕES.

Decisão recente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região ilustra a correta incidência do instituto, porquanto exigiu, primeiro, que o autor da ação apresentasse alegações verossímeis, para depois alterar o encargo probatório:

> AMBIENTAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DA PARTE AUTORA. INVERSÃO DO ÔNUS DE PROVA. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO. 1. Consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "a responsabilidade civil pelo dano ambiental, qualquer que seja a qualificação jurídica do degradador, público ou privado, é de natureza objetiva, solidária e ilimitada, sendo regida pelos princípios poluidor-pagador, da reparação in integrum, da prioridade da reparação in natura e do favor debilis, este último a legitimar uma série de técnicas de facilitação do acesso à justiça, entre as quais se inclui a inversão do ônus da prova em favor da vítima ambiental" (STJ, REsp 1.454.281/MG, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 09-9-2016). 2. Consigne-se que na hipótese sob exame, há verossimilhança das alegações do Ministério Público Federal no que diz respeito à construção em área de preservação permantente e consequente dano ambiental causado. 3. Agravo de instrumento desprovido[607].

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, por sua vez, ao afastar a inversão do ônus da prova, destacou que, no caso concreto, o Ministério Público não poderia ser considerado hipossuficiente e vulnerável:

PERIGO DE DANO NÃO DEMONSTRADO. PLAUSIBILIDADE DO PLEITO NÃO EVIDENCIADA. DESCABIMENTO DAS MEDIDAS DE URGÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. 1. Hipótese em que se trata de edificações que teriam sido erguidas entre os anos de 1978 e 1995, a primeira, e entre 1995 e 2003, a segunda, ou seja, a construção mais recente teria sido concluída há quase 20 anos. Sendo assim, uma vez que se cuida de construções já antigas, os eventuais danos ambientais causados estão já há muito consolidados, inexistindo razão para a adoção, neste momento, de qualquer medida cautelar. Impõe-se ressaltar, igualmente, que o agravante não dá notícia de que alguma obra tenha sido autorizada pelos órgãos responsáveis, ou iniciada pelo agravado, com a finalidade de ampliar a área já construída, o que justificaria, de forma concreta, a necessidade de adoção das providências cautelares postuladas. Diante desse cenário, não se vislumbra o *periculum in mora* a autorizar a tutela de urgência. 2. Imóvel que estaria localizado em área urbana consolidada, incluída em zona urbana pelo plano diretor, inclusive com a devida anotação junto ao Registro de Imóveis competente. Informações que dificultam a visualização da plausibilidade do direito alegado, considerando que, em tese, as construções teriam sido realizadas em área já urbanizada, inclusive conforme a regulamentação editada pela administração municipal. 3. Considerando a ausência de qualquer perigo de dano iminente, e tendo em vista os elementos que enfraquecem a verossimilhança das alegações contidas na petição inicial, entende-se que não se revela cabível, no caso, a adoção das medidas cautelares pretendidas". (BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **Agravo de Instrumento nº 5000557-15.2021.4.04.0000.** Relator: Des. Federal Victor Luiz dos Santos Laus, julgamento em: 09 fev. 2022. Disponível em: https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&numero_gproc=40003034045&versao_gproc=5&crc_gproc=c8b23f8d. Acesso em: 15 fev. 2021).

[607] BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **AG 5014418-34.2022.4.04.0000.** Relator: Des. Federal Victor Luiz dos Santos Laus, julgamento em: 14 set. 2022. Disponível em: https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&numero_gproc=40003487416&versao_gproc=6&crc_gproc=01b7d0b1. Acesso em: 15 fev. 2021.

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MEIO AMBIENTE. ÔNUS DA PROVA. INVERSÃO. IMPOSSIBILIDADE NO CASO EM CONCRETO. AUSÊNCIA DE VULNERABILIDADE E HIPOSSUFICIÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. 1. Não se trata de aplicação do princípio da precaução, que originou a edição da súmula 618 do STJ, uma vez que o imóvel possui registro junto CAR e georreferenciamento. 2. Os princípios da precaução e da prevenção, são voltados, em suma, para a atuação do Poder Público, no âmbito das políticas públicas, exigindo cautela, de modo a antecipar e evitar danos ambientais. Tais preceitos não autorizam, por si só, a inversão, especialmente quando ausente a hipossuficiência. 3. Para o deferimento da inversão do ônus da prova ope judicis é imprescindível a demonstração da verossimilhança da alegação ou de sua hipossuficiência. A hipossuficiência, por sua vez, está ligada à situação de vulnerabilidade, que pode ser técnica, econômica, jurídica. 4. In casu, não há como considerar que o Ministério Público se trate de parte hipossuficiente ou vulnerável. De acordo com os documentos carreados nos autos, é possível inferir que o agravante possui corpo técnico composto de profissionais de alta capacitação, com conhecimento técnico e jurídico da matéria em debate. 5. Ademais, a inversão, no caso em concreto, acabaria por impor à parte ré a realização de prova diabólica, já que teria que comprovar fato negativo, porquanto toda a sua defesa foi realizada no sentido de negar a degradação ambiental. 6. Ausente a vulnerabilidade, inviável a inversão o ônus da prova[608].

De fato, apesar de pacífica a jurisprudência no sentido de ser cabível a inversão do ônus da prova em ações ambientais[609], a partir de princípios como do poluidor-pagador, precaução ou *in dubio pro natura*, mediante aplicação do disposto no art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, não se pode dispensar, para fins de análise da tutela provisória de urgência, a verossimilhança das alegações formuladas na pretensão inicial. É preciso avaliar, com cautela e especificidade, o fato concreto e a incidência da Súmula 618 do STJ, daí a importância da Teoria do Caso para uma prestação jurisdicional adequadamente fundamentada, examinada de forma casuística e equilibrada.

No mais, o julgador, ao deliberar sobre a instrução probatória, precisa ter o cuidado para não ficar refém do que as partes trazem, vale dizer, não raramente os litigantes selecionam os elementos probatórios que lhes interessam, chegando ao

---

[608] RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Agravo de Instrumento n. 70082320425.** Relator: Des. Luiz Felipe Silveira Difini, julgamento em: 31 out. 2019. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/exibe_html.php. Acesso em: 15 fev. 2021.

[609] BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AgInt no TP n. 2.476/RJ.** Relatora: Ministra Regina Helena Costa, julgamento em: 1 set. 2020. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201903638011&dt_publicacao=02/10/2020. Acesso em: 15 fev. 2021.

Judiciário os meios que lhes dariam razão. Com isso, é fundamental que o magistrado, inclusive mediante cooperação, determine os instrumentos necessários à completa (e segura) apuração do ocorrido, nos termos do art. 6º do CPC.

Essa terceira etapa da Teoria do Caso serve para confirmar as duas anteriores, isto é, verificar se, realmente, o acontecimento ocorreu, e se o enquadramento jurídico está correto.

Hesbert Benavente Chorres[610] ressalta:

> Construida la teoría del delito, el paso siguiente es organizar la evidencia de tal forma que la misma apoye la referida teoría. En ese sentido, la evidencia tiene por finalidad demostrar que no solamente tenemos una historia, sino un suceso en la realidad.

Nesse ponto, desenvolve-se o *standard* probatório, sobre o qual Aury Lopes Júnior e Alexandre Morais da Rosa[611] explanam:

> Existe, portanto, uma íntima relação e interação entre prova e decisão penal, de modo a estabelecer mecanismos de controle em ambas as dimensões e, com isso, reduzir o autoritarismo e o erro judiciário. É necessário, além de estabelecer as regras de admissão e produção da prova, que se defina "o que é necessário" em termos de prova (qualidade e credibilidade) para proferir uma sentença condenatória ou absolutória. E aqui entra o tema do *standard* probatório.
> Mas, afinal, o que é *standard* [1] de prova?
> Podemos definir como os critérios para aferir a suficiência probatória, o "quanto" de prova é necessário para proferir uma decisão, o grau de confirmação da hipótese acusatória. É o preenchimento desse critério de suficiência que legitima a decisão. O *standard* é preenchido, atingido, quando o grau de confirmação alcança o padrão adotado.
> **E quais são os principais padrões probatórios (*standard*) adotados?**
> Basicamente, a partir da matriz teórica melhor elaborada, que é a anglo-saxão, são estabelecidos os seguintes padrões:
> prova clara e convincente (*clear and convincing evidence*);
> prova mais provável que sua negação (*more probable than not*);
> preponderância da prova (*preponderance of the evidence*); e
> prova além da dúvida razoável (*beyond a reasonable doubt*).
> O mais exigente deles é o *beyond a reasonable doubt*, sendo, portanto, o utilizado na sentença penal, e os demais, no âmbito civil e administrativo. Sem embargo, é perfeitamente sustentável um

---

610 "Construida a teoria do delito, o passo seguinte é organizar a prova de tal forma que a mesma apoie a teoria. Nesse sentido, a prova tem por finalidade demonstrar que não somente temos uma história, mas sim um evento da realidade" (tradução livre). (BENAVENTE CHORRES, Hesbert. **La aplicación de la teoría del caso y la teoría del delito en el processo penal acusatório**. Barcelona: Librería Bosch, 2011, p. 56)

611 LOPES JUNIOR, Aury; ROSA, Alexandre Morais da. Sobre o uso do *standard* probatório no processo penal. ***In:*** **Consultor Jurídico,** 2019. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2019-jul-26/limite-penal-uso-standard-probatorio-processo-penal. Acesso em: 21 jul. 2022.

> rebaixamento do *standard* probatório conforme a fase procedimental. Assim, é razoável e lógico que a exigência probatória seja menor para receber uma acusação ou decretar uma medida cautelar do que o exigido para proferir uma sentença condenatória. É por isso que o CPP fala em indícios razoáveis, indícios suficientes etc. para decisões interlocutórias com menor exigência probatória (rebaixamento de *standard*).
> Portanto, podemos admitir o rebaixamento do *standard* conforme a fase, mas não conforme a natureza do crime. Constitui um grande erro supor que determinados crimes (seja pela gravidade ou complexidade) admitam "menos prova" para condenar do que outros. É absolutamente equivocada a prática decisória brasileira de, por exemplo, supervalorizar a palavra da vítima em determinados crimes (violência doméstica, crimes sexuais, crimes contra o patrimônio mediante violência ou grave ameaça etc.) e admitir a condenação exclusivamente com base na palavra da vítima ou quase exclusivamente, quando se recorre, por exemplo, às "testemunhas de ouvir dizer" que nada viram, mas ouvira... Isso não rompe com o circularidade probatória da "palavra da vítima", e, em última análise, ainda que não pareça, se está condenando apenas com base na palavra dela. Isso é um rebaixamento não justificado e não autorizado do *standard* probatório. Até porque a presunção de inocência não é "maior ou menor", "mais robusta ou mais frágil" conforme a natureza do crime.

O magistrado, ao receber petição inicial com pedido de tutela de urgência ambiental, deve elaborar sua Teoria do Caso e, na etapa probatória, estabelecer o *standard*, delimitando os critérios do seu padrão decisório, o grau de suficiência exigido na espécie, o qual, conforme explicado no capítulo dois, situa-se no âmbito da probabilidade. Em tal estágio, devem ser respondidas perguntas como: O dano à natureza é provável? Quais consequências a decisão judicial a ser tomada poderá ensejar? Quais as chances de a medida pleiteada refletir na geração de empregos e na comunidade? Os elementos probatórios, trazidos pelo autor, são plausíveis a ponto de justificar prejuízo econômico decorrente?

O que se propõe, a partir dos primados pela Sustentabilidade e Análise Econômica do Direito, que o juiz, por ocasião da apreciação da liminar ambiental, formule (e responda) indagações como: a) a interrupção da obra ou empreendimento pode ser substituída por uma medida de contenção da poluição?; b) há providência intermediária que, ao invés de paralisar, impeça ou reduza as atividades tidas como poluidoras? c) o que seria possível fazer, no caso concreto, para harmonizar desenvolvimento econômico e proteção ambiental?

A Teoria do Caso efetivamente representa um instrumento importante para que o julgador desenvolva sua fundamentação, desvencilhando-se das angústias

que se encontram nas demandas ambientais.

É uma tarefa árdua, competindo ao juiz, quando receber pleito de liminar ambiental, libertar-se das paixões relacionadas às dramáticas questões envolvidas, tais como aventados riscos de extinção das espécies e os perigos econômicos da medida urgente, avaliando a matéria, sobretudo as provas trazidas, com técnica e serenidade, daí a utilidade da teoria do caso para fundamentar sua decisão.

A prova, sabe-se, constitui elemento essencial, para o que as partes podem utilizar a via processual da produção antecipada, prevista nos artigos 381 e 382, ambos do Código de Processo Civil. Tal demanda, definida por Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero[612] como ação de asseguração de prova, serve, por exemplo, para realizar perícia quando houver risco de, no futuro, tornar-se difícil ou inviável a sua realização, permitindo que o autor, antes do ajuizamento da ação principal, apure os fatos e, assim, decida se a deflagrará[613].

Nesse compasso, fundado no art. 381, III, do CPC, Rodrigo Jorge Moraes[614] sustenta que a produção antecipada aponta uma mudança de visão acerca do destinatário da prova. Segundo o autor, nas hipóteses “em que o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação”, o elemento probatório é recebido primeiro pelos litigantes, visto que, a depender da situação, incentivará ou desestimulará o ajuizamento da demanda. Caso a parte se convença de que não vale a pena ingressar com a ação, terá havido prova sem demanda judicial.

O prévio acesso às provas constitui algo tão relevante que, relata Carlos Fernández de Casadevante Romani, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos, em 19 de fevereiro de 1998, ao julgar o caso “Guerra e outros contra a Itália”, deu razão aos moradores do município de Manfredonia, os quais pleitearam, além de

---

612 MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo código de processo civil comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 406 e 410.

613 Nessa linha, o Tribunal de Justiça manteve sentença que havia reconhecido a perda de objeto de ação civil pública, através da qual o Ministério Público pretendia a paralisação das atividades de uma empresa, por força de irregularidades no tratamento de efluentes. No caso, o laudo da FATMA, declarando que o estabelecimento realizava o tratamento adequado, foi realizado depois do ajuizamento da demanda, pelo que o prévio ingresso da produção antecipada de prova teria dispensado a deflagração da ACP. (SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Cível n. 0000294-37.2011.8.24.0062.** Relatora: Desa. Denise de Souza Luiz Francoski, julgamento em: 30 mai. 2019. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/integra.do?rowid=AABAg7AAGAAIR7ZAAO&tipo=acordao_5&nuprocesso=0000294-37.2011.8.24.0062&cdprocesso=&arq=pdf. Acesso em: 21 jul. 2022).

614 MORAES, Rodrigo Jorge. **Produção antecipada de provas na tutela do meio ambiente:** no processo individual e coletivo. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 85.

informações sobre os riscos que lhes poderiam causar as atividades de uma fábrica de produtos químicos, dados acerca das medidas a serem adotadas se houvesse um acidente. O TEDH julgou que o Estado italiano havia descumprido sua obrigação de fornecer bases essenciais para que os residentes da região avaliassem os perigos de continuarem morando perto da referida empresa[615].

Por derradeiro, a produção antecipada de prova, bem coloca Rodrigo Jorge Moraes[616], é via processual útil à tutela preventiva do Meio Ambiente, sobretudo quando os princípios da prevenção e da precaução estiverem envolvidos, porquanto permite uma verificação mais ágil e acurada do fato controvertido.

4.5 TUTELA DE URGÊNCIA AMBIENTAL: CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

Conforme evidenciado no Capítulo 1 desta Tese, todos têm direito a um Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, devendo o Poder Público e a coletividade protegerem-no, visando assegurar a preservação ambiental aos presentes e às futuras gerações. O Direito Ambiental surge de um desenvolvimento global desenfreado e de uma conscientização ambiental recente, sendo um conjunto de normas jurídicas, cujo objetivo é tutelar a vida saudável e proteger a natureza, ensejando inclusive a edição de uma série de convênios e tratados internacionais, visando a um maior compromisso dos Estados contra as mudanças climáticas e outros fenômenos.

A concretização deste Direito Fundamental não é fácil, nem simples, o que revela a importância e o papel do Poder Judiciário, tendo em vista a incontroversa degradação ambiental nos dias atuais, a partir de um desenvolvimento desenfreado e produção em massa de matéria-prima, caracterizando o que Ulrich Beck chama de sociedade de risco.

Ao se alcançar a parte final da presente Tese, vê-se que Sustentabilidade é protagonista e fornece o caminho que se deve seguir em busca da construção de uma sociedade sustentável, com o uso racional dos recursos e repositórios naturais,

---

615 CASADEVANTE ROMANI, Carlos Fernández de. **La jurisprudencia del Tribunal Europeo de Derechos Humanos relativa a la protección del medio ambiente**. Madrid: Iustel, 2018, p. 76-77.
616 MORAES, Rodrigo Jorge. **Produção antecipada de provas na tutela do meio ambiente:** no processo individual e coletivo. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 251-252.

que são finitos, permitindo um desenvolvimento econômico planejado que observe os princípios do Direito Ambiental, num verdadeiro equilíbrio. É inviável, portanto, falar em direito ao desenvolvimento ignorando a Sustentabilidade.

O juiz contemporâneo deve estar apto aos reclamos de uma sociedade pós-moderna e, ao prestar jurisdição, compete-lhe, além de entregar a resolução do conflito em tempo razoável, atuar de forma efetiva, justa e ética, protegendo a Constituição e seus valores.

Eugênio Facchini Neto[617] anota que o Judiciário tem sido chamado a enfrentar novas questões, o que evidencia o papel de um novo juiz apto a desempenhar sua função nesta complexa sociedade contemporânea em que o fenômeno jurídico mostra suas interfaces com a política, a economia e a sociedade.

Marco Félix Jobim[618] sustenta que o juiz, atualmente, não deve dominar apenas o Direito, mas sim ter um perfil conhecedor de sistema, pois não encontram mais todas as respostas no ordenamento jurídico, asseverando:

> O juiz, e até mesmo qualquer outro profissional do direito que não estiver pronto para tal mudança, congelará seu modo de atuação frente ao enriquecido ambiente de oportunidades criado por esse novo direito que surge no dia a dia da sociedade. Ele não deve nunca estar sozinho no julgamento de decisões que impactarão todo o sistema, como é o caso das decisões em sede de controle de constitucionalidade e das medidas estruturantes.

Paulo Cruz e Zenildo Bodnar[619] defendem a importância do papel do Poder Judiciário, guardião dos interesses e direitos fundamentais, na construção da Sustentabilidade, porquanto “enquanto mecanismo de afirmação dos valores e princípios constitucionais ecológicos e da ordem jurídica, incumbe a tarefa de fomentar a mudança positiva dos comportamentos dos poderes públicos”.

Por certo, o magistrado, na condução e julgamento dos processos ambientais, deve atuar de forma criativa e sensível, a par de uma formação

---

617 FACCHINI NETO, Eugênio. O judiciário no mundo contemporâneo. ***In:*** MOLINARO, Carlos Alberto; MILHORANZA, Mariângela Guerreiro; PORTO, Sérgio Gilberto (Org.). **Constituição, jurisdição e processo:** estudos em homenagem aos 55 anos da Revista Jurídica. Sapucaia do Sul: Notadez, 2007, p. 325.

618 JOBIM, Marco Félix. **Medidas estruturantes na Jurisdição Constitucional**: da Suprema Corte Estadunidense ao Supremo Tribunal Federal. 3. ed. rev. ampl., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2022, p. 281.

619 CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. A atuação do poder judiciário na implementação das políticas públicas ambientais. ***In:*** **Revista de Direito Internacional**, Brasília, vol. 8, n. 2, 2011. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/download/1549/1431. Acesso em: 05 nov. 2022.

interdisciplinar que lhe permita alcançar a paz social e a justiça ambiental, com o olhar voltado para o futuro, ainda mais no delicado momento da apreciação das liminares.

Sob essa perspectiva, na jurisdição ambiental, o desafio do magistrado, para decidir adequadamente os pedidos de tutela de urgência, é equilibrar proteção do Meio Ambiente e o Desenvolvimento Econômico e Industrial.

O escopo não é fornecer uma fórmula pronta para apreciar as liminares ambientais, até porque, como se viu no estudo da teoria do caso, cada processo tem suas particularidades. O que se propõe são critérios adequados para que, na hipótese concreta, o magistrado profira a melhor decisão, sendo que o almejado equilíbrio dependerá das circunstâncias específicas evolvidas.

O juiz, hodiernamente, é intérprete e resolutor dos conflitos, atuando na efetivação dos Direitos Fundamentais, exercendo uma Hermenêutica Jurídica Ambiental, assim como procurando uma solução justa, que esteja de acordo com os princípios relacionados à proteção do Meio Ambiente, e que, ao mesmo tempo, assegure o desenvolvimento.

Nesse condão, a pesquisa permitiu verificar que a tutela de urgência é instrumento fundamental na proteção efetiva do Meio Ambiente, na medida em que permite a suspensão de determinado ato administrativo ou atividade, evitando o dano ambiental, ou, dependendo do caso, viabilizando sua reparação imediata, mediante requisitos previstos na legislação processual em vigor (art. 300 do CPC), valendo destacar a relevância da tutela inibitória, que implica a cessação de atividade nociva, vale dizer, ordem de não fazer, assegurando a efetividade da sentença.

A partir da perspectiva de que todos possuem o direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, a tutela de urgência deve ser analisada (e decidida) com base em critérios próprios do Direito Ambiental, a par dos requisitos da probabilidade do direito, perigo da demora e irreversibilidade da medida, não se podendo deixar de destacar a prévia valoração dos interesses em conflito, com avaliação da intensidade do interesse público e dos danos suscetíveis de serem provocados, a teor do art. 130 da LJCA da Espanha.

Considerando tais requisitos e ponderando os interesses em discussão, a medida liminar deverá levar em consideração as consequências econômicas e

sociais do provimento, observar o princípio da Sustentabilidade e sopesar crescimento econômico e proteção ambiental.

Nesta linha, a colisão e a tensão entre citados Direitos Fundamentais é evidente, cabendo ao intérprete harmonizá-los e, em sendo o caso, mediante juízo de ponderação, decidir qual deve prevalecer.

Da complexidade de ter que, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento e proteger o Meio Ambiente, exsurge a necessidade de uma visão interdisciplinar do Direito, com o Direito Ambiental interagindo com outros ramos do saber, especialmente com o da Economia, proporcionando novos conhecimentos que auxiliem a melhor tomada de decisão.

A Análise Econômica do Direito permite a construção de critérios e parâmetros para a efetivação das normas jurídicas, valendo reiterar lição de Richard Posner[620], para quem em determinados campos o jurista necessita de conhecimentos econômicos:

> So long as it is accepted that the economist can measure costs and that costs are relevant to policy, economics has an important role to play in debates over legal reform.
>
> [...]
>
> I am personally less interested in normative economic analysis of law in any form than in positive economic analysis of law. "Positive analysis" refers, as I have suggested, to the attempt to understand and explain, rather than improve, the world. Explanation is the domain of science, and economics is the science of rational human behavior. It should be possible to study behavior regulated by the legal system and even the behavior of the system itself through the methods of economics viewed as a science rather than as an ideology or ethical system.

Os desastres ambientais que vivenciamos no Brasil e no Mundo demandam cada vez mais o Poder Judiciário, cujos integrantes são chamados para solucionar uma série de controvérsias, o que enseja a aplicação de uma Hermenêutica Jurídica

---

620 Quando se aceita que o economista pode medir custos e que os custos são relevantes à política, a economia tem um papel importante a desempenhar em debates sobre reforma legislativa. [...] Eu estou mais interessado numa positiva Análise Econômica do Direito que numa normativa AED. A análise positiva, como sugeri, é uma tentativa de entender e explicar, ao invés de melhorar o mundo. O papel das ciências reside na explicação, e a economia é a ciência da lógica do comportamento humano. Deve ser possível estudar o comportamento regulado pelas leis, mas também o comportamento das próprias leis, por meio de métodos econômicos, encarados de forma científica, e não com vieses ideológicos e éticos (tradução livre). (POSNER, Richard A. Some Uses and Abuses of Economics in Law. ***In:*** **University of Chicago Law Review,** 1979. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2864&context=journal_articles. Acesso em: 10 nov. 2022, p. 287).

Ambiental, ou seja, uma interpretação que tenha por escopo uma solução justa e de acordo com os princípios constitucionais relacionados à proteção do Meio Ambiente, mas que também assegure o desenvolvimento econômico.

A Análise Econômica do Direito, método de exame do Direito que se vale de ferramentas da Ciência Econômica, é o estudo da tomada de decisão humana, a partir de uma premissa consequencialista, sob a perspectiva da escolha racional ou da economia comportamental. Auxilia, portanto, na interpretação e aplicação do Direito, expandindo o seu alcance.

O que se propõe, no processo decisório, é a utilização, pelo magistrado, inclusive de maneira conjunta, dos conhecimentos jurídicos e das ferramentas da Análise Econômica do Direito, especialmente conceitos como escassez, escolha racional e eficiência, contribuindo para o desenvolvimento econômico e também assegurar a Sustentabilidade ambiental, dado que seria inviável proteger a natureza sem considerar outros elementos essenciais à sociedade, tais como postos de trabalho, consumo e produção.

Tendo em vista o atual cenário de degradação ambiental que vivemos, com reconhecida escassez de recursos naturais, a busca pela Sustentabilidade enseja a utilização da Análise Econômica do Direito como ferramenta e como um dos critérios de julgamento aptos para auxiliar na concretização do direito ao Meio Ambiente sadio e equilibrado.

Logo, o magistrado, ao prestar jurisdição ambiental, deve levar em conta as consequências do deferimento ou indeferimento da tutela de urgência, mediante apreciação dos benefícios, custos e vantagens aplicáveis. A partir de dados empíricos, a projeção, no mundo real, dos efeitos da decisão judicial no mundo real permite que se chegue à melhor solução para a controvérsia, equilibrando a proteção ao Meio Ambiente com o desenvolvimento.

O atual cenário de crise ecológica, reflexo da ação do homem e de uma série de fatores, como a grave desigualdade social e um crescimento desordenado, revela o esgotamento dos recursos naturais e índices de degradação ambiental cada vez mais alarmantes. Esta circunstância impõe a atribuição de valor ao Meio Ambiente e permite que se exerça o *tradeoff*, um dos princípios da economia e que vem a ser a escolha de uma opção em detrimento de outra.

A técnica decisória, com base em informações ambientais e econômicas

concretas, avaliará a relação custo-benefício de eventual medida, evitando conclusões equivocadas incompetíveis com o primado pela Sustentabilidade, bem como permitindo uma prestação jurisdicional efetiva e racional que proteja o Meio Ambiente e não cause estagnação econômica.

De fato, o processo decisório no Direito Ambiental é complexo e envolve aspectos socioeconômicos, culturais e políticos, ou seja, as consequências devem ser ponderadas e o magistrado precisa estar atento aos riscos e benefícios ambientais decorrentes de seu julgamento.

Por outro lado, apesar da dificuldade em quantificar o meio ambiente, é imperioso evitar que, à falta de informações técnicas, custos superem eventual medida de proteção ambiental. São conflitos que demandam escolhas, por exemplo, permitir a continuidade de empreendimento, proteger florestas ou preservar empregos, bem assim verificar se o dispêndio para a construção de uma usina de energia supera os benefícios decorrentes da redução das emissões dos poluentes no ar. São situações que evidenciam, além do necessário diálogo entre Direito e Economia, a importância da Análise Econômica do Direito como ferramenta para uma racional prestação jurisdicional.

Nesse rumo, a Teoria do Caso é apresentada para uma melhor compreensão e apreciação dos pedidos de tutela de urgência nas controvérsias ambientais, ajudando o juiz a esquematizar todos esses elementos jurídicos e econômicos.

Esta proposta constitui um método por meio do qual o magistrado, ao apreciar a liminar ambiental, analise a matéria em três etapas: a) Fatos: identificar o acontecimento, destrinchando os elementos importantes para decidir a controvérsia, delimitando a ordem cronológica, o local, as pessoas envolvidas e os comportamentos debatidos; b) Normas: encaixar o evento nas normas constitucionais e infraconstitucionais incidentes, particularizando os princípios de Direito Ambiental necessários à deliberação e investigando os requisitos legais da probabilidade, do perigo da demora e da irreversibilidade; c) Provas: avaliar os elementos probatórios necessários para confirmar o episódio e corroborar seu enquadramento jurídico.

A Teoria do Caso, por representar uma técnica de trabalho do profissional do Direito, vale dizer, um sistema de análise de cada processo, é aplicável aos pedidos

de tutela de urgência formulados em ações cuja controvérsia envolva proteção ambiental.

Aliás, quando um processo envolve o meio ambiente, a discussão vai além da proteção da natureza, porquanto, por exemplo, uma medida urgente, ao pretender a paralisação das atividades de uma empresa, pode ter reflexos econômicos e sociais.

A defesa ambiental não é relegada a um plano secundário. A questão foi ter em mente sua ligação com outros setores da sociedade, principalmente tendo em conta que uma liminar pode, dependendo do caso, salvaguardar o direito fundamental ao meio ambiente saudável, porém, ao mesmo tempo, gerar desemprego e desabastecimento.

Dessa forma, a pesquisa mostrou que os extremos são inviáveis. Pensar nas futuras gerações não é algo que se possa fazer exclusivamente em termos de preservação dos recursos naturais. É preciso, simultaneamente, manter o desenvolvimento econômico, utilizando tais recursos de forma racional, garantindo que a próxima geração, a par de um meio ambiente saudável, também tenha produção, consumo e trabalho.

A Economia não prevalece sobre o Direito. O que deve existir é um diálogo, um intercâmbio entre estas ciências, até porque o consequencialismo, previsto no art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, evidencia a importância dos conceitos econômicos para verificar os reflexos de uma decisão judicial.

Para examinar pedido de antecipação de tutela, articulado no bojo de demanda ambiental, postulando, por exemplo, determinar que uma empresa providencie maquinário necessário ao tratamento de dejetos industriais, o Poder Judiciário também deve observar conceitos econômicos, tais como custo-benefício e *trade-off*.

O juiz, ao deferir ou não a medida, responderá às seguintes indagações: Quanto custará o equipamento? Como tal despesa será absorvida pela pessoa jurídica? O gasto será repassado ao consumidor por ocasião do preço do produto? Funcionários podem ser demitidos para que haja recursos financeiros suficientes ao cumprimento da ordem judicial? A solução almejada permitiria a preservação ambiental?

O Supremo Tribunal Federal, no RE 586224/SP, já citado neste trabalho,

forneceu exemplo prático da observância do art. 20 da LINDB, demonstrando os reflexos econômicos e sociais de um julgamento que, eventualmente, declarasse a constitucionalidade da norma municipal que vedava a queima de palha de cana e a utilização do fogo nas atividades de agricultura.

São essas as consequências práticas de um provimento jurisdicional, daí a relevância de o magistrado ter em mãos, a par do aparato jurídico, ferramentas econômicas fornecidas pela Análise Econômica do Direito.

Como se vê, a AED é fundamental para que o consequencialismo tenha caráter científico, permitindo que o julgador examine, com precisão, os resultados que sua deliberação pode provocar, ou seja, elementos concretos e palpáveis.

O juiz, sensível às demandas ambientais, decide com bom senso e técnica, buscando a harmonização dos interesses envolvidos. A Sustentabilidade permite conferir moderação à Análise Econômica do Direito, contribuindo para que o Judiciário concilie a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico, mesmo porque a utilização desenfreada da AED conduziria à total primazia das questões econômicas, colocando as ambientais em segundo plano, daí e necessidade do equilíbrio representado pelos critérios sustentáveis.

Nesse ponto, a procura por elementos técnicos e científicos que subsidiem a decisão da liminar de urgência foi a tônica, reduzindo o campo de subjetividade. Na seara ambiental, há sempre valores conflitantes em disputa e é o juiz quem, na prática, decide qual, no caso concreto, deve prevalecer.

A Constituição garante, simultaneamente, os direitos ao meio ambiente saudável e ao desenvolvimento, protegendo, ao mesmo tempo, a natureza e a livre-iniciativa, o que, em nível abstrato, não gera maiores discussões.

A controvérsia exsurge quando o Judiciário tem que decidir se, para preservar um recurso natural, deve suspender um negócio e gerar uma série de reflexos. Assim, a pesquisa demonstrou que o magistrado, ao utilizar conhecimentos de Sustentabilidade e Análise Econômica do Direito, sistematizados por meio da Teoria do Caso, pode apreciar as liminares ambientais com mais acerto.

Sem um método de decisão, o julgador corre o risco de não concretizar os direitos fundamentais, receio que se mostra evidente por força do caráter principiológico deles. Para efetivá-los, o magistrado precisa examinar a controvérsia com cuidado e especificidade, motivos pelos quais os temas trabalhados nesta tese

são de grande importância para ajudar no processo decisório.

Apreciar a tutela de urgência ambiental é um ato jurisdicional complexo e arriscado, dada a tensão que existe entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico, elementos que, entendo, não são excludentes, mas complementares, vale dizer, um precisa do outro, porquanto a humanidade não pode sobreviver exclusivamente com um deles.

A pesquisa demonstrou que, para verificar os requisitos processuais da probabilidade, do perigo da demora e da reversibilidade, não basta que o juiz os compreenda. O art. 20 da LINDB exige mais, impondo ao magistrado a verificação das consequências de sua deliberação. E em se tratando de tutela de urgência ambiental, os resultados podem ser econômicos.

Além disso, é relevante concluir que a súmula 618 do STJ, que autoriza a inversão do ônus da prova nas controvérsias ambientais, pode levar, se aplicado de forma genérica, a situações absurdas, como obrigar o empreendedor a provar que não polui, eximindo o autor da ação de demonstrar a probabilidade do direito que alegou, motivos pelos quais tem caráter excepcional, não automático.

A Teoria do Caso aplicada ao Direito Ambiental fornece o suporte metodológico à construção do caso ambiental, autorizando que as partes possam lançar as pretensões de validade quanto aos aspectos: (a) fáticos; (b) normativos; e, (c) probatórios. Por meio da construção da decisão em contraditório, os aspectos formais e materiais abstratos e concretos são apresentados, debatidos e analisados em conformidade com a situação concreta, situada no tempo e no espaço. Em consequência, a abordagem genérica e abstrata servirá de referência geral, ganhando contornos de realidade, especialmente quanto aos impasses decorrentes da proteção ambiental e o desenvolvimento econômico. Por isso, diante do incremento de dados e de informações, em geral, distribuídos dinamicamente entre as partes, pode-se adjudicar direitos com maior transparência, precisão e acurácia. O grande mérito da Teoria do Caso Ambiental é a de fornecer um framework metodologicamente orientado, apto a proporcionar as condições epistemológicas à construção do conhecimento associado ao caso concreto. Neste sentido, portanto, a par das controvérsias teóricas e fáticas, o desafio da construção da melhor decisão contextual passa, necessariamente, pela assunção de novas metodologias decisórias, providas de abertura dinâmica no tempo, autorizando a incidência

constante do contraditório sobre os temas pontuados nos 3 (três) aspectos destacados da Teoria do Caso Ambiental. Daí que se a fundamentação se orienta por descritores definidos, diminui-se, em potência, os erros (falso positivos ou falsos negativos), propiciando-se mecanismo adequado ao enfrentamento dialético, franco e aberto quanto às circunstâncias fáticas, normativas e probatórias. A Teoria do Caso Ambiental contribui, significativamente, à ampliação do compliance judicial quanto à motivação e à fundamental das decisões provisórias e, também de mérito, no domínio do Direito Ambiental.

Enfim, com base no estudo realizado, propõe-se, como método de apreciação dos pedidos de tutela de urgência ambiental, que o juiz, para auferir a probabilidade, o perigo da demora e a reversibilidade, utilize conhecimentos de Sustentabilidade e Análise Econômica do Direito, esquematizando tais elementos por meio da Teoria do Caso. Assim, crê-se que a decisão judicial pode, a par de atender às exigências formais de fundamentação, contidas nos artigos 93, IX, da CF/88, 489, §1º, do CPC e 20 da LINDB, ajudar na busca do equilíbrio entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico.

CONCLUSÕES

Ao iniciar a presente pesquisa, foram delimitados, como **problemas,** os seguintes questionamentos:

a) Até que ponto, no juízo de cognição da tutela de urgência, é possível indicar requisitos de Sustentabilidade Ambiental, conciliando desenvolvimento com proteção ambiental?

b) Como se pode indicar critérios para que as liminares, nas ações judiciais cuja controvérsia envolva Direito Ambiental, possam efetivar a Sustentabilidade em cotejo com a Análise Econômica do Direito?

De outra parte, recordou-se da atuação, como magistrado, em lides ambientais, reforçando-se a necessidade de investigar essa temática, porquanto o juiz, ao decidir uma liminar ambiental, lida com inúmeras questões que vão do processual ao constitucional, enfrentando o constante dilema entre proteção da natureza e desenvolvimento econômico. Somou-se a isso o fato de que, com o passar dos anos, a legislação torno-se mais exigente com a fundamentação dos pronunciamentos judiciais, merecendo destaque o Código de Processo Civil de 2015 (art. 489) e a Lei n. 13.655/2018, a qual acrescentou dispositivo (art. 20), na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, para que se considere os efeitos de qualquer deliberação.

A fim de investigar tais questões, algumas hipóteses foram vislumbradas: i) o Poder Judiciário, ao prestar jurisdição, deve assegurar o Direito Fundamental de proteção ao Meio Ambiente, atuando com foco na Sustentabilidade quando da análise das tutelas de urgência, desde o caso singularizado, em que os atributos (características das variáveis controversas) devem ser orientados pelo suporte da Sustentabilidade associada à Análise Econômica Ambiental; ii) no exame dos pedidos de tutela de urgência envolvendo ações ambientais, o magistrado levará em conta não só os requisitos da legislação processual civil correspondente, até porque vagos e ambíguos, como também os primados da Sustentabilidade e da Análise Econômica do Direito, como ferramentas de conciliação da preservação ambiental com o desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico, definindo os cenários possíveis, inclusive os riscos associados às alternativas decisórias, tudo visando promover o uso adequado e responsável dos recursos naturais.

Ao longo destes anos de interação com professores e colegas doutorandos, de leitura de obras literárias, artigos científicos, precedentes judiciais e leis, bem

assim após muita reflexão, pensou-se em propor algumas soluções para melhorar o processo decisório do juiz ambiental na tutela de urgência.

Visando obter respostas para essas questões, a confirmação das hipóteses implicaria na prescrição de uma solução original e inédita, razão pela qual se dividiu a pesquisa em quatro capítulos, cujos principais elementos e conclusões passam a ser expostos. O trabalho foi desenvolvido com extensa revisão da bibliografia nacional e estrangeira relativa à temática aludida, ampliada por meio de buscas de legislação e precedentes judiciais, assim como complementada com a realização de dois períodos de estudos em imersão na *Universidad de Alicante* (Espanha).

No **primeiro capítulo** procurou-se investigar a crise ecológica atual, como também examinar o desenvolvimento do Direito Ambiental, tanto no Brasil quanto na Espanha, percebendo-se a evolução do Meio Ambiente como um direito fundamental. Constatou-se a dificuldade enfrentada pelo juiz ambiental que, ao apreciar uma liminar, depara-se com o conflito entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico. Conceituou-se a sustentabilidade, que configura um novo paradigma do Direito na Pós-modernidade e um ponto de equilíbrio entre a exploração dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico. Mesmo assim, notou-se que a harmonização é possível, desde que o magistrado tenha uma técnica de trabalho e empregue critérios adequados.

No **segundo capítulo** apresentou-se a teoria do caso como modo de organização do conhecimento e sua possível contribuição para a pesquisa, destacando-se o escopo de evitar erros da abordagem jurisdicional, ampliando o horizonte do contraditório significativo entre as partes, ao mesmo tempo em que permite o enfrentamento de todas as questões invocadas numa ação com controvérsia ambiental, além de submeter a decisão aos mecanismos de controle internos (sistema recursal) e externos (*accountability*).

Os requisitos da tutela de urgência foram apresentados, inclusive concluindo-se que tais elementos podem ser adaptados às necessidades do Direito Ambiental. Ficou claro, para este pesquisador, que a liminar ambiental, por exigir rápida resposta, requer um método de trabalho para delimitar a controvérsia. Com isso, verificou-se que a teoria do caso permite delimitar o acontecimento e, principalmente, avaliar os requisitos da probabilidade do direito alegado, do perigo da demora e da reversibilidade.

Entretanto, observou-se que o aporte metodológico da teoria do caso e o estudo dos requisitos da tutela de urgência, ainda que importantes, não bastavam, porquanto o julgador, ao decidir a liminar ambiental que, por exemplo, objetiva suspender as atividades de uma empresa, terá que apreciar questões econômicas. Dessa forma, no **terceiro capítulo**, a leitura e a reflexão confirmaram a utilidade da Análise Econômica do Direito para que a proteção do meio ambiente seja condizente com o consequencialismo exigido pelo art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. A propósito, ressaltou-se que, a partir da integração harmoniosa entre Economia e ecologia, a AED constitui ferramenta útil para a interpretação e aplicação das normas ambientais. Reparou-se, ainda, que o exame de conceitos econômicos, como o *trade off* e a escassez, assenta a necessidade do conhecimento interdisciplinar.

Por fim, no **quarto e último capítulo** voltaram-se o texto e os estudos à exposição de uma hermenêutica jurídica ambiental e à apreciação da tutela de urgência a partir da teoria do caso.

A pesquisa conduziu à proposta idealizada como inovadora e, após leituras, reflexões e orientações recebidas, entendeu-se que era possível desenvolver uma teoria de decisão de urgência em matéria ambiental, vale dizer, um método de apreciação da liminar que, baseado na teoria do caso, na Sustentabilidade e na Análise Econômica do Direito, forneça elementos para que o juiz concilie proteção ambiental com desenvolvimento.

Com efeito, depreendeu-se que o magistrado deve, ao examinar pedido de tutela de urgência ambiental, exarar decisão interlocutória, mediante elaboração da sua teoria do caso, começando pela identificação do fato trazido, isto é, destrinchando seus elementos importantes, tais como as partes envolvidas, a localização, a cronologia e as condutas em discussão. Neste primeiro passo, por meio de um relato detalhado, estabelecerá o que há de importante no acontecimento, apontando os litigantes, situando o incidente no tempo e no espaço, como também descrevendo os comportamentos debatidos. Semelhantemente ao relatório das sentenças, aqui se expõe uma narrativa, vale dizer, conta-se a história relevante para a deliberação.

Preconizou-se que o magistrado deve enquadrar o evento nas normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis, definindo as regras e princípios de

Direito Ambiental incidentes. Nesta etapa, a legislação correlata será reunida, iniciando pela Lei Maior, passando pelas leis federais e, se for necessário, enumerando os diplomas normativos municipais. Delimitar-se-á se o princípio norteador é o da prevenção ou da precaução. É o momento, também, de refletir sobre temas como controle de constitucionalidade e convencionalidade, competência executiva e legislativa, bem assim assuntos processuais, representados pelos requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil e a inversão do ônus probatório.

A essa altura, o trabalho expôs as dificuldades de se trabalhar com conceitos vagos como probabilidade e perigo da demora, a necessidade de combater o subjetivismo, mediante emprego de critérios técnicos e por meio do consequencialismo, assim como os problemas enfrentados na aplicação a súmula 618 do Superior Tribunal de Justiça.

A forma com que o julgador deve avaliar as provas, verificando se os elementos probatórios demonstraram a presença das exigências necessárias à concessão da medida urgente, utilizando, para tanto, critérios de Análise Econômica do Direito e de Sustentabilidade, também foi exposta. Viu-se que esta é a hora de aferir se houve comprovação de que o direito invocado é provável, se restou evidenciado o perigo da demora e, na hipótese da providência antecipatória, apurar sua reversibilidade. Ao juiz incumbe extrair, do arcabouço das provas, se a providência compatibiliza o desenvolvimento e a preservação ambiental, considerando fatores econômicos como custos, benefícios, *trade-offs* e mercado de trabalho, investigando, ainda, em observância ao art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, quais serão os resultados da sua deliberação.

O aprendizado conduziu a uma melhor compreensão do verbete 618 do STJ, pois se percebeu, principalmente, ser de aplicação restrita, não mecânica, regra de instrução, não de julgamento, e que não pode impor, ao réu, o ônus da provar que não polui, o que compete ao acusador.

Por força do tempo, é inviável detalhar os temas, porém é oportuno destacar que ao magistrado, ao percorrer os três estágios da Teoria do Caso, cumpre adotar uma postura transdisciplinar, levando em conta os aportes não só do Direito, mas também de outras ciências, sobretudo da Economia. Nessa linha, a decisão judicial considerará, a par dos conhecimentos jurídicos, as informações trazidas por outros

ramos, examinando os dados de mercado, consumo, emprego, estatísticas e jurimetria. Estes conhecimentos científicos, crê-se, ajudam a lidar com conceitos legais vagos e a auxiliar na projeção das consequências das diversas alternativas decisórias.

Indo além, um tópico sobre a necessidade de o juiz ambiental buscar o equilíbrio entre a proteção da natureza e o crescimento econômico foi desenvolvido, buscando encontrar, no caso concreto, uma forma de harmonizar os interesses em conflito. Sua deliberação não se limita às leis, nem será indiferente aos resultados práticos, estando, portanto, totalmente conectada à realidade, de forma a apreciar as opções à disposição, analisar os diferentes cenários, com a responsabilidade de avaliar os efeitos da sua escolha, ciente das incertezas e imperfeições do Direito Ambiental.

O trabalho confirmou a hipótese de que o Poder Judiciário, quando decide a tutela de urgência ambiental, possui meios para, a par dos pressupostos processuais, aplicar os preceitos da Sustentabilidade e da Análise Econômica do Direito. O texto corroborou, igualmente, a eficácia da Teoria do Caso a fim de facilitar o exame de tantas questões complexas e delicadas, assistindo o magistrado a construir um raciocínio que, após passar pelos possíveis cenários, conduza-o a uma decisão com fundamentação adequada e condizente com a almejada harmonia entre crescimento econômico e uso responsável dos recursos naturais.

A pretensão não foi encontrar uma fórmula para apreciação das liminares ambientais, até porque, como se viu no estudo da teoria do caso, cada processo tem suas particularidades. Buscou-se apresentar critérios para que, na hipótese concreta, o magistrado fundamente sua decisão adequadamente, harmonizando direitos fundamentais em tensão, cujo equilíbrio dependerá das circunstâncias específicas, dos argumentos das partes e das provas produzidas. Tudo isto a partir de parâmetros decisórios de Sustentabilidade, Análise Econômica do Direito, Consequencialismo e esquematização por meio da Teoria do Caso.

A proposição lançada na tese afigurou-se original e inédita na medida em que, mediante sistematização, recomendou uma técnica para se proferir uma liminar ambiental. O ponto inovador está contido na reunião de elementos decisórios, sugerindo um norte ao julgador. Não há solução pronta, e sim um caminho, indicando que o juiz, ao decidir a tutela de urgência relacionada ao meio ambiente,

deve observar não apenas requisitos processuais das liminares, mas também conhecimentos de Sustentabilidade e Análise Econômica do Direito, reunidos numa Teoria do Caso.

Acredita-se que a pesquisa foi capaz de demonstrar a complexidade da temática, exprimindo que o Poder Judiciário não pode mais tomar decisões pautadas, com exclusividade, nas leis, as quais devem ser aplicadas com o auxílio de conhecimentos de outras disciplinas, como a Economia, contribuindo para que as respostas judiciais equilibrem proteção ambiental e desenvolvimento econômico.

Também se espera que este estudo possa estimular outros pesquisadores a pensarem sobre os temas expostos, contribuírem com novas formas de aperfeiçoar a decisão de urgência em matéria ambiental, bem como a apresentarem soluções diferentes para melhorar a prestação jurisdicional.

A Ciência do Direito, como se viu, possui mecanismos que, em sendo bem combinados, podem ajudar o Poder Judiciário a tomar melhores decisões. A Lei exigir, como fez a LINDB, que o juiz considere as consequências de suas decisões, certamente foi um avanço. Contudo, no cotidiano forense, não é tão simples identificar os possíveis resultados de uma escolha, ainda mais quando a controvérsia envolve a complexa e delicada questão ambiental. Foi assim que, ao final das aulas, da leitura, da reflexão e, sobretudo, dos períodos de pesquisa em Alicante, chegou-se à conclusão de que a teoria do caso constitui um método eficiente para que o juiz, ao decidir a tutela de urgência de ambiental, trabalhe com os requisitos processuais, a Sustentabilidade e a Análise Econômica do Direito, bem assim procure a harmonia entre a preservação da natureza e o desenvolvimento econômico.

Enfim, o tema objeto da tese mostrou-se relevante e, sem dúvida, deve continuar a ser estudado. O presente estudo teve a pretensão, sempre com humildade científica, de apresentar um olhar diferente sobre o ato decisório do juiz ambiental ao prestar jurisdição em questões urgentes, oferecendo-se respostas relevantes a este delicado problema de, com rapidez, decidir, por exemplo, se uma empresa deve ser fechada ou não. A liminar envolvendo controvérsia ambiental, apreciada com métodos e critérios adequados, como os sugeridos neste texto, pode contribuir para que se alcancem resultados mais eficazes em prol da difícil conciliação entre perpetuação da espécie humana no planeta e desenvolvimento

econômico.

RESUMEN POR LA DOBLE TITULACIÓN

Esta tesis tiene como tema la decisión judicial de tutela de urgencia en materia ambiental, sus requisitos procesales en Brasil y en España, criterios de Análisis Económico del Derecho y Sostenibilidad, así como aplicación de la teoría del caso.

Con el nombre “Por una teoría de la decisión judicial urgente en materia ambiental: en busca de criterios adecuados desde la teoría del caso ambiental (la tensión entre la sustentabilidad y el análisis económico del derecho ambiental)”, nació de la percepción del autor, en el ejercicio del poder judicial, que el proceso de toma de decisiones, en los amparos ambientales, es delicado, riesgoso y complejo, ya que el Poder Judicial se ve incitado a decidir, con rapidez, cuestiones relacionadas con la preservación del Medio Ambiente, que, no pocas veces, interfieren en las actividades económicas.

Antes de la instrucción completa del proceso, es decir, con conocimiento parcial y superficial, así como, según la situación, postergando lo contradictorio, sin oír, por lo tanto, todos los argumentos de las partes, el juez debe optar entre intereses contrapuestos, vale la pena repetir, con urgencia, evaluando cuáles de ellos tendrán prioridad.

Su decisión puede resultar en daños graves, como daños ambientales de difícil o improbable recuperación, así como, si decide suspender o parar las actividades de una empresa, pérdida de puestos de trabajo y reducción de salarios debido a una caída en la producción de un determinado producto.

Al magistrado, en Brasil, se le exige cada vez más. La Constitución Federal establece que las decisiones judiciales deben ser fundamentadas (art. 93, IX). A su vez, el Código de Procedimiento Civil impone requisitos estrictos para que la justificación sea considerada válida (art. 489, § 1º). Y la Ley de Introducción a las Normas de Derecho Brasileño (art. 20) advierte que el juez es responsable de observar las consecuencias prácticas de sus deliberaciones.

En el ámbito ambiental, existen particularidades que suscitan preocupación y constante reflexión, como la inversión de la carga de la prueba, autorizada por el Precedente 618 de la Corte Superior de Justicia de Brasil, que ha suscitado dudas, principalmente sobre si tiene aplicación automática o excepcional, cuándo debe utilizarse, esto es, en la instrucción o en el juicio, y si su incidencia no acaba, en la práctica, imponiendo una dura prueba o imposible para el demandado.

A lo largo de este trabajo, traté de responder preguntas como: ¿Sería posible mejorar el proceso de decisión de los amparos ambientales para que el juez los fundamente de manera más adecuada? ¿Cómo podría el juez trabajar más eficientemente con los requisitos procesales de la tutela urgente, las normas sustantivas y los intereses antagónicos involucrados? ¿Pueden las decisiones judiciales en esta materia observar criterios de Sostenibilidad y Análisis Económico del Derecho? ¿Existe un método que ayude al magistrado en el tratamiento de tantos asuntos, un sistema que lo ayude en la búsqueda del equilibrio entre la protección del medio ambiente y el desarrollo económico?

La complejidad de la protección de la urgencia ambiental, así como los desafíos que enfrenta para, al mismo tiempo, preservar el medio ambiente y garantizar el desarrollo económico, lo hizo necesario investigar, en la Ciencia del Derecho, soluciones para que el Poder Judicial entregue un juicio jurisdiccional con mayor precisión y rapidez, protegiendo la naturaleza, pero sin poner en peligro el crecimiento económico. Una ardua tarea, que requiere la búsqueda de herramientas de ayuda.

Por razones que se explicarán mejor más adelante, el trabajo propuso que, al valorar la tutela urgente, el magistrado, además de los requisitos procesales de probabilidad, peligro de retardo y reversibilidad, debe tener en cuenta, desde un principio, los supuestos de Sostenibilidad y Análisis Económico de la Derecho, estimando los efectos (positivos y negativos) derivados de la decisión, asociados a la noción de riesgo (probabilidad versus consecuencia).

La investigación verificó que, en el problema relacionado con la toma de decisiones urgentes, en controversias ambientales, el juez debe tener en cuenta sus consecuencias económicas y sociales, al interpretar y aplicar la ley, valorando las consecuencias derivadas del otorgamiento o no de una medida cautelar, proyectando sus efectos en el mundo real.

Para tratar tantos conceptos y elementos, es necesario que el juez utilice un método que permita el examen, con criterio científico, de todas estas cuestiones complejas. Así, este estudio señaló el uso de la Teoría del Caso como una metodología de análisis jurídico, a través de la cual el examen de la controversia se divide entre hechos, normas y pruebas.

La tesis partió de un enfoque pragmático, y el estudio del Análisis Económico

del Derecho y la Sostenibilidad nació de la preocupación por reunir criterios para que el Poder Judicial tome las mejores decisiones, resolviendo problemas prácticos, así como evitando superficialidades y subjetividades. Si la legislación exige una adecuada argumentación y cautela por parte de los jueces, el uso de herramientas técnicas de otras áreas se vuelve fundamental, de ahí la importancia del AED y de reflejar sus consecuencias.

El trabajo verificó que el juez con competencia ambiental, al otorgar o denegar, de manera adecuada, un amparo, puede armonizar varios aparatos, representados por normas y principios del Derecho Ambiental, requisitos procesales de la tutela de urgencia, conocimiento de Sostenibilidad y Análisis Economía del Derecho, junto con el consecuencialismo. Por eso, para reunir todos los elementos, la Teoría del Caso resultó útil.

Por lo tanto, la tesis expuso que el Poder Judicial, en el análisis de las solicitudes de medidas urgentes que involucran cuestiones de Derecho Ambiental, no puede limitarse a la interpretación literal de la legislación infraconstitucional o incluso meramente procesal, dado que el cumplimiento de los requisitos legales (En Brasil, previstas en el artículo 300 del CPC: probabilidad del derecho, peligro de daño o riesgo para el resultado útil del proceso y reversibilidad) exige una adecuada motivación, especialmente por el uso de términos vagos y ambiguos, cuyo sustento probatorio es relevante. Se debe tomar una decisión a través de una interpretación sistemática y teleológica de las normas ambientales, con prevalencia de los principios constitucionales, asociada a los supuestos asumidos por la Sostenibilidad y por el Análisis Económico del Derecho Ambiental.

En este escenario, la invocación del Análisis Económico del Derecho debe ajustarse a los supuestos de la Sostenibilidad, en tanto sea crítica, precisamente porque las decisiones en urgente tutela, que involucran el Derecho Ambiental, deben tomarse frente a pruebas válidas y robustas, considerando también el impacto económico y social, es decir, la estimación de sus consecuencias reales para la sociedad (aspectos pragmáticos y consecuencialistas), a través de indicadores capaces de establecer los costos y beneficios de la decisión judicial ante la comunidad y no solo para las partes involucradas en el proceso, sobre todo porque no se puede olvidar que la disposición jurisdiccional debe asegurar el Derecho Fundamental al Medio Ambiente equilibrado, pero al mismo tiempo conciliar esta

protección con el Desarrollo Económico Sostenible. La tensión entre la prevalencia de los criterios presentados por el Análisis Económico del Derecho Ambiental y la Sostenibilidad es reiteradamente objeto de controversias judiciales cuando el juez decide sobre medidas de urgencia, y el recurso teórico de adoptar la Teoría del Caso es útil para presentar una teoría de decisión judicial.

El **objetivo institucional** de esta investigación es obtener el título de Doctor por el Curso de Doctorado en Ciencias Jurídicas de la Universidad de Vale do Itajaí - UNIVALI, subsumiéndose en el **área de concentración** “Estado, Transnacionalidad y Sostenibilidad”, con doble titulación de la Universidad de Alicante - UA/España, Instituto Universitario del Agua y las Ciencias Ambientales - IUACA.

El trabajo se enmarca dentro de las **líneas de investigación** “Estado, Transnacionalidad y Sostenibilidad” (PPCJ - UNIVALI) y Derecho ambiental y de la Sostenibilidad (IUACA - UA), con el **objetivo investigativo general** de presentar una propuesta de teoría de las decisiones judiciales de tutela de urgencia en materia Ambiental, basada en la Sostenibilidad y en el Análisis Económico del Derecho, utilizando la metodología de la Teoría del Caso.

Para el desarrollo de este objetivo general se establecieron algunos objetivos específicos del trabajo de investigación: i) **identificar** los requisitos necesarios para la concesión de medidas urgentes en el Derecho Procesal Civil y Constitucional de Brasil y España; ii) **discutir** el Principio de Sostenibilidad como garantía constitucional; iii) **presentar** el Análisis Económico del Derecho y defender su aplicación como una herramienta para que los jueces identifiquen las consecuencias sociales y económicas de sus decisiones; iv) **establecer** el rol del Poder Judicial y comprender la factibilidad de armonizar las promesas de Sostenibilidad y desarrollo económico, para que convivan armónicamente dentro de las decisiones provisionales de justicia ambiental; v) **exponer** una propuesta a la comunidad jurídica que permita una mejor comprensión y valoración de las cautelares en acciones ambientales, con base en la teoría del caso.

El **problema** enfrentado y que justifica este trabajo fue investigar en qué medida, en la decisión de la tutela urgente, es posible señalar requisitos de Sostenibilidad Ambiental, conciliando el desarrollo con la protección ambiental, y cómo se pueden señalar criterios para que las medidas urgentes, en juicios cuya controversia involucre Derecho Ambiental, puedan lograr la Sostenibilidad en

conjunto con el Análisis Económico del Derecho.

Se plantearon algunas **hipótesis**: i) el Poder Judicial debe velar por el Derecho Fundamental a la protección del Medio Ambiente, actuando con un enfoque de Sostenibilidad al analizar medidas urgentes, del caso singular, en que los atributos (características de las variables controvertidas) deben guiarse por el apoyo a la Sostenibilidad asociada al Análisis Económico del Derecho Ambiental; ii) al conocer las medidas cautelares que involucren acciones ambientales, el magistrado tendrá en cuenta no sólo las exigencias de la legislación procesal civil correspondiente, vagas y ambiguas, sino también la primacía de los principios del campo de la Sostenibilidad, además del Análisis Económico del Derecho como herramienta de conciliación del desarrollo económico, industrial y tecnológico, con la definición contextual de los posibles escenarios, el riesgo asociado a las alternativas de toma de decisiones, con el fin de promover el uso adecuado y responsable de los recursos naturales.

Por lo tanto, el **tema** propuesto tiene características de transnacionalidad, con un problema global, vinculado a los requisitos necesarios para la doble titulación. La investigación gira en torno a algunas categorías centrales. Las primeras están en la presentación y definición del Acceso a la Justicia Ambiental, Sostenibilidad, Tutela de Urgencia y Análisis Económico del Derecho. Además de estas Categorías, se pueden enumerar otras que ayudan en la formulación de la Tesis: Protección Ambiental, Consecuencialismo y Teoría del Caso.

A lo largo del texto, todos estos conceptos y contenidos se interconectan en un intento de demostrar la veracidad de la hipótesis que destaca la posibilidad de, por medio de la Teoría del Caso, sean utilizados, en decisiones ambientales urgentes, elementos de Sostenibilidad y Análisis Econômico del Derecho, llegando incluso a constituir una herramienta útil para que em magistrado trabaje con las dificultades enfrentadas.

La confirmación de las hipótesis condujo a la prescripción de una solución original e inédita, por lo que la investigación se dividió en cuatro capítulos, cuyos principales elementos y conclusiones se exponen a continuación.

En el **Capítulo 1**, que recibe el nombre de “ el Medio Ambiente y Acceso a la Justicia Ambiental Sostenible”, el desafío propuesto fue describir el Medio Ambiente como un Derecho Fundamental, donde no solo toda persona tiene derecho a un

medio ambiente ecológicamente equilibrado, sino que la Constitución determina que el Poder Público y la comunidad deben protegerlo, seguido de una exposición de la crisis ecológica que enfrentamos, producto de crecimiento demográfico, industrial y tecnológico, grave desigualdad social y pobreza, que llevó al agotamiento de los recursos naturales, lo que exige una ética enfocada a la protección del medio ambiente. Se presenta el Derecho Ambiental, su alcance y regulación en Brasil y España, así como el Derecho Ambiental Internacional. Al final del capítulo se expone uno de los desafíos que es la (im)posible armonización entre Economía y Sostenibilidad, desde el lugar del juez contemporáneo en la provisión de jurisdicción.

Investigando la actual crisis ecológica, además de examinar el desarrollo del Derecho Ambiental, tanto en Brasil como en España, me dí cuenta de la evolución del Medio Ambiente como derecho fundamental. Noté la dificultad que enfrenta el juez ambiental que, al considerar una medida urgente, enfrenta el conflicto entre la protección ambiental y el desarrollo económico. Sin embargo, percebí que la armonización es posible, si el juez tiene una técnica de trabajo y criterios adecuados.

También me di cuenta que ese amparo constitucional, basado en la conciencia de que estamos atravesando una crisis ambiental y ecológica, llevó a la construcción de un Estado de Derecho Ambiental.

En esta primera parte del estudio, vi que el desafío es buscar la armonía entre Economía y Sostenibilidad, a partir del papel del juez contemporáneo. Y la Tutela de Urgencia, al tratar situaciones de emergencia, cobra especial relevancia en esta búsqueda del equilibrio entre el desarrollo económico y el medio ambiente. De ahí la importancia y el papel del Poder Judicial, basado en una respuesta rápida, interviniendo cuando sea necesario, ya que no siempre es posible esperar al final del proceso.

La protección del medio ambiente está por un lado y el desarrollo económico por el otro, constituyendo los extremos de la vida humana. Si uno de ellos prevalece, no habrá futuro. La preservación total de la naturaleza, sin concesiones, implica pérdida económica, pérdida de empleo, hambre y pobreza. Sin embargo, es intuitivo que pensar solo en la economía, al no proteger el medio ambiente, hará que el planeta sea inhabitable, haciendo inviable la supervivencia de la humanidad, sin importar cuán picante sea el mercado. Por lo tanto, la sostenibilidad busca equilibrar estos dos extremos. Los seres humanos necesitan, para sobrevivir, aire para respirar

y empleo para obtener ingresos. No se puede elegir uno sobre el otro. La armonía es el único camino.

Este equilibrio, como sabemos, no es fácil de lograr. Como se explicará en los siguientes capítulos, el magistrado, al evaluar solicitudes de medidas urgentes, puede encontrarse con situaciones extremas en las que se producirá una sintonía con el predominio de un interés sobre otro. Pueden surgir intereses antagónicos, como daños ambientales de magnitud incierta y suspensión de actividades laborales o empresariales, que requerirán del juez la consideración y los conocimientos necesarios para lograr la primacía de la Sostenibilidad.

En el **Capítulo 2**, me dediqué al estudio inicial de la Teoría del Caso, sus requisitos y aplicabilidad, así como los tipos y requisitos de la Tutela de Urgencia, en Brasil y España, incluso con una comparación. Se presentó la controversia judicial sobre los criterios a utilizar en las medidas urgentes que traten del Medio Ambiente. Llegué a la conclusión de que el juez, en esta situación, junto con los requisitos procesales, deberá utilizar el Análisis Económico del Derecho, la Sostenibilidad y observar criterios de Derecho Ambiental.

En realidad, cuando estudié la teoría del caso y los requisitos des las cautelares, comprobé que tales elementos podían adaptarse a las necesidades del Derecho Ambiental. Para este investigador se quedó claro que, al se requerir una respuesta rápida, es necessario un método de trabajo para delimitar la controversia. Con ello, verifiqué que la teoría del caso servía para examinar el evento y, principalmente, evaluar los requisitos de probabilidad del derecho, el peligro por la mora y la reversibilidad.

Y cuando se trata de medidas cautelares, enfatizo que las decisiones judiciales no pueden ser meros mandatos teóricos, declarativos, sin influencia en la vida de las personas, o con un reflejo muy tardío. No es suficiente que se juzgue correctamente; es necesario decidir con agilidad y celeridad, equilibrando calidad y cantidad, desafío al que la tutela de emergencia contribuye mucho, ya que permite la intervención inmediata del juez, mientras el proceso continúa con sus pruebas, debates y recursos.

Resultó interesante señalar que, en el Derecho Español, los requisitos cautelares están recogidos en la legislación civil, no administrativa, a pesar de que las causas ambientales se tramitan en vía contenciosa administrativa, cuando se

trata de entidades estatales, y los supuestos para la adopción de cualquier medida cautelar son similares a la ley brasileña.

Aquí, ya se ha comenzado a advertir que, dentro de la propuesta de elaborar una teoría de la decisión urgente, específicamente en relación con el Medio Ambiente, el juez, además de los requisitos procesales, debe utilizar el Análisis Económico del Derecho, la Sostenibilidad, la Teoría del Caso y observar criterios del Derecho Ambiental, entre los cuales, vale reiterar, el principio de precaución.

En el **Capítulo 3**, presenté, inicialmente, la relación entre Derecho y Economía, destacando que el Derecho Ambiental, para dar una respuesta eficaz a la protección del derecho fundamental al Medio Ambiente, depende de la ayuda de otras fuentes de conocimiento. Estudié el Análisis Económico del Derecho, conceptos, premisas y objetivos, su aplicabilidad al Derecho Ambiental, además del consecuencialismo de las decisiones judiciales. Por ser el AED un campo de conocimiento eminentemente práctico, permite verificar los escenarios y sus consecuencias al interpretar las normas jurídicas en un caso específico, con el objetivo de proteger el medio ambiente, auxiliando al Poder Judicial en el ejercicio de su función.

Sin embargo, encontré que el aporte metodológico de la teoría del caso y el estudio de los requisitos de la tutela urgente, aunque importantes, no son suficientes, ya que el juez, al decidir la cautelar que, por ejemplo, pretende suspender las actividades de una empresa, tendrá que apreciar cuestiones económicas. Así, en el tercer capítulo, la lectura y la reflexión confirmaron la utilidad del Análisis Económico del Derecho para que la protección del medio ambiente sea congruente con el consecuencialismo exigido por el art. 20 de la Ley de Introducción a las Normas de Derecho Brasileño. Observé que el examen de conceptos económicos, como el *trade off*, se basa en la necesidad de un conocimiento interdisciplinario.

En este punto del texto, al estudiar cuestiones económicas, verifiqué el dilema que enfrenta el juez al decidir sobre una medida cautelar ambiental. Hay riesgos de ambos lados, tanto para el Planeta como para la Economía. Por lo tanto, con equilibrio, el magistrado debe establecer criterios para gestionar los intereses antagónicos y, en el caso concreto, elegir lo que debe prevalecer, para lo cual es fundamental la ayuda de otras ciencias.

Como resultado, el diálogo entre Derecho y Economía se mostró viable y

necesario, aunque a veces turbulento, porque el primero se centra en la búsqueda de lo justo, en un enfoque de valor, analizando lo ya existente, mientras que el segundo apunta a los datos científicos, en la eficiencia, en un análisis descriptivo, tratando de anticipar posibilidades y descubrimientos.

La AED, por lo tanto, aplica supuestos y métodos de la economía en el abordaje del Derecho, ampliando su alcance. Así, partiendo de una perspectiva económica del comportamiento humano y del proceso de toma de decisiones, ayuda en la elaboración, interpretación y aplicación del Derecho, en la solución razonada del conflicto basada en el uso de criterios objetivos, al ejercer juicio en caso de colisión de principios. Es, porlo tanto, un enfoque válido en la mejora de las relaciones económicas y jurídicas, contribuyendo a la interpretación y aplicación del Derecho, al desarrollo económico, en beneficio de la sociedad, sobre la base de parámetros económicos, como la eficiencia y la racionalidad.

Por lo tanto, la AED presupone una interpretación sistemática de la ley, pues sabe que las consecuencias son relevantes para el intérprete de la norma. Las controversias ambientales pueden comprenderse mejor a través del Análisis Económico del Derecho, en la medida en que los agentes económicos, que responden a incentivos y, de manera racional, buscan maximizar ganancias y minimizar pérdidas, deben orientar su comportamiento conciliando desarrollo con protección. Así, el juez debe, en el proceso de toma de decisiones, evaluar los posibles resultados de sus elecciones, para lo cual, en el campo ambiental, el conocimiento económico de la AED es esencial. En este escenario, la búsqueda de la Sustentabilidad puede contar con la ayuda de otras ramas del derecho. El Análisis Económico del Derecho, como se vio, no impone la exclusión de otras ciencias, es decir, no se trata de establecer una especie de exclusividad, por parte de la Economía, en este papel de colaborador del Derecho. Lo que se busca es, sin perder el sentido crítico, aplicar los conocimientos económicos a demandas con repercusiones económicas. Si el cierre de una empresa, por incumplimiento de la normativa ambiental, ciertamente tendrá implicaciones financieras, como influir en el mercado y generar pérdidas de empleo, es razonable que se evalúen los conocimientos económicos, pero no, repito, exclusivamente. Las normas aplicables siempre será consideradas.

El **cuarto y último capítulo**, que contiene la parte proposicional, con una

pretensión de originalidad, recordé, en un primer momento, el desafío de conciliar la protección del Medio Ambiente con el desarrollo económico, que es fundamental para lograr un Estado de Derecho Ambiental. El trabajo presenta criterios a ser considerados, por el juez, en el momento de evaluar medidas de urgencia en materia ambiental, tales como análisis costo-beneficio y consecuencias económicas y sociales, enfatizando la necesidad de una hermenéutica jurídica ambiental que apunte a una interpretación enfocada en la Justicia Ambiental, una solución justa de acuerdo con los principios constitucionales relacionados con la protección del Medio Ambiente, y que además asegure el desarrollo económico. He tenido la intención de presentar una propuesta de teoría de la decisión judicial urgente en materia ambiental basada en la Teoría del Caso, teniendo en cuenta la primacía de la Sostenibilidad y el Análisis Económico del Derecho.

Por cierto, en esta fase final, mi investigación condujo a la propuesta idealizada como innovadora. Este doctorando, a lo largo de sus lecturas, reflexiones y orientaciones recibidas, entendió que era posible desarrollar una teoría de la decisión urgente en materia ambiental, es decir, un método de examen de la tutela de urgencia que, a partir de la teoría del caso, la Sosntenibilidad y el AED, brindan elementos para que el juez concilie la protección ambiental con el desarrollo.

Expuse que el juez debe, al examinar la cautelar ambiental, dictar una decisión, elaborando su teoría del caso, empezando con la identificación del hecho invocado, es decir, sus elementos importantes, las partes involucradas, ubicación, cronología y conductas en discusión. En este primer paso, a través de un informe detallado, establecerá lo importante del proceso, señalando a los litigantes, situando el hecho en el tiempo y en el espacio, así como describiendo las conductas. Aquí se presenta una narración, es decir, se cuenta la historia relevante para la deliberación.

Le propuse al magistrado ajustar el hecho a las normas constitucionales e infraconstitucionales aplicables, definiendo las normas y principios incidentes del Derecho Ambiental. En esta etapa se reunirá la legislación respectiva, comenzando por la Constitución, pasando por las leyes federales, provinciales y municipales. Delimitará si el principio rector es la prevención o la precaución. Es también el momento para que se reflexionen sobre temas como el control de la constitucionalidad y convencionalidad, la competencia ejecutiva y legislativa, así como las cuestiones procesales, representadas por las exigencias del art. 300 del

Código de Procedimiento Civil de Brasil y la inversión de la carga de la prueba.

En tercer lugar, expliqué cómo el juez debe valorar la prueba, verificando si demuestra la presencia de los requisitos para el otorgamiento de la tutela urgente, utilizando para ello criterios de Análisis Económico de Derecho y Sostenibilidad. Demostré que es el momento de evaluar si se ha acreditado que el derecho invocado es probable, si el peligro por la mora es evidente y, en caso de medida satisfactiva, determinar su reversibilidad. Así, señalé que, al togado, corresponde extraer, de la prueba, si la providencia compatibiliza desarrollo y preservación ambiental, considerando factores económicos como costos, beneficios, contraprestaciones y el mercado laboral, incluso investigando, en cumplimiento del art. 20 de la Ley de Introducción a las Normas del Derecho Brasileño, cuáles serán las consecuencias de su deliberación.

Expliqué que el juez, al transitar por las tres etapas de la Teoría del Caso, adopta una postura transdisciplinar, teniendo en cuenta los aportes no solo del Derecho, sino también de otras ciencias, en especial de la Economía. La decisión judicial considerará, junto con el conocimiento jurídico, la información aportada por otras ramas, examinando datos de mercado, consumo, empleo, estadísticas y jurimetría.

Expresé que el juez ambiental debe buscar un equilibrio entre la protección de la naturaleza y el crecimiento económico, encontrando, en este caso específico, una forma de armonizar los intereses en conflicto. Defendí que su deliberación no debe limitarse a las leyes, ni ser indiferente a los resultados prácticos. Sostuve que el juez debe estar conectado con la realidad, apreciando las alternativas disponibles, analizando los diferentes escenarios y teniendo la responsabilidad de evaluar los efectos de su elección. Y argumenté no ser perfeccionista y pretencioso, es decir, no querer revelar una verdad absoluta, sino trabajar consciente de las incertidumbres e imperfecciones del Derecho Ambiental.

Vale la pena señalar que el magistrado, al transitar por las tres etapas de la Teoría del Caso, debe adoptar una postura transdisciplinar, teniendo en cuenta los aportes no sólo de Derecho, pero también de otras ciencias, especialmente en economía. La decisión judicial considerará, junto al conocimiento jurídico, la información aportada por otras ramas, examinando datos de mercado, consumo, empleo, estadísticas y jurimetría. Este conocimiento científico, se cree, ayuda a lidiar

con conceptos jurídicos imprecisos, contribuyendo a la proyección de las consecuencias de las diferentes alternativas de toma de decisiones.

Más allá, se desarrolló un tema sobre la necesidad del juez ambiental de buscar, en el caso concreto, un equilibrio entre la protección de la naturaleza y el crecimiento económico, una forma de armonizar los intereses en conflicto. Su deliberación no se limita a las leyes, ni será indiferente a los resultados prácticos, estando, por lo tanto, conectada con la realidad, para apreciar las opciones disponibles, analizar los diferentes escenarios, con la responsabilidad de evaluar los efectos de su elección, consciente de las incertidumbres e imperfecciones del Derecho Ambiental.

La búsqueda de la Sostenibilidad es un objetivo de toda la sociedad, consumidores, productores y ciudadanos, en el sentido de armonizar el crecimiento económico y la protección del medio ambiente, en un verdadero equilibrio entre Economía y Medio Ambiente. Esta armonización requiere el uso de la Sostenibilidad para equilibrar elementos del Análisis Económico del Derecho, hacendo a los empresarios, por ejemplo, conscientes de que, si no se puede parar sus actividades, al mismo tiempo deben ajustarse a la protección Medio Ambiente.

El trabajo confirmó la hipótesis de que el Poder Judicial, al decidir sobre la protección de la urgencia ambiental, cuenta con los medios para, junto a los supuestos procesales, aplicar los preceptos de Sostenibilidad y Análisis Económico del Derecho. El texto también corroboró la eficacia de la Teoría del Caso para facilitar el examen de tantas cuestiones complejas y delicadas, auxiliando al magistrado a construir un razonamiento que, tras recorrer los posibles escenarios, lo lleve a una decisión con adecuada justificación, consistente con la deseada armonía entre el crecimiento económico y el uso responsable de los recursos naturales.

Mi objetivo no era encontrar una fórmula para evaluar las cautelares ambientales, ya que, como se vio en el estudio de la teoría del caso, cada proceso tiene sus particularidades. Pretendía recomendar criterios para que, en la hipótesis concreta, el magistrado fundamente adecuadamente su decisión. No pretendía crear un modelo para que, de antemano, el magistrado supiera armonizar los derechos fundamentales en tensión. Este equilibrio dependerá de las circunstancias específicas, los argumentos de los litgantes y las pruebas que aporten. Mi escrito tuvo como proposito brindar parámetros de toma de decisiones, basados en la

Sostenibilidad, en el Análisis Económico del Derecho, en el Consecuencialismo y en la esquematización a través de la teoría del caso.

La proposición lanzada en la tesis me pareció original porque, a través de la sistematización, indiqué técnicas para la decisión urgente ambiental. El punto innovador está contenido en el encuentro de los elementos de decisión, sugiriendo una dirección para el juez. No pretendía entregar una solución prefabricada, sino un camino, una ruta para llegar a ello, explicando que el juez, al decidir sobre la tutela urgente relacionada con el medio ambiente, debe observar no sólo los requisitos procesales, sino también conocimientos de sostenibilidad y análisis económico del derecho, todo a través de la teoría del caso.

Creo que la investigación mostró la complejidad del tema, expresando que el Poder Judicial ya no puede tomar decisiones solamente con base en las leyes, las cuales deben ser aplicadas con la ayuda de conocimientos de otras disciplinas, como la Economía.

La Ciencia del Derecho, como se vio, posee mecanismos que, bien combinados, pueden ayudar al juez a tomar mejores decisiones. La Ley que exige, como hizo LINDB, que el magistrado considere las consecuencias de sus decisiones, fue sin duda un paso adelante. Sin embargo, en la práctica forense cotidiana no es tan sencillo identificar los posibles resultados de una elección, más aún cuando la controversia involucra el complejo y delicado tema ambiental. Por lo tanto, al término de las clases, lecturas, reflexión y, sobre todo, de los periodos de investigación en Alicante, llegamos a la conclusión de que la teoría del caso constituye un método eficaz para el juez, a la hora de decidir sobre la tutela de urgencia ambiental, trabajar con requisitos procesales, Sostenibilidad y Análisis Económico del Derecho, así como buscar la armonía entre la preservación de la naturaleza y el desarrollo económico.

Hay que dejar claro que la protección del medio ambiente no ha quedado relegada a un plano secundario. Se trataba de tener en cuenta su vinculación con otros sectores de la sociedad, porque una medida cautelar puede, según los casos, salvaguardar el derecho fundamental a un medio ambiente sano, pero al mismo tiempo, generar desempleo y escasez. La investigación ha demostrado que los extremos son inviables. Pensar en las generaciones futuras no es algo que se pueda hacer solo en términos de preservación de los recursos naturales. Es necesario,

simultáneamente, mantener el desarrollo económico, utilizando racionalmente tales recursos, asegurando que la próxima generación, junto a un ambiente sano, también tenga producción, consumo y trabajo.

La economía no prevalece sobre la ley. Lo que debe existir es un diálogo, un intercambio entre estas ciencias, porque el consecuencialismo, previsto en el art. 20 de la Ley de Introducción a las Normas del Derecho Brasileño, destaca la importancia de los conceptos económicos para verificar las consecuencias de una decisión judicial. Para examinar una solicitud de tutela de urgencia, articulada en un proceso ambiental, pidiendo, por ejemplo, que una empresa suministre la maquinaria necesaria para el tratamiento de residuos industriales, el juez también debe observar conceptos económicos, tales como costo-beneficio y compensación. El magistrado, al conceder o rechazar la medida, responderá a las siguientes preguntas: ¿Cuánto costará el equipo? ¿Cómo absorberá tal gasto la persona jurídica? ¿Se pasará el gasto al consumidor cuando se fije el precio del producto? ¿Se puede despedir a los empleados para que haya suficientes recursos económicos para cumplir con la orden judicial? ¿Permitiría la solución deseada la preservación del medio ambiente?

Los temas de la tesis son relevantes y, sin duda, deben seguir siendo estudiados. Los profesionales del derecho están condenados a ser eternos estudiantes. El presente estudio pretendió, con humildad científica, y sin pretensión de agotamiento, presentar una mirada diferente sobre el acto decisorio del juez ambiental al juzgar asuntos urgentes. Ofrecí algunas respuestas relevantes a este delicado problema de decidir rápidamente, por ejemplo, si una empresa debe cerrarse o no. Defendí que el juez ambiental, al decidir la tutela de urgencia, debe aplicar métodos y criterios adecuados, como los que se sugieren en este texto, contribuyendo a lograr resultados más efectivos a favor de la perpetuación de la especie humana en el planeta.

Cabe mencionar que la complejidad de la decisión judicial, así como las dificultades de la tutela de urgencia ambiental, indican que el tema no se circunscribe a la alternativa propuesta en este trabajo. Siempre serán necesarios nuevos estudios, reflexiones y investigaciones.

Sobre la metodología, se consideraron los parámetros[621] de la Asociación

[621] PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018.

Brasileña de Normas Técnicas - ABNT y el Programa de Posgrado en Ciencias Jurídicas Stricto Sensu - PPCJ/UNIVALI. El método[622] científico utilizado en la fase de investigación[623] fue inductivo[624]. En la fase de procesamiento de datos se utilizó el método cartesiano[625].

En las distintas fases de la investigación se utilizó el referente[626], la categoría[627], el concepto operacional[628] y las técnicas de investigación bibliográfica[629]. Busqué basar mi texto en una gran bibliografía, con el fin de sustentar mejor los conceptos planteados, demostrando que las ideas encuentran una referencia sólida. Por cierto, los conceptos operativos se presentan en la lista inicial y aquí se mencionan las categorías básicas o principales: Aceso a la Justicia Ambiental, Sostenibilidad, Tutela de Urgencia, Análisis Económico del Derecho, Protección Ambiental, Consecuencialismo y Teoría del Caso.

Usé la literatura extranjera, americana y europea, cita en lenguas extranjeras con las respectivas traducciones libres en notas a pie de página, con el fin de preservar el significado original de las fuentes.

A lo largo de la elaboración de la Tesis, adopté como estilo la descripción de los pensamientos de los autores trabajados en este estudio, mediante citas directas y parafraseando, todo ello acompañado de las indicaciones bibliográficas, en sucesivas notas a pie de página, con el fin de dar el debido crédito y permitir la ubicación de extractos de las obras en las que se puedan encontrar las ideas desarrolladas, y se incluyó la indicación del rango de páginas de las que se extrajó la cita.

La investigación bibliográfica, durante el doctorado, se basó en la lectura de

---

622 PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018, p. 90-93 e 97-111.
623 PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018, p. 87-109.
624 PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018, p. 205.
625 PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018, p. 87-109.
626 PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018, p. 58.
627 PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018, p. 27.
628 PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018, p. 39.
629 PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018, p. 215.

obras literarias y artículos científicos. La investigación se complementó con la interacción académica con mis profesores, animándome a reflexionar sobre los temas estudiados y a proponer una técnica de toma de decisiones para la tutela de urgencia ambiental.

Concluyo que el tema de la Tesis es relevante, y busqué, a través del estudio, con humildad científica, presentar una mirada diferente sobre los problemas de la tutela de urgencia ambiental. Y me pareció factible que el juez, elaborando su teoría del caso, observara, junto a los requisitos procesales, conocimientos de Sostenibilidad y Análisis Económico del Derecho.

REFERÊNCIAS

5 PRODUTOS do cotidiano que são uma ameaça ao meio ambiente - e alguns, à sua saúde. ***In:*** **BBC News Brasil,** 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-46692818. Acesso em: 28 fev. 2022.

ABBOUD, Georges. Modulação de efeitos como categoria consequencialista: das funções tradicionais às contemporâneas. ***In:*** **Suprema:** revista de estudos constitucionais, Brasília, vol. 1, n. 2, p. 363-393, jul/dez 2021. Disponível em: https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/download/73/43/118. Acesso em: 07 set. 2022.

ABREU, Pedro Manoel. **Acesso à justiça e juizados especiais:** o desafio histórico da consolidação de uma justiça cidadã no Brasil. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.

ACCIOLY, Hildebrando; CASELLA, Paulo Borba; SILVA, G. E. do Nascimento. **Manual de direito internacional público**. 25. ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

AGUADO PUIG, Afonso. **El Desarrollo Sostenible:** El Derecho en la búsqueda del equilibrio. Sevilha: Editora Universidad de Sevilha, 2019.

AGUIAR, Roberto A. R. de**. O que é Justiça:** uma abordagem dialética. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1999.

AGUILLAR, Fernando Herren. **Direito econômico:** do direito nacional ao direito supranaciona. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2019.

ALENZA GARCÍA, José Francisco. **Manual de derecho ambiental**. Pamplona: Univ Públic Navarra, 2001.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2. ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

ALMEIDA, Úrsula Ribeiro de. **Tutela de urgência no direito ambiental:** instrumento de efetivação do princípio da precaução. São Paulo: Atlas, 2015.

ALONSO, Esteban J. Pérez; GARCIA, Estanislao Arana; PACHECO, Pedro Mercado. **Derecho, globalización, riesgo y medio ambiente.** Valencia: Tirant Lo Blanch, 2012.

ALONSO GARCÍA, Maria Nieves. Crisis Migratorias Medioambientales: Evolución Histórica y Respuestas Futuras para la Protección de Los Derechos Humanos. ***In:*** MARTÍN, Germán Valencia (Dir.). **Revista Aranzadi de Derecho Ambiental,** n. 49, mayo-agosto 2021.

ALVAREZ, Alejandro Bugallo. Análise econômica do direito: contribuições e desmistificações. ***In:*** **Direito, Estado e Sociedade,** vol. 9, n. 29, jul./dez. 2006. Disponível em: http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/Bugallo_n29.pdf. Acesso em: 27 fev. 2022.

AMARAL, Guilherme Rizzo. **Comentários às alterações do novo CPC**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

AMAYA ARIAS, Ángela María. **El principio de no regresión en el Derecho Ambiental**. 1. ed., Madrid: Iustel, 2016.

AMOY, Rodrigo de Almeida. **A proteção do Direito Fundamental ao Meio Ambienta no Direito Interno e Internacional**. [s.d.]. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/rodrigo_de_almeida_amoy.pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

ANJOS, Rafael Maas dos. **Gestão de Resíduos Sólidos Pós-Consumo:** Economia Circular em tempos de obsolescência planejada. Vol. 1. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 22. ed., São Paulo: Atlas, 2021.

APODACA ESPINOSA, Ángel Ruiz de. El Acceso a La Justicia Ambiental a Nivel Comunitario Y en España Veinte Anos Después Del Convenio de AARHUS. ***In:*** **Revista Catalana De Dret Ambiental RCDA,** Vol. IX, n. 1, p. 01-53, 2018.

ARAGÃO, Alexandra. O estado de direito ecológico no antropoceno e os limites do planeta. ***In:*** LEITE, José Rubens Morato; DINNEBIER, Flávia França (Orgs.). **Estado de direito ecológico**: conceito, conteúdo e novas dimensões para a proteção da natureza. São Paulo: Inst. O Direito por um Planeta Verde, 2017. Disponível em: http://www.ccj.ufpb.br/sda/contents/documentos/e-book-estado-de-direito-ecologico-prof-dr-jose-rubens-morato-leite.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

ARAGÃO, Alexandra. **A natureza não tem preço... mas devia:** o dever de valorar e pagar os serviços dos ecossistemas. Coimbra: Editora Coimbra, 2012. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/80975. Acesso em: 20 nov. 2022.

ARANZAMENDI SERRANO, Indira Aida. **Importancia de la prueba en la elaboración de la teoría del caso en la investigación criminal con el nuevo modelo procesal penal**. Tese (Maestria) – Universidad Andina “Néstor Cáceres Velásquez”, Juliaca – Perú, 2015. Disponível em: http://repositorio.uancv.edu.pe/handle/UANCV/356. Acesso em: 17 out. 2021.

ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato.** Coimbra: Edições Almedina, 2007.

ARAÚJO, Thiago Cardoso. **Análise Econômica do Direito no Brasil**: Uma leitura à luz da Teoria dos Sistemas. 1. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

ARAUJO, Thiago Cardoso; FERREIRA JR., Fernando; MONTENEGRO, Lucas Dos Reis. Consequencialismo, pragmatismo e análise econômica do direito: semelhanças, diferenças e alguns equívocos. ***In:*** **Revista Quaestio Iuris,** [S.l.], vol. 14, n. 04, p. 2106-2130, dez. 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/59004/40207. Acesso em: 24 out. 2022.

AYUSO GUTIÉRREZ, Mercedes. **Justicia Y Economia**. Madrid: Consejo General Del Poder Judicial, 2010.

BARBERÀ, Salvador. Los derechos individuales en el análisis económico. ***In:*** **Revista Economistas,** Madrid, ano VII, n. 38, revista bimestral, 1989. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/9253. Acesso em: 28 fev. 2022.

BARBOSA, Louise Maria Barros. Análise econômica soluciona conflito entre princípios. ***In:*** **Revista Consultor Jurídico**, 2010. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2010-abr-24/analise-economica-direito-solucoes-conflitos-principios. Acesso em: 6 mar. 2023.

BARONA VILAR, Silvia. **O novo processo civil (Lei 1/2000)**. Valencia: Tirant lo blanch, 2000.

BARROSO, Luís Roberto. **Temas de direito constitucional.** Tomo II. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo 9. ed., São Paulo: Saraiva, 2020.

BARROSO, Luís Roberto. **Sem data venia, um olhar sobre o Brasil e o mundo**. 1. ed., Rio de Janeiro: História Real, 2020.

BARTHOLOMEU, Daniela Bacchi. Desenvolvimento sustentável e a questão dos resíduos sólidos. ***In:*** BARTHOLOMEU, Daniela Bacchi; CAIXETA-FILHO, José Vicente. **Logística ambiental de resíduos sólidos.** São Paulo: Atlas, 2017.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo.** Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da pós-modernidade.** Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos.

Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas para consumo:** a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política. ***In:*** GIDDEN, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

BECK, Ulrich. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo: respostas à globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. 2. ed., São Paulo: Editora 34, 2011.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco mundial:** em busca da segurança perdida. Tradução de Marian Toldy e Teresa Toldy. Lisboa: Edições 70, 2016.

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo:** novos conceitos para uma nova realidade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BENAVENTE CHORRES, Hesbert. **La aplicación de la teoría del caso y la teoría del delito en el processo penal acusatório**. Barcelona: Librería Bosch, 2011.

BENJAMIN, Antônio Herman. Constitucionalização do Ambiente e Ecologização da Constitucionalização brasileira. ***In:*** CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2012.

BETANCOR RODRÍGUEZ, Andrés. **Instituciones de derecho ambiental**. Madrid: La Ley, 2001.

BEZERRA, Luiz Gustavo Escorcio; TREVIZAN, Victor Penitente. **A Súmula 618 do STJ e a dinamização do ônus da prova em matéria ambiental**. 2020. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2020-dez-05/opiniao-sumula-618-stj-dinamizacao-onus-prova. Acesso em: 4 nov. 2022.

BICAS, Harley E. A. Ineditismo, originalidade, importância, publicidade, interesse e impacto de artigos científicos. ***In:*** **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, São Paulo, v. 71, n. 4, p. 473-474, ago. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0004-27492008000400001. Acesso: 18 abr. 2017.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 14ª tir., Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BODNAR, Zenildo. A sustentabilidade por meio do Direito e da Jurisdição. ***In:*** **Revista Jurídica CESUMAR – Mestrado,** vol. 11, n. 1, p. 325-343. jan./jun. 2011.

BODNAR, Zenildo; CRUZ, Paulo Márcio. **Globalização, transnacionalidade e sustentabilidade.** Itajaí: Univali, 2012. Disponível em: http://siaiapp28.univali.br/LstFree.aspx. Acesso em: 12 jan. 2015.

BODNAR, Zenildo. Jurisdição ambiental para a Solidariedade: desafios hermenêuticos. ***In:*** SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes; GARCIA, Heloise Siqueira (org.) **Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer,** Itajaí: UNIVALI, 2014.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é - o que não é. 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BOFF, Leonardo. **A grande transformação:** na economia, na política e na ecologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 13. ed., São Paulo: Malheiros, 2003.

BONIFAZ, Augusto Renzo Espinoza. **Estrategias de litigación penal:** Teoría del Caso. 2008. Disponível em: https://derechopenalonline.com/estrategias-de-litigacion-penal-teoria-del-caso/. Acesso em: 24 nov. 2021.

BOSSELMANN, Klaus. **O Princípio da sustentabilidade:** transformando direito e governança. Tradução de Phillip Gil França. São Paulo: RT, 2015.

BRANDÃO, Rodrigo; FARAH, André. Consequencialismo no Supremo Tribunal Federal: uma solução pela não surpresa. ***In:*** **Revista de Investigações Constitucionais.** Curitiba, vol. 7, n. 3, set/dez 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/71771/42003. Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. Constituição [1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 49. ed., São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 23 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI n. 3378/DF.** Relator: Min. Carlos Britto, julgamento em: 09 abr. 2008. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur90231/false. Acesso em: 06 dez. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 708.** Relator: Min. Roberto Barroso, julgamento em: 04 jul. 2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5951856. Acesso em: 17 jul. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5592**. Relatora: Ministra. Cármen Lúcia, julgamento em: 11 set. 2009. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&page=1&pageSize=10&queryString=hermen%C3%AAutica%20ambiental&sort=_score&sortBy=desc. Acesso em: 24 mar. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AgInt no AREsp 1417963/SP.** Relator: Ministro Moura Ribeiro, julgamento em: 19 ago. 2019. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201803355917&dt_publicacao=21/08/2019. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial 1.723.587/SP**. Relator: Min. Herman Benjamin, julgamento em: 6 jun. 2021. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Superior tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 1.782.692/PB**. Relator: Ministro Herman Benjamin, julgamento em: 13 ago. 2019. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/859932055/inteiro-teor-859932069. Acesso em: 27 mar. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp n. 1.985.499/RS.** Relatora: Ministra Nancy Andrighi, julgamento em: 17 mai. 2022. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202101960361&dt_publicacao=19/05/2022. Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Corte Especial aprova súmulas sobre direito ambiental e bens públicos.** 2018. Disponível em https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2018/2018-10-24_16-20_Corte-Especial-aprova-sumulas-sobre-direito-ambiental-e-bens-publicos.aspx. Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AgInt no TP n. 2.476/RJ.** Relatora: Ministra Regina Helena Costa, julgamento em: 1 set. 2020. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201903638011&dt_publicacao=02/10/2020. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação originária n. 1.773/DF.** Relator: Min. Luiz Fux, julgamento em: 26 nov. 2018. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4395214. Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade n. 3540/DF**. Relator: Min. Celso de Mello, julgamento em: 1º set. 2005. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=387260. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ACO 876 MC-AgR.** Relator: Ministro Menezes Direito, julgamento em: 19 dez. 2007. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=539061. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 627189/SP**. Relator: Min. Dias Tóffoli, julgamento em: 08 jun. 2016. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=12672680. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 636199**. Relatora: Min. Rosa Weber, julgamento em: 27 abr. 2017. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13278740. Acesso em: 24 mar. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso extraordinário n. 586224/SP.** Relator: Min. Luiz Fux, julgamento em: 05 mar. 2015. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur303407/false. Acesso em: 27 nov. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade n. 1856/RJ.** Relator: Min. Celso de Mello, julgamento em: 26 maio 2011. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628634. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade n. 4029/AM.** Relator: Min. Luiz Fux, julgamento em: 8 mar. 2012. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628634. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 708/DF**. Relator: Min. Roberto Barroso, julgamento em: 4 de julho 2022. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15353796271&ext=.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 654833/AC. **Relator: Min. Alexandre de Moraes, julgamento em: 20 abr. 2020.** Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753077366. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 417408 AgR/RJ.** Relator: Min. Dias Toffoli, julgamento em: 20 mar. 2012. Disponível em:

https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1941850. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Agenda 2030.** [s.d.]. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/hotsites/agenda-2030/#:~:text=A%20Agenda%202030%20da%20ONU,17%20objetivos%20de%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1veis. Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª região. **AG 5043730-94.2018.4.04.0000.** Relatora: Desa. Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, julgamento em: 21 mar. 2019. Disponível em: https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&numero_gproc=40000973795&versao_gproc=3&crc_gproc=9faf10d2. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª região. **AG 5008355-03.2016.4.04.0000.** Relator: Des. Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, julgamento em: 10 mai. 2016. Disponível em: https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&documento=8242519. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª região. **AG 5018833-02.2018.4.04.0000.** Relatora: Desa. Federal Vivian Joséte Pantaleão Caminha, julgamento em: 29 ago. 2018. Disponível em: https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&numero_gproc=40000644773&versao_gproc=9&crc_gproc=80f12ec1. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **Agravo de Instrumento nº 5000557-15.2021.4.04.0000.** Relator: Des. Federal Victor Luiz dos Santos Laus, julgamento em: 09 fev. 2022. Disponível em: https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&numero_gproc=40003034045&versao_gproc=5&crc_gproc=c8b23f8d. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **AG 5014418-34.2022.4.04.0000.** Relator: Des. Federal Victor Luiz dos Santos Laus, julgamento em: 14 set. 2022. Disponível em: https://jurisprudencia.trf4.jus.br/pesquisa/inteiro_teor.php?orgao=1&numero_gproc=40003487416&versao_gproc=6&crc_gproc=01b7d0b1. Acesso em: 15 fev. 2021.

BURBANO CASTRO, Ana Milena. **Construcción de La Teoría Del Caso**. 2014. Disponível em: https://repository.ugc.edu.co/bitstream/handle/11396/5244/Teor%C3%ADa_caso.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 out. 2021.

CABANELLAS, Guillermo. El análisis económico del derecho: Evolución histórica - Metas e instrumentos. ***In:*** KLUGER, Viviana (Comp.). **Análisis económico del Derecho**. Buenos Aires: Editorial Heliasta, 2006.

CALVILLO DÍAZ, Gabriel. **Los Delitos Contra el Ambiente y la Teoría del Caso del Ministerio Público**. [s.d.]. Disponível em:

http://www.paot.org.mx/contenidos/paot_docs/cursos/2012/pdf/TEORIA_CASO_DELITOS_CONTRA_AMBIENTE.pdf. Acesso em: 25 nov. 2021.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**: volume 1. 25. ed., São Paulo: Atlas, 2014.

CAMPOS JR., José Julio Ferraz de. **Introdução à economia ambiental, economia ecológica e valoração**. São Paulo: Edição do Autor, 2017.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed., Coimbra: Almedina, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. O princípio da sustentabilidade como princípio estruturante do Direito Constitucional. ***In:*** **Revista de Estudos Politécnicos;** Polytechnical Studies Review, vol. VIII, n. 13, 2010.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro.** 6. ed. rev., São Paulo: Saraiva, 2015.

CAPÓ MARTÍ, Miguel Andrés. **Ecoética**: un nuevo paradigma para proteger los ecosistemas. Madrid: Tebar Flores, 2019.

CAPRA, Fritjof. **As Conexões ocultas:** ciência para uma vida sustentável. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida:** uma nova compreensão dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARAVACA LLAMAS, Carmen. Más decrescimento y menos Prozac. El decrescimiento como alternativa económica y social a la crisis actual. ***In:*** **La Razón histórica:** revista hispanoamericana de historia de las ideas políticas y sociales, n. 18, 2012. Disponível em https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4186286. Acesso em: 29 mai. 2023.

CARRERA, Francsco; SÉGUIN, Élida. **Planeta Verde**: uma abordagem de Direito Ambiental. 2. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

CARLOS, Isadora Beatriz Teixeira; CZELUSNIAK, Vivian Amaro. Análise Econômica do Direito em Face da Jurisdição Constitucional no Brasil: Exame Baseado nas Concepções de Posner e Dworkin. ***In:*** **EALR – Universidade Católica de Brasília – UCB,** Brasília-DF, vol. 11, n. 3, p. 03-15, set-dez. 2020. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1sADDZFDns_Pr5pREoYijgfQAve4uJJgHLt7I24iyKec/edit. Acesso em: 17 jul. 2022.

CARVALHO, Sônia Aparecida de. Justiça Social e Ambiental: um instrumento de consolidação à Sustentabilidade. ***In:*** **Direito & Política,** vol. 9, n. 2, 2014. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/6029. Acesso em: 17 jul. 2022.

CASADEVANTE ROMANI, Carlos Fernández de. **La jurisprudencia del Tribunal Europeo de Derechos Humanos relativa a la protección del medio ambiente**. Madrid: Iustel, 2018.

CASAREZ ZAZUETA, Olga Feranda; GUILLÉN LÓPEZ, Germán. **Teoria Del Caso Em El Sistema Penal Acusatorio**. [s.d.]. Disponível em: http://www.juridicaformativa.uson.mx/memorias/v_coloquio/doc/derechoconstitucional/CAZAREZ_OLGA_Y_GERMAN_GUILLEN.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.

CASTRO, Celso. **Textos básicos de sociologia:** de Karl Marx a Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

CAVEDON, Fernanda de Salles. Conexões entre direitos humanos e direito ambiental como um contexto mais favorável para a justiça ambiental. ***In:*** DANTAS, Marcelo Buzaglo; SÉGUIN, Elida; AHMED, Flávio**. O direito ambiental na atualidade**: estudos em homenagem a Guilherme José Purvin de Figueiredo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CHAVES GARCÍA, José Ramón. **Cómo piensa un juez:** el reto de la sentencia justa. Madrid: Wolters Kluwer, 2021.

CHIASSONI, Pierluigi. **El Análisis Económico del Derecho**. Lima: Palestra Editores, 2013.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini Grinover; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 15. ed., rev. e atual., São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

COAÑA BE, Luis David. **Teoría judicial de caso:** una propuesta construida para México desde una perspectiva constitucional. [s.d.]. Disponível em: https://www.academia.edu/35645336/TEOR%C3%8DA_JUDICIAL_DEL_CASO_UNA_PROPUESTA_CONSTRUIDA_PARA_M%C3%89XICO_DESDE_UNA_PERSPECTIVA_CONSTITUCIONAL. Acesso em: 26 fev. 2022.

COASE, Ronald H. **O Problema do Custo Social**. Tradução de Francisco Kümmel F. Alves e Renato Vieira Caovilla. Chicago: Journal of Law and Economics, 1960.

COASE, Ronald H. **A firma, o mercado e o direito**. Tradução de Heloisa Gonçalves Barbosa, 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2022.

CONDESSO, Fernando dos Reis. **Direito do ambiente**. Coimbra: Almedina, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Processo nº 0006767-49.2021.2.00.0000.** Relator: Luiz Fux, julgamento em: 24 set. 2021. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/InfojurisI2/Jurisprudencia.seam;jsessionid=E7F991B7D867B28DEDC103889572796F?jurisprudenciaIdJuris=52950. Acesso em: 17 jul. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução Nº 60 de 19/09/2008.** Institui o Código de Ética da Magistratura Nacional. Disponível em:

https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/127. Acesso em: 07 set. 2022.

COOTER, Robert. An Introduction to Law and Economics. ***In:*** **Law and Economics.** 6. ed., Boston: Pearson, 2016.

COOTER, Robert; ULLEN, Thomas. **Derecho y economía.** Tradução de Eduardo L. Suárez e María Teresa Francisco González. 3. ed., México: Fondo de Cultura Económica, 2016.

COOTER, Robert; ULLEN, Thomas. **Direito e Economia**. Tradução de Luis Marcos Sander e Francisco Araújo da Costa. 5. ed., Porto Alegre: Bookman, 2010.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidades Indígenas miembros de la Asociación Lhaka Honhat (Nuestra Tierra) Vs. Argentina.** Sentencia de 6 de febrero de 2020. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_400_esp.pdf. Acesso em: 7 jun. 2021.

CORTÉS DOMÍNGUEZ, Valentín; MORENO CATENA, Víctor. **Derecho Procesal Civil. Parte General**. 10. ed., Valência: Tirant Lo Blanch, 2019.

CRUZ, Paulo Márcio. **Fundamentos do Direito constitucional***.* Curitiba: Juruá, 2001.

CRUZ, Paulo Márcio. **Política, poder, ideologia e Estado contemporâneo.** 3. ed., Curitiba: Juruá, 2011.

CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. A atuação do poder judiciário na implementação das políticas públicas ambientais. ***In:*** **Revista de Direito Internacional**, Brasília, vol. 8, n. 2, 2011. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/download/1549/1431. Acesso em: 05 nov. 2022.

CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. A transnacionalidade e a emergência do Estado e do direito transnacionais. ***In:*** CRUZ, Paulo Mário (Org.). **Direito e transnacionalidade**. Curitiba: Juruá, 2011.

CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. O novo paradigma de Direito na pós-modernidade. ***In:*** **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD),** Porto Alegre, vol. 3, p. 75-83, 2011. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/777/1761. Acesso em: 24 mai. 2021.

CRUZ, Paulo Márcio; OLIVIERO, Maurizio. Reflexões sobre o Direito Transnacional. ***In:*** **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí/Perugia, vol. 17, 2012.

CUADRADO RUIZ, María Ángeles. Derecho y Medio Ambiente: Medio Ambiente & Derecho. ***In:*** **Revista electrónica de derecho ambiental,** Universidade de Sevilla, n. 21, 2010.

CUADRADO SALINAS, Carmen. Medidas Cautelares y Ejecución. ***In:*** MELLADO, José Mría Asencio Mellado (Dir.); SORIANO, Olga Fuentes (Coord.). **Introducción Al Decrecho Procesal.** Valência: Tirant Lo Blanch, 2019.

CUNHA, Paulo Roberto; VILLAR, Pilar Carolina. A proteção Constitucional do meio ambiente e os princípios do Direito Ambiental. ***In:*** CIBIM, Juliana Cassano; VILLAR, Pilar Carolina (Coords). **Direito, gestão e prática:** direito ambiental empresarial. São Paulo: Saraiva, 2017.

CURIEL, Pedro Brufao. Descripción general del Derecho Ambiental español. ***In:*** GARCÍA, José Eugenio Soriano; SADDY, André (Dir.); LAVERDE, Sandra Milena Ortiz; AVZARADEL; Pedro Curvello Saavedra (Coord.). **Direito Constitucional Ambiental Ibero-Americano,** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

DANTAS, Marcelo Buzaglo. **Direito ambiental de conflitos:** o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e os casos de colisão com outros direitos fundamentais. 2. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

DANTAS, Marcelo Buzaglo. **Tutela de urgência nas lides ambientais**: provimentos liminares, cautelares e antecipatórios nas ações coletivas que versam sobre o meio ambiente. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

DANTAS, Marcelo Buzaglo. **Ação civil pública e meio ambiente**: teoria geral do processo, tutela jurisdicional e execução/cumprimento. São Paulo: Saraiva, 2009.

DANTAS, Marcelo Buzaglo; PIZOLATI, Marcelo; CRUZ, Alice Francisco da. O ônus da prova nas ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente. ***In:*** **Revista dos Tribunais,** vol. 110, n. 1026, p. 43-55. São Paulo: Ed. RT, abril 2021.

DANTAS, Miguel Calmon. **Constitucionalismo dirigente e pós-modernidade.** São Paulo: Saraiva, 2009.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental:** perspectivas para a educação corporativa. 2. ed., São Paulo: Editora Senac, 2003.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

DERANI, Cristiane; SOUZA, Kelly Schaper Soriano de. Instrumento Econômicos na Política Nacional do Meio Ambiente: por uma economia ecológica. ***In:*** **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, vol. 10, n. 19, p. 247-272, jan./jun. 2013. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/270203238.pdf. Acesso em: 25 out. 2022.

DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade:** origem e fundamentos; educação e governança global; modelo de desenvolvimento. São Paulo: Atlas, 2015.

DIDIER, Fredie Souza; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. Dever judicial de considerar as consequências práticas da decisão: interpretando o art. 20 da Lei de Introdução às

Normas do Direito Brasileiro. ***In:*** **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional,** Belo Horizonte, vol. 19, n. 75, 2019.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. 9. ed., São Paulo: Saraiva, 1997.

DINIZ, Patrícia Dittrich; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. Compliance e Lei Anticorrupção nas Empresas. ***In:*** **Revista de Informação Legislativa,** vol. 52, n. 205, p. 87-105, jan./mar. 2015. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/509944. Acesso em: 23 jan. 2018.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica:** alternativas de gestão social. 2. ed., atual., Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. 26. ed., São Paulo: Perspectiva, 2016.

ERIAS REY, Antonio; ÁLVAREZ-CAMPANA GALLO, José Manuel. **Evaluación ambiental y desarrollo sostenible**. Madrid: Ediciones Pirámide, 2007.

ESPANHA. ***Constitución Española***. 1978. Disponível em: https://www.boe.es/legislacion/documentos/ConstitucionCASTELLANO.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

ESPANHA. **Ley 29/1998, de 13 de julio.** Reguladora de la Jurisdicción Contencioso-administrativa. Disponível em: https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1998-16718. Acesso em: 28 fev. 2022.

ESPANHA. **Normas políticas**. Madrid: Tecnos, 2019.

ESPANHA. **Tribunal Supremo.** [s.d.]. Disponível em: https://www.poderjudicial.es/cgpj/es/Poder-Judicial/Tribunal-Supremo/. Acesso em: 24 mai. 2022.

ESTEVE PARDO, José. **Derecho del Medio Ambiente y Administración Local**. 2. ed., Barcelona: Fundación Democracia y Gobierno Local, 2006.

FACCHINI NETO, Eugênio. O judiciário no mundo contemporâneo. ***In:*** MOLINARO, Carlos Alberto; MILHORANZA, Mariângela Guerreiro; PORTO, Sérgio Gilberto (Org.). **Constituição, jurisdição e processo:** estudos em homenagem aos 55 anos da Revista Jurídica. Sapucaia do Sul: Notadez, 2007.

FARIA, José Eduardo. La globalización económica y sus consecuencias jurídicas: diez tendências del derecho contemporâneo. ***In:*** ALONSO, Esteban J. Pérez; GARCIA, Estanislao Arana; PACHECO, Pedro Mercado. **Derecho, globalización, riesgo y medio ambiente.** Valencia: Tirant Lo Blanch, 2012.

FARIAS, Talden; TRENNEPOHL, Terence. (Orgs.). **Direito Ambiental Brasileiro**. 2. ed., São Paulo: Thomson Reuters Brasil Revista dos Tribunais, 2021.

FEITOSA, Bianca de Paula Costa Lisboa; SANTOS, Kátia Borges dos. Considerações acerca da propriedade privada à luz da Análise Econômica do Direito. ***In:*** **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável**, Belém, vol. 5, n. 2, jul/dez. 2019.

FERRAJOLI, Luigi. **Por uma teoria dos direitos e dos bens fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Argumentação jurídica**. 2. ed., São Paulo: Editora Manole, 2016.

FERREIRA, Heline Sivini; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). **Estado de direito ambiental:** Tendências, aspectos constitucionais e diagnósticos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FERREIRA, Pinto. **Curso de direito constitucional**. 12. ed., ampl. e atual., São Paulo: Saraiva, 2002.

FERNÁNDEZ GARCÍA, Ricardo. ***La dimensión económica del desarrollo sostenible.*** Alicante: Editorial Club Universitario, 2011.

FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. **Introdução à economia do meio ambiente**. Tradução de Christiane de Brito Andrei. 6. ed., Porto Alegre: AMGH, 2014.

FIELD, Barry C. **Economía Ambiental:** Una introducción. Colombia: Edit. Mcgraw-Hill, 1995.

FIGUEIREDO, Eduardo Fin de; SILVA, Marcos Alves da. A Análise Econômica do Direito Contratual e a Função Social do Contrato. ***In:*** **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável,** Brasília, vol. 2, n. 1, jan/jun. 2016. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistaddsus/article/view/1671. Acesso em: 27 fev. 2022.

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Direito Econômico**. 11. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2021.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental Brasileiro**. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques (Coords.)**. Direito Ambiental Contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2015.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica *Laudatio Si* do Santo Padre Francisco sobre o cuidado com a casa comum**. [s.d.]. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-

francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 16 set. 2017.

FRANCO SALA, Luis. **Política económica del medio ambiente**: análisis de la degradación de los recursos naturales. Barcelona: Cedecs, 1995.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade:** direito ao futuro. 2. ed., Belo Horizonte: Fórum, 2012.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 3. ed., Belo Horizonte: Fórum, 2016.

FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: novo prisma hermenêutico. ***In:*** **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí, vol. 23, n. 3, p. 940-963, dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/13749. Acesso em: 13 nov. 2019.

FRIEDE, Reis. **Ciência do Direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica**. 9. ed., Barueri, SP: Manole, 2015.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo:** reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FUX, Luiz; BODART, Bruno. **Processo civil & análise econômica**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

FUX, Luiz; FUX, Rodrigo; PEPE, Rafael Gaia (Coords.). **Temas de Análise Econômica do Direito Processual**. Rio de Janeiro: BZ Editora, 2021.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**. Vol. 3, 4. ed., rev. atual. e reform., São Paulo: Saraiva, 2006.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. Dimensão social do princípio da sustentabilidade: uma análise do mínimo existencial ecológico. ***In:*** SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; GARCIA, Heloise Siqueira. (Org.). **Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer**. Vol.1, 1. ed., Itajaí: UNIVALI, 2014.

GARCIA, Denise S. Siqueira; SOUZA, Maria Cláudia S. Antunes de. Direito ambiental e o princípio do desenvolvimento sustentável. ***In:*** **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, vol. 2, n. 2, 2007. Disponível em: http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/buscalegis7.pdf. Acesso em: 23 jan. 2018.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. O direito ambiental e sua ligação com o princípio da dignidade da pessoa humana com os direitos fundamentais. ***In:*** DEMARCHI, Clóvis; OLIVEIRA NETO, Francisco José Rodrigues de; ABREU, Pedro Manoel. **Direito, estado e sustentabilidade**. São Paulo: Intelecto, 2016. Disponível em: https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/Documents/ecjs/E-

book%202016%20DIREITO,%20ESTADO%20E%20SUSTENTABILIDADE.pdf. Acesso em: 13 nov. 2019.

GARCÍA ENTERRÍA, Eduardo. **La batalla por las medidas cautelares:** Derecho comunitário europeo y proceso contencioso-administrativo español. Madrid: Thomson Civitas, 2006.

GARCIA, Heloise Siqueira. **Avaliação ambiental estratégica e política nacional de resíduos sólidos:** uma análise da aplicação em suas ações estratégicas no contexto do Brasil e da Espanha. Florianópolis: Empório do Direito, 2015.

GARCÍA-LUBÉN BARTHE, Paloma; TOMÉ GARCÍA, José Antonio. **Temas de Derecho Procesal Civil:** Adaptado al nuevo programa de las pruebas selectivas para ingreso en las Carreras Judicial y Fiscal. 2. ed., Madrid: Dykinson S. L., 2019.

GARCÍA MARRERO, Javier (Director Y Coordinador). **Medidas cautelares y diligencias preliminares em el ámbito civil**. Navarra: Editorial Aranzadi, 2021.

GARCÍA RUBIO, Fernando. **Sostenibilidad ambiental y competencias locales:** un análisis jurídico. Madrid: Editorial Dykinson, 2015.

GAROUPA, Nuno; GINSBURG, Tom. Análise Econômica e Direito Comparado. ***In:*** TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direito e Economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2018.

GATTA SÁNCHEZ, Dionisio Fernández de. **Sistema Jurídico-Administrativo de Protección Del Medio Ambiente**. Salamanca: Ratio Legis, 2019.

GICO JÚNIOR, Ivo Teixeira. Introdução ao direito e economia. ***In:*** TIMM, Luciano Benetti (ed.). **Direito e Economia no Brasil**. 1. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

GICO JÚNIOR, Ivo Teixeira. A tragédia do Judiciário. ***In:*** **RDA – Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, vol. 267, p. 163-198, set./dez. 2014. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46462/44453. Acesso em: 2 jun. 2023.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via.** Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 3ª tir., Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia.** Tradução de Claudia Freire. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

GIMENES, Erick. Sentença da Corte IDH solidifica justiciabilidade de direitos

econômicos e sociais. ***In:*** **Jota Pro,** 2022. Disponível em: https://www.jota.info/justica/sentenca-da-corte-idh-solidifica-justiciabilidade-de-direitos-economicos-e-sociais-16092022. Acesso em: 4 out. 2022.

GIMENO SANDRA, Vicente; TORRES DEL MORAL, Antônio; MORENILLA ALLARD, Pablo. **Los Derechos Fundamentales y su Protección Jurisdiccional**. Madrid: Edit. Edisofer, 2017.

GÓMEZ ISA, Felipe. **El derecho al desarrollo como derecho humano en el ámbito jurídico internacional.** Madrid: Universidad de Deusto, 1999.

GONÇALVES, Everton das Neves; STELZER, Joana. **A tomada de decisão normativo-judicial segundo o princípio da eficiência econômico-social**. [s.d.]. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=cf55a3f1c3e9436d. Acesso em: 24 out. 2022.

GONÇALVES, Everton das Neves; STELZER, Joana; BONMANN, Elton Dias. O Nível Eficiente de Proteção e de Punição segundo a Análise Econômica do Direito Ambiental. ***In:*** **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, vol. 2, n. 4, 2015.

GONÇALVES, Everton das Neves; STELZER, Joana. Eficiência e Direito: Pecado ou Virtude - Uma Incursão pela Análise Econômica do Direito. ***In:*** **Revista Jurídica - Unicuritiba**, vol. 1, n. 28, p. 77-122, 2012. Disponível em: http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/412/317. Acesso em: 24 out. 2022.

GONÇALVES, Jéssica. Análise econômica dos princípios ambientais do poluidor pagador e usuário pagador. ***In:*** **Revista da ESMESC,** vol. 21, n. 27, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.14295/revistadaesmesc.v21i27.106. Acesso em: 5 nov. 2019.

GONÇALVES, Oksandro; FOLLONI, André; SANTANO, Ana Cláudia (Coords.). **Direito Econômico & Socioambiental**: Por interconexões entre o Desenvolvimento e a Sustentabilidade. Curitiba: Ithala, 2016.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**: interpretação e crítica. 11. ed., São Paulo: Malheiros, 2006.

GRAU, Eros Roberto. **O direito posto e o direito pressuposto.** 8. ed., rev. e ampl., São Paulo: Malheiros, 2011.

GRAU, Eros Roberto. **Elementos do direito econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

GUADAMILLAS PLEITE, Francisco. **Las medidas cautelares en matéria de médio ambiente en la jurisdiccion contencioso administrativa**. [s.d.]. Disponível em: https://www.juntadeandalucia.es/justicia/portal/adriano/.content/recursosexternos/formacion_juecesponenFPG.pdf. Acesso em: 9 mar. 2022.

GUEDES, Néviton. **A importância de Dworkin para a teoria dos princípios**. 2012.

Disponível em: https://www.conjur.com.br/2012-nov-05/constituicao-poder-ronald-dworkin-teoria-principios. Acesso em: 28 jul. 2022.

GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público**. 14. ed., São Paulo: SaraivaJur, 2022.

GUTIERREZ SOBRINHO, Emílio. **Aspectos teóricos do movimento neoconstitucional.** 2012. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/22345/aspectos-teoricos-do-movimento-neoconstitucional/1. Acesso em: 22 jun. 2019.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade.** Tradução de Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus:** uma breve história do amanhã. Tradução de Paulo Geiger. Sâo Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens:** uma breve história da humanidade. Tradução de Janaína Marcoantonio. 30. ed., Porto Alegre: L&PM Editores, 2017.

HASTREITER, Michele Alessandra; WINTER, Luís Alexandre Carta. Análise econômica do direito internacional. ***In:*** **Revista de Direito Internacional,** Brasília/DF, vol. 12, n. 2, 2015. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/tablas/r37280.pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

HERNÁNDEZ ARAYA, Nicolás Alejandro. Barreras Económicas em el Acceso a La Justicia Ambiental em España. ***In:*** **Revista Aranzadi de Derecho Ambiental,** n. 36, Thomson Reuters Aranzadi, enero-aabril 2017.

HERNÁNDEZ BERASALUCE, Luis. **Economía y mercado del medio ambiente.** Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 1996.

HOYOS GUEVARA, Arnoldo José de. **Da sociedade do conhecimento à sociedade da consciência.** São Paulo: Saraiva, 2007.

IHERING, Rudolf von. **A luta pelo direito.** Tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 7. ed. e rev., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

JACOBSEN, Gilson. Meio ambiente, justiça e criatividade. ***In:*** SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; VIEIRA, Ricardo Stanziola; FERRER, Gabriel Real. (Coords.). **Sociedade, governança e meio ambiente**. Itajaí: Univali, 2017. Disponível em: https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/Documents/ecjs/E-book%202017%20SOCIEDADE,%20GOVERNAN%C3%87A%20E%20MEIO%20AMBIENTE%20%E2%80%93%20TOMO%2003.pdf. Acesso em: 24 mar. 2023.

JAKOBI, Karin Bergit Márcia; RIBEIRO, Carla Pereira. **A análise econômica do direito e a regulação do mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2014.

JAQUENOD DE ZSOGON, Silvia. **Derecho Ambiental:** Información Investigación. Madrid: Dykinson, 1997.

JATOBÁ, Augusto César Maurício de Oliveira. **Desenvolvimento sustentável e estudo de impacto ambiental:** uma investigação à luz do direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

JOBIM, Marco Félix. **Medidas estruturantes na Jurisdição Constitucional**: da Suprema Corte Estadunidense ao Supremo Tribunal Federal. 3. ed. rev. ampl., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2022.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2011.

KÄSSMAYER, Karin. A justiça ambiental como elemento do estado contemporâneo. ***In:*** LEITE, José Rubens Morato; DINNEBIER, Flávia França (Orgs.). **Estado de direito ecológico**: conceito, conteúdo e novas dimensões para a proteção da natureza. São Paulo: Inst. O Direito por um Planeta Verde, 2017. Disponível em: http://www.ccj.ufpb.br/sda/contents/documentos/e-book-estado-de-direito-ecologico-prof-dr-jose-rubens-morato-leite.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

KILEY, Dan. **Síndrome de Peter Pan.** São Paulo: Editora Melhoramentos, 1983.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin; GRADDY, Kathryn. **Fundamentos de economía**. Traducción de Alejandro Estruch Manjón. 2. ed., Barcelona: REVERTÉ, 2013.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo.** O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. 2006. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/903-Estocolmo_Rio_Joanesburgo.pdf. Acesso em: 09 jun. 2014.

LAMY, Eduardo. **Tutela provisória.** São Paulo: Atlas, 2018.

LARRUGA, Francisco Javier Sanz (Dir.); GARCÍA, J. José Pernas (Dir.); SÁNCHEZ, Jennifer (Coord.). **Derecho Ambiental para una economía verde:** Informe Red Escover. 1. ed., Pamplona: Thomson Reuters Aranzadi, 2016.

LATOUCHE, Serge. **Salir de la sociedade de consumo:** voces y vías del decrecimiento. Tradução de Magalí Sirera Manchado. Barcelona: Ediciones Octaedro, S. L., 2013.

LATOUCHE, Serge. **Hecho para tirar:** la irracionalidad de la obscolescencia programada. Tradução de Rosa Bertrán Alcázar. Barcelona: Ediciones Octaedro, S. L., 2018.

LATOUCHE, Serge; HARPAGÉS, Didier. **La hora del decrecimiento.** Tradução de Rosa Bertrán Alcázar. Barcelona: Ediciones Octaedro, S. L., 2011.

LEFF, Enrique. **Ecología y Capital**: Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. 1994. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/31701755_Ecologia_y_capital_racionalidad

_ambiental_democracia_participativa_y_desarrollo_sustentable_E_Leff/link/56ccdb7008aeb52500c09e95/download. Acesso em: 28 jul. 2022.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 2004.

LEITE, José Rubens Morato; BELCHIOR, Germana Parente Neiva. Dano ambiental na sociedade de risco: uma visão introdutória. ***In:*** LEITE, José Rubens Morato et al. **Dano ambiental na sociedade de risco.** São Paulo: Saraiva, 2012.

LEITE, José Rubens Morato; IGLECIAS, Patrícia Faga. **Direito ambiental para o século XXI:** novos contornos jurisprudenciais e na regulamentação dos resíduos sólidos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

LEITE, José Rubens Morato; SILVEIRA, Paula Galbiatti; BETTEGA, Belisa. Princípios estruturantes do estado de direito para a natureza. ***In:*** LEITE, José Rubens Morato; DINNEBIER, Flávia França (Orgs.). **Estado de direito ecológico:** conceito, conteúdo e novas dimensões para a proteção da natureza. São Paulo: Inst. O Direito por um Planeta Verde, 2017. Disponível em: http://www.ccj.ufpb.br/sda/contents/documentos/e-book-estado-de-direito-ecologico-prof-dr-jose-rubens-morato-leite.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; MENDES, João Múcio Amado. Resíduos eletroeletrônicos e seus aspectos jurídicos no Brasil. ***In:*** XAVIER, Lúcia Helena et al. **Gestão de resíduos eletroeletrônicos.** 1. ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

LIMA, Fabrício Wantoil; SILVA, Mariana Misquita e. **Responsabilidade por danos ambientais**: os desastres de Brumadinho e Mariana - Minas Gerais. [s.d.]. Disponível em: http://repositorio.aee.edu.br/jspui/bitstream/aee/4814/1/Mariana%20Misquita%20e%20Silva.pdf. Acesso em: 19 set. 2022.

LOPES JUNIOR, Aury; ROSA, Alexandre Morais da. Sobre o uso do *standard* probatório no processo penal. ***In:*** **Consultor Jurídico,** 2019. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2019-jul-26/limite-penal-uso-standard-probatorio-processo-penal. Acesso em: 21 jul. 2022.

LOZANO CUTANDA, Blanca. Ambiental: Algunas reflexiones desde el derecho administrativo. ***In:*** **Revista de Administración Pública,** n. 200, Madrid, mayo-agosto 2016.

LOZANO CUTANDA, Blanca. **Derecho Ambiental Administrativo**. Madrid: Edit. La Ley, 2010.

LUNA LEYVA, Porfirio. **Teoría del caso**. 2020. Disponível em: https://forojuridico.mx/teoria-del-caso/. Acesso em: 28 out. 2021.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro.** 24. ed., São Paulo: Malheiros, 2016.

MACKAAY, Ejan. ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do Direito**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2015.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de Direito.** 2. ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MANGAS MARTÍN, Víctor-Javier (Coord.). **Educación ambiental y sostenibilidad.** Alicante: Universidad de Alicante, 2003.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. Tradução de Allan Vidigal Hastings e Elisete Paes e Lima. São Paulo: Cengage, 2020.

MARCONDES, Danilo. **As origens do pensamento moderno e a ideia de modernidade:** uma iniciação à filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo código de processo civil comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela antecipatória e julgamento antecipado:** parte incontroversa da demanda. 5. ed., rev., atual. e ampl. da obra Tutela antecipatória, julgamento antecipado e execução imediata da sentença. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela contra o ilícito:** Inibitória e de remoção – art. 497, parágrafo único, do CPC/2015. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes obrigatórios**. 5. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme**. A Ética dos Precedentes.** 2. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MARTÍN MATEO, Ramón. El Derecho Ambiental. ***In:*** **Revista Aranzadi de Derecho Ambiental**, n. 28, Thomson Reuters Aranzadi, mayo-agosto 2014.

MARTÍN MATEO, Ramón. **Tratado de Derecho Ambiental**. Madrid: Trivium, 1992.

MARTÍN MATEO, Ramón. **Manual de derecho ambiental**. Trivium: Madrid, 1995.

MARTÍN MATEO, Ramón. **Tratado de derecho ambiental.** Tomo IV. Madrid: Edit. Edisofer, 2003.

MARTÍNEZ JUMÉNEZ, José; MARTÍNEZ VALERO, Luis. **Derecho Procesal Civil**. Madrid: Editorial Tecnos, 2021.

MATTOS, César. Análise Econômica do Direito. ***In:*** **Comunidade Virtual do Programa Nacional de Promoção da Concorrência.** Seae – Secretaria de

Acompanhamento Econômico. 2014. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/apostilas/advocacia-da-concorrencia/1-seae_analise_economica_direito.pdf. Acesso em: 28 fev. 2022.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. 23. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2022.

MAY, Peter H. **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

MAZOTTI, Marcelo. **As escolas hermenêuticas e os métodos de interpretação da lei.** Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2010.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Controle jurisdicional da convencionalidade das leis**. 5. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direitos humanos**. 9. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2022.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 10. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MELGAREJO MORENO, Joaquín; LÓPEZ ORTIZ, Ma Inmaculada; MOLINA GIMÉNEZ, Andrés. **La economia circular y el sector del agua em España: Análisis jurídico-econõmico**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2023.

MELGAREJO MORENO, Joaquín. **Economía circular y território:** el nuevo paradigma de gestión de los recursos. Alicante: Universidade de Alicante. 2018.

MELLO, Paula Susanna Amaral. **Direito ao meio ambiente e proibição ao retrocesso**. São Paulo: Atlas, 2014.

MELO, Osvaldo Ferreira de. **Dicionário de política jurídica**. Florianópolis: OAB-SC Editora, 2000.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 16. ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MESSINA, Gabriel. Derecho y Economía: uma aproximación. ***In:*** **Economic Analysis of Law Review,** Universidade Católica de Brasília – UCB, vol. 7, n. 1, p. 177-193, jan-abr, 2017. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/7897. Acesso em: 27 feev. 2022.

MILARÉ, Édis. **Ação Civil Pública após 30 anos.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MILARÉ, Édis. **Direito do meio ambiente**. 10. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente.** 11. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 12. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

MILLAARD, Éric; HEINEN, Luana Renostro. A analise economica do direito: Um Olhar empirista critico. ***In:*** **EALR,** vol. 9, n. 1, p. 277-284, Jan-Abr, 2018. Disponível em: https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01854582/document. Acesso em: 26 fev. 2022.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. **A questão dos "refugiados" climáticos e ambientais no Direito Ambiental**. 2017. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2017-abr-22/ambiente-juridico-questao-refugiados-climaticos-ambientais-direito-ambiental#author. Acesso em: 06 nov. 2018.

MOLINA GIMÉNEZ, Andrés. **Los caudales ecológicos en la planificación hidrológica. Reflexiones a la luz de la Sentencia del Tribunal Supremo 309/2019 de 11 de marzo, relativa al plan hidrológico del Tajo y sus posibles impactos en el Trasvase Tajo-Segura**. Disponível em https://doi.org/10.14198/Sostenibilidad2019.1.02. Acesso em: 25 mai. 2023.

MORA-SANGUINETTI, Juan. **La Factura de La Injusticia:** Sistema Judicial, Economía Y Prosperidad en España. Madrid: Tecnos, 2022.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 33. ed., rev. e atual. até a EC n. 95, de 15 de dezembro de 2016. São Paulo: Atlas, 2017.

MORAES, Kamila Guimarães. Panorama atual dos aspectos jurídicos da obsolescência planejada e os novos limites para o século XXI. ***In:*** LEITE, José Rubens Morato; IGLECIAS, Patrícia Faga. **Direito ambiental para o século XXI:** novos contornos jurisprudenciais e na regulamentação dos resíduos sólidos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MORAES, Kamila Guimarães. **Obsolescência planejada e direito:** (in)sustentabilidade do consumo à produção de resíduos. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

MORAES, Luís Carlos Silva de. **Curso de Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2002.

MORAES, Orozimbo José de. **Economia Ambiental:** Instrumentos Econômicos para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Centauro, 2009.

MORAES RÊGO, Nelson Melo de. **La contribución Del Poder Judicial a La Protección de Los Derechos Humanos de Tercera Generación**. Tesis (Doctoral en Derecho) – Universidad de Salamanca, Salamanca, 2012. Disponível em: https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/121394/DDAFP_MelodeMoraesRegoN

elson_Tesis.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 fev. 2022.

MORAES, Rodrigo Jorge. **Produção antecipada de provas na tutela do meio ambiente:** no processo individual e coletivo. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

MORAIS, Carlos Blanco de. **Curso de direito constitucional:** teoria da constituição. Tomo II. Coimbra: Editora Almedina, 2018.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria.** Tradução de Paulo Neves. 2. ed., Porto Alegre: Sulina, 1995.

MÜLLER, Heitor Oliveira. O Direito Ambiental Frente A Análise Econômica do Direito. In: **Revista Saber Acadêmico**, Presidente Prudente, n. 27, p. 31-41, jan./jun. 2019. ISSN 1980-5950. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200713161747.pdf. Acesso em: 13 abr. 2023.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 44. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2022.

NALINI, José Renato. **Ética ambiental.** 3. ed., Campinas/SP: Millenium Editora, 2010.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

NETO, José Affonso Dallegave. Pós-modernidade, espiritualidade e o direito à felicidade. ***In:*** FERREIRA, Abner et al. **Direito e cristianismo.** Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Betel, 2017.

NEVES, Marcelo. **Constituição e direito na modernidade periférica:** uma abordagem teórica e uma interpretação do caso brasileiro. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

NEVES, Marcelo. (Não) solucionando problemas constitucionais: transconstitucionalismo além de colisões. ***In:*** **Lua Nova,** São Paulo, p. 201-232, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n93/08.pdf. Acesso em: 22 jun. 2019.

NUNES, Marcelo Guedes. **Jurimetria**: como a estatística pode reinventar o direito. 2. ed., rev e atual., São Paulo: Thomson Reuters, 2019.

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. **Direito Ambiental e Economia**. Curitiba: Juruá, 2018.

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. **Pagamento por serviços ambientais:** sustentabilidade e disciplina jurídica. São Paulo: Atlas, 2012.

NUSDEO, Fábio. **Desenvolvimento e ecologia**. São Paulo: Saraiva, 1975.

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira; TRENNEPOHL, Terence (Coords.). **Temas de direito ambiental econômico**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

OLIVEIRA, Luísa Bresolin de. O princípio da prevenção na gestão e no gerenciamento dos resíduos sólidos eletroeletrônicos. ***In:*** LEITE, José Rubens Morato; IGLECIAS, Patrícia Faga. **Direito ambiental para o século XXI:** novos contornos jurisprudenciais e na regulamentação dos resídulos sólidos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Teoria del caso.** [s.d.]. Disponível em: https://www.mpfn.gob.pe/escuela/contenido/actividades/docs/127_teoria_caso_general.pdf. Acesso em: 26 out. 2021.

ORTEGA ÁLVAREZ, Luis. Concepto de medio ambiente. ***In:*** VICENTE MARTÍNEZ, Rosario de (Coord.); ALONSO GARCÍA, María Consuelo (Dir.); ORTEGA ÁLVAREZ, Luis Ignacio (Dir.). **Tratado de derecho ambiental.** Valencia: Tirant lo Blanch, 2013.

PARGENDLER, Mariana; SALAMA, Bruno Meyerhof Salama. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. ***In:*** **RDA – revista de direito administrativo,** Rio de Janeiro, vol. 262, jan./abr. 2013. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/8901/7809. Acesso em: 07 set. 2022.

PASCUAL NUÑEZ, María. **Empresas con propósito y sector silvícola:** un tándem útil para el despliegue de las políticas sobre clima. 2021. Disponível em: https://www.actualidadjuridicaambiental.com/wp-content/uploads/2021/07/2021-07-26-Pascual-Empresas-Proposito.pdf. Acesso em: 27 fev. 2022.

PASOLD, Cesar Luiz. **Prática da Pesquisa Jurídica**: ideias e ferramentas úteis para o pesquisador do Direito. 9. ed. rev., Florianópolis, OAB/SC, 2006.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**: teoria e prática. 12. ed., São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

PASOLD, Cesar Luiz. **Função social do estado contemporâneo.** 4. ed. rev. amp., Itajaí: Univali, 2013. Disponível em: http://siaiapp28.univali.br/LstFree.aspx. Acesso em: 5 nov. 2019.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática. 14. ed. rev., atual. e ampl., Florianópolis: EMais, 2018.

PEARCE, David W.; TURNER, Robert Kerry. ***Economía de los recursos naturales y del medio ambiente.*** Tradução de Carlos Abad Balboa e Pablo Campos Palacini. Madrid: Celeste Ediciones, 1995.

PELLIN, Daniela; ENGELLMANN, Wilson. O diálogo entre Direito e Moral em Alexy e

Posner – Como fical as contribuições jurídicas para as nanotecnologias? ***In:*** **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável,** Curitiba, vol. 2, n. 2. jul/dez. 2016. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistaddsus/article/view/1406. Acesso em: 27 fev. 2022.

PEREZ BUSTAMANTE, Laura. **Los derechos de la sustentabilidade:** desarrollo, consumo y ambiente. Buenos Aires: Colihue, 2007.

PHILIPPI JR., Arlingo; FREITAS, Vladimir Passos de; SPÍNOLA, Ana Luiza Silva. **Direito ambiental e sustentabilidade.** Barueri, SP: Manole, 2016.

PIGRAU SOLÉ, Antoni. **Acceso a la información, participación pública y acceso a la justicia em materia de medio ambiente:** diez años del Convenio de Aarhus. Barcelona: Edit. Atelier Libros Juridicos, 2008.

PIMENTA, Eduardo Goulart; LANA, Henrique Avelino R. P. Análise Econômica do Direito e Sua Relação com o Direito Civil Brasileiro. ***In:*** **Rev. Fac. Direito UFMG,** Belo Horizonte, n. 57, p. 85-138, jul./dez. 2010.

PINHEIRO, Armando Castelar. **Direito e economia num mundo globalizado:** cooperação ou confronto? Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003.

PINHEIRO, Maria Lenir Rodrigues; VIEIRA, Ricardo Stanziola. Sustentabilidade e governança participativa. ***In:*** **Rev. de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável,** Maranhão, vol. 3, n. 2, jul/dez. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323378983_SUSTENTABILIDADE_E_GOVERNANCA_PARTICIPATIVA. Acesso em: 27 fev. 2022.

PINO MILAVEC, Noemi P. **La Tutela Judicial Administrativa de los Intereses Ambientales**. Estudio comparativo de los ordenamentos español y argentino. N. 22, 1. ed., Navarra: Thomson Reuters Aranzadi, 2013.

PIOVESAN, Flávia; IKAWA, Daniela. **Direitos Humanos:** fundamento, proteção e implementação. Curitiba: Juruá, 2010.

POLI, Luciana Costa. Por um ativismo pró-sustentabilidade. ***In:*** **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí, vol. 18, n. 2, p. 179-195, ago. 2013. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/4673. Acesso em: 13 nov. 2019.

POPE, Kamila. Estado de direito ecológico: a ecologização do direito pelo ideal de sustentabilidade. ***In:*** LEITE, José Rubens Morato; DINNEBIER, Flávia França (Orgs.). **Estado de direito ecológico:** conceito, conteúdo e novas dimensões para a proteção da natureza. São Paulo: Inst. O Direito por um Planeta Verde, 2017. Disponível em: http://www.ccj.ufpb.br/sda/contents/documentos/e-book-estado-de-direito-ecologico-prof-dr-jose-rubens-morato-leite.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

PORTO, Antônio Maristrello; GAROUPA, Nuno. **Curso de análise econômica do**

direito. São Paulo: Atlas, 2020.

PORTO, Antônio José Maristrello. Princípios da análise do direito e da economia. ***In:*** PINHEIRO, Armando Castelar; PORTO, Antônio José Maristrello; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro (orgs.). **Direito e economia:** diálogos. 1. ed., Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

POSNER, Richard A. **A problemática da teoria moral e jurídica**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2012.

POSNER, Richard A. **A Economia da Justiça**. Tradução de Evandro Ferreira e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

POSNER, Richard A. **El análisis económico del derecho**. Tradução de Eduardo L. Suárez. 2. ed., México: Fondo de Cultura Económica, 2007.

POSNER, Richard A. **Direito, pragmatismo e democracia.** Tradução de Teresa Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

POSNER, Richard A. **Economic Analysis of Law**. New York: Aspen, 1986.

POSNER, Richard A. **Para além do direito**. Tradução de Evandro Ferreira e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

POSNER, Richard A. Some Uses and Abuses of Economics in Law. ***In:*** **University of Chicago Law Review,** 1979. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2864&context=journal_articles. Acesso em: 10 nov. 2022.

PRIEUR, Michel. **Droit de l'environnement**. 8. ed., Paris: Dalloz, 2019.

QUESADA LÓPES, Pedro Manuel. **El principio de efectividad del Derecho de La Unión Europea y su impacto en el Derecho Procesal Nacional**. Madrid: Portal Derecho, 2019.

RAMOS, André de Carvalho; GRAMSTRUP, Erik Frederico. **Comentários à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB**. 2. ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

RANIERI, Nina. **Teoria do Estado:** do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito. 2. ed., Barueri: Manole, 2019.

REAL FERRER, Gabriel. **Sostenibilidad, transnacionalidad y transformaciones del Derecho.** [s.d.]. Disponível em: https://www.academia.edu/10086250/Sostenibilidad_Transnacionalidad_y_transformaciones_del_Derecho. Acesso em: 18 fev. 2022.

REAL FERRER, Gabriel. La construcción del derecho ambiental. ***In:*** **Revista Aranzadi de Derecho Ambiental**, Pamplona, n. 1, p. 73-94, 2002. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2282832. Acesso em: 18 fev. 2022.

REAL FERRER, Gabriel. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía. ¿Construimos juntos el futuro? ***In:*** **Revista NEJ,** vol. 17, n. 3, p. 305-326, set-dez 2012. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/34959/1/2012_Real_NEJ.pdf. Acesso em: 29 out. 2022.

REAL FERRER, Gabriel. Sostenibilidad, Transnacionalidad y Trasformaciones del Derecho. ***In:*** SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira (orgs.) **Direito ambiental, transnacionalidade e sustentabilidade**. Itajaí: UNIVALI, 2013. Disponível em: https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/Documents/editora-univali/Direito%20Ambiental,%20Transnacionalidade%20e%20Sustentabilidade.pdf. Acesso em: 24 mai. 2021.

REALE JUNIOR, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 25. ed., São Paulo: Saraiva, 2001.

REBOUÇAS, Rodrigo Fernandes. **Autonomia privada e a análise econômica do Contrato**. 1. ed., São Paulo: Almedina, 2017.

REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão; CEBOLÃO, Karla Azevedo. A Análise Econômica do Direito no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: um estudo sobre o caso dos fumicultores e as concessionárias de energia elétrica. ***In:*** **Rev. de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável,** Goiânia, v. 5, n. 1, jan/jun. 2019.

REZEK, Francisco. **Direito internacional público**. 17. ed., São Paulo: Saraiva, 2018.

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; CAMPOS, Diego Caetano da Silva. Análise Econômica do Direito e a Concretização dos Direitos Fundamentais. ***In:*** **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia,** Curitiba, vol. 11, n. 11, jan./jun. 2012. Disponível em: https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/266/260. Acesso em: 17 out. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Agravo de Instrumento n. 70082320425.** Relator: Des. Luiz Felipe Silveira Difini, julgamento em: 31 out. 2019. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/exibe_html.php. Acesso em: 15 fev. 2021.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Fundamentos de filosofia do direito**: o jurídico e o político da antiguidade a nossos dias. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2013.

RODAS, João Grandino. Benefícios da simbiose entre Direito e economia. ***In:***

Consultor Jurídico, 2021. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-out-14/olhar-economico-beneficios-simbiose-entre-direito-economia. Acesso em: 17 out. 2021.

RODRÍGUEZ PALOP, María Eugenia. El derecho al medio ambiente. ***In*:** LUCAS, Javier de; RODRÍGUEZ URIBES, José Manuel (coord.). **Derechos humanos y constitución**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2018.

ROJAS MARTÍNEZ-PARETS, Fernando de. **Los espacios naturales protegidos**. 1. ed., Cizur Menor (Navarra): Editorial Aranzandi, 2006.

ROSA, Alexandre Morais da; MARCELLINO JUNIOR, Julio Cesar. O **Processo eficiente na lógica econômica:** desenvolvimento, aceleração e direitos fundamentais. Florianópolis: Empório do Direito, 2015.

ROSA, Alexandre Morais da. **Diálogos com a law & economics**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

ROSA, Alexandre Morais da. Você conhece a Teoria do Caso no processo penal? ***In:*** **Revista Consultor Jurídico**. 2016. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2016-abr-22/voce-conhece-teoria-processo-penal. Acesso em: 20 nov. 2021.

ROJAS LÓPES, Miguel David; PÉREZ PARRA, Julie Patricia; JIMÉNEZ GÓMEZ, Luis Miguel. **Logística inversa y verde:** sostenibilidad y medio ambiente. Bogotá: Ediciones de La U, 2014.

RUIZ RISUEÑO, Francisco. **El Proceso Contencioso-Administrativo**. 8. ed., Madrid: Colex, 2011.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Jeffrey D. **La era del desarrollo sostenible**: Nuestro futuro está en juego – incorporemos el desarrollo sostenible a la agenda política mundial. Traducido por Ramon Vilà. Barcelona: Ediciones Deusto, 2014.

SADDI, Jairo; PINHEIRO, Armando Castelar. **Direito, economia e mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SALAMA, Bruno Meyer H. **Direito e Economia:** textos escolhidos. Série DDJ. 1. ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

SALAMA, Bruno Meyerhof. Análise econômica do direito. ***In:*** **Enciclopédia jurídica da PUC-SP.** Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. 1. ed., p. 5-9, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/41/edicao-1/analise-economica-do-direito. Acesso em: 26 fev. 2022.

SALAZAR ORTUÑO, Eduardo. **El accesso a la justicia ambiental a partir del**

Convenio de Aarhus. N. 28, Navarra: Thmpson Reuters Aranzadi, 2019.

SALLES, Bruno Makowiecky. **Direitos e deveres nas teorias geral e jusfundamental:** acesso à justiça, judicialização e ativismo judicial. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2023.

SALLES, Bruno Makowiecky. Tipologias decisórias em jurisdição constitucional. ***In:*** **Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania – IDCC,** Londrina, vol. 6, n. 2, e042, jul./dez., 2021. Disponível em: https://revistadoidcc.com.br/index.php/revista/article/view/132/116. Acesso em: 25 jan. 2023.

SÁNCHEZ BRAVO, Álvaro (Coord.). **Justicia y medio ambiente.** Espanha: Punto Rojo Libros, 2013.

SÁNCHEZ BRAVO, Álvaro. Crisis ambiental y casa común: una interpretación del medio ambiente a la luz de la encíclica laudatio si. ***In*:** MIRANDA, Jorge; MORAIS, José Luis Bolzan de; RODRIGUES, Saulo Tarso (Coord.). **Hermenêutica, justiça constitucional e direitos fundamentais.** Curitiba: Juruá, 2016.

SÁNCHEZ-MESA MARTÍNEZ, Leonardo J. Aspectos básicos del derecho ambiental: objeto, caracterización y princípios. Regulación constitucional y organización administrativa del medio ambiente. ***In:*** LÓPEZ, M. Asunción Torres; GARCÍA, Estanislao Arana. **Derecho ambiental,** Madrid: Editorial Tecnos, 2018.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Medida Cautelar Inominada n. 2012.085197-8.** Relator: Des. Francisco Oliveira Neto, julgamento em: 13 ago. 2013. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAACAADTPeAAG&categoria=acordao. Acesso em: 9 mar. 2022.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo de Instrumento n. 4009074-40.2018.8.24.0000.** Relator: Des. Newton Trisotto, julgamento em: 06 set. 2018. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/integra.do?rowid=AABAg7AAFAABUxKAAF&tipo=acordao_5&nuprocesso=4009074-40.2018.8.24.0000&cdprocesso=&arq=pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Cível n. 0030857-71.2012.8.24.0064.** Relator: Des. Luiz Fernando Boller, julgamento em: 12 fev. 2019. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/buscaForm.do#resultado_ancora. Acesso em: 26 set. 2021.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação n. 0002709-41.2017.8.24.0075.** Relator: Des. Alexandre Morais da Rosa, julgamento em: 17 jun. 2020. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AAAgOzAAVAAKEpmAAH&categoria=tr5. Acesso em: 24 nov. 2021.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo de Instrumento n. 5039159-21.2020.8.24.0000.** Relator: Des. Hélio do Valle Pereira, julgamento em: 02 mar. 2021. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=321614888227159150303671520733&categoria=acordao_eproc. Acesso em: 15 fev. 2021.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **AI n. 4014002-68.2017.8.24.0000.** Relator: Des. Vilson Fontana, julgamento em: 04 jul. 2019. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/integra.do?rowid=AABAg7AAGAAGSk9AAC&tipo=acordao_5&nuprocesso=4014002-68.2017.8.24.0000&cdprocesso=&arq=pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Cível n. 2010.057002-7.** Relator: Des. Ricardo Roesler, julgamento em: 19 jul. 2011. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/#. Acesso em: 20 fev. 2023.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação cível n. 0019176-78.2012.8.24.0008.** Relator: Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, julgamento em: 30 out. 2018. Disponível em: http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=direito%20lugar%20absolutos%20zavascki&only_ementa=&frase=&id=AABAg7AAFAAAZ1/AAC&categoria=acordao_5. Acesso em: 13 nov. 2019.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Cível n. 2006.002891-0**. Relator: Des. Volnei Carlin, julgamento em: 13 jun. 2006. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAABAACEhAAAG&categoria=acordao. Acesso em: 10 mar. 2023.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo Regimental em Ação Rescisória n. 2001.008235-7**. Relator: Des. Eládio Torret Rocha, julgamento em: 09 out. 2002. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAAAAAOFOfAAE&categoria=acordao. Acesso em: 20 fev. 2023.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo de Instrumento n. 0156384-26.2015.8.24.0000.** Relator: Des. Hélio do Valle Pereira, julgamnto em: 24 mai. 2018. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AABAg7AAEAAKn++AAU&categoria=acordao_5. Acesso em: 20 fev. 2023.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo de Instrumento n. 5005760-64.2021.8.24.0000.** Relator: Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, julgamento em: 17 ago. 2021. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=321629317044535739436345959015&categoria=acordao_eproc. Acesso em: 20 fev. 2023.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo de Instrumento n. 4004419-59.2017.8.24.0000.** Relator: Des. Hélio do Valle Pereira, julgamento em: 02 mar. 2021. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AABAg7AAHAAC6LIAAL&categoria=acordao_5. Acesso em: 15 fev. 2021.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Agravo de Instrumento n. 5006623-20.2021.8.24.0000.** Relator: Des. Jorge Luiz de Borba, julgamento em: 24 ago. 2021. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=321629870207614832804285376329&categoria=acordao_eproc. Acesso em: 15 fev. 2021.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Cível n. 0000294-37.2011.8.24.0062.** Relatora: Desa. Denise de Souza Luiz Francoski, julgamento em: 30 mai. 2019. Disponível em: https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/integra.do?rowid=AABAg7AAGAAIR7ZAAO&tipo=acordao_5&nuprocesso=0000294-37.2011.8.24.0062&cdprocesso=&arq=pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

SANTANA, Natan Galves; PINHEIRO, Letícia Bianca; MEDINA, José Miguel Garcia. Fundamentação das decisões judiciais, consequencialismo e pandemia. ***In:*** **Research, Society and Development,** vol. 10, n. 9, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/18234/16457/228929. Acesso em: 07 set. 2022.

SANTOS, Júlio Locatelli. A complexidade do conflito ambiental internacional e a mediação de conflitos. A atuação da Unidade de Apoio à Mediação da ONU. ***In:*** **Revista InterAção,** vol. 9, n. 1, p. 98–114, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/32316. Acesso em: 06 mar. 2022.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Agravo de Instrumento 2024279-84.2021.8.26.0000.** Relator: Des. Mauro Conti Machado, julgamento em: 08 jul. 2021. Disponível em: https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=14825764&cdForo=0. Acesso em: 20 fev. 2023.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação Cível 1000720-85.2016.8.26.0584.** Relator: Des. Paulo Ayrosa, julgamento em: 19 dez. 2017. Disponível em: https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=11091788&cdForo=0. Acesso em: 9 mar. 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito ambiental:** introdução, fundamentos e teoria geral. São Paulo: Saraiva, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de direito ambiental.** Rio de Janeiro: Forense, 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de direito ambiental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental:** Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção do Ambiente. 5. ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Princípios do direito ambiental**. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 2. ed. rev. atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang; WEDY, Gabriel Tedesco; FENSTERSEIFER, Tiago. A equiparação dos tratados ambientais aos tratados de direitos humanos. ***In:*** **Consultor Jurídico,** 2022. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2022-jul-15/direitos-fundamentais-equiparacao-tratados-ambientais-aos-direitos-humanos. Acesso em: 17 jul. 2022.

SARMENTO, Daniel. Os princípios constitucionais e a ponderação de bens. ***In:*** TORRES, Ricardo Lobo (Org.). **Teoria dos direitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

SCHUCH, Luiz Felipe Siegert. **A possibilidade de harmonização dos sistemas jurídicos no plano do Meio Ambiente e da Sustentabilidade pela via do Transconstitucionalismo e Transjusfundamentalidade.** 2022. 360 fls. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, 2022. Disponível em: https://www.univali.br/Lists/TrabalhosDoutorado/Attachments/430/TESE%20-%20LUIZ%20FELIPE%20SIEGERT%20SCHUCH.pdf. Acesso em: 8 mar. 2023.

SCRUTON, Roger. **Filosofia verde:** como pensar seriamente o planeta. São Paulo: É Realizações, 2016.

SEGURA, Marta Juan. Las Medidas Cautelares en los procedimentos Ambientales en España, con especial referencia al proceso Contencioso-Administrativo. ***In*****: Revista Aranzadi de Derecho Ambiental.** n. 49, mayo-agosto 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERRANO LOZANO, Ruben. El Princípio de Precaución en la Jurisprudencia

Española. **In**: DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; POZO, Carlos Francisco Molina del; MOLINA, José Antonio Moreno (Org.). **La jurisprudencia ambiental en Europa y América Latina:** una contribuición para el desarrollo sostenible. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

SILVA, Alexandra Lorenzi da. **O princípio da proibição de retrocesso aplicado ao Direito Ambiental sob a perspectiva de decisões judiciais selecionadas**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, 2019. Disponível em: https://www.univali.br/Lists/TrabalhosMestrado/Attachments/2578/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Alexandra%20Lorenzi%20da%20Silva%20-%2016.09.19.pdf. Acesso em: 9 mar. 2023.

SILVA, Filipe Prado Macedo da. **Economia política**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

SILVA, Gabriela Rangel da; STAACK, André Luiz. Análise Econômica do Direito por Richard Posner e os Direitos Sociais: uma abordagem cruzada. ***In:*** **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável,** Brasília, vol. 3, n. 1, jan/jun. 2017.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. **Ética e Economia:** Impactos na política, no direito e nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SILVA, Oscar Joseph de Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 18. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SILVA, Pedro Henrique Izidro da. Breves comentários sobre o necessário diálogo entre a Análise Econômica do Direito e a dignidade da pessoa humana. ***In:*** PINHEIRO, Armando Castelar; PORTO, Antônio José Maristrello; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro (Coords.). **Tópicos em direito e economia.** Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2021.

SILVEIRA, Paula Galbiatti. **A adoção da melhor tecnologia disponível no licenciamento ambiental brasileiro na perspectiva do estado ambiental**. 2016. 272 fls. Dissetarção (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/168022. Acesso em: 26 fev. 2023.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 20. ed., São Paulo: SaraivaJur, 2022.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Tutela constitucional do meio ambiente:** interpretação e aplicação das normas constitucionais ambientais no âmbito dos direitos e garantias fundamentais. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

SOARES, Guido Fernando Silva. **A proteção internacional do meio ambiente**. Barueri: Manole, 2003.

SOARES JÚNIOR, Jair. **A realização da sustentabilidade multidimensional como**

pressuposto para o atingimento do Estado Constitucional solidário. 2013. Disponível em: http://jus.com.br/artigos/23435/a-realizacao-da-sustentabilidade-multidimensional-como-pressuposto-para-o-atingimento-do-estado-constitucional-solidario/1. Acesso em: 09 jun. 2014.

SOUZA, Antônio Carlos de; GABRIEL, Fábio Antônio; SOUZA, Odirlei Silva de. Ciência e ética: uma nova formulação do imperativo categórico como princípio da responsabilidade em Hans Jonas. ***In:*** **Conjectura,** Caxias do Sul, vol. 17, n. 3, p. 130-146, set./dez. 2012. Disponível em: http://fabioantoniogabriel.com/images/artigos/ciencia_e_etica.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; REZENDE, Elcio Nacur (Orgs). **Sustentabilidade e meio ambiente**: efetividades e desafios. Belo Horizonte: Editora D´Plácido, 2017.

SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; SOUZA, Aulus Eduardo Teixeira de. O homem, a natureza ou a vida: Qual o segredo do Desenvolvimento Sustentável? ***In:*** **Anais de Constitucionalismo, Transnacionalidade e Sustentabilidade,** vol. 10, n. 1, 2020. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/acts/article/view/17290. Acesso em: 29 out. 2022.

SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; MAFRA, Juliete Ruana. A sustentabilidade e o ciclo do bem-estar: o equilíbrio dimensional e a ferramenta da avaliação ambiental estratégica. ***In:*** **NOMOS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, vol. 34, n. 2, 2014. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/nomos/article/view/1227/1191. Acesso em: 22 jan. 2018.

SOUZA, Klauss Corrêa de. **Direito Fundamental ao Meio Ambiente Adequado e Princípio da Proibição do Retrocesso Ambiental no Brasil e na Espanha.** Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, 2018. Disponível em: https://www.univali.br/Lists/TrabalhosMestrado/Attachments/2450/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Klauss%20Corr%C3%AAa%20de%20Souza.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

SQUEFF, Tatiana de Almeida Freitas Rodrigues Cardoso. **Análise econômica do direito ambiental:** perspectivas interna e internacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Responsabilidade civil ambiental:** as dimensões do dano ambiental no direito brasileiro. 3. ed., rev. e atual., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

STELZER, Joana; GONÇALVES, Everton Das Neves. O Estado e o Mercado: Estudo para a intuição de uma ética econômico-jurídica. ***In:*** **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável,** vol. 1, n. 1, 2015. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistaddsus/article/view/969. Acesso em: 17 out.

2021.

STELZER, Joana. O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. ***In:*** CRUZ, Paulo Márcio (org). **Direito e transnacionalidade.** Curitiba: Juruá, 2011.

STRECK, Lênio Luiz. **Jurisdição Constitucional e Hermenêutica:** Uma Nova Crítica do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SUNSTEIN, Cass R. **Laws of fear:** Beyond the Precautionary Principle. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

SUNSTEIN, Cass R. **Worst-case scenarios**. London: Harvard University Press, 2007.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil:** lei de introdução e parte geral. 17. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2021.

TIMM, Luciano Benetti. Análise Econômica do Direito: Breves Notas. ***In:*** **Revista Jurídica UNIGRAN.** Dourados, MS, vol. 20, n. 40, Jul./Dez. 2018. Disponível em: https://www.unigran.br/dourados/revista_juridica/ed_anteriores/40/artigos/artigo01.pdf. Acesso em: 26 set. 2021.

TIMM, Luciano Benetti. Direito e Economia desmistificado: parte 4. ***In:*** **Jota,** 2022. Disponível em: https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-da-abde/direito-e-economia-desmistificado-parte-iv-13092022. Acesso em: 19 set. 2022.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito e Economia no Brasil**. 1. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direito e economia no Brasil**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2014.

TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direito e Economia no Brasil:** estudos sobre a análise econômica do direito. Indaiatuba/SP: Editora Foco, 2019.

TIMM, Luciano Benetti; CAON, Guilherme Maines. **Análise Econômica do Direito e o Supremo Tribunal Federal.** 2020. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/upload/editor/rlp08_84f89653-a061-4729-b46d-6f380ba3a09d.pdf. Acesso em: 17 jul. 2022.

TIMM, Luciano Benedtti; SQUEFF, Tatiana de A. F. R. Cardoso. Contribuições da análise econômica do direito para a proteção ambiental: o caso para normas promocionais. ***In:*** NUSDEO, Ana Maria de Oliveira; Trennepohl, Terence (coord.). **Temas de direito ambiental econômico,** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

TOLOSA TRIBIÑO, César. Processo Contencioso Y Medio Ambiente: Cuestiones Procsales. ***In:*** **Revista Jurídica de Castilla y León,** n. 21, mayo 2010.

TORELLY, Marcelo. **Governança transversal dos direitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

TORRES LÓPEZ, Maria Asunción; ARANA GARCÍA, Estanislao. **Derecho Ambiental**. 3. ed., Madrid: Editorial Tecnos, 2018.

TRENNEPOHL, Terence. **Direito ambiental empresarial.** 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2017.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos humanos e meio ambiente**. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1993.

TRONCA, Dinorah Sanvitto. **Transdisciplinaridade em Edgar Morin**. Caxias do Sul: Educs, 2006.

UNCETA, Koldo. **Desarrollo, postcrecimiento y buen vivir:** debates e interrogantes. Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2014.

VALENCIA MARTÍN, Germán. La tutela cautelar ambiental en España y Chile: Un apunte comparativo. ***In:*** **Revista de Derecho Aplicado LLM UC,** n. 6, 2020. Disponível em: http://ojs.uc.cl/index.php/RDA/article/view/18529/21805. Acessp em: 9 mar. 2022.

VAQUERA GARCÍA, Antonio. **Fiscalidad y medio ambiente**. Valladolid: Lex Nova, 1999.

VASCONCELOS, Clever. **Curso de direito constitucional**. 8. ed., São Paulo: SaraivaJur, 2022.

VEIGA, José Eli da; ISSBERNER, Liz-Rejane. Decrescer crescendo. ***In:*** LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar P. (Orgs). **Enfrentando os limites do crescimento:** sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

VIAÑA RODRÍGUEZ, Daniel. **El shock económico**: Cómo el Covid ha colapsado el mundo. 1. ed., Madrid: La Esfera de los Libros, feb. 2022.

VIEDMA GARCÍA, Adrián. **La Tutela de Interesses Colectivos en el Derecho Ambiental:** El acceso a la justicia en assuntos ambientales. Pamplona/Iruñea, 2021. Disponível em: https://academica-e.unavarra.es/xmlui/handle/2454/39295. Acesso em: 9 mar. 2022.

VIEIRA, Ricardo Stanziola; LIMA, Roberta Oliveira. **Direitos humanos e meio ambiente:** minorias ambientais. Barueri, SP: Manole, 2017.

VIEIRA, Ricardo Stanziola. Justiça Ambiental e a Violação dos Direitos Humanos Socioambientais: desafios da Sustentabilidade na era do desenvolvimentismo. ***In:*** CRUZ, Paulo Márcio; OLIVIERO, Maurizio; BRANDÃO, Paulo de Tarso. **O Direito Contemporâneo e diálogos científicos** - UNIVALI e Perugia - Edição Comemorativa 10 anos do Convênio de Dupla Titulação entre a UNIVALI e a UNIPG.

Perugia: UNIPG, 2016.

VILLAVIENCIO CALZADILLA, Paola. La pandemia de Covid-19 y La Crisis Climática: Dos emergencias convergentes. ***In:*** **Revista Catalana de Dret Ambiental,** vol. XI, n. 2, p. 1-27, 2020. Disponível em: https://revistes.urv.cat/index.php/rcda/article/view/2807. Acesso em: 10 mar. 2022.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia L.; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; MELLO, Rogério Licastro Torres de. **Primeiros comentários ao novo código de processo civil:** artigo por artigo. 2. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

WEDY, Gabriel. **Desenvolvimento sustentável na era das mudanças climáticas:** um direito fundamental. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

WOLKART, Erik Navarro. **Análise econômica do processo civil:** como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

YEUNG, Luciana. Comportamento Judicial, Decisões Judiciais, Consequencialismo e “Efeitos Bumerangues”. ***In:*** YEUNG, Luciana (org). **Análise econômica do direito:** temas contemporâneos. São Paulo: Actual, 2020.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Poder judiciário:** crises, acertos e desacertos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.